



HISTÓRIA DAS AMÉRICAS (SÉCULOS XIX, XX e XXI):

Perspectivas e experiências de pesquisa no Brasil

Carine Dalmás (Org.)

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS (SÉCULOS XIX, XX e XXI): Perspectivas e experiências de pesquisa no Brasil

Organização:
Carine Dalmás



Copyright © 2021 dos organizadores e autores dos textos

D148h

Dalmás, Carine.

História das Américas (século XIX, XX e XXI): perspectivas e experiências de pesquisa no Brasil / organizadora Carine Dalmás. – São Luís: EDUEMA, 2021.

240 p.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-65-88998-94-6

1. História das Américas. 2. Pesquisa. 3. Ensino. I. Dalmás, Carine. II. Título.

CDU 94(7/8)“19/21”

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

Organizador(a)

Carine Dalmás

Instituições e grupos de pesquisa

Núcleo de Estudo de História das Américas (NEHA)

Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST)

Instituições apoiadoras

Universidade Estadual do Maranhão

Informações Gráficas

Capa: Deyla Dayanne Rabelo Silva

Diagramação: Josimar de Jesus Costa Almeida

Revisão

Carine Dalmás

Rafael Silva dos Santos

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Emanoel Gomes de Moura

Fabíola Oliveira Aguiar

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcelo Cheche Galves

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I. HISTÓRIA DAS AMÉRICAS EM PERSPECTIVA	
1. Reflexões sobre os lugares da Europa e dos Estados Unidos nas viradas para os séculos XX e XXI	11
<i>Mary Anne Junqueira</i>	
2. O Ensino da História das Américas no Brasil: apontamentos a partir da experiência do Projeto PIBID-História da UEMA (2018-2019)	24
<i>Carine Dalmás e Luiza Campos de Souza</i>	
II. BRASIL E ESTADOS UNIDOS	
3. Impressões impressas: os Estados Unidos a partir dos impressos em língua portuguesa (1799-1899)	44
<i>Lucas de Faria Junqueira</i>	
4. As aproximações entre Brasil e Estados Unidos no campo ferroviário: um brasileiro no Congresso Internacional de Caminhos de Ferro em Washington (1905)	65
<i>Aloisio Santos da Cunha</i>	
III. BRASIL E AMÉRICA LATINA	
5. A América Latina nas crônicas de Machado de Assis	86
<i>Gabriel Corrêa</i>	
6. O Contestado entre Brasil e França na obra do Barão do Rio Branco (1895-1900)	111
<i>Iuri Cavlak</i>	
7. Fotografia e Ditadura: fotógrafos brasileiros na América Latina durante o regime militar	124
<i>Carlos Alberto Sampaio Barbosa</i>	
8. Contrastes Brasil-Argentina: o país vizinho na leitura dos intelectuais brasileiros na década de 1940	138
<i>Livia de Azevedo Silveira Rangel</i>	
9. A cobertura do golpe militar no Chile (1973) pelo jornal O Estado de S. Paulo	155
<i>Adriane Vidal Costa</i>	

IV. HISPANO-AMÉRICA

10. Entre a tradição e a ressignificação dos espaços políticos: o movimento operário e o governo Allende 186

Elisa de Campos Borges

11. Literatura e compromisso no Chile da Unidade Popular (1970-1973) 205

Ana Amélia M. C. Melo

12. O transbordar da memória: Gioconda Belli entre o amor e a política 223

Fernanda Rodrigues Galve

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea resulta de um conjunto de iniciativas implementadas pelo Diretório de Pesquisa do Cnpq/Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA), da UEMA. Os textos reunidos são fruto de estudos recentes ou de pesquisas em andamento sobre temas que convergem com as atividades e propósitos do Núcleo.

O NEHA foi criado em 2015, com o objetivo inicial de fomentar espaços de debates e acesso a conteúdos de diferentes naturezas sobre a História da América Latina e, posteriormente, estendeu-se à História dos Estados Unidos¹. Nos primeiros dois anos de atividades, contou basicamente com alunos de graduação que cursavam as disciplinas da área e sentiam-se estimulados a aprofundar reflexões sobre as temáticas estudadas. Mais tarde, expandiu suas atividades e passou a integrar bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da UEMA e professores/pesquisadores de outras instituições de ensino superior.

Desde o início, o NEHA realizou atividades regulares de estudos historiográficos para promover e aprofundar os conhecimentos em torno das áreas de interesse do grupo e das possibilidades de desenvolvimento de pesquisas na área de História das Américas no Maranhão.² Tais preocupações desdobraram-se em uma considerável diversidade de temas e objetos de pesquisa sintetizados em projetos de Iniciação Científica³ e Iniciação à Docência, em monografias de conclusão de curso⁴, pesquisas de pós-graduação⁵, atividades de extensão⁶ e na organização de eventos.⁷

¹ Inicialmente o NEHA constituiu-se como um Laboratório de Estudos de História Latino-Americana (LEHLA), vinculado ao Núcleo de Pesquisas em História Contemporânea (NUPEHIC) da UEMA, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo. Porém, as atividades iniciais realizadas para fomentar o interesse na área demonstraram a possibilidade de ampliação das abordagens temáticas para as diferentes regiões do continente, as Américas. Entendemos também que a abrangência das atividades justificavam a formação de um Núcleo independente e, conseqüentemente, com maior potencial para fomentar pesquisas e estabelecer redes na nossa área de interesse, mas sempre cultivando a parceria profícua com o NUPEHIC.

² O principal impasse para o desenvolvimento de pesquisas no Maranhão foi o acesso às fontes e bibliografia atualizada sobre os diferentes temas de interesse dos integrantes do grupo. Enquanto não obtivemos fomentos que permitiram a aquisição de livros e viagens para pesquisa de campo, privilegiamos o ensino de história, materiais encontrados em acervos virtuais e a imprensa maranhense como objetos e fontes de estudo sobre da História das Américas.

³ Entre 2015 e 2020, o NEHA contou com bolsas PIBIC (UEMA e FAPEMA) para a realização de planos de trabalho relacionadas a três projetos de pesquisa: 1) A História da América Latina no Ensino Médio: conteúdos, práticas e propostas (2015-2018); 2) Representações da América Latina na imprensa maranhense: o dilema de “ser ou não ser latino-americano” nos rincões do Brasil (2016-2019); e 3) O Jornal do Povo, Neiva Moreira e as Américas (1950-1964) (2019-atual).

⁴ Até o momento foram concluídas dez monografias de conclusão de curso com pesquisas vinculadas ao NEHA. Todas as temáticas abordadas referem-se a algum país latino-americano ou à relação do Brasil com a América Latina.

⁵ No âmbito da pós-graduação, o NEHA conta com uma dissertação de mestrado concluída, além de duas pesquisas de mestrado e uma de doutorado em andamento.

⁶ Entre 2015 e 2017, além das reuniões mensais, o NEHA realizou um Cineclube centrado em filmes sobre a América Latina e aberto à comunidade. Esta atividade proporcionou momentos para o contato qualificado de graduandos, pós-graduandos e interessados em geral na realidade histórica da América Latina.

⁷ Em 2016, o NEHA colaborou na organização do III Simpósio em História Contemporânea, realizado pelo NUPEHIC, em parceria com o Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA) da Universidade de São Paulo (USP). O tema/título do evento foi “Conflitos e Revoluções no Século XX: Circulação de Ideias entre as Américas e a Europa”, e aconteceu entre 20 e 23 de setembro de 2016. Em 2017, o NEHA coordenou a quarta edição do Simpósio de História Contemporânea e, simultaneamente, realizou o I Colóquio de História das Américas do Norte e do Nordeste do Brasil. O evento foi intitulado “O Brasil e as Américas: perspectivas de pesquisa e ensino” e buscou aprofundar as discussões

No geral, as atividades do NEHA construíram e estabeleceram um calendário de discussões e recortes temáticos relacionados à História das Américas nos séculos XIX, XX e XXI. Esse processo abarcou estudos e debates de análises comparadas, conectadas, transnacionais e nacionais que contribuíram para a compreensão de tensões, rupturas e permanências políticas, culturais e econômicas vividas no Brasil, na América Latina e nos Estados Unidos desde o século XIX e suas marcas na história política e cultural ocidental recente.

Em 2018, planejamos e elaboramos a primeira versão de uma coletânea cujo propósito era sistematizar e divulgar estudos realizados pelos pesquisadores que, de diferentes maneiras, contribuíram para a estruturação e consolidação do NEHA. Em 2020, finalizamos este livro. Seus doze capítulos articulam colaborações de professores vinculados a Instituições de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação de diferentes regiões do Brasil. Cabe destacar que sete destas contribuições são de docentes que atuam nas regiões norte e nordeste do país, atestando um primeiro resultado relacionado aos nossos propósitos de articulação regional.

Abrimos o livro com dois textos que colocam a *História das Américas em perspectiva*. No primeiro, de caráter ensaístico e fruto de uma reflexão profundamente erudita, Mary Anne Junqueira compara o lugar ocupado pelos Estados Unidos e a Europa no contexto das transformações históricas que marcaram as viradas para os séculos XX e XXI e deslocaram ambas regiões “de um centro que organizou o saber e o poder nas suas distintas formas”. No segundo texto, fruto de abordagens preliminares sobre a experiência da realização do projeto PIBID-História da UEMA, Carine Dalmás e Luiza Campos apresentam um balanço dos resultados de uma proposta de Iniciação à Docência que, simultaneamente, sintetiza uma reflexão crítica sobre o sentido eurocêntrico dos currículos de História no Ensino Básico brasileiro e apresenta possibilidades de abordagens do tema estreitamente vinculadas à realidade sociocultural dos graduandos e estudantes do ensino básico envolvidos no projeto.

Na segunda parte, reunimos os capítulos que analisam a relação entre *Brasil e Estados Unidos*. Lucas de Faria Junqueira demonstra como um conjunto de impressos que circularam no Brasil durante no século XIX apresentam os primeiros traços do fenômeno cultural de “americanização” do país. Em seguida, Aloísio Santos da Cunha discute as aproximações entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto de desenvolvimento das ferrovias brasileiras, nas primeiras décadas do século XX. O texto destaca a participação do engenheiro Joaquim José da Silva Freire no Congresso Internacional de Caminhos de Ferro em Washington como um dos pontos de partida para a penetração dos interesses estadunidenses no setor ferroviário nacional.

A terceira parte do livro reúne reflexões que aproximam *Brasil e América Latina*. Os dois primeiros textos pensam essa relação no século XIX. Gabriel Corrêa demonstra, por meio da leitura das crônicas machadianas publicadas durante o regime monárquico, como os usos das citações e das referências às questões latino-americanas ajudam a compreender não só a evolução do estilo

concernentes à produção sobre a História das Américas no Brasil e suas perspectivas de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste do país. Ambos os eventos contaram com a participação de convidados de diferentes universidades brasileiras, alguns dos quais colaboram neste livro.

literário do cronista, mas principalmente o aprofundamento e a complexificação das representações da sociedade fluminense, cada vez mais dentro de uma perspectiva política continental. Iuri Cavlak narra a história da disputa pela região do *Contestado*, futuro território do Amapá, entre Brasil e França (Guiana Francesa). O autor utiliza como documento principal da análise as memórias do Barão do Rio Branco, diplomata cuja competência e habilidade garantiram a preponderância dos interesses brasileiros na região.

Também na terceira parte do livro, outros três capítulos adentram o século XX e exploram, a partir da análise de diferentes objetos, a relação *Brasil e América Latina*. Carlos Alberto Sampaio Barbosa demonstra como imagens fotográficas brasileiras produzidas entre as décadas de 1960 e 1980 expressam transformações nas representações sobre a América Latina que se relacionam ao engajamento e comprometimento político dos fotógrafos na época. Em seguida, Livia de Azevedo Silveira Rangel analisa o imaginário construído sobre a Argentina nas reflexões de importantes intelectuais brasileiros da década de 1940. Por fim, Adriane Vidal Costa detalha como o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou e interpretou o golpe militar no Chile no mês de setembro de 1973, atestando como o importante veículo da imprensa brasileira na época não se apresentou crítico ao acontecimento, mas reafirmou seu apoio aos golpes civis-militares que ocorriam na América do Sul.

Na última parte do livro encontram-se os capítulos que abordam impasses políticos e político-culturais que marcaram dois países da *Hispano América*: Chile e Nicarágua. Elisa de Campos Borges problematiza o paradoxo enfrentado pelos movimentos de trabalhadores durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), no Chile. Nesse contexto, sindicatos e trabalhadores que sempre atuaram na oposição viram-se diante da necessidade de medir a intensidade de suas reivindicações e inovar na forma de organização para impulsionar a transição ao socialismo. Ana Amélia M. C. Melo também debruçou-se sobre a experiência socialista no Chile, mas examinou as diversas interpretações sobre o compromisso intelectual elaboradas por escritores de esquerda e publicadas na revista *La Quinta Rueda*. Por último, Fernanda Rodrigues Galve analisa as memórias da escritora nicaraguense Gioconda Belli, sistematizadas no livro *El país bajo mi piel Memorias de amor y guerra*, e demonstra tensões entre desejos, conquistas e a participação da escritora na Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Agradecemos aos colaboradores suas importantes contribuições para a primeira realização bibliográfica do NEHA e esperamos que a leitura dos capítulos contribua para o aprofundamento das reflexões em torno de relevantes momentos e acontecimentos da História das Américas.

Carine Dalmás
Organizadora

PARTE I

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS EM PERSPECTIVA

1. REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DA EUROPA E DOS ESTADOS UNIDOS NAS VIRADAS PARA OS SÉCULOS XX E XXI

Mary Anne Junqueira*

Este ensaio é produto atualizado da conferência de abertura do III Simpósio Internacional em História Contemporânea - *Conflitos e Revoluções no Século XX: Circulação de Ideias entre a América e a Europa* — que teve lugar na Universidade Estadual do Maranhão, entre 20 e 23 de setembro de 2016.¹

O objetivo é selecionar e relacionar alguns temas, problemas e dilemas que se desenvolveram na virada do século XIX para o XX e a passagem do XX para o XXI, examinando os lugares da Europa e dos Estados Unidos em dois momentos de intensas modificações históricas.

Desnecessário acentuar que os historiadores são responsáveis por uma produção consolidada sobre a passagem do século XIX para o XX, mas pouco sobre a virada para o XXI. Refletir sobre essa última transição é tratar de fenômenos ainda em encaminhamento e, desse modo, por questões postas por especialistas que se dedicam ao tempo presente, ainda que aqui não se pretenda desenvolver esse regime de historicidade (HARTOG, 2013).

Além disso, o historiador não é preparado para as análises de conjuntura, prática dominada por sociólogos e por cientistas políticos. Ainda assim, vivemos tempos desconcertantes, o que nos leva a ponderar como os historiadores — a partir do passado e com o instrumental próprio do seu trabalho — podem contribuir no exame das mudanças constatadas.

Este ensaio foi motivado pelos desafios e impasses que vivemos atualmente, como as inesperadas transformações que ocorrem desde 2013 no Brasil. Igualmente constatamos no Ocidente transições de ordens diversas, como os significativos avanços de propostas colocadas pela direita na Europa e nos Estados Unidos — ou mesmo a arremetida terrorista por parte de grupos muçulmanos, ampliada e diversificada após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Penso que estabelecer aproximações entre problemas, conflitos e impasses importantes, no caso aqui das viradas dos séculos mencionados, nos ajudam a discriminar as transformações que vivemos e os dilemas com os quais nos defrontamos.

*Professora Livre Docente do Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP)

¹ Agradeço às professoras Carine Dalmás e Monica Piccolo pelo convite para participar do Simpósio e para a publicação da conferência de abertura.

Europa e Estados Unidos na virada do século XIX para o XX

Os historiadores consideram o período que vai das últimas décadas do século XIX e início do século XX, ou até a Primeira Guerra Mundial, como aquele caracterizado pela modernidade e modernismo. Uma espécie de portal que fundou aspectos importantes do século XX. Para o historiador, a modernidade não se restringe à cultura, ainda que muitos tenham se dedicado a ela, mas também à política, à economia, operando simultaneamente.

Consideramos o período discriminado pela modernidade porque foi quando cientistas, pensadores, literatos e artistas de campos diversos indicaram as possibilidades e limites do mundo moderno, enquanto campos do conhecimento eram repensados.

Nessa época, Sigmund Freud passou a investigar e a defender a relevância vital do inconsciente. Considerou-se a importância fundante do sonho e, portanto, como a partir da racionalidade — pois não há como negar que a psicanálise seja baseada na razão — era possível se aproximar das esferas “irracionais” do homem. No livro *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900, Freud defendeu os mecanismos e conteúdos dos sonhos, apontando para a importância do inconsciente nos sentimentos, neuroses e ações humanas (FREUD, 2001). O ato de sonhar, recordar e relatar a dimensão onírica tornava-se uma porta para a compreensão da instância do inconsciente. O abalo foi grande em um universo intelectual centrado exclusivamente na “consciência”. Freud publicou também obras importantes, refletindo sobre o tempo que vivia, como o *Mal-estar da Civilização*, de 1930 (FREUD, 2010). A compreensão humana passava por um inconsciente que governava o homem, além da própria “consciência”.

Também na virada do século XIX para o XX, Albert Einstein questionou a noção de tempo, ou o intervalo espaço-tempo. Como se sabe, a teoria da relatividade é de 1905. Se o homem tinha consciência e razão questionadas por um inconsciente misterioso, o tempo, tão naturalizado entre todos, também não era mais o que se imaginava. A linearidade havia sido atingida decisivamente. As dimensões do humano, a noção de tempo e espaço e, conseqüentemente, parte substancial do conhecimento já consolidado, revelavam-se mais complexos e insondáveis do que se pressupunha até então.

Nós chamamos esse momento de modernidade/modernismo por que as estruturas de pensamento, hábitos culturais que sustentavam o mundo estavam em desconstrução. É revelador que Nietzsche tenha exatamente se dedicado aos seus aforismos entre 1871 e 1880. O filósofo mostrou notável consonância com as transformações que se abriam

Outras certezas passaram por exame: a ideia de progresso, baseada na industrialização, no capital e na tradição, era questionada desde os seus primórdios, mas recebeu contundente crítica por partes daqueles que refletiam sobre os limites do mundo moderno. A Primeira Guerra Mundial aprofundou o desconforto. O conflito é considerado por muitos historiadores como a primeira guerra

tecnológica da História. É incontestável o quanto o progresso tecnológico ampliou o morticínio; por exemplo, o mecanismo de repetição que vinha sendo testado desde o século XIX — utilizado em rifles de repetição, mas também nas máquinas de costura — confeririam à metralhadora poder letal surpreendente (EKSTEINS, 1992).

Cientistas, pensadores, literatos e artistas que cito aqui confirmaram a decomposição. Em muitos casos foram produto e produtores da transformação, contrapondo-se aos elementos da tradição e inspirando-se nos mundos africano, asiático ou outros fora da Europa. Nas palavras de Modris Eksteins:

o rompimento em termos morais e estéticos com a autoridade central, o patriarcado, o conformismo burguês, em suma, a tradição europeia que tinha sido ditada em grande parte por Paris, não constituía surpresa que uma fração considerável do impulso psicológico e espiritual para esse rompimento viesse das periferias geográficas, sociais, geracionais e sexuais. A ênfase na juventude, na sensualidade, na homossexualidade, no inconsciente, no primitivo e nos socialmente destituídos provinha, na maioria dos casos, não de Paris, mas dos confins da hegemonia tradicional (EKSTEINS, 1992, P.73).

Aqueles homens com suas obras que impunham a decomposição ou desconstrução ajudaram a enterrar o mundo do século XIX. Esse foi o momento em que Pablo Picasso desconstruiu a figura, em tentativa de ver todos os lados, mas também de mostrar que o homem da modernidade, alterado pelo fenômeno que muitas vezes admirava, perdera sua estrutura.

Simultaneamente, Igor Stravinsky vinha a público com o ballet *A Sagração da Primavera*, cuja partitura marcou dissonância e atonalidade, quebrando com os parâmetros da chamada “música clássica”. A coreografia, sob a direção de Vaslav Nijinsky, considerada “descontrolada”, causou rejeição. Stravinsky apresentou uma peça desprovida de um centro tonal principal, porque as notas da escala trabalhavam independentemente uma das outras. *A Sagração da Primavera* é relacionada, por alguns autores, à Primeira Guerra Mundial, pois foi concebida às portas do conflito, em 1913. Alguns viram a peça de Stravinsky como representação dos impulsos selvagens que levaram à guerra avassaladora. Uma ordem se esvaia, ao mesmo tempo em que o moderno passava a ser concebido sobre a fragmentação.

Basta notarmos alguns aspectos do saber moderno. O século XX é conhecido por ser aquele da especialização do conhecimento. Por exemplo, o paciente passou a consultar médico para tratar do coração, outro o cérebro, mais um se tivesse problemas auditivos. Se por um lado a especialização permitiu a precisão dos diagnósticos, garantindo algumas curas; por outro, perdeu-se a noção do corpo como totalidade, como se não fosse integral e sistêmico. Não sem razão, muitas das terapias alternativas passaram, já na segunda metade do século XX, a questionar a fragmentação que se impunha na medicina moderna, propondo uma visão “holística” do ser humano. A exigência recente pela interdisciplinaridade veio, exatamente, com a constatação de que a fragmentação do conhecimento, com a especialização e aprofundamento de determinados aspectos — ou o coração ou o cérebro — fazia com que se perdesse a dimensão da “*big picture*”.

Voltemos ao período que estamos comentando. Em 1922, o poeta norte-americano, radicado na Inglaterra, T. S. Elliot escreveu *Waste Land* (Terra Devastada) (ELLIOT, 1981). No mesmo ano, foi publicado *Ulysses*, de James Joyce, conhecido por desestruturar o romance (JOYCE, 1993). Poema e romance tiveram como referência a desilusão do pós Primeira Guerra Mundial, mundo em transformação irrefutável e era do experimentalismo que marcou artistas e pensadores.

Estamos falando de um conflito de grandes proporções. Ele foi de fato desorientador, mas o período da modernidade concentrou uma série de fenômenos desestruturadores, como é o caso da grande mudança ou da migração do campo para grandes cidades ocorrida em vários países. Tais deslocamentos foram responsáveis pela ruptura dos laços tradicionais de relacionamento. Paradoxalmente, o homem que vivia na grande cidade, em meio à multidão, sentia-se sozinho e desorientado. Mais uma vez se confirmava a desestruturação dos pilares que vinham organizando o mundo até então (BERMAN, 2002).

Poderíamos continuar aqui a descrever uma série de eventos e características que também marcaram a virada do século XIX para o XX. Apenas para citar alguns exemplos, houve na época acirramento dos projetos coloniais expostos pelos europeus. Constatou-se, simultaneamente, impressionante concentração de renda em conhecidos monopólios, cujas famílias ajudavam no mecenato de obras artísticas. Greves de grandes proporções pararam as plantas das fábricas, quando as relações trabalhistas não estavam estabelecidas como hoje. Houve questionamentos ao capitalismo, aos poderosos, aos governos, aos patrões. Em meio a essas variáveis, a gripe de 1918, pandemia do vírus influenza, espalhou-se pelo globo, infectando um quarto da população mundial

Os anarquistas, em cena desde a primeira metade do século XIX, radicalizaram e planejaram assassinatos. Os ataques foram coordenados em cidades diferentes. Nos Estados Unidos, em 1919, foram atingidas Nova York, Boston, Pittsburgh, Cleveland, Washington, Filadélfia e Nova Jersey. Alguns seguiam os preceitos de Luigi Galleani, anarquista radical, que advogava a violência como modo de promover mudanças, especialmente no capitalismo e no sistema das leis (JENSEN, 2014).

Essa prática violenta anarquista não era nova. Em 1872, em Paris, o Café Terminus foi alvejado por Emily Henry, onde uma pessoa morreu e vinte ficaram feridas em ataque à bomba. Em 1893, o alvo foi o Gran Teatro de Liceo de Barcelona, deixando 72 mortos. Criando terror, eles também se notabilizaram por alvejar chefes de governo. O rei Humberto da Itália foi atingido por Gaetano Bresci, em 1900. O presidente dos Estados Unidos, William McKinley, foi assassinado por Leon Czolgosz, em 1901, durante visita à Exposição Panamericana de Buffalo. Entretanto, o mais lembrado assassinato foi o do arquiduque, Francisco Ferdinando, herdeiro do império austro-húngaro, junto com sua esposa Sophia, em Sarajevo. Um grupo de radicais planejou o ataque e, em junho de 1914, o estudante e anarquista radical, Gavrilo Princip, atingiu o casal, precipitando a comentada Primeira Guerra Mundial.

Carl Schorske no seu livro, *Viena Fin-de-Siècle*, propõe o início da modernidade no final do século XIX (SCHORSKE, 1988). Já o historiador William Everdell com os *Primeiros modernos. As origens do pensamento do século XX* considera que o século XIX termina em Viena e o século XX começa em Paris (EVERDELL, 2000). Para os meus objetivos aqui não importa onde termina onde começa, ou se em uma ou outra cidade. O que interessa para a discussão que proponho é que estamos tratando da Europa e dos Estados Unidos. A modernidade que estamos abordando é ocidental. Circunscrita inicialmente às cidades de alguns países da Europa (Viena, Paris, Londres, Berlim) rapidamente alcançou os Estados Unidos (Chicago, Nova York) (BRADBURY, 1998). Sedutora e irrefreável, a modernidade atingiu pontos remotos do planeta ainda no final do século XIX. Buenos Aires, por exemplo, símbolo de cidade moderna da América Latina, teve o seu metrô inaugurado ao final do século XIX (SARLO, 2010). O Oriente não ficou à margem da assoladora transformação. A linha de trem Expresso Oriente, de 1883, alcançou rapidamente Constantinopla. Diferentes partes do mundo interconectaram-se. Homens que viviam em temporalidades diferentes se descobriam em encontros assimétricos e descontínuos.

Os historiadores que se dedicam ao tema invariavelmente incluem os Estados Unidos nessa modernidade. O país foi o primeiro a sediar Exposições Universais fora do continente europeu. Os Estados Unidos surgiam como potência extraeuropeia no final do século XIX. Logo após a Primeira Guerra Mundial, eles já eram a maior economia do mundo. Em 1929, a crise econômica fez com que muitas esperanças dos norte-americanos caíssem por terra. Ascensão e queda quase simultâneas. Como todos sabem, a crise de 1929 ocorreu em parte graças à superprodução e concentração de renda nas mãos de conglomerados controlados por determinadas famílias como os Rockefeller (petróleo), Swift (processamento de alimentos) e os Pullman e Carnagie (ferrovias). Ainda assim, a modernidade que destruturou o mundo tradicional europeu foi ela mesma europeia. Porém, alcançou todas as partes do globo em momentos diferentes e produzindo resultados inesperados.

Estados Unidos e Europa na virada do século XX para o XXI

Claros os lugares dos Estados Unidos e da Europa no início do século XX, passo a estabelecer alguns paralelos com a passagem do século XX para o XXI. Estão colocadas agora novas questões, transformações e deslocamentos, enquanto pensadores procuram reconsiderar a modernidade. Trata-se da mesma que vem acelerando desde o final do oitocentos ou é um novo fenômeno?

Ulrich Beck, sociólogo, defendeu que vivemos uma segunda modernidade. Considera que nos mantemos numa sociedade de risco. Para ele, na sociedade industrial caracterizada pela produção e distribuição de bens, os riscos não correspondem mais às diferenças sociais econômicas e geográficas da típica primeira modernidade.

Para Beck, compartilhamos riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (BECK, 2013). Ele enfatiza os riscos econômicos que todos compartilhamos, ainda que sejam responsabilidades de alguns. Basta constatar a crise econômica de 2008. Para o autor, a família se dissolvia, o divórcio fazia com que a sociedade fosse desestruturada na sua raiz. Já Nicolau Sevcenko recuperou Hans Jonas para tratar do “presentismo” na prática empresarial, em que se considera assumir decisões que envolvem grandes riscos no presente, sem considerar suas consequências e “vítimas” futuras (SEVCENKO, 2001, p.45). No que diz respeito às perspectivas de gênero, Jean-François Lyotard, em *A condição pós-moderna*, constata exacerbação, fragmentação e multiplicação de centros além da complexidade das relações sociais do sujeito (LYOTARD, 2010). São muitos autores que tratam do pós-moderno, mas não se trata aqui de discutir o conceito, apenas fazer referências para alcançar o propósito desse ensaio. Outros autores consideram o nosso tempo uma espécie de modernidade tardia ou mesmo como alta modernidade. Para eles, o que estava dado na virada do XIX para o XX é exacerbado na virada para o XXI.²

Trata-se de um tempo em que se destacam a multiplicação de centros, em que os lugares da Europa e dos Estados Unidos são deslocados. O pós-moderno estaria vinculado ainda ao fim das narrativas e interpretações totalizantes. Dessa maneira, o pós seria um prefixo a ser associado a vários termos: pós-estruturalismo, pós-marxismo etc. A pós-modernidade coloca-se também em relação às hierarquias, às distintas desigualdades: refiro-me às propostas do feminismo com a equidade de gênero, às distinções de raça que persistem, entre outros. Permanências fáceis de constatar no Brasil e além. Não sem razão Stuart Hall no seu livro *Identidades pós-modernas* defende que as identidades não são mais fixas, constituindo-se relações e vínculos inusitados e voláteis.

Se na virada do século XIX para o XX o mundo se interconectava (linhas férreas, cabos submarinos, navios a vapor), agora vivemos em rede. Grande parte das dezenas, centenas de amigos que cada um marca no Facebook não se conhece pessoalmente. Nada mais é sólido, nem fixo. Por exemplo, o Estado do bem-estar social, que garantia um patamar digno de vida para muitos, foi duramente atacado até submergir. Liderada pelos Estados Unidos de Ronald Reagan e a Inglaterra de Margaret Thatcher, a disseminação do neoliberalismo ajudou a criar insegurança generalizada, quando os direitos trabalhistas passaram a ser questionados. Abriu-se espaço para considerável concentração de renda. Todos sabem que o capitalismo e o liberalismo são muito flexíveis. Ambos apresentam capacidade de adaptação significativa.

Pode-se sugerir que o deslocamento europeu é inaugurado com as duas grandes guerras na primeira metade do século XX. Na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos já entraram

² Para Giddens (1991), o mundo contemporâneo apresenta mudanças, mas trata-se de uma modernidade tardia. Para Beck (2013), vivemos uma reconfiguração da modernidade. SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo: Zahar, 2006. Para Bauman (2001) o mundo que vivemos exacerbou aspectos individuais da modernidade com o indivíduo cada vez mais dissociado do Estado e do mundo que conhecia.

com poder político de peso e com uma proposta de reordenação do mundo a partir de determinadas normas que deveriam ser acordadas: a Liga das Nações. Constituíam-se as Relações Internacionais modernas, em que se pressupunha a regulação do mundo. Com a Segunda Guerra, como se sabe, o eixo do capitalismo se deslocou da Europa, mais precisamente da Grã-Bretanha, para se alojar nos Estados Unidos. Trata-se de um deslocamento contínuo. Vivemos um período em que não só a Europa se viu desalojada de um centro a partir do qual ditavam-se as regras, mas também se configurou questionamento do que vinha ser de fato civilizado, das regras do mundo econômico, das normas do mundo político, e da região como centro difusor de conhecimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, como se sabe, os Estados Unidos se orgulharam de ter mantido a tocha do Ocidente acesa. Segundo estrategistas norte-americanos, a Europa teria sucumbido sem o suporte que o país lhe deu para a determinante vitória dos Aliados e para reconstrução no correr da Guerra Fria.

Ainda que nada indique que os Estados Unidos deixarão de ser a maior economia do mundo, nas próximas décadas, não há como negar o destaque da China. Ascensão que surpreendeu a muitos, já que ela é também devedora do mundo comunista que vigorou no país nas últimas décadas. No entanto, importa destacar o fato de que não há mais um único centro no mundo. A China se prepara para assumir papel de grande relevância. Ainda que saibamos que o futuro é reino do imponderável, se nada acontecer que mude a direção chinesa, o eixo do capitalismo, que teve sua origem e demorou-se na Europa, ancorou nos Estados Unidos no pós Segunda Guerra, está agora se deslocando para a Ásia, para desgosto de muitos.

A ordem mundial dissolvida ao final da Guerra Fria não se reconstituiu de outro modo. O melhor seria perguntar, teremos ordem mundial semelhante? Se sim, ela seria duradoura? Volto à minha questão central: não há mais um centro que ordene o mundo — nem Europa nem Estados Unidos. É muito provável que a China do século XXI, se o fizer, também não venha a ordenar o mundo multipolarizado da mesma forma que fizeram os países da Europa e Estados Unidos.

A crítica acadêmica no que diz respeito ao lugar da Europa como centro difusor do conhecimento ganhou força desde o final do século XX, em particular pela pena dos autores considerados como pós-modernos e entre eles os autores dos estudos pós-coloniais. Ainda que o predomínio da Europa tenha recebido críticas de várias partes do mundo, esses intelectuais formalizaram conceitos, engrossaram o caldo da crítica e, mais importante, falaram a partir das grandes universidades dos países centrais. As suas intervenções deslocavam o centro, a partir de vozes inseridas naquele mesmo centro. Nem sempre uma crítica à preponderância europeia de uma intelectual como a da argentina Beatriz Sarlo, apesar da sua importância entre nós, e a defesa da mescla cultural, foi ouvida em universidades centrais nos anos 1980 e 1990.³

³A ensaísta argentina afirmou que os estudos pós-coloniais tratavam de tema já discutidos na América Latina. Para um clássico da autora que trata das mesclas na modernidade argentina, ver Sarlo (2010).

Eles questionaram os centros de poder, entre eles o do saber. Para os intelectuais dos estudos pós-coloniais, tal qual a economia, o conhecimento foi organizado em centros de poder. Sendo que esse mesmo centro impunha a sua autoridade, por meio dos mais variados tipos de práticas, discursos etc., atribuindo a si próprio como produtor e difusor do saber para os outros lugares. Tal proposição foi colocada por Edward Said, em *Orientalismo*, e desenvolvida por outros que o sucederam (SAID, 1990). Entre eles, o historiador Dipesh Chakrabarty que aborda problemas da classe trabalhadora indiana. O livro de título *Provincializing Europe. Post colonial thought and historical difference*, é referência não só nos Estados Unidos e Europa, mas também em países da América Latina, Ásia e África (CHACRABARY, 2000). Ele discute com Eric Hobsbawn. Importante ressaltar que esses autores miram direto os cânones. Lembro que o já citado Edward Said, no seu livro *Cultura e Imperialismo*, atinge diretamente o cânone literário inglês, discutindo os romances, por exemplo de Jane Austen e Joseph Conrad (SAID, 1995).

Hobsbawn se referia às práticas dos trabalhadores indianos como pré-políticas, já que eram embasadas por elementos espiritualistas/religiosos. O historiador inglês se referia a determinados rituais que os trabalhadores indianos se dedicavam antes do trabalho. Chakrabarty contestou, afirmando que Hobsbawn procurava na Índia elementos do mundo europeu. Ele não encontraria esses elementos no mundo indiano, porque aquela região era a Índia, não a Europa. Não havia na Índia camponês ou trabalhador no mesmo sentido do encontrado na Europa. Segundo ele, quando Hobsbawn reiterou que o mundo indiano era pré-político, ele desqualificou aquele universo a partir de uma lente europeia (CHACRABARY, 2000). Para ele, apesar do posicionamento político ao lado dos desfavorecidos de Hobsbawn, ele falava a partir de um mundo desencantado, sem de fato compreender o mundo encantado e místico-religioso dos indianos. Além disso, reforçava o mundo europeu como aquele instituidor da política.

Aqui trato apenas de alguns nomes relevantes para apontar que o descentramento da Europa vem sendo feito a partir de vários campos, como o da política e o da academia. Mesmo que persista ainda hoje tentativas de referendar esse mesmo centro, na própria academia e fora dela, o mundo não é mais o mesmo. Destaco que esse descentramento da Europa faz parte de uma série de transformações velozes e com resultados imprevisíveis que operam no nosso período.

Entramos no século XXI com o mundo muçulmano em evidência. Foram marcantes as várias formas de levantes, contestações, reivindicações. A Primavera Árabe iniciada em 2010, a consequente guerra na Síria, os embates das potências aliadas, ou não, em direção a Assad, não nos permite avaliar com precisão como se desenhará a política para região. A mídia ocidental ajuda na impressão de que o Ocidente é o alvo central dos grupos terroristas muçulmanos. A região é sim alvo privilegiado de distintos grupos, mas não é o único. Eles, os terroristas, acertam grupos colaboracionistas ou outras denominações dentro do próprio islamismo. Basta lembrarmos dos conflitos entre sunitas e xiitas, entre outros.

Um aspecto relevante que podemos relacionar entre as viradas do século XIX para o XX e agora para o XXI: do mesmo modo que os anarquistas bombardeavam lugares repletos de pessoas, sobressaíram nas duas primeiras décadas do século os ataques terroristas muçulmanos. A diferença está no alvo: grupos como Al Qaeda, Talibã, Boko Haram e Estado Islâmico tinham inimigos locais, mas eles atacaram também o Ocidente. É digno de nota o fato deles terem atingido mais a população muçulmana do que os ocidentais.

De forma semelhante, os anarquistas radicais bombardeavam lugares repletos de pessoas, com foco em personalidades em altos postos. Eles atacaram governo, religião e capital. Eram ocidentais — a maioria céticos, ateus, mas imersos na cultura cristã — em momento em que as fronteiras não eram ainda tão permeáveis e se movimentando dentro de uma cultura contestatória ocidental.

Se os ataques anarquistas da virada do XX para o XXI eram internacionais, mas considerando-se o Estado nacional, “a característica moderna ou pós-moderna” de alguns grupos terroristas muçulmanos, é o fato deles serem transnacionais. A Al Qaeda organizou membros em amplo espaço, alcançando regiões e países como: Egito, Chechênia, Iêmen, Filipinas etc. A organização impôs ao Ocidente, em particular aos Estados Unidos, o mais dramático e espetacular atentado terrorista de todos os tempos em 11 de setembro de 2001. O cérebro e patrocinador da investida, Osama Bin Laden, circulou pela Arábia Saudita, Sudão, Afeganistão para, ao fim, ser morto pelas forças especiais dos Estados Unidos no Paquistão.

Estado Islâmico negou claramente os contornos geográficos caros ao campo das Relações Internacionais: o Estado nacional como um território claramente delimitado. Por isso também é difícil para o mundo das nações lidarem com esse tipo de ameaça. Onde atacar? Num conflito regular, as forças de ocupação tentam atingir a capital do país — o centro do poder. O que fazer no caso do Estado Islâmico? A saída é tentar diminuir o seu campo de ação e os territórios já ocupados, em alianças com grupos simpáticos ao Ocidente ou inimigos dos grupos terroristas.

Os líderes do Estado Islâmico propuseram um califado que se estendia por regiões de vários países, conforme eles controlavam, ou não, determinados territórios. Um dos líderes do grupo, Abu Bakr Al Bghdadi, afirmou que o califado se apresentava como: “um estado onde árabe e não árabes, homens brancos e negros orientais e ocidentais são todos irmãos... A Síria não é para os sírios e o Iraque não é para os iraquianos. A Terra é Alá” (NASSER, 2015, p. 27).

Isso quer dizer que eles não reconheciam o Estado nacional e a nacionalidade. A identidade por parte desses grupos era outra. As fragilidades do Iraque e da Síria deram a esse movimento oportunidade para consolidar seu projeto e alargar seus objetivos sobre um território que cobria a região do Oriente médio e além.

É importante ressaltar que além de estarem alimentando a porosidade dos limites do Estado nacional, eles faziam (e fazem) uso das tecnologias de informação consideradas por muitos como

promotoras do enfraquecimento do próprio Estado nacional, além de fomentadoras da globalização. As mudanças nos contornos e no poder do Estado nação são também um aspecto sensível da pós-modernidade.

O momento atual revela-se ainda mais complexo com o advento das grandes empresas de tecnologia e informação, cuja força inicial esteve vinculada, entre outros fatores, ao fato de não estarem completamente reguladas. Na internet, além das redes convencionais, é conhecida a *Deep web*, espécie de via ilegal, subterrâneo reivindicado por aqueles que se posicionaram contra o sistema e contra o controle da informação. Eles navegam por tuneis desconhecidos ou não controlados pelas corporações. Alguns provedores da *Deep web* estão, por exemplo, na Islândia, país que votou legislação sobre o direito à informação. A *Deep web* se tornou atraente para os que defendiam o fluxo de informação sem controle de governo e corporações, mas também para criminosos de diversos matizes. Uma conhecida rede que comercializava drogas, dentro da *Deep web*, foi chamada de *Silk Road*. Parte daquilo que chamamos de mercado negro opera na *web*.

O *Thor* é um dos navegadores ilegais utilizado na *open network* (internet aberta). O *Thor* é operado por “voluntários anônimos”. Nesses sistemas ilegais, os operadores, alguns *hackers* habilidosos, esforçam-se para que ninguém seja responsabilizado pelas operações. Essa é igualmente a estratégia da comunidade *online*, também conhecida como legião, os *Anonymous* que popularizam a máscara de Guy Fawkes das histórias em quadrinhos, de Alan Moore e David Lloyd e do filme *V for Vendetta* (V de Vingança no Brasil), de James McTeigue, de 2008.

São jovens avessos às lideranças, defendendo a igualdade entre os da legião. São descentralizados, mas agem de forma coordenada. Eles se multiplicaram na frente de telas de computadores nos mais diversos recantos do mundo. Ficaram conhecidos por atormentar a vida de um racista com programa de rádio nos EUA, por criticar a Scientology Church nos Estados Unidos, por atuar no movimento *Occupy Wall Street* e em outros espaços emblemáticos, por atacar os computadores do Banco Central na Grécia em 2016, por “dar cobertura” aos jovens que aturam na Primavera Árabe, atacando sites e redes dos governos da Tunísia e do Egito de Hosni Mubarak e por defender ativamente Julien Assange e a veiculação do material do *Wikileaks* (OLSON, 2014). Os *Anonymous* se declararam contra o terrorismo muçulmano depois de ataques na França. Eles derrubaram sites e contas no *twitter* vinculadas ao Estado Islâmico. Contudo, não é possível conferir a posição do grupo ao campo conhecido por nós como “progressista”, mesmo que eles disparem ações que podem ser consideradas como tal.

Como se sabe, o Estado Islâmico (ISIS) rapidamente superou a Al Qaeda. Ainda que a guerra da Síria tenha feito o Estado Islâmico praticamente desaparecer da mídia internacional, com exceção de documentários que ainda são feitos sobre eles. O impacto desses fenômenos sobre a comunidade internacional foi devastador. Na mídia ocidental, esses terroristas apareciam como grupo

irracional que agiam sem motivações políticas, movido apenas pelo ódio religioso. Eles condenavam o uso do termo terrorismo pelo Ocidente, afirmando que sua ação era jihadista. A palavra *jihad* tem sido usada como guerra santa, mas é sinônimo também de luta e esforço (NASSER, 2015).

As ideologias da Al-Qaeda e do ISIS são tidas como interpretações extremadas do wahabismo, a ideologia Oficial do Estado Saudita, uma versão fundamentalista do Islã, nascida no século XVIII e que considerava os xiitas e sunitas como não humanos. Eles deveriam, portanto, ser perseguidos como cristãos e judeus. As contradições do processo são muitas: os maiores responsáveis pela difusão do wahabismo são os países árabes aliados dos governos ocidentais: Arábia Saudita, Qatar e Emirados Árabes. O papel da Arábia Saudita no processo é incontornável. Os próprios Estados Unidos agem de forma contraditória em relação ao país árabe. Eles temem o apoio financeiro que os sauditas possam dar aos jihadistas, mas manter o país como aliado é imprescindível para a geopolítica da região. Resultado: a Arábia Saudita joga com essa ambiguidade.

Ainda que não possamos concordar com esse tipo de prática — refiro-me à prática terrorista — é preciso tentar compreender o porquê dessa violência. Qual a justificativa para tamanha agressão? Por que o Ocidente? A forma como a Europa e os Estados Unidos trata(ra)m os países muçulmanos — não os reconhecendo algumas vezes como atores relevantes —, o apoio sistemático de países do Ocidente a práticas agressivas de Israel e o descaso com o pedido de constituição do Estado nacional palestino podem ser chaves para a compreensão de tal reação.

O tema das relações entre Ocidente e Oriente é crivado por problemas, alguns já discutidos por Edward Said no mencionado *Orientalismo*, em que desenvolve como os chamados orientalistas europeus reproduziram uma visão estereotipada dos muçulmanos, configurando o Oriente como lugar de experiências notáveis para os ocidentais (SAID, 1990). Sem dúvida, os motivos que levam homens a pegar em armas em nome do terrorismo é mais complexa do que os elencados acima, mas podemos considerar os argumentos aqui colocados como uma espécie de ponto de partida.

Volto ao meu ponto: Europa e Estados Unidos estiveram sob ataque, arremetida que advém de muitas frentes. Novamente, é importante salientar as contradições próprias do processo: o Estado Islâmico, que atingiu os Estados Unidos de forma peremptória, provavelmente não existiria se os próprios Estados Unidos não tivessem entrado em guerra com Iraque. Muitos norte-americanos não aceitam esse argumento porque para eles a guerra do Iraque foi uma “defesa contra os ataques de 11 de setembro”, já que mantinham em seu território homens da Al Qaeda e as polêmicas armas de destruição em massa, jamais encontradas. Repito que a proposta é pensar na possibilidade de que Europa e Estados Unidos estão sendo atingidos em muitas frentes. Eles estão sendo questionados, deslocados de um centro que organizou o saber e o poder nas suas distintas formas. O que gera sentimento de desconforto, insegurança, medo e perplexidade.

Na virada do século XIX para o XX, a Europa era origem e centro difusor da desestruturação que caracterizava a modernidade, em meio à implosão do mundo tradicional do XIX que ela mesmo criara. Já na passagem do século XX para o XXI, as questões centro e periferia perderam os seus

limites mais visíveis, o mundo apresenta-se mais e mais opaco, mesclado e híbrido e interpenetrado por contradições. Os ataques terroristas coordenados, em 2015, na França foram feitos por franceses e belgas descendentes de imigrantes. Jovens que estudaram em escolas dos dois países e viviam nas periferias daquelas grandes cidades. Como tratar da existência de um centro e de uma periferia, já que aquilo que se chamou de periferia *é o centro*.

Por fim, expresso a convicção de que vivemos tempos muito difíceis em âmbito nacional e internacional. Somos empurrados por fortes ventos modificadores. Basta verificarmos os avanços da extrema direita que cresceu nas últimas décadas do século XX e veio a luz — com força e decisão — no XXI em vários países ocidentais. Ainda não sabemos se ela ampliará seus domínios de ação ou se voltará para as margens onde esteve, mas os estragos são visíveis: negacionismos de toda ordem, *fake-news*, descrença em processos de governo baseados em contratos sociais etc. Trata-se de um abalo que ainda não foi possível dimensionar pelos países envolvidos.

Com relação ao deslocamento da Europa da sua centralidade de poder, um último ponto sobressai: a pandemia do coronavírus que parou o mundo em 2020 e 2021 — como a gripe de 1918 — demonstrou que os países ocidentais não sobrevivem sem os asiáticos. China e Índia são os maiores exportadores de insumos farmacêuticos do mundo e todos dependem dos dois países para a fabricação de vacinas. A primeira sob pressão cedeu territórios aos europeus no XIX e XX e a segunda, uma ex-colônia inglesa até 1947. Assim, seria inimaginável para um ocidental do pós segunda-guerra prever a posição dos países asiáticos no século XXI. Tal perspectiva confirma o que venho desenvolvendo aqui: são muitos os indicativos de que primeiramente países da Europa e depois Estados Unidos perde(ra)m o espaço que tiveram em termos globais.

Apesar do esforço dos analistas, ainda que não saibamos para onde estamos indo, como em outros momentos de grandes transformações, já atravessamos outras e maiores dificuldades e incertezas. Ainda assim, nós chegamos até aqui. Só podemos constatar a flexibilidade e capacidade de adaptação do ser humano em superar crises e sobreviver às adversidades que ele mesmo criou. Se nós chegamos até aqui, vamos superar também esse momento incerto que vivemos. Espero que o humanismo, que também é flexível e persiste, possa nos ajudar nessa direção.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 BECK, Ulrich. *A sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2013.
 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
 BRADBURY, Malcolm e MCFARLANE, James. *Modernismo. Guia geral*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
 CHACRABARY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and Historical Difference*. New Jersey: Princenton University Press, 2000.

- EKSTEINS, Modris *Sagração da primavera. A grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ELLIOT, Thomas Stearns. Terra desolada. In: *Poesia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos. As origens do pensamento do século XX*. RJ: Record, 2000.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*, (Edição comemorativa, 100 anos). Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização e outros textos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.
- JENSEN, Richard Bach. *The battle against anarchist terrorism: An international History, 1878-1934*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- JOYCE, James. *Ulysses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. RJ: José Olympio, 2010.
- NASSER, Reginaldo. Prefácio. In: COCKBURN, Patrick *A origem do Estado Islâmico fracasso da 'guerra ao terror' e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015, p. 27.
- OLSON, Parmy. **Nós somos Anonymous. Por dentro do mundo dos hackers: LulzSec, Anonymous e o poder revolucionário do ativismo na internet**. São Paulo: Novo Século, 2014.
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. SP: Cia das Letras, 1990.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica. Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo. Cosacnaify, 2010.
- SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle. Política e cultura*. São Paulo: Unicamp, 1988
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

2. O ENSINO DA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS NO BRASIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO PIBID-HISTÓRIA DA UEMA

Carine Dalmás*

Luiza Campos de Souza**

Em agosto de 2018, iniciou a vigência de uma nova etapa de realização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)⁴ na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Para esta edição, o curso de História aprovou o subprojeto intitulado *O Brasil e as Américas na sala de aula: problemáticas e propostas*, com o objetivo de conhecer e incentivar a abordagem de temas relacionados à História das Américas em instituições de ensino básico do Maranhão.

O desenvolvimento do projeto envolveu três escolas da rede estadual de educação, localizadas em São Luís, capital do estado. Em cada uma delas elaboramos diagnósticos que constatarem a precariedade das abordagens sobre a História das Américas nos planejamentos das aulas regulares de História e, ao mesmo tempo, também revelaram interesses dos estudantes por temas e atividades elaboradas pelos bolsistas do PIBID. Em cada escola os planos de ação foram planejados de acordo com a maneira como cada grupo (supervisores e graduandos) apropriou-se da proposta e estabeleceu estratégias. Sendo assim, naturalmente, tivemos três resultados finais distintos.⁵

Neste artigo apresentaremos uma análise sobre a experiência do PIBID-História da UEMA (2018-2019) com base nos resultados alcançados em uma das Unidades Básicas de Ensino.⁶

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2013). Professora de História das Américas e do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado Profissional - da UEMA. Correio eletrônico: carine.dalmas@gmail.com

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado Profissional - da UEMA. Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino Básico do Maranhão (SEDUC). Supervisora do Subprojeto de História do PIBID-UEMA (2018-2019). Correio eletrônico: professoraluizacampos@gmail.com

⁴ O PIBID é um programa da CAPES que tem como objetivo inserir os alunos das mais diversas licenciaturas do Brasil em ambientes da educação básica pública, impulsionando experiências e contribuindo com a qualificação profissional dos graduandos mediante o fortalecimento dos cursos de licenciatura brasileiros. Na UEMA, na edição de 2018-2019, o programa teve como coordenadora geral a Prof.^a Dr.^a Maria Gorreti Cavalcanti, atual diretora do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da UEMA e envolveu diversas áreas do conhecimento. O Núcleo de História foi coordenado pela Prof.^a Dr.^a Carine Dálmas, que por sua vez, coordenou três supervisores em três escolas estaduais de São Luís. Foram eles: Luiza Campos de Souza (Escola de Aplicação da UEMA e Centro de Ensino Educa Mais Paulo VI), Iracema de Jesus Franco de Sá (Liceu Maranhense) e Raimundo Nonato da Silva (Centro de Ensino João Lisboa). Os supervisores intermediaram as relações entre os bolsistas do PIBID e os alunos do ensino médio nas escolas estaduais. No total estiveram envolvidos 26 alunos de licenciatura em história do 1º ao 4º semestre, que foram divididos em três grupos para atuar nas três unidades de ensino mencionadas.

⁵ Cada supervisor de unidade trabalhou com um grupo específico de alunos e juntos elaboraram os planos de ação voltados para o ensino e a aprendizagem da História das Américas. O resultado alcançado nas escolas relacionou-se a diversos fatores, dentre os quais destacamos: a formação docente, a estrutura da unidade escolar de ensino, a colaboração dos agentes educacionais das unidades e as relações interpessoais entre supervisores e graduandos.

⁶ Em 2016, a secretaria de Educação do Maranhão e a UEMA assinaram um termo de cooperação técnica transformando o Centro de Ensino Paulo VI em Escola de Aplicação. (UEMA. PORTAL DE NOTÍCIAS. Disponível em <<https://www.uema.br/2016/12/colégio-paulo-vi-ettransformado-em-escola-de-aplicacao-apos-assinatura-do-termo-de-cooperacao-tecnica-entre-uema-e-seduc>> Acesso em: 25.05.2020)

A reflexão está dividida em três partes: primeiro, um esclarecimento dos propósitos e referenciais que embasaram o projeto apresentado pelo curso de história e aprovado pela coordenação geral do PIBID-UEMA. Em segundo lugar, apresentamos as condições gerais e desafios que demarcaram a realização da proposta e as especificidades da experiência na Escola de Aplicação da UEMA. Por último, ressaltamos as reflexões suscitadas pelos desafios enfrentados e resultados da realização do projeto naquilo que concerne à experiência dos bolsistas com a prática de ensino de história.

Interessa-nos, a partir do olhar atento ao percurso e aos resultados do projeto PIBID-História da UEMA, compreender por que os conteúdos, muitas vezes até mencionados nos materiais didáticos, continuam enfraquecidos nos planejamentos dos professores. Como é possível retomá-los de forma viável e produtiva na relação de construção e troca de conhecimentos entre professores e estudantes? Os temas e abordagens disponíveis favorecem a formação de uma percepção crítica sobre a relação dos brasileiros com as Américas? Em que sentido esta percepção pode transformar a atuação profissional dos futuros professores de história?

O tema do subprojeto do PIBID-História aprovado em 2018 representou o ponto de partida para a construção de um campo de estudos sobre o ensino de História das Américas na UEMA. Sua realização faz parte do esforço para o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de história no Maranhão que constitui um dos braços fundamentais das realizações do Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA), sediado no curso de História da UEMA.

É importante esclarecer que o curso de História da UEMA é uma licenciatura e possui um programa de pós-graduação profissional (mestrado e doutorado) com área de concentração em ensino. Desse modo, a grade curricular e os programas das disciplinas de História das Américas⁷ incorporam regularmente abordagens que procuram vincular os conteúdos a reflexões sobre o ensino de História das Américas no Brasil e nos países vizinhos.

Assim sendo, o projeto em questão teve como pano de fundo uma dupla expectativa: ampliar o debate sobre a História das Américas a partir do estudo dos currículos e prática de ensino no nível básico e, simultaneamente, incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de História das Américas no Maranhão.

Do ponto de vista teórico, a proposta partiu da crítica ao persistente eurocentrismo na construção e difusão do conhecimento histórico na educação básica brasileira e seu desdobramento nos documentos curriculares oficiais (nacionais e estaduais), nos materiais didáticos e na prática docente nas escolas. Situação que explicita o latente descompasso entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar.

⁷ Referimo-nos às disciplinas de História da América Independente (XIX) e de História da América Contemporânea (XX-XXI), regularmente ministradas pela professora Carine Dalmás.

O Brasil e as Américas em sala de aula: um campo de estudos em construção

Teorias e inovações epistemológicas em história, que decorrem das pesquisas científicas, posicionam-se num fluxo circulatório próprio dos ambientes acadêmicos. No Brasil é comum se escutar uma crítica, especialmente entre os discentes universitários e professores circunscritos à educação básica, que a atualização da produção deste conhecimento permanece encastelado nos muros das universidades, ou seja, afastado da dinâmica do saber histórico escolar. Entretanto, a observação e a reflexão sobre este fato é objeto de análise nas universidades brasileiras há décadas, não se tratando de uma aferição diagnóstica recente e sem respostas interessantes.

Ao realizar uma análise do cruzamento entre o saber acadêmico e o escolar, buscando entender as conexões entre esses conhecimentos, Katia Maria Abud identificou que ainda existe uma tendência nas práticas educacionais brasileiras de entender o currículo de história da educação básica como uma simplificação da educação acadêmica. Para ela, “não se pode reduzir o saber escolar ao conhecimento acadêmico transposto” (ABUD, 2017, p. 9). A ideia de transposição didática, se não avaliada de forma crítica, pode resultar em práticas pedagógicas que entendem a educação básica como um ambiente depositário e reprodutor do conhecimento acadêmico, negando a existência de relações dialéticas de trocas entre os saberes.

Com Ana Maria Monteiro, entendemos que a perspectiva da *transposição* do conhecimento acadêmico para o escolar, desenvolvida por Michel Verret (1975), trouxe contribuições importantes para o entendimento das dinâmicas e fluxos entre o conhecimento escolar e o acadêmico, na medida em que pressupõe que as operações de *transposição* exigem tempo e obedecem a uma lógica interna própria da produção do saber escolar iniciada com a seleção dos conteúdos curriculares à nível político e estrutural. No entanto, a autora ressalta insuficiências da perspectiva da *transposição* porque não permite uma apreensão ampla das relações de troca entre os saberes. No lugar assume a noção de *mediação didática*, proposta por Alice Ribeiro Lopes (1997), como caminho para elucidar a complexidade das relações de barganha entre o saber escolar e o acadêmico (MONTEIRO, 2003, p. 113).

Definir saber histórico escolar não é uma tarefa fácil. Trata-se muito mais de um processo de aceitação e afirmação da existência de uma dinâmica de conhecimento que é própria dos ambientes escolares, além da defesa da elaboração e ressignificação de conhecimentos determinada pelos seus agentes, do que um campo conceitual de operação estabelecido, como acontece na produção do conhecimento acadêmico.⁸ Desse modo, a categoria *saber histórico escolar*, utilizada com muita frequência nos debates sobre o ensino da história, incorpora múltiplas atribuições nas vivências escolares e trabalhos acadêmicos, pois “depende muito mais da representação que os professores fazem dele do que de definições acadêmicas” (CARDOSO, 2007, p. 113).

O projeto PIBID-História da UEMA propôs-se a promover formas de aproximação dos estudantes de licenciatura com o ambiente escolar, baseadas na articulação entre a problemática que

⁸ Sobre as etapas de produção do conhecimento histórico-científico ou operação historiográfica, consultar Michel de Certeau (1982).

fundamentou a construção teórico-metodológica da proposta e sua realização pautada numa profunda vivência do cotidiano escolar. Partimos do pressuposto de que ambos saberes são caracterizados por dinâmicas produtivas próprias e a aproximação entre eles é profícua aos sistemas educacionais e seus agentes, pois contribuem para o avanço do ensino e da pesquisa no Brasil.

Nesta proposta, a noção de eurocentrismo foi central e desenvolveu-se na interface entre os saberes acadêmico e escolar. O questionamento ao eurocentrismo e os problemas que dele podem surgir tem sido presentes nos debates das ciências humanas e sociais desde a metade no século XX. O francês Lévi-Strauss foi um dos pioneiros na crítica à concepção de uma história universalista e ocidentalizada. Em “Raça e História”, o antropólogo relatou os principais problemas que advinham do pensar as culturas das sociedades segundo os moldes europeus e criticou o etnocentrismo abrindo caminho para diversos estudos identificarem e questionarem o eurocentrismo nas ciências humanas (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 4).

Para Lévi-Strauss, por muitos séculos a diversidade de culturas não foi vista pelo homem de forma natural. Olhar o outro a partir de uma perspectiva de estranhamento acabou gerando uma série de interpretações equivocadas sobre diferentes povos e civilizações. O autor elabora uma crítica veemente à concepção de progresso histórico linear e aponta erros e fracassos presentes nas interpretações que tendem a encaixar culturas em cronologias históricas preestabelecidas por sociedades hegemônicas. Com isso, explicitou argumentos evolucionistas que objetivavam escalonar as culturas em menos ou mais evoluídas (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 9).

A concepção de progresso social estabelece posições escalonadas e por si é carregada de preceitos racistas, etnocêntricos e eurocêntricos entre as diferentes sociedades. Escritas em 1961, as críticas de Lévi-Strauss ainda são pertinentes e nos dão lições sobre o caminhar da história. A crença de que os melhores valores civilizacionais partem de determinado ponto específico do globo ainda está presente em diversos aspectos da nossa forma de perceber o mundo e inclusive nas práticas educacionais brasileiras.

Moerbeck e Sousa analisaram a presença do eurocentrismo na escrita e no ensino da história no Brasil e demonstram como muito ainda precisa ser feito para que haja de fato uma ruptura com esta estrutura de pensamento nas instituições educacionais do país. Para os autores, a preponderância de paradigmas europeus no campo das teorias sociais cria hierarquizações nas produções científicas e faz com que a história do Brasil e das Américas não seja entendida na sua complexidade e pluralidade. Em muitas situações, as histórias das nações não centrais acabam sendo resumidas a estudos de casos de teorias externas, criando produções acadêmicas sem formulações teóricas originais ou pertinentes (MOERBECK & SOUSA, 2019, p. 9). Em contraposição, os autores propõe novos métodos para o ensino da história e ressaltam a necessidade de se “perceber o nível de arbitrariedade sobre os quais elas foram construídas, desnaturalizá-las, para poder sair da espessa neblina criada pelo habitus” (MOERBECK & SOUSA, 2019, p. 10).

O sociólogo Aníbal Quijano apontou uma série de mecanismos sociais de dominações eurocêntricas que perpassam aspectos fundamentais da cultura de países não-centrais e que tem origem no advento da modernidade. O autor ressalta que parte da Europa Ocidental criou um padrão de poder mundial a partir da colonização da América que permanece solidificado pela lógica do sistema capitalista de produção até os dias atuais. O critério básico do novo tipo de poder mundial estabelecido com a colonização baseou-se na hierarquização racial e no controle do trabalho. Elementos estes que moldaram as estruturas das sociedades coloniais e ainda hoje exercem poder sobre o globo:

(...) cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p. 119).

A subjugação de negros, índios e mestiços esteve ligada a um projeto de poder em que o branco europeu impôs-se como superior em termos de cultura e técnica baseado numa argumentação racial destinada a legitimar a extração de recursos materiais das Américas. Essa subjugação criou as bases da divisão internacional do trabalho tendo como central a ideia da Europa como núcleo de poder.

O eurocentrismo estabeleceu profundas marcas na cultura e nas mentalidades dos países vinculados ao sistema capitalista de produção. Dentre elas, destaca-se a supervalorização da forma de construção do saber na Europa como parte de um sistema de dominação presente no imaginário dos países que foram subjugados pelas estruturas coloniais:

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121).

Podemos entender, portanto, que a própria concepção de produção científica de conhecimento pode estar intimamente ligada a mecanismos de dominação que tem origem numa mentalidade colonial e que ainda hoje mantém seus laços de dominação em vigor. Walter D Mignolo entende que a mentalidade colonialista deve ser repensada para que haja uma verdadeira libertação dos padrões sociais que são exteriores aos interesses das nações que outrora foram colônias, mas que ainda hoje carregam consigo a lógica denominada por aquilo que o autor denominou de *matriz colonial de poder* (MIGNOLO, 2005).

A lógica colonialista passou por uma série de transformações nos últimos cinco séculos, mas permanece fundamentando as estruturas das sociedades contemporâneas. Segundo Mignolo, atualmente, a “globalização tem dois lados: o da narrativa da modernidade e o da lógica

da colonialidade.” As continuidades de práticas racistas, a supervalorização dos padrões europeus, a lógica da religiosidade hegemônica cristã, as estratificações de gênero, hierarquias estéticas, linguísticas e epistemológicas são consideradas pelo autor como permanências da lógica colonialista estruturada com o propósito de dominação eurocêntrica (MIGNOLO, 2005, p. 3). Mudar essa lógica exige o entendimento do seu peso e significado, a valorização das epistemologias locais e o reconhecimento das diversidades culturais, articulados em um “projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade” (MIGNOLO, 2005, p. 10).

A valorização da raça branca, em detrimento da negra e amarela, a concepção de que existem civilizações avançadas e outras retrógradas ainda permeiam o saber acadêmico, o saber escolar e o senso comum da população brasileira. Os currículos escolares estão repletos de manuais que supervalorizam informações da cultura europeia em detrimento da história latino-americana ou quando eventualmente ocorre alguma abordagem, as interpretações são pautadas por análises em que os acontecimentos na América são apresentados como resultados das transformações conjunturais europeias. Essa forma de entender e apresentar a história afasta a possibilidade dos estudantes brasileiros perceberem-se ou entenderem o Brasil como parte das Américas e, desse modo, valorizarem e estabelecerem laços de solidariedade sociocultural baseados na compreensão das condições comuns que demarcam o desenvolvimento dessas sociedades e o lugar que lhes é atribuído no espectro mundial.

Do ponto de vista metodológico, partimos da proposição de aproximações entre aspectos das Histórias brasileira e americana, respaldando-nos em perspectivas da História Comparada que, conforme demonstra Maria Ligia Prado, torna-se eficaz quando, no lugar de manter os olhos fixos na Europa, permite observar “o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola” (PRADO, 1999, p. 12). Referindo-se às “situações sincrônicas” que favorecem o estudo da história da América Latina em paralelo, a historiadora retoma o clássico estudo de Marc Bloch que, na condição de crítico à restrição da historiografia ao espaço nacional, questionava a artificialidade da ênfase na “unidade de lugar” frente à importância que deveria ser dada à “unidade do problema” (PRADO, 1999, p. 18). A superação do eurocentrismo na abordagem da história da América Latina pressupõe a identificação de problemáticas que unifiquem temáticas e demonstrem semelhanças e diferenças entre as especificidades das realidades históricas analisadas.

A valorização do método comparativo na História, contudo, sofreu alguns revezes a partir de novas abordagens que surgiram com a perspectiva da história transnacional (SEIGEL, 2005) ou história conectada (SUBRAHMANYAM, 1997). Os defensores desses novos enfoques passaram a julgar a história comparada, grosso modo, como demasiadamente submetida às perspectivas exclusivamente nacionais. Para o desenvolvimento do projeto PIBID-História da UEMA e seus desdobramentos em futuras pesquisas consideramos que tal oposição entre comparação e abordagem transnacional ou conectada não procede, pois estas perspectivas não são excludentes. Elas partem das

mesmas premissas da História Comparada que, ao estabelecer a artificialidade da “unidade de lugar”, aponta para as constantes ligações e conexões entre espaços nacionais usualmente vistos de maneira isolada.

Durante a prática do ensino e desenvolvimento do saber histórico escolar, ao estabelecer comparações entre diversas experiências no continente americano, é necessário ter os mesmos cuidados que são desenvolvidos no domínio da produção científica. Quando pensamos no ensino na educação básica, temos que redobrar os cuidados com vistas a respaldar o professor na sua função de mediador na construção do conhecimento e promotor do senso crítico dos estudantes. Sendo assim, a comparação jamais deverá obedecer a critérios de hierarquizações entre as sociedades.

Considerando que nosso ponto de partida foi pensar o Brasil em comparação com os demais países, consultamos diferentes análises que convergem na percepção do distanciamento sociocultural entre o Brasil e a região geopolítica em que está inserido, a América Latina. No entanto, tais análises demonstram como, simultaneamente, persiste a supervalorização da aproximação com a América Anglo Saxônica, particularmente com os Estados Unidos, ainda que poucas vezes respaldada por conhecimentos sólidos da historiografia crítica sobre o país do norte.

No tocante à relação do Brasil com a América Latina, embora tenha ocorrido uma aproximação gradativa no plano político e econômico, sobretudo, após a consolidação de blocos regionais, acordos diplomáticos e cooperativos, os projetos políticos pedagógicos nacionais não exploram o tema na perspectiva das semelhanças históricas que ligam o país ao continente e/ou exploram criticamente os paradoxos de diferentes naturezas compartilhados pelas nações, especialmente, aqueles relacionados ao papel econômico, político e cultural exercido pelos Estados Unidos na região. Observa-se que no ensino de história prevalecem resquícios do eurocentrismo na constituição da história nacional e da cultura política dos brasileiros que separa o Brasil das Américas, insistindo ainda na aproximação com a Europa e, mais recentemente, com os Estados Unidos (PRADO, 2001, p. 127).

Um impasse central nesse processo de aproximação é o constante embate com os interesses políticos das elites econômicas nacionais que controlam os principais meios de comunicação e selecionam as informações que pouco ou nada expressam de positivo sobre a América Latina, ao mesmo tempo que exaltam acriticamente o modo de vida estadunidense. Num país em que as estruturas educacionais e partidárias são tão frágeis, como é o caso do Brasil, os jornais e os meios de comunicação ocupam o lugar de formação crítica e ideológica semelhante ao esperado de instituições escolares (formação crítica) e dos partidos políticos (ideológica). Conforme nos lembra Maria Helena Capelato, os meios de comunicação exercem um papel ideológico importante ao transformar uma verdade de classe num senso comum que, ao ser apropriado pelo conjunto das classes sociais, se consolida como uma verdade coletiva (CAPELATO, 2015, p. 128).

Nas últimas décadas, percepções como essas intensificaram as críticas de pesquisadores e educadores aos currículos escolares das diversas áreas das ciências humanas. Na área da História, estudiosos apresentaram valiosas reflexões baseadas na proposta de valorização de abordagens críticas ao eurocentrismo nos currículos escolares, a exemplo da disseminação de trabalhos voltados para o ensino da história da África e, por consequência, das relações étnico-raciais no Brasil.⁹

Entretanto, este desafio está apenas no início, visto que se restringe a alguns aspectos das problemáticas levantadas e muito desta produção científica chega lentamente aos currículos escolares da educação básica. A própria organização e grade curricular deste seguimento estão repletas de valores, símbolos, linguagens, conteúdos, cronologias, entendimentos e modos que foram construídos numa perspectiva eurocêntrica. A divisão cronológica da história ocidental, que serve de base para a distribuição dos conteúdos em diversos livros didáticos difundidos nas escolas do Brasil, segue a perspectiva de olhar o Brasil e as Américas de “fora para dentro”, sendo o “fora” a “história geral” (europeia), e o “dentro” a história do Brasil e das Américas.¹⁰

Dentre as tentativas de problematizar e superar esse enfoque que inspiraram o projeto, destacamos o encontro promovido pelo MEC (1997) com o objetivo de pensar estratégias pedagógicas de aproximação entre o Brasil e os países vizinhos. O resultado foi um seminário e decorrentes publicações com reflexões sobre o Ensino de História e de Geografia no contexto do Mercosul (MARFAN, 1998). Saraiva, um dos colaboradores, reconheceu a necessidade e o desafio de se pensar a educação brasileira integrada com os países da América Latina, propondo a elaboração de currículos escolares preocupados com a aproximação entre as sociedades sul-americanas e a superação da reconhecida ausência de reflexões sobre a História das Américas na educação básica dos diferentes países (MARFAN, 1988, p. 14-23).

Na mesma obra, Munoz identificou no eurocentrismo o principal impasse para a superação da desinformação dos latino-americanos sobre o continente, tendo em vista que a importação de conceitos europeus como chaves interpretativas da realidade latino-americana, tais como, classes sociais, são insuficientes para compreender aspectos fundamentais da formação histórica do continente, tais como sua composição étnica e a religiosidade (MARFAN, 1998, p. 29). A produção historiográfica latino-americana tende a enfatizar exageradamente guerras e conflitos entre os países da região ou trajetórias políticas de personalidades oficiais, ignorando outros acontecimentos e atores sociais que contribuíram para a conformação das nações, definição das identidades, formação das culturas nacionais e integração regional (MARFAN, 1998, p.31).

⁹Dentre os diversos trabalhos sobre a História da África e relações étnico-raciais produzidos nesse contexto, destacamos um dos principais resultados desse esforço: a coletânea de estudos sobre história da África publicada em 12 volumes pela UNESCO, em 2010.

¹⁰ Referimo-nos à divisão clássica ocidental da história: Pré-história, História Antiga, Idade Média, História Moderna e História Contemporânea. A título de exemplo, sugerimos a consulta dos livros didáticos dos seguintes autores: ALVES, A e Oliveira, L. F. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2016; FARIA, S. C., FERREIRA, J. e SANTOS, G. S. *Conecte História*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011; SCHMIDT, M. F. *Nova História Crítica*. Ensino Médio: volume único. São. Paulo: Nova Geração, 2005; VICENTINO, C. e DORIGO, G. *História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2005; e KOSHIBA, L. e PEREIRA, D. M. F.. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993.

Reflexões mais recentes direcionadas aos currículos e à prática de ensino de história no Brasil demonstraram a persistência das consequências do eurocentrismo nos currículos e na prática de ensino, mas também indicaram caminhos profícuos para pesquisas sobre esse campo.

A análise de Cerri (2009), sobre as origens e características de diferentes formas de organização curricular do conteúdo histórico na escola e nos livros didáticos, contribuiu para estabelecer a percepção e subsidiar as reflexões indicadas no projeto PIBID-História UEMA sobre a seleção, organização e disponibilização de conteúdos de História das Américas nos programas de ensino das escolas maranhenses. O autor respalda-se na compreensão da *Didática da História*, à luz das formulações de Klaus Bergman (1992) e Jörn Rüsen (2001), como uma disciplina de fronteira entre os campos da História e da Educação, fundamentada na Teoria da História e preocupada em dar a conhecer os complexos processos – sociais, políticos, ideológicos, culturais, educacionais – que resultam na aprendizagem histórica. O autor enfatiza como:

os efeitos da modernidade, do nacionalismo e do europeísmo modelam e condicionam a disciplina escolar, gerando características que perduram até hoje, impondo limitações a projetos de mudanças. Intermediariamente, os processos de descolonização sustentam projetos alternativos de História e de ensino de História, entre os quais se registra a História da América, proposta no Brasil no início do século XX (CERRI, 2009, p.131).

Centrando-nos na questão do “europeísmo” ou “foco europeu”, conforme denominou Cerri, dimensionamos a complexidade da estrutura de pensamento que dá suporte ao eurocentrismo nos currículos escolares brasileiros. Segundo o autor, o “foco europeu” está presente mesmo quando a intenção é construir um ensino antieuropeu, pois o conhecimento histórico constitui um aspecto da cultura ocidental e a forma como se relaciona com o tempo. Em outras palavras, a existência e a maneira como entendemos a História é resultado da expansão europeia pelo mundo e isso dificulta a construção de uma reflexão totalizante sobre a América Latina sem passar pelo “foco europeu”:

(...) se o nacionalismo – sustentado numa narrativa histórica produtora de identificação – forma as nações europeias modernas, que lançam-se ao colonialismo, é o próprio conceito e a prática do nacionalismo que viabilizam a unificação, resistência e descolonização dos povos submetidos. Trocam-se os sinais e os personagens, mas o ‘código genético’ da História pensada e ensinada permanece o mesmo. Soma-se Índia, China, Japão, civilizações pré-colombianas, índios do futuro Brasil, como forma de enfrentar o eurocentrismo, e comete-se etnocídio ao mesmo tempo (CERRI, 2009, p. 136).

Nessa perspectiva, o ensino de História, por mais que esteja direcionado para uma reflexão sobre a diversidade étnica e cultural do Brasil, tende a realizar-se de acordo com práticas seletivas, baseadas em concepções de tempo, de homem e de mundo incorporados a partir do enfoque europeu. O autor sugere uma irreversibilidade do eurocentrismo que em nossa proposta assumimos como um alerta, mas não como um impeditivo para sua realização.

Optamos pela tentativa de combinar a análise crítica dos currículos, à luz da legislação vigente, com os resultados e propostas originadas de reflexões sobre o ensino de História da América

Latina na educação básica. Interessou-nos explorar ações pedagógicas que possibilitassem a percepção das ligações e proximidades do Brasil com o conjunto das Américas e, particularmente, com a América Latina.

Nesse processo, as contribuições de Conceição e Zamboni (2013) sobre o significado e as relações entre legislações e diretrizes curriculares no Brasil e seu impacto no ensino da História da América Latina foram essenciais. As autoras demonstraram como, embora eventualmente a História da América Latina tenha ganhado espaço em documentos curriculares oficiais, em materiais didáticos e programas de ensino de escolas brasileiras na primeira década de século XXI, a seleção e a organização dos conteúdos indicados para normatizar a educação nacional não permitem a identificação de interesses comuns, que poderiam atuar na construção de perspectivas coletivas de futuro para o continente. Um dos principais impasses presentes nos documentos curriculares analisados pelas autoras e que se estenderam aos materiais e à prática do ensino de História foi sua matriz nacionalista. Esta, mesmo com as mudanças sofridas pela disciplina ao longo dos séculos, seguiu enfatizando diferenças e disputas entre as nações latino-americanas em detrimento da valorização das similitudes de nossos processos históricos (CONCEIÇÃO, ZAMBONI, 2013, p. 421).

Como contrapartida, Conceição e Zamboni propõem estratégias de ensino orientadas por uma noção de identidade latino-americana que não suprima diferenças, em nome de uma essência integradora, mas que expresse a unidade de trajetórias e projetos de futuro que forjaram a região. Em outras palavras, os conteúdos e abordagens sobre a História latino-americana devem contribuir “para o entendimento de que, apesar das particularidades da história de cada país, de cada região, de cada grupo social, a América Latina partilha uma história comum, que é diferente da dos demais continentes/nações” (CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013, p. 423). Abordagens comparadas entre as sociedades latino-americanas foram consideradas pelas autoras como caminhos profícuos para repensar as orientações curriculares e as práticas didáticas brasileiras em um sentido latino-americanista que, em última instância, poderiam “atuar na orientação da vida prática e na construção de perspectivas coletivas de futuro para o continente” (CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013, p. 424).

O PIBID-História da UEMA orientou a seleção de conteúdos e métodos de abordagem empregados com base na identificação de problemáticas socioculturais e políticas marcantes em diferentes momentos históricos e, principalmente, que permitissem o estabelecimento de pontes interpretativas com o mundo cultural dos alunos. O ensino de história foi entendido como espaço de circulação e consolidação de saberes, representações, ideias e símbolos que contribuem para a construção de imaginários e práticas sociais entre professores e alunos. Nessa perspectiva, planejamos e desenvolvemos ações pedagógicas com vistas a superar a compreensão eurocêntrica da formação histórica do Brasil, especialmente no tocante às insistentes concepções que distanciam nosso país da América Latina, e que problematisassem o papel econômico, político e cultural dos Estados Unidos no continente.

A experiência do PIBID-História na Escola de Aplicação da UEMA: conexões entre as Américas e o Brasil/Maranhão como uma possibilidade

A experiência PIBID-História da UEMA (2018-2019) dividiu seus 18 meses de duração em três etapas: a primeira, no segundo semestre de 2018, centrou-se na integração do grupo, fundamentação do ponto de vista legal e teórico da proposta da área e reconhecimento do ambiente escolar. Preocupamo-nos com a integração no sentido afetivo da ideia, pois o grupo reuniu estudantes dos quatro períodos iniciais do curso de Licenciatura em História da UEMA.

A formação incluiu também os três supervisores¹¹ e dividiu-se em três etapas: a apresentação do projeto, com ênfase nas problematizações que o embasaram (conforme apresentamos no ponto anterior); a compreensão de seus fundamentos legais, especialmente, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), naquilo que concerne ao ensino de História, e do Decreto n. 13415/2017, seguidos da análise do documento curricular maranhense (Plano Estadual de Educação). Num terceiro momento, realizamos um estudo bibliográfico da História das Américas, com ênfase nos acontecimentos latino-americanos dos séculos XIX e XX e nas propostas de abordagem que surgiram nos planos de ação elaborados por graduandos e supervisores.¹²

Do ponto de vista da legislação é importante frisar que na Constituição Brasileira de 1988, dentre os seus princípios fundamentais, está a ideia de cooperação entre o Brasil e os países da América Latina. No artigo 4º, que trata do Brasil e suas relações internacionais, a lei estabeleceu que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988). O parágrafo indica uma perspectiva de ruptura com as tendências históricas de alinhamento político e cultural do Brasil com os Estados Unidos e Europa e aponta para a possibilidade de questionamentos da lógica colonialista nas relações internacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), em seus “Princípios e Fins” para a educação brasileira, assegura o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 1996). Desse modo, as bases da legislação educacional respaldam propostas de ensino em uma perspectiva não colonialista pautada na valorização das diversidades étnicas, políticas e culturais do Brasil e da sua relação com a América Latina.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento previsto pela LDBEN que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que

¹¹ Em 2018 a Universidade Estadual do Maranhão disponibilizou edital para que as escolas públicas do Maranhão se candidatassem a participar do PIBID. Após a inscrição de diversas escolas da rede, os professores interessados das unidades foram convocados a realizar uma prova curricular para o ingresso no programa. O Centro Educa Mais Paulo VI (Escola de Aplicação da UEMA), uma das escolas que participou do programa e que está em foco neste artigo, candidatou-se e foi selecionada a participar sob a supervisão da professora efetiva da unidade, Luiza Campos de Souza, que trabalhou vinculada a um grupo de 7 bolsistas da UEMA (Edital UEMA n.32.2018/ Edital PIBID_CAPES n. 07.2018/ Portaria Capes n. 045.2018).

¹²A análise da terceira etapa não será sistematicamente analisada nesta reflexão porque foge aos propósitos do capítulo.

todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica. Inspirada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a BNCC definiu o ensino médio como o momento da educação básica voltado à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental (BRASIL, 2018, p.464).

Ao analisar criticamente as mudanças curriculares previstas pela BNCC para o ensino de História de nível básico fundamental, Abud (2017) ressaltou que em certos aspectos a nova legislação não avançou na mesma direção das inovações epistemológicas do campo, pois manteve, por exemplo, a divisão tradicional dos conteúdos e não respaldou concepções teóricas que estimulam a abordagem da História das minorias brasileiras. De maneira geral, a autora entendeu que a BNCC apresenta a História “como um conhecimento meramente formal”, retirando-lhe “a sua função mais expressiva como disciplina formadora de cidadãos” e alerta que as mudanças e permanências observadas na BNCC não devem ser consideradas como simples trocas de conteúdos, mas como parte da consolidação de determinados projetos políticos de poder resultantes das pressões de grupos hegemônicos na sociedade brasileira (ABUD, 2017, p. 24).

Orientando-nos por tal entendimento e centrando-nos naquilo que concerne ao Ensino Médio, é importante salientar que a BNCC aprovada em 2018 regulamentou o decreto que estabeleceu o Novo Ensino Médio no Brasil, aprovado sob o governo de Michel Temer, por meio da lei nº 13.415/2017, que alterou a LDBEN (BRASIL, 2017). Muitas críticas foram feitas pelos profissionais de educação à proposta do Novo Ensino Médio, já que pela natureza da lei em forma de decreto não passou por debates substanciais com os setores da sociedade civil ligados à educação e retirou a obrigatoriedade do ensino de História de forma ampla.

Na BNCC para o Ensino Médio a História aparece como componente curricular na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2018, p.469). A nova Lei reorganizou o currículo escolar privilegiando os componentes de matemática e linguagens em detrimento das ciências humanas e naturais, pois parte da carga horária destinada a estas áreas tornou-se optativa no Ensino Médio. Tal mudança restringiu ainda mais o contato dos estudantes do nível básico com a área de ciências humanas, em geral, e História, em particular. A esse respeito, Toledo identifica a preponderância de uma visão tecnicista do Ensino Médio favorecida pela ausência de debates com especialistas da área de educação e a sociedade civil (TOLEDO, 2017, p. 194).

Em reuniões com os bolsistas e supervisores pudemos observar como os currículos oficiais expressaram as transformações políticas e culturais vividas no Brasil nos últimos anos e a forma como o ensino da História das Américas, sofrerá seus efeitos. De todo modo, ressaltamos que as “prescrições curriculares determinam alguns parâmetros, mas algumas transgressões ou transcendências ocasionais são permitidas, desde que a retórica e o gerenciamento das prescrições não sejam desafiados” (CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013, p. 435).

Considerando tais limitações e possibilidades, passamos da análise da BNCC à abordagem crítica da matriz curricular de história para o ensino médio do Maranhão (MARANHÃO, 2017). Neste caso, a História da América apareceu contemplada, enquanto conteúdo, em todos os anos do Ensino Médio, o que demonstra um esforço por parte da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC/MA) em garantir a presença do conteúdo no currículo escolar. No entanto, o documento é anterior à aprovação da nova lei do Ensino Médio e possivelmente terá que se adaptar às novas diretrizes legais nos próximos anos.

	1º Período	2º Período	3º Período	4º Período
1º Ano do Ensino Médio	“A Pré-História; Comunidades Primitivas no(a): África, América, Brasil e Maranhão”.		“A América antes dos europeus: Astecas, Incas, Maias e Tupis”.	“A América antes dos europeus: Astecas, Incas, Maias e Tupis”.
2º Ano do Ensino Médio	“A América antes dos europeus: Astecas, Incas, Maias e Tupis; Colonização da América espanhola, inglesa e francesa”.	“Revoluções nas Américas: Independência dos Estados Unidos, Independências hispano-americanas; Revolução do Haiti”.		“Os Estados Unidos e a América Hispânica no período pós independência”.
3º Ano do Ensino Médio		“Guerra Fria e a Revolução Cubana”;	Movimentos sociais e políticos na América Latina e no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960; “As Ditaduras Militares na América Latina”;	

Fonte: Matriz Curricular do Estado do Maranhão, 2017.

A presença de diferentes temas da História da América Latina na matriz curricular maranhense permitiu que os professores/supervisores adaptassem aspectos dos seus programas à proposta do projeto PIBID-História da UEMA. No caso do Centro Educa Mais Paulo VI, a supervisora, em estreito diálogo com os bolsistas e conectada às necessidades das turmas, optou por criar e desenvolver conteúdos e projetos voltados à valorização das conexões entre a história do Brasil e da América Latina. Diversos foram os conteúdos da História das Américas abordados nas aulas e atividades, entretanto, duas propostas destacaram-se pela forma como incorporaram as reflexões propostas no projeto da área e impactaram positivamente entre os bolsistas e estudantes do Ensino Médio. Trata-se dos planos de ação intitulados “Conexão Brasil-Jamaica” e “A independência

do Haiti”. Ambos abordaram a História da América Latina de “dentro” para “fora” a partir de uma perspectiva de história comparada e conectada e evidenciaram o potencial qualitativo da relação entre saber acadêmico e saber escolar propiciado pelo PIBID.

O projeto “**Conexão Brasil-Jamaica**” foi realizado em agosto 2019 e teve como objetivo explorar elos socioculturais entre o Brasil e a América Latina por meio de elementos significativos na vida dos estudantes do Ensino Médio maranhense. Os bolsistas propuseram-se a reconstruir com os estudantes as origens da cultura do reggae do Maranhão. No estado, este estilo musical repleto de tipologias faz parte da cultura cotidiana da população e espalha-se pela cidade em festivais e clubes de reggae, sua origem na cidade é controversa, mas pesquisas destacam a década de 60 do século XX como marco inicial da chegada do estilo musical à região (COSTA, 2016). A proximidade entre a realidade étnica e cultural do Maranhão e da Jamaica é levantada como hipótese explicativa para o sucesso do gênero musical no estado.¹³ As pesquisas e leituras realizadas pelos bolsistas em semestres anteriores contribuíram de forma rica para o debate e, sob a orientação da supervisora e da coordenadora do PIBID-História, resultou num percurso profícuo de análise e no estabelecimento de pontes entre a musicalidade maranhense compartilhada pelos jovens estudantes da escola e a cultura musical do país caribenho.

Cada etapa do plano de ação criou diferentes situações para o contato dos estudantes com o Caribe e as conexões com o Maranhão: num primeiro momento, os bolsistas PIBID apresentaram o projeto para as três turmas de terceira série, recorrendo a recursos audiovisuais para apresentar o mapa do Caribe e as teorias que explicam a chegada do reggae ao Maranhão. As turmas foram divididas em grupos que trabalharam o tema a partir do aprofundamento de pesquisas que subsidiaram a produção de um mural na escola e a visita de estudo ao Museu do Reggae no Maranhão.¹⁴ Cada turma ficou responsável pelo desenvolvimento de um subtema estabelecido previamente como parte da proposta: “a origem do reggae”, “a chegada do reggae no Maranhão” e “as principais personalidades do reggae no Brasil e na Jamaica”. No final do processo, as três turmas apresentaram suas ações no pátio da escola para toda a comunidade escolar. Neste dia houve mudança na agenda da escola e todas as turmas de primeira e segunda série contemplaram o trabalho que os alunos da terceira série tinham elaborado sob a liderança dos bolsistas PIBID-História da UEMA e da supervisora (DALMÁS, 2019, p. 14).

O projeto sobre “**A independência do Haiti**” aconteceu entre setembro e outubro de 2019. Desta vez, o público-alvo foram os alunos da segunda série da escola. A escolha do tema partiu de um interesse latente compartilhado pelos bolsistas: as questões étnico-raciais no Maranhão, no Brasil e no mundo. Nenhum dos graduandos envolvidos no projeto havia estudado a temática nas disciplinas cursadas na graduação. A atividade teve como foco criar um ambiente de estímulo para que

¹³ Consultar: Rogério Costa (2007); Maria do Carmo Lima Morias e Patricia Carla Viana de Araújo (2008); e Tássio H. de Farias e João Henrique Costa (2016),

¹⁴ O Museu localiza-se na Rua da Estrela, 124, Praia Grande, Centro Histórico, São Luís – Maranhão.

os discentes buscassem mais acesso às informações sobre o tema e comparassem o processo de lutas do povo negro do Haiti com as do Brasil, além de refletir sobre outras experiências de independência no continente. Durante o andamento do projeto fez-se análise do livro didático em sala e os bolsistas questionaram a escassez de informações sobre o tema na obra adotada pela escola.¹⁵ As respostas foram muito reflexivas, demonstrando que os bolsistas perceberam a existência do silenciamento do tema e refletiram criticamente sobre o assunto. Os discentes da escola, em diversos momentos, mostraram-se surpresos com a grandiosidade da história de Independência do Haiti (1791-1804) e demonstraram interesse pela História da América Caribenha.

A estratégia adotada pela coordenação da área e pela supervisora preocupou-se com a ampliação do repertório dos bolsistas sobre o tema e, simultaneamente, com o estabelecimento de uma problematização que os ajudasse a pensar comparativamente o processo de independência do Haiti e do Brasil. Ficou acordado em reunião prévia que os bolsistas produziram um texto de apoio, pois se constatou que o material didático da escola era insuficiente para embasar uma abordagem qualitativa e problematizante sobre o tema, especialmente por se tratar de um assunto tão importante diante da realidade educacional de um estado majoritariamente negro como o Maranhão.¹⁶

O PIBID forneceu recursos para a realização de 200 cópias do texto, permitindo que todos os alunos da segunda série do Ensino Médio da escola tivessem acesso ao material. Este foi distribuído, lido e analisado sob orientação dos bolsistas. Como forma de avaliação, foi criada uma atividade interativa em formato de jogo de tabuleiro.¹⁷ A atividade culminou com a escolha de uma das turmas para elaborar e apresentar, durante as atividades da semana da consciência negra, um mural com a história de François-Dominique Toussaint L'Ouverture. Tratou-se de uma estratégia para consolidar e revisar os conhecimentos elaborados pelos discentes da escola ao mesmo tempo em que a experiência histórica do Haiti figurou nos painéis conectada às histórias de luta do povo negro no Brasil.

De maneira geral, o contato dos graduandos com a prática de ensino de História na educação básica pública, para além das matérias obrigatórias que compõem a grade curricular, contribuiu para a simultânea problematização dos currículos e seu papel no cotidiano escolar. Nos relatórios finais entregues à coordenação e supervisão do programa, muitos foram os relatos que indicaram um

¹⁵ A independência do Haiti, primeira revolução negra da América a abolir a escravidão e primeiro país da América Latina a conquistar a independência, apareceu no material didático ocupando apenas uma página (p. 141), enquanto que a Revolução Francesa ocupou onze páginas (p. 119-130). Ver material didático: ALVES, A e OLIVEIRA, L. F. Conexões com a História. Volume 2. Editora Moderna, 3ª edição, São Paulo, 2016.

¹⁶ Para sanar a ausência de um suporte didático consistente para abordar a Independência do Haiti, os bolsistas produziram um novo conteúdo, resenhando textos acadêmicos disponibilizados pela coordenadora do subprojeto. Em reunião do plano de ação, criamos um esqueleto do texto e cada dupla de bolsistas se responsabilizou pelo desenvolvimento de uma lauda sobre o tema. No final, os textos foram conectados gerando um único material. Após a distribuição dos textos entre os alunos da escola, os bolsistas orientaram a leitura e fizeram questionamentos orais em sala (DALMÁS, 2019).

¹⁷ Na produção da atividade foram utilizados materiais disponibilizados pelo programa como: cartolinas, papéis, tintas, colas, pincéis etc. As salas de segunda série subdividiu-se em 4 equipes e foram realizadas perguntas sobre o texto para os líderes de cada equipe que, ao avançar nas respostas se moviam no tabuleiro. Vencia o jogo o grupo que chegasse primeiro no final do tabuleiro, ou seja, acertasse mais respostas. (DALMÁS, 2019).

amadurecimento ao longo do processo (DALMÁS, 2019, p. 16). A estrutura deficitária da unidade de ensino em questão, que inicialmente era vislumbrada pelos bolsistas como um empecilho ao desenvolvimento dos projetos educacionais, passou a ser concebida como ambiente de possibilidades e transformações, sem perder de vista a reflexão crítica sobre a precariedade da educação básica brasileira. Da mesma maneira, as dificuldades cognitivas dos alunos da unidade de ensino diante dos conteúdos de História das Américas demonstrou um profícuo caminho de superação de uma visão sobre a disciplina História como um apanhado de curiosidades a serem memorizadas, tornando-a um espaço de percepção e reflexão sobre o ambiente sociocultural que circunda suas vidas e sua estreita conexão com o continente ao qual o Brasil pertence.

O Brasil e a América Latina em conexão: caminhos para a construção de um currículo escolar em perspectiva não eurocêntrica

A experiência do projeto PIBID-História da UEMA na Escola de Aplicação demonstrou a viabilidade da construção e realização de abordagens sobre a História das Américas no ensino básico a partir de temas e problemas que conectam o Brasil com o continente. Os resultados positivos da experiência deveriam-se, sobretudo, à disponibilidade da professora supervisora e dos bolsistas que atuaram para compreender, incorporar e realizar o projeto proposto pela coordenadora da área. Os resultados alcançados na prática e nas reflexões elaboradas para os relatórios anual e final do projeto atestaram como o PIBID representa um caminho profícuo para o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Os debates teóricos e reflexões sobre o ensino de História que embasaram o projeto, associados às ações concretas dos bolsistas PIBID, indicam como a circulação de ideias e experiências entre professores universitários, graduandos das licenciaturas e docentes do ensino básico podem viabilizar a elaboração de estratégias de ensino-aprendizagem que conectem as pluralidades de saberes produzidos nas universidades e nas escolas. Entendemos que os avanços epistemológicos na crítica ao eurocentrismo encontram terreno fértil quando observados na prática do docente da educação básica, especialmente relacionados a maneira como os conteúdos previstos nos currículos engessam os professores numa perspectiva de apresentação fragmentada da história, baseada em recortes tradicionais e descolada das vivências dos estudantes. A inversão de uma lógica colonialista no ensinar perpassa pela aproximação entre o saber histórico escolar e a construção dos campos epistemológicos de forma consciente e dialética, além de representar um prodigioso atrelamento entre a teoria e a práxis pedagógica no sentido de transformar o significado do conhecimento histórico para a vida dos estudantes.

O estudo crítico dos currículos vigentes nas escolas maranhenses reiterou como a ausência de um documento normativo que indique e formalize uma preocupação com a integração da História das Américas nos currículos escolares brasileiros exige que a formação dos professores e sua atuação

profissionais preenchem essa lacuna. Bem como demonstram que a situação atual ainda corresponde ao diagnóstico apresentado por Circe Bittencourt (2005) quando ressaltou que os conteúdos escolares

de História da América podem ser encontrados em vários momentos da trajetória escolar brasileira, mas quem determina seu ensino é o professor, na constituição da disciplina e na seleção dos conteúdos significativos, o que remete diretamente às formas de apropriação de tais documentos (BITTENCOURT, 2005, p. 6).

Ou seja, a experiência do PIBID-História coloca em questão a formação dos graduandos das licenciaturas brasileiras e, por consequência, como os currículos das universidades estão sendo pensados e executados para formar professores capazes de enfrentar tais problemáticas no dia-a-dia.

Durante o andamento do programa, subsidiados pelos autores apresentados acima, refletimos como conteúdos de História das Américas, quando abordados de forma isolada, pouco favorecem as reflexões sobre a relação e o lugar do Brasil nas Américas e, muito menos, contribui para uma percepção do nosso pertencimento ao continente. Por outro lado, o exercício de comparação e as conexões identificadas entre a História do Brasil e de outros países da região, mostrou-se um instrumento capaz de contribuir de forma qualitativa no processo ensino-aprendizagem da História latino-americana.

Tirar substancialmente o foco dos conflitos, deslocando a visão para abordagens de circulação cultural e de aproximação das formas de resistência política e social entre os países do continente mostrou resultados com significativo potencial reflexivo entre os estudantes (graduandos e do ensino básico). Entendemos que é possível avançar propositivamente nesse campo, a partir de experiências teórico e metodologicamente orientadas para pensar e apresentar a História da Brasil integrada a das Américas, tanto na formação docente quanto no ensino básico e, assim, superar abordagens pautadas em lógicas nacionalistas e eurocêntricas que pouco têm contribuído para o desenvolvimento de uma consciência coletiva a respeito da importância do conhecimento histórico para as transformações sociais que almejamos para o Brasil e as Américas.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M.. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007, v. 01, p. 107-117.
- ABUD, K. M.. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO Jr, H. C.; VALÉRIO, M. E. (Org.). *Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular*. 1ed. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2017, v. , p. 13-26. p. 24-25.
- ALVES, A e OLIVEIRA, L. F. *Conexões com a História*. Volume 2. Editora Moderna, 3ª edição, São Paulo, 2016.
- BITTENCOURT, C. M. F.. Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 4, p. 01-11, 2005

- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996
- BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 21.01.2021
- BRASIL. Lei nº 13.415/2017. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Criando o Novo Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 25.01.2021
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: < <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 24/06/2020 p. 469
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, MEC/SEF, 1997
- CARDOSO, O. Representações dos professores sobre saber histórico escolar. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), 2007, v. 37, p. 209-226
- CERTEAU, M de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CAPELATO, M., H. R. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. VILLAÇA, M; PRADO, M. L. C. (Organizadoras) *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.
- CERRI, L. F. Recortes e organizações de conteúdos históricos para a educação básica. *Antíteses*, vol. 2, núm. 3, enero-junio, 2009, pp. 131-152 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil, 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 Art. 4º Parágrafo único.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21. 01.2020.
- COSTA, R. Reggae: de tesouro da Jamaica a ritmo popularizado no Maranhão. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador - BA. III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador - BA: Edufba, 2007. v. 3.
- DALMÁS, C. Relatório Final de Atividades do Coordenador de Área: Pibid-História. 2019.
- FARIAS, T. R. P. ; COSTA, J. H. . Da Jamaica ao Brasil: por uma história social do reggae. *Contribuciones a las Ciencias Sociales* , v. 31, 2016, p. 1-29.
- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. Volume I – XVI . – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/historia-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 25.01.2020
- LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1980.
- MARANHÃO. Escola Digna: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular./ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017 Acesso em: <<https://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/11/CADERNO-HIST%C3%93RIA-PRONTO-COM-FOLHADE-ROSTO-ATUALIZADO-EM-21-AGO-2017-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>> Disponível em: 25.06.2020
- MARFAN, M. A. (Org.). *O ensino de história e geografia no contexto do MERCOSUL*. 1ed. Brasília: MEC, 1998.
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. Acesso em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf.
- MOERBECK, G.; SOUSA, F. G.. Teoria, Escrita e Ensino da História: Além ou Aquém do Eurocentrismo? *Revista Transversos*. Periódico, 2019.
- MONTEIRO, A. M. F.C.. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino* (UEL), Londrina, v. 9, 2003. p. 1-35.

- MORIAS, M. C. L.; ARAUJO, P. C. V. O reggae, da Jamaica ao maranhão: presença e evolução. In.: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador, Bahia. Anais... Salvador, UFBA, 2008, p. 1-13.
- PIROLA, C. J. ; ZAMBONI, E. A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina. *Práxis Educativa* (Brasil), vol. 8, núm. Universidade Estadual de Ponta Grossa Paraná, Brasil.2, julio-diciembre, 2013, pp. 419-441.
- PRADO, Maria Ligia C.. Repensando a História Comparada da América Latina. *Centro Latinoamericano de Economía y Humanidades (CLAEH)*. Montevideu, Uruguai. 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. Acesso em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
- SEIGEL, M. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. n.91, Winter, 2005, p.62-90,
- SUBRAHMANYAM, S. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 1, 1997, p. 735-762.
- THEML, N. e BUSTAMANTE, R. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, volume 1, nº 1, jun./2007.
- TOLEDO, M. R. A.. O ensino médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e de sua reforma atual. In: MACHADO, A. R. de A.; TOLEDO, M. R. de A.(Org.). *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI*. 1ed.São Paulo: Cortez, 2017, v. 1, p. 178-198.

PARTE II
BRASIL E ESTADOS UNIDOS

3. IMPRESSÕES IMPRESSAS: OS ESTADOS UNIDOS NOS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1799-1899)

Lucas de Faria Junqueira*

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) já foram objeto de pesquisa de estudiosos de diversas áreas de atuação. No âmbito historiográfico, a maior parte das análises recaiu sobre a influência estadunidense no Brasil, particularmente no século XX, no bojo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e subsequente Guerra Fria (1947-1991). Em seu consagrado *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Moniz Bandeira, após listar influências estadunidenses no país nos séculos XIX e XX, não deixou de salientar que “até a primeira guerra imperialista, a formação cultural do Brasil era predominantemente europeia. A contribuição americana, além de eventual, ainda não apresentava nenhuma característica”, sendo que fora o “cinema, a descoberta dos irmãos Lumière que Hollywood aperfeiçoou e lhe deu bases industriais”, o que “permitiria aos Estados Unidos a propaganda de massa, a imposição do seu *way of life*, de sua *culture*, de seus objetivos políticos e militares” (BANDEIRA, 1973, p. 207).

Partindo-se da premissa de que a hegemonia cultural estadunidense somente se consolidou no Brasil ao longo da primeira metade do século XX, procura-se aqui, contudo, demonstrar que, desde fins do século XVIII, ainda no âmbito da ilustração do Antigo Regime bragantino, os EUA despertavam crescente atenção no Império português, tal como no Brasil independente após 1822. Evidências do fenômeno podem ser encontradas nos impressos, publicados em diversos países¹, de natureza variada, mormente nos relatos de viagem, fontes privilegiadas para o estudo das representações emergidas da “zona de contato” (PRATT, 1999).

O interesse português pela primeira república americana e o que nela havia de progresso científico e material resultou na viagem do luso-brasileiro Hipólito José da Costa aos Estados Unidos, nos anos de 1798 a 1800. Fora enviado pelo ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em missão oficial do governo português, porém de caráter sigiloso. Hipólito levava instruções ministeriais que orientavam a procura por “alguns produtos e noções de úteis culturas aos Estados Unidos da América e ao México”, com especial atenção aos

* Doutorando em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Assistente de História da América, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

¹ Para os fins deste estudo, não faz muito sentido recorte de autores por local de nascimento ou de obras por local de edição, se o foco é a difusão em português de imagens acerca dos EUA no Brasil. Ao longo de todo o século XIX, autores e editores portugueses publicaram muitas vezes pensando tanto no público luso como no brasileiro, e vice-versa. Portugueses imprimiram livros sobre os EUA no Brasil, tal como brasileiros em Portugal, França, EUA e Alemanha. O autor consigna estar ciente dos problemas derivados do recorte concernente à língua portuguesa, posto que o inglês e (principalmente) o francês eram línguas lidas e faladas pela intelectualidade luso-brasileira. Não obstante, espera que o recorte se justifique sob o argumento de que houvesse a intencionalidade de popularizar o conhecimento acerca dos EUA, ao se imprimir em português.

cultivos do tabaco, do linho cânhamo, de gramíneas e árvores, devendo mandar “todas as observações que puder fazer sobre a agricultura” norte-americana, e sementes, bem como a cochonilha mexicana. Deveria também “observar alguns trabalhos sobre os minerais”, e “não perder de vista todas as obras hidráulicas que se lhe oferecerem” (COUTINHO apud XAVIER, 1997, p. 43-44).²

A viagem de Hipólito aos EUA e ao México deixou um legado de fontes variadas, como seu diário particular, cartas, traduções e memórias científicas, obras publicadas em distintos momentos. Assumindo o papel de jovem naturalista em sua estada na América do Norte, o que lhe permitia coligir as informações que buscava como agente português, suas primeiras produções oriundas da experiência em terras estadunidenses expressaram seus esforços neste sentido: *Descrição da arvore assucareira, e da sua utilidade e cultura*, e *Descrição de huma maquina para tocar a bomba á bordo dos navios sem o trabalho de homens*, ambas as memórias dadas à estampa em 1800, na tipografia lisboeta do Arco do Cego. No ano seguinte, saiu pela mesma tipografia a tradução de Hipólito da *Memoria sobre a bronchocele ou papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Berthou* (SILVA, 1859, p. 199).

Ao que parece, Hipólito agradeceu na execução da comissão aos EUA confiada a ele por D. Rodrigo, posto que este decidiu nomeá-lo em seu regresso Deputado Literário à Junta da Imprensa Régia, da qual participavam o botânico mineiro Frei José Mariano da Conceição Veloso, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo. Ainda quando da estada de Hipólito na América do Norte, José Feliciano e Antonio Carlos traduziram a obra *Cultura Americana que conte'm huma relação do terreno, clima, produção, e agricultura das Colonias Britanicas no Norte da America, e nas Indias Occidentais [...] Por Hum Americano*, em dois volumes, cada qual responsável pela tradução de um destes. Saíram ambos os volumes pela Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, em 1799. Trata-se de obra semelhante a uma enciclopédia geográfica e econômica. O destaque recai sobre os motivos pelos quais fora traduzida, consignados por José Feliciano na dedicatória ao príncipe D. João, contida no primeiro volume:

Nos dias felizes, em que V. ALTEZA REAL faz espalhar pela Nação as luzes, e os conhecimentos úteis, que constituindo a origem das verdadeiras riquezas do Estado, formam a base mais sólida do seu Augusto Trono, aparece também a CULTURA AMERICANA, em que manifestando-se os vícios da economia rústica das Colônias Inglesas, se indicam seus melhoramentos e vantagens, e se discutem profundamente seus mesmos interesses políticos com a Metrópole (PINHEIRO, 1799, p. VI).

Logo a seguir, Feliciano dera início ao longo histórico de comparações Brasil-Estados Unidos na literatura luso-brasileira, particularmente quanto à questão geográfica, na qual é recorrente desde então a imagem de pobreza do território estadunidense em contraponto à riqueza/fertilidade das terras colonizadas pelos portugueses na América:

² As transcrições tiveram sua ortografia atualizada.

E se o sopro benfazejo da indústria pôde infundir nova vida à natureza morta d'algumas destas Províncias, corrigindo-lhes gradualmente o terreno ingrato, e o frio devastador [...]; que incalculáveis conseqüências não resultarão de se naturalizarem estas ideias proveitosas, e os sistemas mais apropriados nas Colônias Portuguesas da América, Clima o mais benigno, Região a mais bela do Meiodia? Haja um estímulo nobre de despertá-las do sono letárgico, que as acabrunha, e dissipar a languidez funesta, que encadeia todos os princípios de fecundidade nos campos os mais férteis do Universo! (PINHEIRO, 1799, p. VI-VII).

Além das memórias de Hipólito, a Arco do Cego imprimiu no mesmo ano de 1800 a *Historia Nova, e Completa da America, Colligida de Diversos Authores, Debaixo dos Auspicios, e Ordem de S. Alteza Real O Príncipe Regente Nosso Senhor*, também da lavra de José Feliciano, provavelmente o primeiro “livro de história” sobre o passado colonial dos Estados Unidos escrito em português. Para que não se tenha dúvida acerca de qual América se refere o título, sinaliza-se que dos sete capítulos da obra, o primeiro, de caráter introdutório, é dedicado a um pequeno resumo da conquista espanhola e costumes ameríndios, com destaque para as nações da América do Norte. Os demais capítulos tratam da história da colonização inglesa, e em menor medida, francesa, naquela parte do continente, desde a expedição de descoberta do italiano Giovanni Caboto até o Tratado de Paris, que pôs fim à Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A obra deve ter tido boa acolhida, posto que logrou ser impressa novamente, desta vez pela Imprensa Régia, em 1807.

Mesma sorte não teve à época o relato oficial da viagem que Hipólito redigiu em formato de memória, endereçada a D. Rodrigo de Souza Coutinho, talvez porque expusesse o caráter de “espionagem industrial e agrícola”, digamos, da missão luso-brasileira à América do Norte. Foi postumamente publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, em 1858 (tomo XXI). Nesta, além de dar conta dos cultivos agrícolas determinados por D. Rodrigo, descreveu moinhos e outros engenhos estadunidenses, relatou a longínqua pesca das baleias em águas brasileiras, bem como o estado das minas e jazidas minerais da América do Norte, buscando trazer o que de útil considerou para dinamizar a economia dos domínios da Coroa lusitana (COSTA, 1858).

Já a mais interessante das fontes de Hipólito sobre os EUA, seu *Diário de minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*, de cunho pessoal e sem pretensão de publicação pelo autor, acabou por vir à luz pela Academia Brasileira de Letras, somente em 1955. Rico em temas e observações perspicazes, o *Diário* veio acompanhado nesta primeira edição por cartas de Hipólito às autoridades portuguesas. Entre o muito que poderia ser destacado no plano das representações, tem-se a imagem de rusticidade, simplicidade ou mesmo pobreza dos costumes e da população em geral nos EUA, um contraste frente às impressões de riqueza e progresso econômico desse país por parte da maioria dos viajantes (luso)brasileiros posteriores.

Tendo como referencial as sociedades cortesãs europeias, Hipólito estranhou a falta de cerimonial na recepção de “Ano Bom” de 1799, em que conheceu o presidente John Adams, na qual “o mesmo Presidente muda de lugar frequentemente, de modo que estão todos confundidos sem ordem ou

arrançamento de etiqueta”, sendo que “à exceção dos ministros estrangeiros, todo o resto respirava muita pouca civilização, de maneiras polidas”. Quanto ao desfile de 4 de Julho do mesmo ano, em Nova York, assinalou que “não sabiam nada de etiqueta militar” (COSTA, 1955, p. 68-69 e 152).

Acostumado com os naturalistas europeus e a pompa da Universidade de Coimbra, teve uma experiência surpreendente em uma visita à fazenda de um botânico da Pensilvânia, ao se deparar com sua jovem filha, uma camponesa de cerca de 15 anos, versada no sistema de Lineu.³ Contudo, Hipólito percebeu que o mesmo país onde uma família camponesa podia ser cientificamente instruída possuía uma maioria mais atenta às questões mundanas (como ganhar dinheiro), ao assinalar que na “livraria pública raras pessoas se encontram, em geral, a gente aqui a nada atende que ao escritório”. Em outro momento, salientava que os estadunidenses “empregavam-se de tal modo ao comércio que é a paixão dominante a especulação, é o espírito público; o dinheiro é a única virtude que ambicionam” (COSTA, 1955, p. 73 e 154). Isto em contraste com a imagem da pobreza que levou do povo norte-americano, citando a “escassez do dinheiro e ouro nos Estados Unidos” (COSTA, 1955, p. 49), e guardando para si “provas” advindas da experiência nova-iorquina, tais como o costume disseminado entre as famílias de alugar quartos ou a falta de suntuosidade na decoração dos edifícios públicos.

Tema dos mais destacados na literatura em português sobre os EUA no período abarcado nesta pesquisa é o papel do negro na sociedade norte-americana, dada a existência da escravidão no Sul até 1865, bem como questões relativas à inserção dos libertos na sociedade civil, assuntos de sumo interesse no Império brasileiro, escravocrata até 1888. Como primeiro luso-brasileiro a relatar o que via a respeito, buscou Hipólito registrar a legislação abolicionista de Nova York, que proibia a importação e exportação de cativos, possibilitava manumissões a escravizados com até 50 anos e o sustento daqueles que tivessem idade superior a esta. Destacou ser “notável que o negro forro está habilitado cidadão, e se tem outras qualidades requeridas pela lei (como a residência, certa propriedade etc.) pode votar nas eleições e ser também eleito. Na eleição passada alguns foram votar” (COSTA, 1955, p. 150). Salientou, ainda, que os “negros forros, aqui em Nova York, fazem algumas vezes assembleias com tanto luxo que a negra que vai a pé por não ter carruagem é mal olhada”. Em um comentário solto, e sem indicar fontes, asseverou que nos “Estados do Sul, onde há muitos escravos, eles são tratados com mais humanidade que em outra parte alguma”, opinião que iria oscilar bastante ao longo do tempo entre os (luso)brasileiros (COSTA, 1955, p.148-9 e 155).

³ Sobre o fato registrou Hipólito (COSTA, 1955, 69): “Hoje [2 de janeiro de 1799], fui fazer uma visita ao grande botânico que aqui há, John Bartram [...]; achei em casa só sua filha que terá 15 anos, e que me recebeu ao pé do seu fogão, onde ela estava cosendo, e eu lhe disse que procurava seu pai. Respondeu-me, com toda a afabilidade, que esperasse por ele, pois não tardaria, e com efeito veio daí a meia-hora; neste espaço, conversou comigo em coisas de geografia, a que deu motivo um livro desta ciência, que vi sobre o fogão; passamos, depois, a falar sobre botânica, no que ela não era hóspede, pois que sabia os nomes de muitas plantas e lhe aplicava o nome sistemático do Lineu, sobre cujo sistema também falou, com exatos, ainda que limitados, conhecimentos. Depois veio seu pai que tinha estado trabalhando e, quando eu esperava um cavalheiro, achei um pobre campônio muito malvestido com um grande casacão, mas muito remendado, umas botas velhas do campo; com maneiras assaz grosseiras, inda que sumamente afáveis; e vinham com ele seus dois filhos, um de 12, e outro de 20 anos, que traziam às costas, cada um deles, a sua enxada, pois vinham do trabalho. Sentamo-nos todos ao redor do fogo, e como vi juntos quatro botânicos, com os rudes costumes do campo, mas com instrução suficiente, me demorei até à noite, passando com esta pequena família a melhor tarde que tenho passado na América.”

A certa altura da sua viagem por Nova York, Hipólito foi testemunha de uma cena que fez questão de guardar para si, que talvez seja o primeiro registro em português sobre o famoso *melting pot*: “Atravessando a barca de passagem para Brooklin, em New York, um dos marinheiros que remava, e estava muito bêbado, chamou a outro irlandês; este respondeu que sim, era um irlandês, de que se honrava muito, mas que ele era um *yankee*” (COSTA, 1955, p. 166). A questão da imigração, tal qual tantas outras econômicas, políticas, diplomáticas e militares sobre os Estados Unidos, Hipólito consignou ao longo da existência do seu *Correio Braziliense* (1808-1822) que, como se sabe, apesar de proibido desde 1809 nos territórios portugueses, era bastante lido pelos vassallos da Coroa bragantina.

Segundo Argeu Guimarães, na Universidade de Coimbra, os estudantes, dentre eles muitos brasileiros, liam obras “mais ou menos subversivas” nos anos que antecederam a Revolução do Porto de 1820, e

recebiam em segredo, igualmente, a célebre gazeta londrina de Hipólito da Costa, preconizadora da independência e do império, e estudavam, com insatisfeita curiosidade e ardor, a história da formação dos Estados Unidos da América do Norte, padrão que poderia ajustar-se ao Brasil (GUIMARÃES, 1932, p. 53-54).

O poeta pernambucano Natividade Saldanha, chegado à Universidade de Coimbra em 1819, foi um dos entusiastas do republicanismo estadunidense, influenciando sua posterior adesão à Confederação do Equador (1824), quando do seu retorno a Pernambuco. Contudo, derrotada a república confederada, em sua fuga para os EUA, o poeta, por ser mulato, entrou em contato com a dura realidade racial estadunidense, sendo convidado a se retirar do salão da hospedaria na Filadélfia por incomodar hóspedes brancos, fazendo as refeições em seu quarto.⁴ Não obstante a frustração com a recepção que teve na América do Norte, em sua passagem por Nova York, teve um “panorama encantador” da vida na grande urbe portuária, não deixando de relatar, contudo, à irmã em missiva de 13 de dezembro de 1824, que as casas nova-iorquinas “não têm beleza, não se comparam às de Lisboa e Porto, nem mesmo às de Pernambuco”, semelhante ao quadro vislumbrado por Hipólito. No tocante às mulheres e ao apego ao dinheiro, ou avareza, entre os estadunidenses, temas recorrentes dentre as representações brasileiras sobre os EUA, não deixou Natividade Saldanha de salientar que: “As mulheres, mesmo as moças das famílias mais distintas, saem à rua sozinhas de dia e de noite. Nada falta, havendo dinheiro, gênero de primeira estima neste país, onde não existem pobres. O luxo é imenso. As modas variam todas as semanas” (NATIVIDADE apud GUIMARÃES, 1932, p. 109-110). Como visto, na avaliação quanto à pobreza estadunidense, o relato de Natividade destoa do *Diário* de Hipólito, distando cerca de 25 anos um do outro – lembrando que ambos permaneceram inéditos no século XIX.

⁴ Quase meio século depois, em junho de 1873, o engenheiro André Rebouças, também mulato, sofreria com o racismo estadunidense de forma semelhante. Anotara ele, em seu Diário, que em sua chegada a Nova York, só conseguiu hospedagem “com a condição de comer no quarto e nunca no restaurante”, relatando ainda que o “prejuízo da cor” impedira que assistisse “ao espetáculo no ‘Grand Opera House’” (REBOUÇAS, 1938, 246).

Outro pernambucano exilado nos Estados Unidos fora Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, revolucionário de 1817, que após a Independência foi o primeiro agente diplomático brasileiro em Washington sem, contudo, assumir oficialmente o encargo junto à Secretaria de Estado. Não obstante, manteve correspondência com o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, na qual certa vez, a 31 de julho de 1823, novamente apareceu a imagem de cobiça da sociedade estadunidense, algo que já era, então, entendido inclusive como *leitmotiv* da política externa da América:

A Natureza havendo-se mostrado parca em suas produções do Norte, o comércio e a indústria são os recursos principais desta região; não é pois de se estranhar se estes americanos penetram em todas as partes com a maior perseverança para granjear o que pode satisfazer sua necessidade e cobiça; nem deve causar admiração se seu Governo, seguindo esta propensão nacional vai continuamente especulando nas suas relações estrangeiras, cuja delicadeza está frequentemente subordinada ao logro (BRASIL, 1923, p. 73).

Já José Silvestre Rebelo, primeiro encarregado de negócios a entrar em exercício junto ao governo estadunidense, escreveu em 26 de abril de 1824, ao ministro Carvalho e Mello:

Parece-me que o Gov. de S. M. me está perguntando do que é a Nação dos Estados Unidos: respondo é um Colomyal [sic] aonde na Semana de dia cada abelha cuida em cerretar, pela indústria, o mais que pode para o seu favor do resultado do trabalho alheio, passando as noites em conversação racional; aos Domingos se entretém em rezar, e meditar; ainda cá não vi um baralho de cartas nas mãos de ninguém (BRASIL, 1923, p. 84).

Curiosa e contraditoriamente, Rebelo buscou evidenciar a superioridade do regime monárquico sobre o republicano destacando a condição financeira precária dos líderes políticos estadunidenses, portanto algo distante da imagem de um povo que se apropria (no caso, pela via da política) “do resultado do trabalho alheio”:

O Ex-Presidente Jefferson acaba de obter da legislatura do seu Estado, licença para vender por Loteria os seus bens, a fim de pagar aos seus credores, está pois pobríssimo; Adams em cuja casa estive, não me fez ver riqueza alguma porque a não tem; Madison não parece muito abastado; Monroe está quase a pedir esmola. Esta real situação de pobreza existente nas primeiras pessoas deste país provará ao Universo inteiro que o que se chama republicanism moderno é engendrador de miséria, e por tanto claramente oposto aos fins santíssimos da criação deste Universo, aonde o Ente Supremo não fez aparecer criaturas para sofrerem [...] (BRASIL, 1923, p. 183).

No Brasil, distante do cotidiano norte-americano, as opiniões sobre os Estados Unidos divergiam a partir dos posicionamentos políticos de cada um, sendo que prevaleciam como referenciais para o debate público, para além do mundo ibérico e suas tradições, a Grã-Bretanha e a França. De qualquer sorte, visando atacar os argumentos dos que buscavam inspiração na Revolução Americana para justificar a Independência brasileira, apareceu impresso na Bahia, em 1822, opúsculo de 36 páginas intitulado *A América Ingleza e o Brazil Contrastados, ou imparcial demonstração da sobeja razão, que teve a Primeira; e a sem razão do Segundo, para se desligarem da Mãe-Patria; por Hum Amigo da Ordem*, na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho. Felizmente, foi reproduzido em coletânea documental, tendo em vista o interesse que desperta por legitimar sua argumentação a partir das histórias

coloniais distintas, com destaque para a descrição concisa, porém bem informada, da colonização inglesa na América do Norte, evidenciando o que pessoas esclarecidas poderiam saber sobre o passado dos Estados Unidos, estando na distante São Salvador da Bahia de Todos os Santos daqueles idos.⁵

Dez anos depois, portanto em 1832, veio à luz no Rio de Janeiro uma interessante obra que trazia ao público brasileiro ampla gama de informações sobre os EUA e seu povo, intitulada *Os Estados Unidos da America Septentrional em 1830 e 1831: ou huma breve descrição geographica, politica, commercial, etc. dos mesmos*, de Alexandre Luiz da Cunha, natural da Ilha da Madeira, à época exilado no Brasil. Como o título sugere e a tabela de matérias comprova, trata-se de uma espécie de almanaque sobre os Estados Unidos, constituído a partir da coleta de “documentos e outros materiais”, ao ponto do autor “assegurar” que a sua “tarefa é toda fundada em documentos autênticos, e os mais modernos”, ressaltando a pretensa objetividade/veracidade da obra (CUNHA, 1832, p. 4). A motivação para a empreitada editorial explicitou o próprio Alexandre Cunha:

Tendo viajado por mais de dois anos nos Estados Unidos d’América, assentei que não podia ocupar melhor o meu tempo, do que estudando o estado atual d’esta famosa Confederação [...] desejoso de apresentar em língua materna e em breve quadro o essencial d’aquela trabalho, fiz o presente extrato que ofereço à consideração do Público. [...] Trabalhei por fazer que a matéria ficasse ao alcance de todas as classes da sociedade. A mocidade adquirirá com a sua leitura o desejo de conhecer mais a fundo as instituições, que em meio século fizeram dos habitantes desta bela parte do continente Americano, um dos povos mais adiantados em civilização, e conhecerão até que grau de prosperidade pode uma Nação chegar com bons costumes, e com o amor do trabalho [...] (CUNHA, 1832, p. 4).

Em meio a dados geográficos e estatísticas demográficas ou econômicas, o fato de Cunha ter vivido nos EUA carregou de subjetividade suas descrições, adjetivando-as constantemente quando se refere a locais em que (supostamente) esteve. Algumas passagens lembram mesmo relatos de viagem, porém estariam mais próximas de algo como um guia turístico, tal qual sua descrição de Nova York:

Nova York – Empório da América do Norte, e para melhor dizer de toda a América! [...] Os Holandeses fundaram esta cidade com o nome de Forte Amsterdã e ainda hoje se conhece isto pelas ruas tortuosas e estreitas da cidade velha. A parte nova, que é quase toda, é bem edificada, n’uma vasta planície, com boas ruas, magnificas casas, e edificios. Entre as suas soberbas ruas, Broadway talvez seja sem rival no mundo, e entre os seus edificios, a casa dos Tribunais merece a primazia. A iluminação da cidade em uma boa parte, assim como a das suas riquíssimas lojas, fábricas etc., é feita com gás. O seu comércio é imenso para todas as partes do mundo, e todas as Nações ali se encontram. [...] Notam-se cinco teatros, diversos jardins públicos, grandes mercados de todo o gênero, magníficos templos de toda a religião e seita, cômodos armazéns, n’uma palavra, todas as conveniências comerciais, e para o gozo da vida se encontram nesta grande cidade (CUNHA, 1832, p. 22-23).

⁵ Este foi, talvez, o primeiro impresso no Brasil a tratar da história colonial inglesa na América do Norte. Destaca-se aqui o discurso quanto ao povoamento: “Diversos povos da Europa, e sobretudo laboriosos Alemães, passam àquelas Províncias, e empreendem roteamentos, com um sucesso e vigor, que espanta todas as Nações. [...] Seus costumes são, os de um povo novo, cultivador, e que não é polido, nem corrompido pela vizinhança de grandes Cidades: há entre eles, geralmente, economia, asseio e boa ordem nas famílias: a galanteria e o jogo, estas paixões de ociosa opulência, raramente alteram esta feliz tranquilidade: as mulheres, são o que devem ser; afáveis, modestas, compassivas, e officosas; e tem todas as virtudes, que perpetuam o império de seus encantos: os homens ocupam-se atenciosamente, do cuidado e progresso de suas plantações, que farão o sustento, e conservação de sua posteridade” (Hum Amigo da Ordem apud CARVALHO, NEVES & BASILE, 2014, 319). A obra teve ainda no mesmo ano de 1822 um *Suplemento*, porém este nada tratava propriamente dos EUA, apenas do debate político da independência Brasileira, então em curso.

A seção em que mais se destacou o olhar do viajante estrangeiro do autor é a XXII, “Habitantes, Linguagem, Caráter, Usos e Costumes”, na qual assinalava que:

Pareceria incrível, senão fora confessado por todos os viajantes, que uma nação composta de povos tão heterogêneos, tenha um caráter, e formasse um corpo tão homogêneo. Com efeito, o Americano do Norte ao Sul, de Leste a Oeste, é o mesmo Americano, amante entusiasta da LIBERDADE, inimigo da *licença*; o bem da Pátria é o seu primeiro cuidado, e a ela sacrifica tudo (CUNHA, 1832, p. 77).

Interessante constatar que os impulsos homogeneizadores do nacionalismo cívico estadunidense, que já chamavam a atenção de Hipólito em fins do século XVIII, ganharam crescente destaque para estrangeiros como Cunha e o francês Alexis de Tocqueville, contemporâneo seu nos Estados Unidos, em 1831, e autor do clássico *De la démocratie en Amérique* (1835). Outro que refletiu acerca de tal fenômeno foi um jovem carioca, leitor e admirador de Tocqueville, João Dabney de Avelar Brotero, que em excursão para visitar parentes nos EUA ao longo de 1847, deixou em seu diário (que restara inédito por quase cem anos) pertinentes reflexões comparando Brasil e Estados Unidos no que tange à identidade nacional. Salientando o isolamento regional do primeiro, posto que no “Brasil raro é o brasileiro que vê alguma coisa do Brasil”, contrapunha com os EUA, onde haveria “um perfeito amálgama”, existindo “nos habitantes dos E.U. um sentimento bem pronunciado de ‘nacionalidade’, que creditava aos “hábitos de viajantes que levam os Americanos a ver todas as suas principais cidades e que por isso os põe em contato com os habitantes dos diferentes Estados da União” (BROTERO, 1945, p. 60-1).

Das décadas de 1830 a 1860, a obra de Alexandre Luiz da Cunha, somada à *Memória* de Hipólito saída pelo IHGB, foram as únicas fontes consultadas publicadas originalmente em português, em formato de livro ou memória, que continham relatos *in loco* da sociedade norte-americana. Não obstante, o interesse pelos Estados Unidos e seu progresso, no Brasil, se manifestou através da tradução de obras políticas, históricas, técnicas ou literárias, bem como na elaboração de ensaios de cunho político e social inspirados nas instituições estadunidenses.

No campo da política, em que pese a vigência da monarquia constitucional no Brasil até 1889, chamavam a atenção as virtudes dos *Founding Fathers* ou do sistema político estadunidense como um todo. O mais admirado dentre estes, Benjamin Franklin (1706-1790), foi eleito acadêmico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, em 1782. Recebeu Franklin homenagem póstuma nesta Academia a 4 de Julho de 1791, com o *Elogio* a ele dedicado, escrito e recitado pelo acadêmico Abade Corrêa da Serra, que fora posteriormente o primeiro titular do cargo de ministro plenipotenciário do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves nos EUA, de 1816 a 1820 (SERRA, 1996). A coleção de aforismos e máximas de Franklin, o popular *Poor Richard's Almanack*, publicado originalmente de 1732 a 1758, ganhara ao menos quatro edições em português, duas no Rio de Janeiro (1822 e 1884) e outras duas em Lisboa (1825 e 1876). Era obra destinada à instrução do homem

simples, porém fora adaptada como livro didático em muitos países da Europa e das Américas, incluindo o Brasil imperial, contribuindo para a disseminação de uma mentalidade capitalista por estas plagas.

O interesse pelos *Founding Fathers* levou o já citado Alexandre Luiz da Cunha, quando ainda nos EUA, a traduzir obra sobre George Washington, *Ultimo Adeos de J. Washington a' nação americana, ou evangelho politico dos Estados Unidos D'America*, vinda a lume no Rio de Janeiro, em 1830, pela Imprensa do Diário. Em 1865, foi a vez de Lincoln ser lembrado, com *As exequias de Abrahão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da America, com um esboço biographico do mesmo offerecido ao povo brasileiro por seu patricio José Manuel da Conceição*, publicada no Rio de Janeiro no mesmo ano em que Conceição fora o primeiro brasileiro a ser ordenado ministro presbiteriano.⁶

No período regencial no Brasil (1831-1840), o intenso debate sobre reformas políticas visando à descentralização do poder, bem como a ocorrência de revoltas em diversas províncias do Império, fomentavam o interesse pela dinâmica alternativa do sistema político estadunidense, algo bastante presente na imprensa de então (DOLHNIKOFF, 2005; FONSECA, 2016). Quando tal período se encerrava, foi impressa a primeira tradução dos *Federalist Papers* em português, sob o título *O Federalista, publicado em inglez por Hamilton, Madisson [sic] e Jay, cidadãos de Nova York, e traduzido em portuguez por ****, em três tomos, no Rio de Janeiro. O tradutor, coberto pelo anonimato, dirigiu-se aos seus leitores buscando justificar a iniciativa da tradução, sinalizando que “Todo mundo procura o Federalista sem o achar: cada exemplar da tradução francesa, não obstante ser cheia de defeitos e de lacunas, paga-se por cinquenta mil réis, e assim mesmo não aparece” (HAMILTON; MADISSON [sic]; JAY, 1840, p. VIII). A obra teve uma segunda edição brasileira oitocentista, saída em 1896, em Ouro Preto (MG), reprodução da primeira edição de 1840, com folha de rosto distinta, apenas.

No que tange à administração pública, um tema caro aos ilustrados do período aqui focado, o sistema prisional e sua função de regeneração social dos delinquentes, foi contemplado com o *Regimento das prisões na America Septentrional*, traduzido por Antonio Candido Ferreira e publicado no Rio de Janeiro, em 1831.⁷ Cinco anos depois, apareceu impressa em Lisboa a *Historia do systema penitenciario na Europa e nos Estados-Unidos d'America*, tradução do bacharel José Cardoso Braga da obra de Charles-Jean-Marie Lucas, *Du système pénitentiaire en Europe et aux États-Unis* (1830). Em sua excursão pelos EUA ao longo de 1847, João Brotero conheceu presídio modelo de Massachusetts, confessando em seu diário que “tomava particular interesse no sistema penitenciário adotado nos EUA” (BROTERO, 1945, p. 63).

⁶ Ao que parece, Conceição, um ex-sacerdote católico, intentava propagandear o presbiterianismo no Brasil por meio da difusão de uma imagem a mais positiva de Lincoln, que fora presbiteriano.

⁷ Esta obra foi identificada entre os livros inventariados na biblioteca de José Lino Coutinho, falecido em 1836. Sobre o assunto, ver Magalhães & Junqueira (2017), *A biblioteca de um estadista do Império: o inventário dos livros de José Lino Coutinho (1836)*. Note-se que Hipólito da Costa (1955) descreveu em sua viagem aos EUA um presídio-hospital, uma prisão de devedores e outra dos delinquentes, além dos respectivos regulamentos prisionais.

Consta no *Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, de 1858, a existência em seu acervo de obra intitulada *Legislação sobre as Alfândegas dos Estados-Unidos*, sem indicação de autor/tradutor, mas indicando a impressão no Rio de Janeiro, em 1833. O interesse pelas alfândegas estadunidenses já havia sido demonstrado por Hipólito da Costa, em sua *Memória a D. Rodrigo*, publicada pelo IHGB e já citada. Nesta, afirmava que estava “procurando saber os motivos e fins do Governo em todas as operações mercantis, no que achei bastante que aprender principalmente na administração das Alfândegas, direitos de importação e tonelada, e outros regulamentos da marinha mercantil, e rendas públicas; compilando para isto todos os documentos autênticos que é possível obter” (COSTA, 1858, p. 352).

Mais de 60 anos depois de Hipólito, A. C. Tavares Bastos também olhava, mas do Brasil, com interesse para os Estados Unidos, sua administração pública e economia, propondo aos seus compatriotas, primeiramente em artigos publicados na imprensa sob pseudônimo *Solitário*, uma série de reformas liberais, que incluíam não somente a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, como ainda o estabelecimento de uma linha de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova York. À época, suspeitou-se que sua campanha na imprensa fora financiada pela Legação dos EUA no Brasil, já que a abertura do Amazonas havia sido pleiteada por Washington, anos antes, além do que suas propostas liberais foram ao encontro dos anseios comerciais *yankees* (BANDEIRA, 1973). Seja como for, o fato é que a inspiração para suas *Cartas do Solitário*, título de 1862 que reuniu seus artigos na imprensa, vinha do liberalismo anglo-saxônico e dos exemplos estadunidenses. No primeiro parágrafo do prefácio, expôs a “ideia geral” que animava sua escrita: “a liberdade do trabalho, isto é, a simplicidade, a comodidade, a independência, a abundância individual, a fortuna pública, a verdadeira grandeza” (1863, IX), tudo isso estaria reunido na sociedade estadunidense. Para Tavares Bastos (1863, 344), o Brasil carecia “mudar de hábitos”, para tanto seria “preciso pôr outra alma no corpo do brasileiro”. E indicava o caminho:

A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica tanto quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interesse real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço. Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto dessa linha curva (TAVARES BASTOS, 1863, p. 345).

A primeira edição das *Cartas do Solitário* logo se esgotou, gerando uma segunda edição ampliada (de 1863, aqui utilizada), demonstrando a acolhida do público leitor às propostas liberais de Tavares Bastos. Continuou a demonstrar seu americanismo em obras posteriores, como *O Valle do Amazonas* (1866) e *A Provincia estudo sobre a descentralisação no Brazil* (1870), que muita repercussão tiveram à época.

Quem também buscou inspiração nos EUA, anos depois, foi o engenheiro André Rebouças, que em 1883 deu à estampa no Rio de Janeiro seus escritos sob o título *Agricultura Nacional, Estudos*

Economicos. Propaganda Abolicionista e Democratica Setembro de 1874 a Setembro de 1883, reunindo suas propostas reformistas agrícolas, econômicas e abolicionistas. Daí até a Proclamação da República de 1889, e da subsequente Constituição de 1891, pela qual o país passou a chamar-se *Estados Unidos do Brasil*, claramente a influência política estadunidense beirou a imitação do seu figurino político, como criticou Oliveira Lima (1899), ou chegou a ser mesmo deletéria, como para o monarquista Eduardo Prado, que teve sua obra *A Ilusão Americana* confiscada e proibida pelo governo brasileiro quando saiu à venda no país, em 1893, logrando vir a público novamente em Paris, em 1895.⁸

Já o interesse pela história dos EUA, que remonta a fins do século XVIII, originou a impressão no Rio de Janeiro de duas traduções no espaço de 11 anos: *Compendio da Historia dos Estados Unidos da America, traduzido do espanhol por hum brasileiro*, em 1827, e *Historia dos Estados D'America Septentrional, e Meridional*, vertida em português por Jacintho Alves Branco Moniz Barreto, em 1838.⁹ Em Lisboa, Antonio da Cunha Pereira de Sotto Maior, que fora cônsul-geral português no EUA entre 1861 e 1866, e encarregado de negócios de 1869 a 1872, publicou *Os Estados Unidos. Esboço historico desde a descoberta da America até á Presidencia de Johnson (1492-1865)*, em 1877, em três volumes. Consignava o autor, no prólogo:

Peço pois a benevolência, não só dos meus compatriotas, mas dos nossos irmãos d'além-mar, a quem poderá interessar a leitura destas páginas. Para a primeira nação da América do Sul não deve ser supérfluo uma sinopse cronológica e descritiva dos principais acontecimentos da grande república americana (SOTTO MAIOR, 1877, p. 6).

A julgar a constância com que a obra de Sotto Maior aparece à venda em leilões ou portais *on-line* de sebos no Brasil do século XXI, efetivamente houve interesse por sua obra deste lado do Atlântico. Indo da história dos EUA para a história ensinada nos EUA, foi estampada no Rio de Janeiro, em 1868, a *Historia universal, resumida para uso das escholas dos Estados-Unidos da America do Norte por Pedro Parley*, traduzida pelo desembargador Lourenço José Ribeiro.

Ainda no campo educacional, diversas gramáticas inglesas foram editadas por portugueses e luso-brasileiros (ou brasílicos, brazilienses, por fim, brasileiros) no período aqui estudado. A primeira delas escrita por um luso-brasileiro foi da lavra de Hipólito da Costa, saída em 1811, quando já morava em seu exílio na Inglaterra, ganhando uma segunda edição ampliada em 1818, ambas impressas em Londres, tal como seu *Correio Braziliense* (BLAKE, 1895, p. 254). As gramáticas inglesas em português evidenciam, para além de oportunidades editoriais, um esforço de difusão do aprendizado da língua inglesa, esforço esse coadjuvado pelos missionários protestantes estadunidenses no Brasil, a partir de meados do século XIX e seus projetos educacionais.

⁸ Em sua denúncia aos primórdios do imperialismo, Prado (1895, 5) bradou ser “tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo”, sendo que para Prado a “fraternidade americana é uma mentira”.

⁹ O *Compendio da Historia dos Estados Unidos da America* encontra-se listado no inventário dos livros do padre luso-baiano Manoel Dendê Bus, em 1836 (MAGALHÃES, 2014). Já no inventário do gaúcho Antonio Carneiro, de 1847, é citada vagamente uma “História dos Estados Unidos da América”, que pode ser o mesmo *Compendio* (VAZ, 2014, p. 26).

Na seara do ensino público e sua pedagogia, os sucessos estadunidenses na implantação da sua “common school” chamavam a atenção no exterior, tanto na Europa como no restante do continente americano. Vigorando nos EUA de meados do século XIX, o método de ensino por meio das “lições de coisas”, ou método intuitivo, ganhara muitos adeptos no Brasil, dentre eles Antonio de Almeida Oliveira, que chegou a narrar aulas com tal método que presenciou *in loco* quando esteve nos Estados Unidos. Oliveira, em sua obra *O ensino publico* (2003 [1874]), teceu elogios a diversos aspectos da educação norte-americana, assim como transcreveu extensos trechos do relatório do ministro francês Célestin Hippeau (1803-1883) contendo observações semelhantes, sobre a educação na América do Norte (HIPPEAU, 1870). Tal relatório ao governo francês, *L’Instruction Publique Aux États-Unis*, despertou tamanho interesse no Brasil que o governo imperial logo determinou sua tradução e distribuição pelas províncias do Império, em 1871 (SCHELBAUER, 2014). Não foi a única iniciativa editorial governamental nesse sentido. Em 1886, se mandou imprimir pela Imprensa Nacional, para adoção nas escolas normais do império, a obra do Conselheiro Ruy Barbosa, *Primeiras Lições de Coisas, Manual de Ensino Elementar para uso dos paes e professores por N. A. Calkin*.

Outro ponto onde os EUA se destacaram no século XIX que atraiu a atenção do governo imperial brasileiro foi o da imigração. Em 1848, o Ministério dos Negócios Estrangeiros mandou imprimir mil exemplares para distribuição de um opúsculo com 48 páginas, intitulado *Colonização. Artigo traduzido da obra England and America, attribuida a Wakefield, e publicada em Nova-York em 1834*. Em 1879, foi a vez do Cônsul Geral do Brasil nos EUA, Salvador de Mendonça, dar à estampa em Nova York a mando do governo a obra *Trabalhadores Asiaticos*, sobre as vantagens da imigração chinesa na América do Norte. Repercutiu no Brasil tal ensaio, saindo logo no *Economista Brasileiro*, de onde se extraiu o texto para uma segunda edição em livro, vinda a lume no Rio de Janeiro, em 1880.

No que toca à produção literária norte-americana ou sobre os Estados Unidos, que fora traduzida ou produzida em português no século XIX, por demais extensa para ser aqui adequadamente examinada, busca-se por ora ressaltar alguns aspectos. Como não poderia deixar de ser, merecem destaque os livros de viajantes pelos EUA. Até o momento, a obra do gênero mais antiga consultada foi *O viajante universal, ou noticia do mundo antigo e moderno. Obra recopilada dos melhores viajantes*, vinda a lume em Lisboa, pela Typografia Rollandiana, em 1804. Trata-se do trigésimo tomo desta verdadeira enciclopédia francesa de viagens, que teve Joseph de La Porte como idealizador e principal autor, até sua morte. Contemplando a América do Norte, este tomo apresentou muito do que posteriormente foi assinalado por viajantes de diversas origens e línguas. Descreveu as nações indígenas do Meio-Oeste, incluindo os Natchez, e dedicou uma seção ao negro nos EUA.¹⁰ Já na

¹⁰Ressaltou o viajante, quanto ao negro no trabalho doméstico, que não vira “fazer distinção alguma entre eles, e os criados brancos, ainda que estes os tratam sempre com desprezo, como se fossem de inferior espécie”, sendo que no tocante aos negros no comércio, relatou os obstáculos racistas ao seu progresso, pelas restrições ao crédito e acesso ao *métier* das grandes firmas: “Se os Negros pois estão reduzidos aqui ao comércio por miúdo, não acusemos sua incapacidade, mas sim a inveja dos Brancos que lhes põem embaraços”. Adiante citou exemplos para provar “que com instrução podem os Negros chegar a ser próprios para todas as profissões”, e que “a cabeça de um Negro está organizada para os cálculos mais assombrosos, e consequentemente para todas as ciências”, mas mesmo assim “não gozam dos mesmos direitos que os

carta destinada a um panorama social geral estadunidense, relatou o viajante ter visto “nesta parte da América um espetáculo novo, e único no mundo” com “uns homens novos, que compondo-se na sua origem da escória de várias nações da Europa, formam uma massa comum, que apresenta caracteres originais, dignos da maior admiração” (LA PORTE, 1804, 203). Complementando as reflexões acerca dos impulsos homogeneizadores estadunidenses, salientou que os imigrantes reconheciam “por verdadeira pátria a que os alimentava, e protegia, e renunciando aos nomes de Ingleses, Franceses etc., tomaram o de Americanos” (LA PORTE, 1804, p. 206).

Dada a vigorosa expansão estadunidense rumo ao Oeste, havia curiosidade dentro e fora dos Estados Unidos por registros pictóricos e escritos de suas terras selvagens e rios caudalosos. Tal curiosidade, antes que a fotografia, o cinema, a TV ou a internet pudessem satisfazê-la, ensejou o trabalho por catorze anos do pintor estadunidense de panoramas John Rowson Smith, resultando no “lençol maior, mais minucioso e exato que existe no mundo”, com “4 milhas de largura” (SMITH, 1852, p. 3), registrando paisagens do rio Mississippi, trabalho este descrito na publicação, em Lisboa, de *Grande panorama Mississippi: viagem pitoresca e artistica por este rio, desde a cascata de Santo Antonio até ao Golfo do Mexico*, estampado em 1852.

No começo do século, o imaginário ocidental sobre as indômitas porções da América do Norte e suas nações indígenas já havia sido fortemente influenciado pelas obras de franceses como La Porte e o mais afamado François René Auguste de Chateaubriand (1768-1848), mais conhecido como Visconde de Chateaubriand. Em que pese a natureza romanceada de suas obras, cumpre citá-las devido ao enorme sucesso que fizeram ao longo de todo o século XIX, tendo edições em diversas línguas no período. Ressalta-se aqui a novela *Atala, ou Les Amours de Deux Sauvages dans le désert*, publicada originalmente em 1801, que teve sua primeira edição portuguesa em Lisboa, em 1810, proibida e confiscada pela Real Mesa Censória dois anos depois. Contudo, logo saíram sucessivas edições em português em Londres (1818), Paris (1818), Bahia (1819) e novamente Lisboa (1820), talvez já sob os ventos liberais da Revolução do Porto, posto que desta vez fora estampada pela Imprensa Régia (MAGALHÃES, 2016). Outras edições se seguiram, século XX adentro. Em 1826, Chateaubriand complementava sua produção sobre os nativos da América do Norte com a publicação de *Les Natchez*, cuja primeira tradução em português ocorreu em Paris, *Os Natchez. Historia Americana pelo Visconde de Chateaubriand*, em 1837, na Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, em quatro tomos, trabalho realizado pelo baiano Caetano Lopes de Moura. O impacto destas obras sobre o romantismo brasileiro foi considerável. Conforme depoimento de Joaquim Nabuco,

Todos sabem que no princípio do século Chateaubriand fundou uma poesia nova, e que essa poesia saiu das florestas americanas. ‘Atala’ e os ‘Natchez’, que encerravam-na, impressionaram o Sr. J. de Alencar, quando já eram apenas monumentos em ruínas [...]. A impressão foi por tal modo forte que, ainda hoje, os índios do escritor brasileiro pensam, amam e falam como se fossem amigos de René (NABUCO, 1978, p. 84).

Branços; não podem eleger, nem serem eleitos para os empregos”; e para evitar conflitos raciais, a solução seria enviá-los para colônias na África (LA PORTE, 1804, p. 298-299 e 310-311).

Seguindo a esteira do sucesso de seus compatriotas Chateaubriand e Tocqueville no mundo lusófono, Édouard René Lefèbvre de Laboulaye (1811-1883) teve sua principal obra literária, *Paris en Amérique* (1863), traduzida e publicada em São Luís com o título *Paris na America pelo Doutor Renato Lefebvre*, em 1867, ganhando segunda edição maranhense, dois anos depois.¹¹

Já no que se refere aos literatos estadunidenses, Moniz Bandeira sintetizou seu alcance no Brasil oitocentista:

Machado de Assis, Emílio de Menezes e outros escritores traduziram *O Corvo*, de Edgar Allan Poe, para a língua portuguesa. Longfellow teve alguns admiradores, entre os quais D. Pedro II. *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, sensibilizou os brasileiros que lutavam pela abolição da escravatura. *O Último dos Moicanos*, de James Fenimore Cooper, e *Moby Dick*, de Herman Melville, gozaram de certa popularidade (BANDEIRA, 1973, p. 206).

Com efeito, o destaque recai sobre a literatura antiescravista nos Estados Unidos. A obra de Harriet Beecher Stowe, *Uncle Tom's Cabin; or, Life Among the Lowly*, de 1852, foi um dos maiores sucessos editoriais do Ocidente, no século XIX. No ano seguinte, já saíram ao menos três traduções em português, duas em Lisboa, *A cabana do pae Thomaz, ou os negros na America* e *A cabana do tio Thomaz ou a vida dos negros na America*, e outra em Paris, *A cabana do pai Thomaz ou a vida dos pretos na America: romance moral*, com farta distribuição no Brasil, e posteriores edições, influenciando tanto a literatura como o teatro, impulsionando a campanha abolicionista (GUIMARÃES, 2013).

O sucesso *d'A Cabana* foi tamanho que favoreceu a publicação de três traduções portuguesas da obra inaugural desta literatura popular antiescravista nos EUA do século XIX, *The slave, or, Memoirs of Archy Moore*, de 1836, que fora reeditada pelo autor, Richard Hildreth, no mesmo ano do lançamento de *Uncle Tom's Cabin*, com o título, *The white slave, or, Memoirs of a fugitive*. Os editores portugueses acharam por bem mesclar os títulos de Stowe e Hildreth para estimular as vendas. Assim, em 1853 vieram à lume, na cidade do Porto, os três primeiros volumes de *O companheiro do Pae Thomaz, O Escravo Branco, por Hildreth*, saindo o quarto e último volume no ano seguinte. Nesse mesmo ano de 1854, saíram duas edições lisboetas: pela Typografia de Luiz Correia da Cunha fora estampado, em quatro tomos, *O escravo branco companheiro do Tio Thomaz ou a vida de um fugitivo na Virginia*, em tradução livre de L. M. do Couto Albuquerque; e pela Imprensa de J. J. A. Silva, saiu *O escravo branco ou o companheiro do Pae Thomaz*, em volume único. Uma obra menos lembrada, mas que deu início a esta literatura antiescravista em português sobre os EUA, foi *Maria, ou a escravidão nos Estados-Unidos, Quadro de Costumes Americanos*, do francês Gustave de Beaumont, companheiro de Tocqueville na viagem à América, tradução estampada em Lisboa pela Typographia Rollandiana, em 1847, em dois tomos. No Brasil, em 1884,

¹¹ Édouard Laboulaye, que teve diversos textos publicados na imprensa brasileira do último quartel do século XIX, é internacionalmente lembrado por ter sido um dos idealizadores da construção da famosa Estátua da Liberdade, em Nova York, inaugurada em 1886.

foram traduzidos por F. L. Bittencourt Sampaio os *Poemas da Escravidão de Henry W. Longfellow*, estampados no Rio de Janeiro pela Typographia Nacional. Já o mais afamado poema de Longfellow, *Evangelina*, teve ao menos duas edições brasileiras oitocentistas, estampadas no Rio de Janeiro, em 1874, e Campinas-SP, em 1890, e uma lisboeta, de 1879.

Algo que atraiu a atenção brasileira para os Estados Unidos foi a Exposição Universal de Filadélfia (*The Centennial International Exhibition*), realizada em 1876. Até o imperador D. Pedro II participou do esforço para promover o nome do Brasil perante o povo norte-americano, convidado que fora para a cerimônia de abertura conjunta da Exposição ao lado do presidente Ulysses Grant. Viajou D. Pedro pelo país, por trem e barco, com cobertura da imprensa estadunidense, deixando boa impressão como monarca esclarecido. Encontrou inventores e literatos, e admirou o progresso material ao longo dos quase três meses de viagem, deixando registros positivos da sociedade norte-americana em seu diário particular (GUIMARÃES, 1961). O diário imperial não teve ainda sua devida edição, porém à época outras fontes na imprensa e relatos técnicos da Exposição por membros da comissão responsável pelo pavilhão brasileiro foram publicados, e o interesse pelo progresso científico estadunidense se ampliou entre os brasileiros, através não só dos relatos, como também de novos ensaios e traduções.

O interesse por tal progresso e a liberdade de estudo às mulheres nos EUA chamaram a atenção da jovem brasileira Maria Augusta Generoso Estrella. Segundo consta em sua biografia, lendo seu “jornal predileto”, o “Novo Mundo de Nova York”, a menina, então com 14 anos, tomou contato com relatos de médicas formadas pela *New York Medical College and Hospital for Women*, desejando o mesmo destino, para o qual teve o apoio paterno e até subvenção do imperador D. Pedro II para lograr ser a primeira médica brasileira (BIOGRAPHIA, 1878, p. 64). Maria Estrella estudou nos Estados Unidos em momento de estreitamento dos laços daquele país com o Brasil, com o estabelecimento da linha de vapores conectando regularmente ambos os países pela primeira vez. Isto viabilizou a distribuição no Brasil d’*O Novo Mundo, Periodico Illustrado do Progresso da Edade*, folha publicada mensalmente em português em Nova York pelo jornalista e empresário brasileiro José Carlos Rodrigues (1844-1923), de outubro de 1870 a dezembro de 1879, e que, como evidencia o caso de Maria Estrella, corroborou para a emergência de um fluxo de estudantes brasileiros rumo a universidades estadunidenses, ao longo da década de 1870. Fruto da influência de Rodrigues foi a folha estudantil do Clube Brasileiro – fundado em setembro de 1873 –, intitulada *Aurora Brasileira: Periodico Litterario e Noticioso*, publicada mensalmente em Ithaca, sede da Universidade de Cornell, no decurso dos anos letivos de 1873-4 e 1874-5. De lá, a *Aurora* anunciava aos seus leitores brasileiros que “A nova de Cornell soa desde o Amazonas ao Prata, e de todos os ângulos da terra de Santa Cruz partem os soldados do futuro às conquistas da inteligência” (AURORA BRASILEIRA apud FREITAS, 2011, p. 62).

Tendo estudado primeiramente em Cornell e depois na Syracuse University, o paulista José Custodio Alves de Lima (1852-1938) travou contato com brasileiros de diversas universidades, sendo um dos ex-redatores da *Aurora*, e principal redator da segunda fase da folha, que circulou em 1875-1876 com novo título, *Aurora Brasileira, Engenharia, Mechanica, Sciencia, Artes e Manufacturas*. Deixou registros preciosos da vida universitária brasileira em seu *Estados-Unidos e Norte-Americanos acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Império do Brazil*, livro impresso em São Paulo, em 1886. Dentre as fontes consultadas que foram publicadas nos marcos deste estudo, este foi o mais antigo relato de viagem “típico” da lavra de um brasileiro sobre a sociedade norte-americana. Cortando o país de Leste a Oeste por trem, testemunhou Alves de Lima que:

Um espetáculo ainda mais agradável se apresenta ao estrangeiro, o de encontrar sempre dos dois lados da linha férrea o progresso americano representado por um cem número de indústrias, provocando a admiração de todo aquele que venha mesmo do país mais adiantado da Europa (LIMA, 1886, p. 28)

Após o relato de Alves de Lima, outros livros de viagem de brasileiros pelos EUA foram publicados, evidenciando o desejo de divulgação do que se via na civilização estadunidense. Em 1890, o escritor Adolpho Caminha, mais conhecido como autor do romance *A Normalista* (1893), viajou aos Estados Unidos como integrante da oficialidade do cruzador Almirante Barroso, deixando interessante relato, publicado em 1894, intitulado *No Paiz dos Yankees*. Nele, Caminha ressaltava “o progresso assombroso d’esse extraordinário país”, admirando os EUA “como uma segunda pátria, porque ali moram juntas todas as liberdades e florescem prodigiosamente todas as nobres ideias civilizadas” (CAMINHA, 1894, p. 56). Três anos depois, foi estampado em Belém do Pará *Viagem a Nova-York (Notas de um viajante)*, de J. Luiz D’Azevedo, contendo detalhes da agitada vida na *Big Apple* de fins do século XIX. Abrindo o capítulo IV, intitulado “A População”, D’Azevedo (1897, p. 27) expôs o seguinte diálogo com o cabeleireiro do hotel onde se hospedara, para ilustrar suas opiniões sobre o *melting pot* estadunidense:

– O senhor é americano? Perguntei, reconhecendo facilmente, na acentuação, a origem estranha do meu interlocutor.
 – Sim, senhor; sou americano...
 nascido na Alemanha.

À época em que o paraense fazia sua viagem, o diplomata e historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) escrevia *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociaes*, obra vinda a lume em Leipzig, em 1899, pela tipografia de F. A. Brockhaus. Oriunda de sua experiência nos EUA entre 1896 e 1899, quando era Primeiro Secretário da Legação Brasileira em Washington, esta obra reuniu seus textos publicados em periódicos brasileiros no período, abordando temas variados sobre a sociedade estadunidense, dentre os quais teve destaque a condição feminina. Segundo Lima, os Estados Unidos eram como um “paraíso das mulheres”, no qual havia um “sentimento de extrema

deferência, quase veneração” para com elas, por seu vital papel na vida familiar e social (LIMA, 1899, p. 124-129). Ressaltando a presença da mulher no mercado de trabalho, trouxe dados do censo de 1890 nos EUA, contabilizando a existência de “1.143 mulheres nas fileiras do clero”, bem como “4.557 formadas em medicina e cirurgia, 337 dentistas, 208 advogadas e 10.000 administradoras de correios”, em meio a quase quatro milhões de trabalhadoras, mais de 20% da população feminina acima dos 10 anos no país. Vivendo na capital estadunidense, constatava que nas “repartições públicas o número de mulheres cresce diariamente, estando em Washington na proporção de 1 para 3 em relação ao dos homens, e a experiência tem provado que trabalham mais e melhor do que estes” (LIMA, 1899, p. 148).

Comparando com a realidade brasileira, Oliveira Lima refletiu com ironia que a diferença residia “sobretudo de que o Americano considera a mulher no geral como um ente de inteligência igual à sua, senão superior, pelo refinamento, capaz de discernir suas conveniências, ganhar seus meios de subsistência”, enquanto que os brasileiros vivem “debaixo da impressão toda latina de que a mulher é um objeto de prazer e um móvel de luxo, sem direitos posto que com obrigações” (LIMA, 1899, p. 125).

Além da relevância da mulher na sociedade estadunidense, esta obra de Lima congregou boa parte dos temas que estiveram em debate no Brasil sobre os Estados Unidos, ao longo do século XIX, tais como a questão do negro, as instituições políticas, o caráter utilitarista e materialista do povo norte-americano, as relações diplomáticas e a emergência do imperialismo *yankee*. Afirmou o mesmo autor, logo na página inicial, desejar ver os Estados Unidos imitados pelo Brasil

[...] no ingente progresso material, sem o qual a verdadeira cultura é hoje um sonho, e ao mesmo tempo no são discernimento dos males da demagogia, na tolerância, na paixão pelo estudo, na energia individual, na vontade perseverante de atingir a perfeição (LIMA, 1899, p. 1).

Tendo a questão racial como referência central para suas reflexões, Oliveira Lima estava convicto da inferioridade racial do negro, sendo partidário das teses evolucionistas e do darwinismo social em voga no Brasil. Afirmava que “o negro na América é incontestavelmente um mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social”. Comparando a escravidão no Brasil e nos EUA, salientou que a diferença era “que a sorte dos trabalhadores era infinitamente pior” nos EUA “do que no Brasil, mercê da superior predisposição ao afeto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores” (LIMA, 1899, p. 19-21). Na seara da política, diante do ambiente de segregação racial vislumbrado nos EUA, Oliveira Lima asseverou não possuir o negro “probabilidade alguma de vir a governar, como a não possui de vir sequer a colaborar no governo. Será sempre um pária, um réprobo, um servo, vegetando em situações subalternas, pouco mais do que era antes da abolição” (LIMA, 1899, p. 47). Para além da descrença no protagonismo político do negro, identificava o autor pernambucano que o “perigo do negro, si por um lado está na sua multiplicação, por outro reside no

erro cometido pelos vencedores de 1865, atribuindo-lhe direitos políticos”, talvez com vistas também à realidade brasileira pós-abolição (LIMA, 1899, p. 31).

Aliás, pensando no Brasil, Lima criticava a aplicação literal ao país do modelo político estadunidense, lamentando o fato dos EUA serem “o nosso atual figurino político, como o foi a Inglaterra”, com a Constituição de 1891 sendo “moldada na americana”. E corretamente apontou: “copiar uma Constituição é uma coisa, aplicá-la, porém, é outra. Não só um povo não pode imitar na perfeição o que é da essência de outro povo, como vai grande distância da ‘teoria literária’ do pacto fundamental de uma nação à sua prática ou aos usos políticos que àquela se sobrepõe” (LIMA, 1899, p. 214-215).

Bastante influenciado pelo francês Alexis de Tocqueville em suas análises sobre a política estadunidense, Oliveira Lima percebia como na democracia “o capital continua a desfrutar a antiga e essencial importância”, dados os elevados custos eleitorais e das máquinas partidárias, em busca do “voto do cidadão soberano” (LIMA, 1899, p. 13). Por ora julgava haver um equilíbrio na polarização sociopolítica nos EUA:

O que nos Estados Unidos desde muito não há [...] é uma classe que governa e uma massa que é governada. A massa governa posto que sofrendo a inevitável influência da classe dos milionários, exercida por meio da corrupção e encontrando sua expressão por meio dos profissionais da política. Haveria luta sem a menor dúvida no dia em que a riqueza pretendesse passar de corruptora a dominadora; nas condições atuais, porém, o acordo parece estabelecido entre governantes e governados, ou por outra entre mandantes e mandatários, não havendo outrossim conquistas propriamente democráticas a efetuar nem tradições aristocráticas ou jacobinas a suplantar, e unicamente o bem-estar econômico a aumentar com igual interesse e mútuo benefício (LIMA, 1899, p. 234).

Interessante também a imagem que Oliveira Lima formou sobre o homem do Oeste dos EUA, que distante dos influxos atlânticos internacionais, seria para ele um “*yankee* acentuado, cujo espírito de iniciativa converteu-se numa extrema confiança nos próprios recursos, que nasce da cultura do individualismo e envolve o desprezo da experiência, e cujo sentimento democrático tornou-se quase demagógico” (LIMA, 1899, p. 245). Considerava que as tendências isolacionistas da cultura estadunidense eram mais veementes no Oeste, onde a “corrente imperialista” era mais disseminada, e o orgulho era “mais do que o de outra qualquer porção, o orgulho da *self made community*, que de nada carece” (LIMA, 1899, p. 99). Isto em meio à sua experiência como observador da Guerra contra a Espanha, em 1898, que ele acompanhou com interesse, como membro do corpo diplomático brasileiro. Sobre a nova conjuntura aberta após a guerra de 1898, fez a seguinte leitura da evolução em direção do imperialismo:

O abandono da política de abstenção dos primeiros tempos de existência independente, da tradição de Washington escrupulosamente seguida durante um século: sob um certo ponto de vista é apenas uma transformação sem solução de continuidade; obedece no fundo aos mesmos impulsos práticos que tem sempre ditado a ação externa dos Estados Unidos (LIMA, 1899, p. 370).

Nesta sua primeira estada nos Estados Unidos, Oliveira Lima ressaltou os caracteres positivos da cultura estadunidense, tais como o espírito pragmático, a inventividade, a honestidade e a busca pelo progresso material (JUNQUEIRA, 2017). Destacava, então, o apego generalizado ao trabalho, fundamento do *selfmade man*: “Para o americano não existe trabalho desonroso: desonrosa é apenas a preguiça” (LIMA, 1899, p. 60). Contudo, percebia no final da vida, em sua aposentadoria em Washington, que em “30 anos que conheço os Estados Unidos, tenho visto crescer a criminalidade e diminuir a moralidade. Ao progresso material não corresponde o moral: aquele progresso é sobretudo materialista” (LIMA, 1937, p. 164).

As imagens da sociedade norte-americana oitocentista, como as de Oliveira Lima, permitem constatar que há elementos que recorrentemente se destacavam aos olhos de portugueses e brasileiros no contato com a realidade nos Estados Unidos, tais como a modernidade na vida material e a liberdade de pensamento e ação. Tal contato estimulava, na comparação com a situação pátria, a crítica ao atraso econômico, à opressão feminina e, principalmente após a abolição norte-americana, ao escravismo no Brasil e seu sustentáculo político, o regime monárquico.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BIOGRAPHIA da Exm. Sra. D. Maria Augusta Generoso Estrella*. Salvador: Typographia do Correio da Bahia, 1878.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, v.3.
- BRASIL. *Archivo Diplomático da Independência*. Estados Unidos e Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Lith-Typ. Fluminense, 1923, v. 5.
- BROTERO, Frederico de Barros (org.). *A Vida do Dr. João Dabney de Avelar Brotero*. Excursão aos Estados Unidos da América do Norte em 1847. Discursos. Relatórios. Família e dados biográficos organizados por seu sobrinho Frederico de Barros Brotero. São Paulo: Edição do Autor, 1945.
- CAMINHA, Adolpho. *No paiz dos Yankees*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1894.
- COSTA, Hipólito José da. *Diário de minha viagem à Filadélfia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1955.
- _____. Memória. In *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo XXI, Rio de Janeiro, 1858.
- CUNHA, Alexandre Luiz da. *Os Estados Unidos da America septentrional em 1830 e 1831: ou huma breve descripção geographica, politica, commercial, etc. dos mesmos*. Rio de Janeiro: Na Typographia de Gueffier e C^a, 1832.
- D’AZEVEDO, J. Luiz. *Viagem a Nova-York* (Notas de um viajante). Pará [Belém?]: Typ. de Tavares Cardoso & C^a., 1897.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. *Contradições da modernidade: o jornal Aurora brasileira (1873-1875)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.
- GABINETE PORTUGUEZ. *Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de F. de O. Q. Regadas, 1858.
- GUIMARÃES, Argeu. *Vida e Morte de Natividade Saldanha (1796-1832)*. Lisboa: Edições Luz-Braz, 1932.
- _____. *D. Pedro II nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Pai Tomás no romantismo brasileiro. In *Teresa Revista de Literatura Brasileira* [12|13]; São Paulo, p. 421-429, 2013. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99408>>. Acesso em 20 set. 2017.
- HAMILTON, Alexander, MADISSON [sic], James; JAY, John. *O Federalista, publicado em inglez por Hamilton, Madisson e Jay, cidadãos de Nova York, e traduzido em portuguez por ****. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Consr. De J. Villeneuve e Comp., 1840, 3 t.
- HIPPEAU, M. C. *L'Instruction Publique Aux États-Unis*. [...]. Rapport Auressé au Ministre de L'Instruction Publique Par M. C. Hippeau. Paris: Didier et C., Libraires-Éditeurs, 1870.
- HUM AMIGO DA ORDEM (POR). A América Inglesa e o Brazil Contrastados, ou imparcial demonstração da sobeja razão, que teve a Primeira; e a sem razão do Segundo, para se desligarem da Mãe-Patria. In CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, vol. II, p. 315-338.
- JUNQUEIRA, Lucas de Faria. "Oliveira Lima nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais (1896-1898)". In JUNQUEIRA, Mary Anne; PURDY, Sean (Orgs.). *Anais do IV Encontro Nacional de História dos Estados Unidos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 175-190. Disponível em: <<http://www.historiadoseua.com/wp-content/uploads/2018/06/Anais-IV-ENEUA.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- LA PORTE, Joseph. *O viajante universal, ou noticia do mundo antigo e moderno*. Obra recopilada dos melhores viajantes. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1804.
- LIMA, José Custodio Alves de. *Estados-Unidos e Norte-Americanos acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Império do Brazil por José Custodio Alves de Lima*. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1886.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Nos Estados Unidos: impressões politicas e sociaes*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.
- _____. *Memorias* (Estas minhas reminiscências...). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- MAGALHÃES, Pablo Iglesias. Deus e o diabo na biblioteca de um cônego da Bahia: o inventário dos livros do padre Manoel Dendê Bus em 1836. In *Revista de História* (São Paulo), no.171 São Paulo Jul/Dez. 2014, pp. 245-286. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89013>>. Acesso em 28 set. 2017.
- _____. A literatura nas sombras: as edições em português e os tradutores da Atalá de Chateaubriand na crise do Antigo Regime luso-brasílico (1810-1820). In *Literatura e Sociedade*, n. 23, Jul./Dez 2016, p. 104-138. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i23p104-138>>. Acesso em 27 Set. 2017.
- MAGALHÃES, Pablo Iglesias; JUNQUEIRA, Lucas de Faria. A biblioteca de um estadista do Império: o inventário dos livros de José Lino Coutinho (1836). In *Almanack*, 2017, n.16, pp. 206-257. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320171605>>, acesso em 28 set. 2017.

- NABUCO, Joaquim. Os Domingos II. In COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1978.
- OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 [1874].
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (trad.). *Cultura Americana que conte'm huma relação do terreno, clima, produção, e agricultura das Colonias Britanicas no Norte da America, e nas Indias Occidentais [...]* Por Hum Americano. Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799. v. 1.
- PRADO, Eduardo. *A Illusão Americana*. 2ª Ed. Paris: Armand Colin et Cie. Editeurs, 1895.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- SCHELBAUER, Analete Regina. Método intuitivo e lição de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil - Vol. II - Século XIX*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 132-149.
- SERRA, Abade José Corrêa da. *Elogio de Benjamin Franklin*. Edição bilíngue. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1996.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, t. 3.
- SMITH, John R. *Grande panorama Mississipi*. viagem pitoresca e artistica por este rio, desde a cascata de Santo Antonio até ao Golfo do Mexico. Lisboa: Typ. de Elias José da Costa Sanches, 1852.
- SOTTO MAIOR, Antonio da Cunha Pereira de. *Os Estados Unidos*. Esboço historico desde a descoberta da America até á Presidencia de Johnson (1492-1865). Lisboa: Imprensa Nacional, 1877, v. 1.
- TAVARES BASTOS, A. C. *Cartas do Solitario*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typ. da Actualidade, 1863.
- VAZ, Artur Emílio Alarcon. Os primórdios da cultura impressa no extremo sul brasileiro. In BARBOSA, Socorro de Fátima P. (org.). *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 19-41.
- XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: IEL; Fundo Nacional da Cultura, 1997.

4. AS APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO CAMPO FERROVIÁRIO: UM BRASILEIRO NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CAMINHOS DE FERRO EM WASHINGTON (1905)

*Aloisio Santos da Cunha**

O trem: nasce uma era de velocidade

A segunda metade do século XIX é o momento em que as estradas de ferro começaram a se materializar no Brasil. Juntamente com a navegação a vapor, elas eram o símbolo máximo da modernidade e do progresso em um mundo cada vez mais veloz. Tempo, mais do que nunca, era dinheiro e o Brasil não poderia ficar de fora da corrida ferroviária. Resolvendo-se os problemas de locomoção pelo nosso vasto território, era o que pensavam nossas elites, como num passe de mágica o país se desenvolveria, entrando no maravilhoso mundo da modernidade e deixando de ser o gigante que engatinhava, como disse grande escritor do final do século XIX.¹² Era o chamado poder avassalador dos caminhos de ferro, palavra extremamente comum ao vocabulário da época quando se fazia referência a elas e que acabava atribuindo ao meio de transporte um papel muito maior do que lhe caberia.

Quando os primeiros trens começaram a deixar sua serpente de fumaça na paisagem, aumentando a velocidade da vida, a revolução industrial e o sistema capitalista, dos quais a locomotiva é tanto filha quanto meio para consolidação, começavam a se espalhar pelo mundo. Entre a primeira viagem ferroviária e o início do século XX,¹³ as ferrovias se tornaram o mais importante meio de transporte terrestre, encontrando, numa relação que envolvia produção industrial, reprodução do capital e imperialismo em um mundo que se tornava cada vez mais rápido e que via a necessidade por mercados e fontes de matérias primas aumentar, o meio propício ao seu desenvolvimento. Tornaram-se o símbolo supremo da sociedade burguesa e do seu capital, a espada com a qual milhões de quilômetros quadrados de territórios ao redor do planeta começaram a ser rasgados e integrados a uma economia mundial em crescimento acelerado.

Para além de surgirem num momento de avanço da sociedade capitalista, onde a produção industrial crescia a passos largos notadamente na Inglaterra para depois, na medida em que se aproximava a metade do século, passar à Europa continental e aos Estados Unidos, os trens se mostraram viáveis social, econômica e politicamente. Seus impactos foram muitos mundo afora e estes iam de agilizar os deslocamentos de pessoas e mercadorias a facilitar a chegada das forças do Estado aos pontos distantes do território, permitindo um controle mais efetivo, além de levar

* Doutorando em História pela UFBA. Professor do IFMA (Campus Codó).

¹² A referência é a Machado de Assis e ao conto *Evolução* (1884).

¹³ Na estrada de ferro de Liverpool a Manchester na Inglaterra.

soldados ao campo de batalha e de permitir a soldagem das partes no todo, com zonas distantes e isoladas começando a ficar mais próximas e acessíveis. Por outro lado, a máquina feita para agilizar a circulação do capital e consolidar a sociedade industrial era, ela própria, fruto deste ambiente. Facilitando a produção e distribuição de carvão e ferro, os insumos primeiros desta fase do avanço da indústria, eram também grandes consumidoras de ambos, o que imprimia mais dinâmica ao sistema. Essa é a razão de Marx tê-las chamado de suprema realização da sociedade capitalista (HOBSBAWN, 1996, p. 59).

Enquanto em seu berço, a Inglaterra, o surto ferroviário se espalhou como resultado de interesses privados, no restante da Europa e na maior parte do mundo, os caminhos de ferro começaram a se materializar pela ação estatal, seja o próprio Estado construindo e administrando ferrovias, se associando a capitais privados para fazê-lo ou, como no caso do Brasil e na maior parte dos EUA, através da concessão de benesses, com o sistema de juros garantidos sendo o principal instrumento¹⁴. A diferença entre esses dois países é que no segundo, assim como nos países centrais da Europa, o financiamento necessário às construções foi gerado internamente, enquanto no Brasil teve de vir, em sua absoluta maioria, de fora, criando um sistema dependente financeira e tecnologicamente das nações mais adiantadas.

Por conta disso, a implantação das estradas de ferro em países periféricos como o Brasil se imbricou ao jogo imperialista das potências europeias. Em nosso caso, toda a tecnologia e a maior parte dos capitais empregados na construção de vias férreas vieram da Europa, com esmagadora superioridade da presença do financiamento inglês. Com o tempo, outros países entraram no jogo. Com a chegada da República, a situação parecia querer, na verdade precisava, mudar e um outro poderoso personagem internacional começava a se fazer presente cada vez com mais força nas relações internacionais brasileiras como um todo e no setor dos transportes em particular: os Estados Unidos da América.

Do nosso poderoso vizinho do Norte, comprávamos pouco e isso incomodava os norte-americanos. Os EUA eram grandes consumidores do nosso café, o que fazia os saldos da balança comercial serem favoráveis ao Brasil e, depois, com o desenvolvimento da indústria automobilística naquele país, seria um importante comprador da borracha amazônica, mas em muitas outras áreas da economia, inclusive nos investimentos diretos, sua presença foi discreta por todo o Império e nos primeiros tempos da República. No setor dos transportes, por exemplo, a participação de bens produzidos nos Estados Unidos era pequena, restringindo-se ao fornecimento de locomotivas, e os aportes de capitais concentravam-se na navegação oceânica e aos seguros marítimos (em grande medida para controlar a cadeia de distribuição do café), mas fatores internos e externos começaram a modificar

¹⁴ O sistema de juros garantidos foi um instrumento largamente utilizado mundo afora para estimular investimentos em infraestrutura. No Brasil apareceram formalmente em 1852, com o governo do Império garantindo o retorno dos investimentos com juros de 5% ao ano até que as companhias construtoras passassem a dar lucro. Na prática, foi um elemento de enriquecimento de investidores estrangeiros e de endividamento do Estado brasileiro.

este cenário da última década do século XIX em diante. Para o governo e empresas dos EUA, urgia tomar o mercado brasileiro – na verdade o de toda a América Latina – das mãos dos europeus.

Durante o século XIX, houve tentativas de aproximação entre os dois países, mas elas somente se tornaram mais efetivas a partir da República. Com ela, “(...) o hemisfério apresentava um panorama uniforme de repúblicas” (BANDEIRA, 2007, p. 199), sistema político bem ao gosto do estilo norte-americano e do qual eles se julgavam o grande baluarte mundial.¹⁵ Para além, neste momento houve o fortalecimento da lógica da Doutrina Monroe de América para os americanos – do Norte é claro – e a implantação da diplomacia do *Big Stick* pelo governo de Theodore Roosevelt (1901 – 1909). O novo regime não tardou em abrir as portas para os capitais e a influência dos Estados Unidos, mas não antes de muitas idas e vindas, embaraços diplomáticos, ameaças e campanhas antiamericanas. Bom lembrar que entre 1889 e 1890 ocorrera a 1ª Conferência Pan-americana e que ela foi, reconhecidamente, um esforço dos Estados Unidos para aumentar o comércio com a América Latina, afastando para o mais distante possível a Europa do continente. Na turbulenta década de 1890, a penetração de produtos norte-americanos foi muito pequena e houve uma série de atritos comerciais entre os dois países, como as questões ligadas ao acordo de reciprocidade de 1891 (Blaine – Mendonça), sua revogação sem aviso prévio em 1894, a aplicação de taxa de 40% sobre o açúcar brasileiro exportado para os Estados Unidos e a entrada em vigor da tarifa Dingley, em 1897, que “(...) estabelecia pesados encargos para os países que se recusassem a firmar convênios com os Estados Unidos e, por outro lado, poucos favores concedia aos que aceitassem suas pretensões” (BANDEIRA, 2007, p. 208).

Quanto aos transportes, a oportunidade de penetração no mercado brasileiro apareceu com mais efetividade com a realização, em 1905, do Congresso Internacional de Caminhos de Ferro em Washington. Estes congressos vinham acontecendo desde 1884 e eram realizados sob os auspícios da *International Railway Congress Association*, instituição sediada na Bélgica que representava poderosas companhias ferroviárias e que tinha por função defender os interesses destas empresas e a troca de experiências entre elas. Com o evento em casa, os EUA tiveram oportunidade de torná-lo vitrine para as nações onde sua penetração era fraca. Era o caso do Brasil, que vinha participando regularmente destes congressos e não deixou de enviar um representante a Washington, o engenheiro Joaquim José da Silva Freire, chefe da seção de locomoção da Estrada de Ferro Central do Brasil.¹⁶ Que se leve em consideração que essa ferrovia pertencia e era administrada diretamente pelo governo federal, portanto Silva Freire representava o Ministério de Viação e Obras Públicas, tanto é que foi

¹⁵ Nesta questão, a colocação a seguir é extremamente pertinente: “Como país exportador de matérias-primas e importador de ideias e instituições, os modelos de República existentes na Europa e na América, especialmente nos Estados Unidos e na França, serviram de referência constante aos brasileiros” (CARVALHO, 2009, p. 18).

¹⁶ Estrada de Ferro Central do Brasil foi o nome dado após a Proclamação da República a Estrada de Ferro D. Pedro II. Começou a ser construída em 1854, tendo seu primeiro trecho aberto ao tráfego quatro anos depois. Por conta do seu caráter estratégico, afinal conectava a capital à zona econômica e política mais importante do país e começava a se espalhar em direção a Minas e Gerais e São Paulo, foi sendo, incorporada pelo governo central até que, em 1865, todo o controle da ferrovia passou para o Estado (EL-KAREH, 1982, p. 127).

nomeado pelo Ministro Lauro Müller e teve a viagem custeada pelo Tesouro Nacional. O relatório por ele publicado é a base do que discutiremos, pois suas impressões acabaram dando subsídios para que, pouco depois, empresas norte-americanas começassem a ganhar contratos de concessão e construção de linhas férreas, os materiais originários dos parques industriais da Pensilvânia e de Michigan se tornassem cada vez mais comuns por aqui e métodos utilizados pelas companhias ferroviárias dos EUA passassem a ser reproduzidos, ou pelo menos tentados, no Brasil.

A viagem a Washington é talvez marco tão importante para os transportes quanto a entrada da indústria automobilística dos EUA de modo pioneiro no Brasil em 1919.¹⁷ A grandiosidade do parque ferroviário norte-americano e sua eficiência operacional e financeira deixaram profundas impressões no engenheiro que viu nele um exemplo que o Brasil deveria seguir se desejasse entrar para o mundo do progresso.

As ferrovias no Brasil e nos EUA

No Brasil, o transporte ferroviário foi implantado pelo capital internacional na década de 1850 e o sistema de juros garantidos e de concessão de benesses que o atraiu data da primeira medida prática em prol da construção de ferrovias. Pelo Decreto 641 de 26 de junho de 1852, o governo imperial dava a quem se interessasse em construir estradas de ferro que ligassem a Corte a outros pontos do território a garantia de juros de 5% ao ano, direito de exclusividade, estabelecia concessões por até noventa anos, doava terras e materiais que pudessem ser aproveitados nas construções, garantia o direito de desapropriações, isentava de impostos os materiais importados – quase todos, diga-se – necessários às construções etc.¹⁸ Tal sistema era reforçado pelas províncias que costumeiramente livravam as companhias dos impostos e davam garantias suplementares de outros 2%. Este modelo tornou atrativo ao capital internacional o segmento ferroviário e os ingleses foram seus os principais beneficiários.

Durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), ficou claro que o Estado brasileiro não tinha controle sobre grande parte do seu território simplesmente por não se fazer presente e não ter como chegar com facilidade aos rincões do país pela falta de transportes ágeis. Por essa razão houve forte incremento na construção de ferrovias e, também, na implementação de companhias de navegação a vapor, em ambos os casos prevalecendo o sistema de juros garantidos. A grande questão é que por garantir o retorno dos investimentos, mesmo que as estradas cruzassem zonas pobres que não produzissem renda suficiente para se manter, como era o caso de boa parte delas e neste aspecto as que foram implantadas na atual região Nordeste são exemplares, as companhias construtoras utilizaram materiais de má qualidade e se descuidaram nos estudos dos traçados.

¹⁷ Na produção da atividade foram utilizados materiais disponibilizados pelo programa (cartolinas, papéis, tintas, colas, pinceis etc.). Cada turma foi dividida em 4 equipes que respondiam a perguntas sobre o texto. A cada resposta correta, avançavam no tabuleiro. Vencia o jogo o grupo que percorresse primeiro todo o trajeto (DALMÁS, 2019).

¹⁸ Antes do Decreto 641 outras medidas legais foram tomadas em prol da modernização dos transportes no Brasil como a Carta de Lei de 29 de agosto de 1828, o Decreto Legislativo 101 de 1835 e outras concessões a particulares durante a década de 1840, porém, em razão das perturbações econômicas, políticas e sociais verificadas entre o Primeiro Reinado e a Regência, além do agravamento da crise econômica enfrentada pelo país, nada foi materializado.

O resultado foi que, sim, implantaram-se vias férreas no Brasil, contudo a um custo extremamente elevado, pois se no primeiro ano da República já possuíamos quase dez mil quilômetros delas, a esmagadora maioria tinha péssima qualidade técnica, atendiam a interesses muito específicos em detrimento da ideia da montagem de uma rede de transportes nacional, muitas cruzavam zonas pobres e sem perspectiva de desenvolvimento econômico onde a maior parte da população não tinha condições de utilizá-las (e os que tinham viviam reclamando dos elevados valores dos fretes), havia forte ingerência política nas empresas e a demora em construí-las foi, na maioria dos casos, absurda, com trechos de poucas centenas de quilômetros demorando décadas para ficarem prontos.

Estradas de ferro são empresas, organizações de caráter industrial que devem visar entre seus resultados o lucro, mas existe outro aspecto que não pode ser descuidado nem esquecido: a questão estratégica e de fomento. Uma importante argumentação em torno das ferrovias é que elas são instrumentos de desenvolvimento e um poderoso elemento para o Estado se fazer presente. Este debate ocorreu no Congresso de Washington e o próprio José Joaquim da Silva Freire se manifestou sobre isso:

Os caminhos de ferro económicos merecem no mais alto gráo a solicitude dos poderes públicos. O seu estabelecimento permite, com effeito, desenvolverem-se e progredirem localidades que permaneciam isoladas; progresso esse que não é somente do interesse, mas, ainda, dever dos governos fomentar. Convém, portanto, favorecer este desenvolvimento (FREIRE, 1907, p. 104).

O problema é que no Brasil, quando se fez, foi somente a ferrovia, não havendo medidas outras para fomentar o desenvolvimento de determinadas regiões. Nem sempre uma ferrovia deve ser construída para dar lucro, mas sua implantação deve ser seguida de medidas de estímulo à produção e isso contribuiu para que nossas vias férreas não cumprissem nenhuma dessas funções: nem davam lucro, nem (na maioria dos casos) contribuíram para o desenvolvimento local. A exceção, no que concerne à qualidade da construção, viabilidade econômica e de agente de fomento, se dava com a província de São Paulo. Por lá, a riqueza do café e os grandes volumes transportados permitiram a construção de ferrovias de alta qualidade técnica, que tinham viabilidade econômica e que foram construídas, muitas das vezes, com estímulo direto da província ou por ela própria, havendo pequena participação do governo central e do capital internacional.¹⁹

Os EUA passaram boa parte da primeira metade do século XIX fechados sobre si – ou sobre o que se tornariam espacialmente falando – formando sua nação. Depois de finalizada a Guerra de Independência e reconhecida sua soberania pelos ingleses em 1783 através do Tratado de Paris, os norte-americanos lançaram-se à obra de construir seu país, tanto territorialmente quanto o Estado-nação. A área original das 13 Colônias foi sendo acrescida pela guerra, diplomacia e compra, até tomar o formato definitivo em 1900 com a anexação do Havaí. Apesar de não caber aqui a discussão deste

¹⁹ Na virada do século XIX para o XX a única ferrovia importante controlada pelo capital internacional era a primeira aberta na província, a *The São Paulo Railway Company*.

processo em profundidade, apontando-se as questões ligadas aos massacres indígenas e a tomada de suas terras, o deslocamento em massa de colonos em direção ao Oeste, o estímulo à imigração estrangeira etc., é preciso ter em mente que ele, ao formar um país territorialmente enorme, tornou extremamente necessária a implantação de transportes ágeis para que se controlasse e se explorasse a terra. É por essa razão que a implementação das ferrovias e da navegação nos Estados Unidos, mesmo sendo tocada em larga medida por particulares, teve forte apoio do governo federal e dos estados.

Ainda na década de 1830, os norte-americanos começaram a construir as suas primeiras ferrovias, principalmente nas zonas mineradoras e protoindustriais da costa Leste e dos Grandes Lagos. Depois do fim da guerra com o México (1847) e, principalmente, após a Guerra de Secessão (1861 – 1865), ficou premente a necessidade de ampliar rapidamente a malha ferroviária em direção ao Oeste. O grande marco deste processo foi a união das ferrovias *Union Pacific* e *Central Pacific*, em 1869, em Promontory Gate no estado de Utah, criando a *Transcontinental Railroad*. A partir daqui já era possível viajar de trem do Atlântico ao Pacífico e as grandes cidades do país começaram a ser dotadas de rápidos e eficientes trens urbanos e suburbanos. A afirmação de um não especialista em ferrovias, por concordar com aquilo que os políticos, empresários, engenheiros e o público em geral pensavam à época, indica com muita propriedade seu papel neste contexto: “Pode-se argumentar que uma nação como os Estados Unidos jamais teria seus estados consolidados, se não fosse pelo auxílio das estradas de ferro” (ASIMOV, 1993, p. 483).

Tabela 1 – Evolução das ferrovias em tráfego no Brasil e nos EUA (km).

Ano	Brasil	EUA
1860	222	49.001
1870	744	84.675
1880	3.397	149.273
1890	9.973	282.729
1900	15.316	313.600
1905	16.780	338.766*

* Dados referentes a 1903.

Fontes: dados compilados pelo autor em BRASIL (1906), SILVEIRA (2007), FREIRE (1907) e FISH (1895).

Este processo de formação ocorre em um período de vigorosa expansão da economia mundial e a dos EUA, notadamente os setores ligados à indústria pesada, passou a buscar um lugar ao sol na economia mundializada. A grande questão é que na década de 1890 o avanço do capital é freado, iniciando-se um período de depressão no sistema capitalista, onde o crescimento não era mais tão poderoso e muitos países passaram a enfrentar sérios problemas econômicos. Basta lembrarmos que é nesta década onde se verificam os maiores volumes da imigração europeia em direção ao continente americano, um sinal da falta de possibilidades de crescimento material em suas terras

natais, e que neste momento o Brasil vivia a terrível crise econômica que tentou ser combatida pelo Encilhamento de Ruy Barbosa. Nos Estados Unidos, o surgimento dos primeiros trustes e cartéis, a violenta queda nos preços dos produtos agrícolas que caíram a níveis de duas décadas antes e o reforço nas barreiras protecionistas eram sinais de que a crise havia chegado. Mais grave e, no longo prazo com consequências mais funestas, “(...) a industrialização e a Depressão transformaram-nas [as economias nacionais] num grupo de economias rivais, em que os ganhos de umas pareciam ameaçar a posição de outras” (HOBSBAWN, 2001, p. 68). É neste cenário de busca pela recuperação econômica que as relações econômicas norte-americanas no Brasil começam a ser reforçadas em vários setores.

Os dados compilados por Ana Célia Castro bem ilustram esse reforço nas relações econômicas entre os dois países. A autora dividiu as informações de seu estudo em dois blocos analíticos. No primeiro, correspondendo aos anos entre 1860 e 1902, a participação norte-americana nos investimentos diretos no Brasil foi de apenas 2,2% do total, ficando atrás da Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Canadá. No segundo, entre 1903 e 1913, essa participação havia subido para 19,9%, ficando atrás apenas da Inglaterra e continuaria a aumentar nos anos da Primeira Grande Guerra e após (CASTRO, 1979, p. 83 e 122). Se formos analisar a penetração no sistema ferroviário, os Estados Unidos que não tinham nenhuma companhia no Brasil durante todo o século XIX, passaram a contar com duas na segunda fase e teriam muitas outras, notadamente através da figura de Percival Farquhar e sua *Brazil Railway*, até as estatizações perpetradas pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1930. Este crescimento considerável se explica, também, por certas semelhanças entre as ferrovias norte-americanas e as brasileiras.

A principal delas se dá quanto a constituição física das ferrovias nos EUA. Na sua marcha de costa a costa, os norte-americanos construíram estradas de ferro com traçados difíceis e padecendo de má qualidade técnica, havendo também dificuldade na padronização das linhas e materiais. Durante muito tempo, o que contou foi a velocidade nas construções. Por conta disso, precisaram desenvolver tecnologia ferroviária própria, principalmente no que concerne a locomotivas, que deveriam suportar o tráfego em más condições, serem relativamente baratas e simples de consertar, o que era um diferencial em relação ao padrão europeu, que usava máquinas mais complexas, caras e que exigiam condições muito específicas para trabalhar de modo produtivo. Essas também eram características da maior parte das ferrovias brasileiras e era essa a razão para que estivéssemos utilizando locomotivas fabricadas nos Estados Unidos desde a década de 1870. Os tipos padrão durante mais de meio século no Brasil foram as *Cosolidation* e *Mogul* fabricadas pela empresa *Baldwin Locomotive Works* da Pensilvânia.

Com o aumento no tráfego de mercadorias e passageiros em razão de uma economia interna que crescia a taxas elevadas, além do incremento nas exportações, a partir da década de 1880 os norte-americanos começaram a tornar suas ferrovias mais confiáveis e eficientes do ponto de vista

técnico através da “(...) renovação do material rodante, com a reconstrução das linhas sob nova e mais sábia orientação técnica, com a substituição de pontes (...)” (FREIRE, 1907, p. 145). A crise do início da década de 1890 diminuiu a velocidade da modernização, mas esta voltaria com toda força antes mesmo de findar o século. Agora, era necessário qualidade em detrimento da quantidade e o modelo dos EUA parecia, aos olhos do engenheiro, o ideal para o Brasil. Urgia uma maior aproximação e aprendizado, e a vitrine na qual se configurava o grande encontro de especialistas em ferrovias era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada.

O encontro em Washington e o relatório

Realizado na capital dos EUA entre 04 e 13 de maio de 1905, o 7º Congresso Internacional dos Caminhos de Ferro reuniu mais de seiscentos representantes de diversos países sob o patrocínio da *American Railway Society* e do governo norte-americano. Os delegados do evento foram encarregados de discutir os temas mais prementes para as operações ferroviárias naquele momento. Um detalhe que chama a atenção, nos remetendo à lógica centro / periferia e à ideia de capitalismo retardatário desenvolvida por João Manoel Cardoso de Melo na década de 1970, é que das vinte questões a serem discutidas e resolvidas, em apenas uma (a que tratou do uso e da conservação dos dormentes) os debates foram tocados por profissional latino-americano, o representante das Estradas de Ferro do Oeste de Buenos Aires. Todos os outros eram norte-americanos ou europeus, mesmo que se referissem às experiências em ferrovias na África do Sul ou na Índia. Isto é um forte indicativo do controle exercido pelas nações ditas centrais dos capitais e das tecnologias ferroviárias.

O discurso de abertura proferido pelo vice-presidente dos EUA, Charles W. Fairbanks, também merece menção por tocar num ponto no qual o Brasil teimosamente tinha dificuldade em lidar, a questão da igualdade:

O caminho de ferro, por sua própria natureza, representa um papel de alta importância pública. Ele é, no sentido mais lato da palavra, um servidor público; mas é preciso que preencha as suas funções com imparcialidade, dando a todos os que servem uma igualdade absoluta de tratamento.

A uniformidade de tratamento é condição essencial às boas relações entre o caminho de ferro e o público.

É da mais alta importância que não exista favoritismo algum, que as tarifas sejam as mesmas para todos e que todos delas se beneficiem (FREIRE, 1907, p. 3 - 4).

Concordando, o representante brasileiro aponta que de fato deve haver um equilíbrio entre os interesses dos acionistas, funcionários das companhias e do público em geral, indicando que a política dos fretes baixos nos Estados Unidos era uma grande marca da política de igualdade, mas não diz uma linha sobre outras medidas e características da sociedade norte-americana que permitiam que seu sistema fosse tão grandioso, eficiente e justo, por mais discutível que seja o último termo. Muitas páginas depois, já na segunda parte do relatório, ele, meio que sem perceber, começa a construir um contrassenso quando indica que os salários recebidos pelos ferroviários e pelo trabalhador norte-

americano permitiam que seu consumo fosse elevado – ou pelo menos maior do que no Brasil – o que gerava uma economia infinitamente mais monetarizada do que a nossa.

O Brasil do início do século XX não possuía classe trabalhadora capitalizada, grande número de pequenas e médias propriedades produtivas e autossustentáveis, uso de tecnologia e acesso a crédito farto e barato. Sendo assim, como aplicar a ideia de igualdade numa sociedade amplamente desigual e baseada numa cultura de privilégios, com determinados grupos se achando no direito de ter mais vantagens do que outros? Simplesmente repetia-se o discurso de que as estradas de ferro seriam a tábua de salvação do país, mesmo que não se tomassem outras medidas em prol da dita sociedade justa proposta por Fairbanks e louvada por Silva Freire. É a primeira das muitas comparações diretas e indiretas que vão se mostrar irrealizáveis pelas características da sociedade brasileira. Não que os EUA fossem a *Promised Land* que eles tanto apregoavam, pois tinham seus problemas e contradições, mas sua sociedade funcionava de modo melhor, no sentido da reprodução do capital, do que a nossa. O modelo deles poderia ser aplicado a eles e não simplesmente transplantado para o Brasil.

Ao apresentar o relatório, Joaquim José da Silva Freire informa que o dividiu em duas partes. A primeira mostra as vinte questões, as discussões e as deliberações finais e na segunda é feita uma análise pormenorizada de como funcionavam as ferrovias nos Estados Unidos. Esta última e a introdução do trabalho, onde ele narra a viagem patrocinada pela *American Railway Association* entre Washington, Boston e Nova York com paradas e visitas às mais importantes localidades ferroviárias da área, são as mais importantes, pois aparecem os aspectos centrais de todo o relatório: percebe-se quanto o engenheiro ficou impressionado com o gigantismo e a eficiência das ferrovias americanas, pintando um quadro de superioridade destes em relação aos europeus, vê-se que a intenção de Silva Freire é tentar replicar o modelo norte-americano na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e entende-se que os empresários dos EUA, fortemente amparados pelo governo, se utilizaram do Congresso para promover seus produtos, tecnologia, serviços e métodos. Quanto a este último ponto, o próprio representante brasileiro deixa isso bastante explícito:

Devo participar que, aproveitando-se os industriaes americanos da presença de cerca de 300 engenheiros estrangeiros em Washington, resolveram ahi instalar uma exposição de material de viação férrea, em que os delegados estrangeiros pudessem observar de perto em todos os seus detalhes, os ultimos progressos realizados na industria dos transportes (FREIRE, 1907, p. VIII – IX).

Passagens como essa devem ser entendidas como manifestações do jogo imperialista do momento e da sociedade do capital travestidos de mera exposição. Bom que se diga que isso não se constituía em novidade, afinal, as exposições internacionais que começaram a se realizar a partir de meados do século XIX tinham objetivos econômicos e geopolíticos bastante definidos, além de funcionarem como um instrumento para demonstração de força. Elas também devem ser consideradas como um ritual de “*exhibitio* universal da civilização burguesa” (HARDMAN, 2005, p. 62), o local onde esse grupo social, dominante e cada vez mais poderoso, criava e recriava o mundo de acordo

com suas expectativas e anseios e o vendia como modelo de sociedade moderna e progressista para o restante do planeta. Fora a Europa, somente os Estados Unidos tiveram essas exposições em seu território: Filadélfia (1879), Chicago (1893), Saint Louis (1904) e São Francisco (1915). O Brasil realizou algumas exposições desse tipo, mas tinham caráter regional. Eram as Exposições Nacionais.

Voltando ao relatório, para maximizar o que a viagem poderia render em termos práticos, o engenheiro procurou, ao serem finalizados os trabalhos do congresso, conhecer mais profundamente a realidade do setor ferroviário nos Estados Unidos. Assim:

Terminada a excursão e entregue a partir de então a minha propria iniciativa, procurei, nos dias em que me demorei em New York, aproveitar-me das relações creadas no correr do Congresso e assim consegui obter facilidades, que me proporcionaram encetar a segunda parte da minha missão que consistia em examinar mais de perto o material rodante dos Estados Unidos, tirando dessas visitas ensinamentos que podessem ter acertada applicação nas linhas férreas brasileiras, particularmente na Central (FREIRE, 1907, p. XVIII).

Note-se que agora fica claro que a real intenção da viagem é encontrar modelos, práticas e saberes aplicáveis às ferrovias brasileiras e não somente à EFCB. Dentre os esforços que vinha o governo federal fazendo para otimizar o funcionamento do sistema férreo nacional, era preciso racionalizar as operações a um custo não muito elevado. Como já dissemos que tínhamos certa tradição no uso de locomotivas oriundas dos Estados Unidos, o engenheiro leva isso em conta e frisa que vai aprender sobre o material rodante utilizado por lá e como os norte-americanos conseguem tirar o máximo deste material sem, contudo, ter necessidade de aumentar as tarifas e fretes. No correr do texto, vê-se que ele ampliou os objetivos, fazendo também análise e descrição pormenorizada das oficinas, pátios de manobras, estações etc.

Dentre os pontos especificamente ferroviários que são apresentados e discutidos no relatório, alguns merecem destaque, até porque o conteúdo do texto é muitas das vezes puramente técnico e não faria sentido discuti-lo aqui. Um fundamental, por conta das inúmeras discussões, crises, pressões políticas, polêmicas, etc. que gerava no Brasil era a questão dos fretes. Na primeira parte, Freire já havia tocado na questão, mas somente descrevendo como o sistema de cobranças funcionava mundo afora: prevalecia algo misto, onde o preço era calculado levando-se em conta o valor, o peso e o volume das mercadorias e, no caso dos passageiros, o tipo de carro e a distância a ser percorrida. O que chama a atenção do engenheiro no caso norte-americano onde, assim como no Brasil, as tarifas eram elaboradas da forma descrita, era que enquanto por aqui elas eram consideradas extremamente caras, nos Estados Unidos o valor era muito baixo:

Como é universalmente sabido, nenhum paiz se acha em condições de oferecer ao publico tarifas tão módicas como os Estados Unidos. Ahi o transporte se faz em massa, os vagões trafegam perfeitamente lotados e o carvão custa apenas \$ 2 a tonelada ou cerca de 6\$, da nossa moeda, ao actual cambio. (FREIRE, 1907, p. 152 -153).

Algo que hoje nos parece bastante óbvio não foi para o autor na época: a ideia de que, como ele mesmo disse, os volumes transportados nos Estados Unidos serem gigantescos e percorrerem grandes distâncias. Por conta disso, como estratégia para alimentar o sistema ferroviário com cargas e passageiros, optou-se por fretes baixos, que atraíam volumes grandes a serem transportados, obtendo-se lucro nas quantidades. Por outro lado, não havia privilégios a determinados produtos nem a concessão excessiva de gratuidades e descontos nas passagens como se verificava no Brasil. Todos os produtos e passageiros pagavam de acordo com as mesmas normas, materializando o ideal de igualdade defendido no discurso de Fairbanks.

O outro aspecto que aparece no trecho destacado, o da lotação dos vagões, precisa ser observado mais detidamente. Ele não nos forneceu números acerca da taxa de ocupação nos EUA, mas aponta que a lotação era elevada. No Brasil, analisando os percentuais de ocupação nas diversas ferrovias nacionais em 1904 (BRASIL, 1905, Quadro 15), observamos que a média de utilização dos vagões era muito baixa, girando próximo a 50% da sua capacidade nominal de carga.²⁰ Criou-se um círculo vicioso, pois forçavam a cobrança de fretes um pouco mais elevados para compensar as operações que, por sua vez, acabavam funcionando como repelentes de mais cargas, tudo isso num país que tinha uma economia de produtos primários, portanto de baixo valor e que tinha outro indicador extremamente baixo, o índice de percurso médio de uma tonelada embarcada. Resumindo, produtos baratos, eram transportados por percursos pequenos e as tarifas precisavam ser elevadas para cobrir as despesas. Nos Estados Unidos, os percursos eram maiores e o valor agregado das mercadorias também, o que ajudava a manter as tarifas baixas e, conseqüentemente, a ocupação de carros e vagões elevada.²¹

Os exemplos a serem replicados

É quanto a organização do trabalho que as falas e práticas posteriores de Freire se concentram. Na viagem que fez após o Congresso, teve a oportunidade de visitar as oficinas da *Pennsylvania Railway* em Altoona, uma localidade de 52 mil habitantes dos quais 13 mil eram funcionários da companhia. O aspecto do lugar o fez fazer uma interessante comparação:

Para quem visita Altoona e subúrbios, o aspecto da população, toda operaria, impressiona pelo seu trajar, que bem se afasta do das populações operarias da Europa visivelmente inferiores e faltas do asseio, que nos Estados Unidos é mais do que um habito, para se tornar quasi uma preocupação.

Do mesmo modo, as vivendas isoladas, circumdadas de varandas calmas e de frescos relvados em nada se parecem com os enormes e tristes quarteis industriais das grandes cidades da Europa Central (FREIRE, 1907, p. 167).

Note-se que fica claro que o modelo do que se entendia por civilidade nos Estados Unidos era bastante sedutor e é preciso lembrar que, neste momento, a ordem republicana se esforçava para

²⁰ O exame da série histórica destes dados, disponibilizados até 1920, mostra que não houve alteração nessa relação, permanecendo tanto os percursos, a distância média em que uma carga era transportada, quanto a ocupação, baixas.

²¹ No vagão se transportam cargas e nos carros, passageiros.

trazer novos padrões de urbanização para as cidades brasileiras, principalmente para capital do país e, por isso, era natural que Freire atentasse para este detalhe.²² Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife, dentre outras, foram sacudidas pelas demolições, abertura de vias, zoneamento urbano, construção de edifícios, paisagismo, embelezamento etc., utilizando-se um modelo importado da Paris haussmaniana do século XIX. Agora, o engenheiro via com seus próprios olhos como os norte-americanos organizavam suas pequenas e médias cidades industriais.

De modo geral, a organização da sociedade norte-americana como um todo lhe é bastante sedutora. A própria companhia *Pennsylvania* que visitara era, segundo suas observações, um modelo de gerenciamento e trato com o pessoal:

É este o caso da grande empresa que soube, com o tempo, organizar em benefício do seu numeroso pessoal, bellas e humanitárias instituições de amparo, dando-lhes ao mesmo tempo um caracter de elevado alcance social, não tendo em vista a mera protecção esmoler, que repugna ao americano, mas sim garantir o empregado e sua família contra as vicissitudes do trabalho, dos accidentes e da própria vida, em troca dos seus serviços e da sua admiração (FREIRE, 1907, p. 165).

Para além, indica que a companhia criou uma caixa de pensões, aposentadorias e seguros para seus funcionários, sem descontar-lhes do salário, e que isso trazia grande estímulo ao trabalho e isso nos leva a um importante aprendizado por parte do engenheiro e que ele inclusive começou a colocar em prática na Central do Brasil, a formação da mão de obra.

Não consiste em novidade que em qualquer tipo de operação industrial, quanto mais especializada é a classe trabalhadora, melhores os resultados produzidos para empresa e, teoricamente, melhores seriam as condições de trabalho e salários. No caso brasileiro, desde o início do processo de implementação do dispositivo ferroviário que havia queixas acerca da qualidade dos nossos trabalhadores. Por conta disso, nos primeiros tempos, a grande maioria deles foi importada da Europa, principalmente aqueles que exerciam funções mais especializadas, como maquinistas, mecânicos, telegrafistas, dentre outros. Como era mais caro buscar essa mão de obra no estrangeiro, com o tempo boa parte das companhias ferroviárias passou a dispor de sistemas de treinamento de pessoal e a própria EFCB possuía um centro de formação para sua mão de obra. Chefe de uma seção da ferrovia que lidava diretamente com isso, Silva Freire dedicou algumas páginas das “notas diversas”,²³ para analisar como se dava essa formação nos EUA e a passagem a seguir é lapidar do modo como via que deveriam ser as coisas no Brasil:

²² A passagem a seguir, referindo-se ao processo de urbanização da capital brasileira, aponta o sentido das reformas urbanas para os grupos dirigentes: “Tinham [as elites] a esperança de garantir a transformação social e cultural da cidade, e obter um cenário decente e atraente aos fluxos do capitalismo internacional, tão refreadas pelas precárias condições da capital, quanto ambicionadas pelas elites atreladas aos grandes interesses exportadores instalados no governo da União” (MARINS, 2010, p. 143).

²³ Penúltima parte do relatório que se encerrava com uma grande quantidade de plantas e desenhos de estações, locomotivas, vagões etc., tanto dos EUA quanto, para comparação, dos utilizados no Brasil.

Como é geralmente sabido, a tendência da instrução nos Estados Unidos é fortalecer o individuo para a luta da vida, inculcando-lhe no animo a coragem no trabalho e a confiança absoluta em seus próprios esforços. O ensino é, portanto, todo de caracter objetivo, guiado no sentido de desenvolver o espirito de iniciativa do operário, libertando-o de toda bagagem inútil e sem applicação ao mister a que o mesmo se destina.

(...)

Na idade em que, em outros paizes, o jovem já cogita de estudos superiores e mesmo de constituir família, é que se inicia nas escolas profissionais americanas a aprendizagem methodica dos officios mecânicos (FREIRE, 1907, p. 432 – 433).

Novamente aparece a ideia de que os Estados Unidos são superiores. Mais à frente, ao se referir aos trabalhadores brasileiros, indica que estes têm aptidões natas, somente sendo preciso desenvolvê-las, coisa que vinha tentando fazer:

Impressionado por taes exemplos, tem o signatario destas linhas procurado, com os elementos disponíveis nas Officinas do Engenho de Dentro, dar uma nova feição ao ensino que pela manhã era dado a alguns aprendizes, fixando para isso um methodo de instrução que melhores resultados deve trazer ao desenvolvimento profissional do nosso pessoal operário, cuja aptidão nata apenas precisa de cultura adequada para rivalisar com os mais hábeis artistas europeus e americanos (FREIRE, 1907, p. 436).

Essa passagem e a anterior, partes da descrição que faz dos processos de admissão e formação nas escolas preparatórias da *New York Central Railroad*, é de suma importância por indicar a ideia de que a educação, na visão de Silva Freire, tem de ter fim prático e utilitário, sendo voltada para o mundo do trabalho. Foi no aspecto da formação dos ferroviários que os objetivos da viagem começaram a se materializar, isso pouco depois de Silva Freire retornar ao Brasil em 01 de outubro de 1905.²⁴

Depois das tradicionais boas vindas, coquetéis e homenagens e tendo reassumido o cargo de diretor da seção de locomoção, começou a trabalhar para aplicar parte do que vira e vivenciara nos Estados Unidos. A Central do Brasil possuía, desde 1897, um centro de formação de mão-de-obra, a Escola Prática dos Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, contudo, como aponta BEAKLINI (2017), somente depois do aprendizado proporcionado pela viagem aos Estados Unidos, a escola passou a se organizar de modo mais profissional. Antes, segundo os dados levantados pela educadora, o processo de aprendizagem se fazia apenas pela observação para posterior reprodução daquilo que fora visto. Depois das reformas implementadas por Silva Freire, a estrutura da escola mudou profundamente, passando a oferecer tanto educação primária quanto profissional, numa estrutura organizacional que lembrava uma escola técnica moderna. Admitindo jovens da faixa etária entre os 12 e os 15 anos, teve o curso dividido em três anos, onde a partir do segundo, os aprendizes, depois de conhecer todas as oficinas e serviços necessários à ferrovia, iam se especializar em uma

²⁴ Rastreando os passos de Silva Freire pela imprensa, identificamos que encerrada sua missão nos Estados Unidos, partiu de Nova York para Paris em agosto e da capital francesa retornou ao Rio de Janeiro, vindo a reassumir suas funções na ferrovia em 05 de outubro. O relatório da viagem foi apresentado ao diretor da Central do Brasil, Osório de Almeida, um ano depois, vindo a ser publicado em 1907. Conforme edições de 01 setembro e 03 de outubro de 1905 e 15 de outubro de 1906 do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

delas, passando a ter, também, uma clara distinção entre as disciplinas ministradas. Com essa nova forma de fazer educação/capacitação, em 1908 vieram os primeiros frutos e a escola ganhou o Grande Prêmio na Exposição Nacional daquele ano.

Uma semente um pouco tardia da viagem, pois somente deslancha nas décadas de 1920 e 30, foi início do processo de eletrificação de trechos da Central. Sua malha atendia a grandes zonas urbanizadas, possuía muitos túneis e a zona suburbana da cidade do Rio de Janeiro crescia vertiginosamente, inclusive como um dos efeitos da reforma urbana do prefeito Pereira Passos que, ao expulsar grande massa populacional do Centro da cidade, empurrou para paragens mais distantes uma enormidade de pessoas que passaram a precisar do transporte público nos seus deslocamentos diários, já que a vida econômica da capital continuava na zona central. A tração elétrica proporciona mais agilidade no transporte de massa urbano, pois as máquinas aceleram e freiam mais rapidamente do que as movidas a carvão e não tem o inconveniente de gerar fumaça. No plano mundial, a discussão sobre o tema era uma das mais importantes do momento e durante o Congresso houve longo debate sobre o uso da eletricidade como força motriz. O próprio Silva Freire se ocupa do tema ao descrever o funcionamento do sistema nos EUA, destacando a importância de se eletrificar trechos da EFCB, dentre outras coisas por evitar a “(...) desagradável passagem dos tunneis, geralmente repletos de fumaça e resíduos das chaminés (FREIRE, 1907, p. 430).

Estes são alguns dos resultados da viagem para o Brasil, mas e o outro lado da moeda, os ganhos que os Estados Unidos imaginaram e tanto se esforçaram para obter com a realização do Congresso?

O outro lado: presença dos EUA no Brasil

Como estamos dizendo desde o começo, a participação de Silva Freire no evento em Washington é um dentre muitos elementos no processo de aproximação econômica entre os dois países. Elementos esses que não são somente econômicos, mas também diplomáticos, tendo a ação do Barão de Mauá à frente do Ministério das Relações Exteriores como principal baluarte, além dos desdobramentos da questão do Acre, área em que os Estados Unidos tinham poderosos interesses envolvidos por conta da produção de borracha, a rivalidade em escala mundial e local que começava a ocorrer a Alemanha etc. (BANDEIRA, 2007, p. 246-247), como fatores que foram, lentamente, estreitando os laços entre as duas nações. De qualquer sorte, podemos afirmar que a penetração de produtos e serviços norte-americanos no Brasil, notadamente ferroviários, cresceu depois de 1905. Vejamos o caso da compra de locomotivas.

Já dissemos o porquê de haver uma preferência pelas máquinas de fabricação norte-americana no Brasil, portanto seria natural que elas continuassem a ser as mais utilizadas no país, afinal a qualidade técnica de nossas estradas de ferro permanecia, em larga medida, inalterada e o

desenvolvimento dessa tecnologia por aqui ainda se encontrava nos estágios iniciais. O que salta aos olhos ao analisar os dados da tabela 2 é o total numérico dessas máquinas e, por outro lado, o percentual em relação ao total das locomotivas em operação. A quantidade absoluta aumentou em 71%, mas o percentual de locomotivas de origem norte-americana sofreu leve queda no período analisado. Um outro dado interessante é que a distância entre a segunda colocada, a Inglaterra, só fez aumentar, porém a entrada da Bélgica no mercado das máquinas de tração, apesar de não ter chegado a ameaçar a posição hegemônica dos EUA neste setor, diminuiu a sua participação percentualmente.²⁵ Na própria EFCB, houve grande reforço no parque de máquinas. No mesmo ano do Congresso, a imprensa publicara que:

Hontem o Dr. Silva Freire, sub-director da 4ª divisão, conferenciou demoradamente com o Dr. Osório de Almeida, director, atendo a conferencia, ao que consta, versado sobre a encomenda de 17 locomotivas, que a estrada pretende fazer nos Estados-Unidos para o serviço de trens no ramal de São Paulo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 dez. 1905, p. 3).

As máquinas foram de fato encomendadas e entregues à ferrovia nos anos seguintes.

Tabela 2 – Procedência das locomotivas em uso no Brasil (1904 – 1914).

Origem	1904	%	1914	%
Estados Unidos	632	64,2	1.085	62,3
Inglaterra	317	32,2	355	20,4
França / Bélgica	36	3,6	287	16,6
Brasil	-	-	4	0,2
Não Informado	-	-	1	0,1
Total	985	100	1.732	100

Fonte: BRASIL, 1905 e 1919, com cálculos do autor.

Os dados acima devem ser observados sob outra ótica que é a da relação entre o aumento na malha ferroviária e o aumento na quantidade de máquinas em serviço. Enquanto, no mesmo período, o sistema férreo brasileiro cresceu 58,8%, passando de 16.780 quilômetros para 26.646, o acréscimo na quantidade de locomotivas foi de 75,6%.²⁶ No caso específico da participação das locomotivas fabricadas nos Estados Unidos, uma forma de se perceber sua presença, já que em valores percentuais houve diminuição, é analisar a participação destas máquinas por quilômetro de via férrea em tráfego. Utilizando-se dessa metodologia, percebemos que houve aumento, subindo de 0,037 locomotiva/

²⁵ O acréscimo nas locomotivas de fabricação belga pode ser explicado por conta de capitais desta nação e deles associados a franceses terem adquirido dois importantes trechos ferroviários: a *Chemins de Fer Federaux de l'Est Bresilene* passara administrar a malha entre Bahia, Sergipe e Minas e a *Compagnie Belge des Chemins de Fer du Sud-Ouest Brésiliens* no Rio Grande do Sul, que já existia desde 1898, mas teve suas linhas ampliadas a partir de 1906 depois que presidente Rodrigues Alves dera segurança jurídica ao contrato.

²⁶ Estes dados poderiam significar que a qualidade dos serviços prestados pelas companhias ferroviárias tivesse melhorado, mas como os acréscimos mais significativos foram pontuais, ou seja, foram aumentados os parques de tração de certas ferrovias (Central do Brasil, Leopoldina, Santos - Jundiaí etc.), os serviços continuaram insatisfatórios em grandes trechos.

quilômetro em 1904 para 0,040 em 1914, enquanto a do seu principal concorrente, a Inglaterra, diminuiu de 0,018 para 0,013.²⁷ Somente no caso belga é que o crescimento se deu de modo muito maior, mas isso se deve à troca do material rodante das vias que empresários do país europeu passaram a administrar por equipamentos fabricados na sua própria nação. Em resumo, numericamente falando, houve reforço na presença de máquinas de tração norte-americanas no Brasil nos anos seguintes ao Congresso.

Com outros dois importantes elementos constituintes de um comboio ferroviário, os carros e os vagões (tabelas 3 e 4), o efeito foi diferente. Se percentualmente a quantidade de locomotivas fabricadas nos Estados Unidos diminuiu um pouco, tendo o índice locomotiva/quilômetro aumentado, com esses dois a diminuição foi geral. A explicação novamente passa pela entrada da Bélgica, mas também, no caso dos vagões, pelo fato da ferrovia de Santos – Jundiaí, em São Paulo, ter praticamente dobrado sua frota de vagões e esses eram de procedência inglesa, tal qual a empresa, num indicativo que quantidades maiores de café precisavam ser colocadas nos navios em Santos. Um dado interessante é que, analisando o relatório do Ministério de Viação (BRASIL, 1905 e 1909), praticamente todos os carros e vagões, independentemente de sua procedência, foram equipados com dispositivos de freio a ar fabricados pela *Westinghouse*, companhia que montou exposição própria de seus produtos durante o Congresso.

Tabela 3 – Procedência dos carros em uso no Brasil (1904 – 1914).

Origem	1904	%	1914	%
Estados Unidos	581	45,3	443	30,5
Inglaterra	442	34,4	455	31,8
França	30	2,3	27	1,9
Bélgica	87	6,7	399	28
Brasil	145	11,3	111	7,8
Total	1.285	100	1.435	100

Fonte: BRASIL, 1905 e 1919, com cálculos do autor.

Tabela 4 – Procedência dos vagões em uso no Brasil (1904 – 1914).

Origem	1904	%	1914	%
Estados Unidos	2.403	19,3	2.251	13,5
Inglaterra	6.289	50,3	7.476	44,1
França	432	3,6	365	2,2
Bélgica	1.450	11,2	4.727	28
Brasil	1.944	15,6	2.052	12,2
Total	12.518	100	16.871	100

Fonte: BRASIL, 1905 e 1919, com cálculos do autor.

A idade das máquinas também era um problema, como aponta Silva Freire. Enquanto escrevia o relatório, indicava que a EFCB possuía 30 locomotivas com mais de trinta anos de serviço e outras 16 com mais de vinte e que, por conta disso, “Não é, pois, de estranhar que custe a reparação de muitas locomotivas somma superior á necessária á aquisição de locomotivas modernas, de rendimento muito maior” (FREIRE, 1907, p. 198).

²⁷ Dividiu-se a quantidade de locomotivas pelo total de ferrovias em tráfego.

Quanto à presença de empresas norte-americanas construindo e gerenciando ferrovias no Brasil, houve incremento. Se durante todo século XIX não havia nenhuma companhia ferroviária de propriedade ou administrada por capitais norte-americanos, em 1913 havia duas, mas que na verdade faziam parte de um mesmo grupo, o *Brazil Railway* de Percival Farquhar. Os dois tentáculos ferroviários de Farquhar eram a própria *Brazil Railway*, que através de muitas subsidiárias chegou a ser concessionária de parte significativa da malha nacional e que operava o importante tronco São Paulo – Rio Grande, ligando o Sudeste à estratégica fronteira com o Uruguai, e a *Madeira Mamoré Railway*, ferrovia mandada construir no atual estado de Rondônia para facilitar o acesso ao mar para a Bolívia, dificultado pelas corredeiras do rio Madeira.²⁸ Essa via tem a interessante característica de, na década de 1870, ter começado a ser construída por empreiteiros ingleses, mas em razão de inúmeras dificuldades a obra foi abandonada e o cidadão norte-americano George Earl Church tomou a frente dos serviços, mas também fracassou e se retirou da região amazônica. É o primeiro registro que temos de uma obra ferroviária sendo tocada por capitais e indivíduos dos EUA.

O que chama a atenção quando analisamos a presença dos Estados Unidos nas companhias ferroviárias é o volume dos capitais. Valendo-nos novamente do estudo de Ana Célia Castro (1979), verificamos que os ingleses ainda eram de longe, no período entre 1903 e 1913, os maiores concessionários e arrendatários de ferrovias no Brasil, controlando 84,83% do capital total investido em estradas de ferro, com suas 13 companhias ferroviárias tendo capital estimado em quase 26 milhões de libras. Os Estados Unidos vinham em seguida, com duas ferrovias, perfazendo 9,41% do capital total e 2,8 milhões de libras. Até aqui nada demais, mas quando se leva em consideração que, por conta das múltiplas atividades nas quais a *Brazil Railway* estava envolvida, ficava muito difícil para autora separar o que tinha a ver somente com ferrovias e ela excluiu inúmeros trechos, contabilizando somente a São Paulo – Rio Grande e parte da Madeira – Mamoré (50% do capital por ter considerado que a produção e exportação de borracha, contabilizada junto ao capital da ferrovia, precisava ser separada), podemos especular que os investimentos norte-americanos diretamente envolvidos com o transporte ferroviário eram muito maiores. Quando observamos que a segunda e terceira colocadas na lista, Bélgica e França, também com duas ferrovias cada, possuíam capitais que eram a metade para a primeira e 1/5 para segunda em relação aos dos Estados Unidos, vê-se que o crescimento da presença deste país foi verdadeiramente espetacular.

Reiteramos que este crescimento não é resultado somente da visita de Silva Freire a Washington. Ele é fruto do evento ferroviário em alguns aspectos, mas também não se pode deixar de levar em consideração as políticas entre os dois países e, principalmente, do imperialismo da

²⁸ A construção da ferrovia foi umas das obrigações ao Brasil estabelecidas pelo Tratado de Petrópolis em troca da cessão do Acre pela Bolívia. Seu artigo 7º dizia: “Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso), chegue a Vila Bela (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçara por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas” (FERREIRA, 2005, p. 189).

época, onde os EUA buscaram, vigorosamente, um lugar ao sol para seus produtos, serviços e capitais, notadamente no próprio continente. A visita do engenheiro brasileiro e o relatório por ele publicado são partes visíveis deste processo de penetração dos interesses norte-americanos no Brasil. Também não se deve deixar de levar em consideração que as mudanças verificadas com Campos Sales e Rodrigues Alves na presidência na tentativa de racionalizar o setor e agilizar construções extremamente necessárias, mas que vinham por décadas se arrastando, ajudaram a abrir as portas a novos interessados e Estados Unidos e Bélgica foram as duas nações que melhor se aproveitaram da oportunidade.

Conclusão

Para encerrar, não se pode deixar de registrar o quanto deve realmente ter sido extraordinário para Silva Freire vivenciar a vida ferroviária nos Estados Unidos. Era homem experiente e já há muito conhecedor do *metier* do mundo das ferrovias, mas as impressões de assombro que deixou acerca do meio na América do Norte são sintomáticas do quanto a visita fora marcante. Trabalhando em uma via férrea que possuía linhas duplas em uns poucos pontos, ver saírem da Union Station de Nova York seis linhas que movimentavam comboios a cada três minutos deve ter sido, no mínimo, impressionante. Presenciar 65 trens sendo despachados no espaço de uma hora na New South Station de Boston também. Para um engenheiro brasileiro, acostumado com a pobreza material e dificuldades de todo tipo, uma viagem aos Estados Unidos constituía-se numa visita ao eldorado ferroviário e esse sentimento de assombro aparece ao longo de todo o texto. Impressionante, colossal, magnífico, gigantesco, são adjetivos recorrentes em toda a leitura, num indicativo do quão impactante fora a experiência.

Lições foram aprendidas, mas daí a aplicá-las existia uma distância enorme. Os Estados Unidos têm suas próprias características e o Brasil outras, apesar das similaridades que apontamos, então simplesmente não adiantava trazer um modelo pronto e buscar implantá-lo aqui. O aprendizado é sempre importante em qualquer situação e Silva Freire, até por conta da preocupação com a melhoria na Escola de Aprendizes da Central, certamente sabia disso, como também sabia, não duvido, que aplicar o modelo norte-americano no Brasil era impensável. Registrou o que viu talvez na esperança de que lições fossem aprendidas, como de fato foram, para serem adaptadas às mais diferentes realidades do país, incluindo-se as do setor ferroviário, onde nitidamente havia discrepâncias fortíssimas entre as ferrovias do centro – sul e as dos atuais Nordeste e Norte, com as primeiras tendo, na maioria dos casos, condições de se manterem, enquanto as outras, não. Isso não impedia que se parecessem no que concerne às ingerências políticas e interesses individuais ou de grupo se superpondo aos da nação. Aqui, talvez, esteja a maior diferença entre o sistema visto por Silva Freire em nosso poderoso vizinho do Norte e o que ele estava acostumado a lidar. Lá, os interesses privados, sempre muito fortes, tiveram de se render ou se adaptar às exigências do Estado-nação. Aqui, o mais comum era o contrário, com o Estado se curvando às vontades de grupos em prejuízo àquilo que seria importante para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASIMOV, Isaac. *Cronologia das ciências e das descobertas*. Tradução de Ana Zelma Campos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- ASSIS, Machado de. *Evolução*. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000251.pdf>>. Acesso em 05 set. 2017.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BEAKLINI, Adriana Valentim. Uma viagem, um engenheiro, uma escola: reorganização da Escola Prática de Aprendizes da Estrada de Ferro Central do Brasil (1905). In: *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 70 – 88, agosto de 2017. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/51795/32129>> Acesso em 08 set. 2017.
- BRASIL. *Estatística das estradas de ferro da União e das fiscalizadas pela União no anno de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- BRASIL. *Estatística das estradas de ferro da União e das fiscalizadas pela União no anno de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
- BRASIL. *Estatística das estradas de ferro da União e das fiscalizadas pela União no anno de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- BRASIL. *Legislação ferroviária federal do Brazil: leis, decretos, regulamentos, instruções, avisos, portarias e outros actos, desde as primeiras iniciativas até 31 de dezembro de 1921. Edição comemorativa do primeiro centenario da Independencia do Brazil, publicada por ordem do Exmo. Snr. Dr. J. Pires do Rio, M. D. Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: S/E, 15 volumes, 1922.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860 – 1913)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/Hemeroteca>> Acesso em 14 set. 2017
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a companhia da estrada de ferro D. Pedro II (1855 – 1865)*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- FISH, Stuyvesant. American Railroads. In: DEPEW, Chauncey M. *Onne hundred years of american commerce (1795 - 1895)*. New York: D. O. Haynes & Co., 1895. (p. 119 - 124). Disponível em <<https://archive.org/details/17951895onehundr01deperich>>. Acesso em 06 set. 2017.
- FREIRE, Joaquim José da Silva. *Missão aos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- HOBSBAWN, Eric. *A era do capital (1848 – 1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios (1875 – 1914)*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 6º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil (Vol. 3)*. República da Belle Époque a Era do Rádio. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PROBASCO, Wallace M. *The Westinghouse Companies exhibits at the International Railway Congress*. Washington: 1906. Disponível em <<https://archive.org/details/westinghousecomp00probrich>>. Acesso em 07 set. 2017.

REYNOLDS, Charles B. *Washington: a guide to the city provided for the delegates to the seventh session of the International Railway Congress*. Washington: 1905. Disponível em <<https://archive.org/details/washingtonintern01wash>>. Acesso em 06 set. 2017.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

PARTE III
BRASIL E AMÉRICA LATINA

5. A AMÉRICA LATINA NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Gabriel Corrêa*

I

Podemos igualmente afirmar que – como dois polos que se atraem e se repelem – o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. Esta existência contraditória me leva a propor uma reflexão sobre o distanciamento político e cultural entre o Brasil e os demais países da América Latina de colonização espanhola (PRADO, 2001, p. 128).

No texto citado, a historiadora Maria Ligia Coelho Prado discute a elaboração de um discurso político no século XIX, que fundou uma certa interpretação brasileira sobre o mundo hispano-americano, contribuindo para a constituição de um imaginário sobre a “outra” América, que a dissocia e a separa do Brasil. A formação e desenvolvimento desse discurso teve ampla difusão entre intelectuais brasileiros desde a chegada da família real até além do advento da República, em 1889. O sucesso na difusão desse discurso carrega reverberações políticas na tensão do Brasil com seus vizinhos platinos, inclusive nas relações diplomáticas estabelecidas desde então e até hoje.

A explicação do fenômeno, limitada à “herança eurocêntrica”, esconde elementos culturais e políticos que dividiram as colônias e criaram “interesses econômicos e sociais específicos para cada região”. No caso brasileiro, Prado demonstra como, desde os primeiros registros no Brasil, as ideias em torno do republicanismo foram consideradas “ideias políticas imaturas”, pois traziam consigo o risco da fragmentação política. Tal interpretação teve como repercussão na linhagem interpretativa da História do Brasil, bastante reproduzida em manuais escolares, em artigos de jornais, em discursos políticos posteriores. Em tal discurso oficial, o perigoso exemplo dos vizinhos republicanos deveria ser descartado.

Esses ideólogos do Império, que escreveram a história oficial do Brasil, defendiam a monarquia que se opunha às “repúblicas caóticas” da parte espanhola. Dessa maneira, estava clara a diferença que se devia estabelecer entre “nós” e “eles”, entre o Brasil e os demais países da América do Sul, onde campeavam a desordem, a desunião e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas (VARNHAGEN, apud PRADO, 2001).

Na prática, o discurso integrador da historiografia produzida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) seguia a lógica de que “a identidade brasileira, no período, foi construída montando-se a oposição entre regimes políticos antagônicos, a monarquia e a república.” Tal interpretação ganhou projeção e foi difundida

*Doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada (FFLCH-USP)

nas escolas, nos jornais da Corte e das províncias, nos púlpitos, nos banquetes, nos discursos da Câmara e do Senado... Esses discursos ganharam um caráter unívoco, articulado em torno de um núcleo central, a ideia da monarquia unificadora da nação. [...] Tal visão expressa nessa produção textual não estava descolada dos acontecimentos recentes da história brasileira e relacionava-se com as rebeliões regionais internas e as guerras externas no Prata, ganhando sentido e se transformando em explicações perfeitamente compreensíveis e adequadas ao momento histórico (PRADO, 2001, p. 133).

II

Na literatura, de forma geral, o discurso não era diferente. O crítico Antonio Candido demonstrou ao longo de sua obra como a atividade literária foi um dos poucos veículos disponíveis para dar legitimidade e difusão para os conhecimentos acumulados em relação à sociedade brasileira e à matéria local até a primeira metade do século XX. De um ponto de vista que leva em conta as especificidades de cada ciência humana, pode-se afirmar que no Brasil daquela época, as incipientes áreas de conhecimento, tal como a historiografia e a literatura, teriam suas fronteiras interligadas, mescladas e até mesmo sobrepostas, tratando com igual peso temas comuns. Assim, não raro, a literatura foi uma das responsáveis por registrar e difundir o debate de temas até então intocados por outras áreas. Dessa forma, o empenho nacionalista da literatura necessariamente se articulava ao discurso político dominante.

Sarmiento, Rodó, Euclides da Cunha, Gilberto Freire são exemplos de intérpretes da realidade que têm aspecto sobretudo de escritores, de tal modo que os seus textos se justificam antes de mais nada como literatura. [...] Nos países da América Latina há uma equação constante entre a gratuidade e o empenho, bem clara na persistência do regionalismo em sucessivas modalidades. [...] O Romantismo [séc. XIX] coincidiu mais ou menos com a independência política e favoreceu a definição do nacionalismo, por ser uma estética voltada para as particularidades do país, isto é, tudo aquilo que constituía a sua característica e marcava a sua singularidade (CANDIDO, 1999, p.109).

Por um lado, no caso dos romancistas brasileiros, isso significou a exploração da temática histórica e geográfica dos “cenários”, os quais correspondiam a nação recém-independente. Na obra de escritores como Franklin Távora, Alfredo de Taunay e, sobretudo, José de Alencar, esse primeiro esforço consciente de revelar as diferentes realidades regionais pertencentes ao desconhecido território nacional é mais explícito. Porém, nesses autores, ainda segundo Candido, falta justamente a referência ao projeto político ao qual, conscientemente ou não, se filiaram.

O caso do Brasil seria peculiar, pois no início o regionalismo brasileiro se principia com o Romantismo antes dos outros países, mas nunca produziu obras consideradas de primeiro plano, nem entre os contemporâneos. “Os melhores produtos da ficção brasileira foram sempre urbanos, as mais das vezes desprovidos de qualquer pitoresco, sendo que o seu maior representante, Machado de Assis” (CANDIDO, 2003, p. 161).

A visão sobre a realidade brasileira retratada por essas obras não-urbanas excluiu a descrição de uma série de outros elementos, tanto os relativos à realidade urbana cotidiana, quanto

a relação aos povos vizinhos. Ainda no referido ensaio, Candido analisa as manifestações do problema utilizando como recorte o romance, especificamente, o regionalista, ou seja, um interesse de representação social que, na época, se prendia a um imaginário sobre questões “internas” do país. Por outro lado, se a produção brasileira em prosa mais significativa da época possuía uma tendência temática mais “urbana”, é justamente nela que o imaginário sobre as questões “externas” ganha algum horizonte para se desenvolver. Porém, seu campo de simbolização mais rico estava restrito aos poucos aglomerados urbanos brasileiros. Tal espaço de referências “estrangeiras”, além de tudo, era ocupado absolutamente por referências metropolitanas europeias, vindas seja nas páginas de romances europeus, seja nas de periódicos e revistas (SCHWARZ, 1992).

Em menor quantidade, porém não independente, são no campo “jornalístico”, nas notas e comentários políticos e publicistas, que estava a porta de entrada para notícias e informações especificamente sobre os países vizinhos. Na quase total ausência de influências literárias entre nações latino-americanas, seja em romances regionais ou urbanos, é entre as notícias dos periódicos que as referências diretas ao resto do próprio continente podem ser encontradas em quantidade significativa.

Do ponto de vista da análise literária, é importante lembrar como os jornais também serviam de meio de publicação original não apenas para as notícias, mas para romances e contos, já que os periódicos eram os produtos comercialmente mais seguros para os escritores publicarem e divulgarem suas obras. Tal relação faz ser quase “necessária” a aproximação entre escritores e jornalistas, leitores de notícias e de literatura, uma vez que não havia especialização editorial nas publicações, muito menos diferença entre os incipientes mercados. Prova dessa fusão, tanto no plano discursivo quanto materializado nos textos, é a força com a qual se desenvolveu no Brasil o gênero *Crônica*, um gênero híbrido tão comum e tão praticado pela maior parte dos escritores brasileiros, entre eles, Machado de Assis.¹

Em razão dessas características e condições de publicação, a evolução da obra do cronista, já há muito consagrada e estudada por críticos literários e historiadores, serve como referência para compreensão do modo como a imagem dos países latino-americanos era citada e qual função assumiu dentro dos textos jornalísticos de Machado.

Por quatro décadas, Machado de Assis atuou como jornalista (entre os anos 1860 e 1890). Nesse período, o gênero praticado por ele, a crônica no Brasil, foi marcado por modificações, entre as quais o autor teve influência ativa e constante. Se nas duas primeiras décadas, os comentários do jovem Machado foram marcados por uma forte justaposição de argumentos que variavam entre o en-

¹ Excluo aqui a produção poética. Nesse ponto, as referências são numerosas e necessitam de um espaço maior para discussão. As obras de Gonçalves Dias e Castro Alves, dois dos mais influentes poetas do romantismo brasileiro são repletas de exemplos. “O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais viçosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares, como se lê num poema que sob este aspecto vale como paradigma, a ‘Canção do exílio’, de Gonçalves Dias, que poderia ter sido assinado por qualquer um dos seus contemporâneos latino-americanos entre o México e a Terra do Fogo” (CANDIDO, 2003).

gajamento político (pró-republicano) relativamente inconstante, e a abordagem superficial de modas, discursos e outros fatos cotidianos, seus textos da fase madura passaram a apresentar mosaicos de relações sociais cada vez mais ricas e complexas.²

Propomos neste artigo, portanto, uma análise de textos presentes em toda obra cronística de Machado de Assis até o evento da República, nos concentrando em exemplos extraídos das séries que escreveu até os momentos finais da Monarquia. Mas antes de falar especificamente de Machado de Assis, é importante situar nosso tema, as imagens relacionadas aos países latino-americanos, conforme ele foi usado por uma das principais referências para Machado e para a maior parte dos cronistas da época.

III

Publicada entre 1854-1955, a série de crônicas *Ao Correr da Pena*, de José de Alencar (2004), acompanhou o ritmo urbano, citou uma variedade de fatos e acontecimentos noticiados no país e na capital, somados a comentários diversos, pautados majoritariamente por: modas teatrais e literárias, repercussão de disputas políticas europeias, recomendações de “exercícios morais” estimados, ou simples e irônicas descrições de curiosos e banais *fait-divers* provinciais e fluminenses. Entre as centenas de fatos citados de passagem encontram-se as raríssimas referências aos demais países latino-americanos, demonstrando como as relações do Brasil dentro do contexto latino-americano, ou mesmo os problemas comuns às duas sociedades distintas, estavam praticamente ausentes da pauta do cronista.

Com exceção da relação conflituosa da política externa brasileira com o Paraguai, os demais países vizinhos praticamente não são citados por Alencar. E, mesmo quando a tensão com a república vizinha é referida com desdém nas crônicas, serve como distração, ainda menos relevante que as apresentações das companhias de teatro europeias. Os comentários sobre a tensão internacional com o Paraguai se perdem entre outras notas e valem menos que os demais divertimentos da semana, afinal de contas, seria, sempre segundo o cronista, inverossímil a disposição da república vizinha de enfrentar o Império Brasileiro. Alencar reitera, por diversas vezes, a ideia da banalidade da tensão com Paraguai e a da superioridade brasileira diante de um eventual conflito. Nesse sentido, outras referências usadas por Alencar nos permitem ver o tom ufanista como Alencar se referia ao “protagonismo” do Brasil no continente americano. Por exemplo, na crônica de 15 de outubro de 1855, Alencar se coloca

a refletir sobre os destinos do dia 12 de outubro, que marca época nos anais do mundo, da

² Esquemáticamente: é reconhecida uma primeira fase, marcada pelas experiências na década de 1850-1860, de afirmação de um nome autoral e elaboração de princípios como cronista; uma segunda, na década de 1870, em que foram reformulados princípios e ajustes formais de estilo; uma terceira, nos anos 1880, como uma fase de consolidação dos ajustes e tentativas de experimentalismos formais mais ousados; e, por fim, uma quarta, dos anos 1890 em diante, com a plena e mais rica produção textual diante de matéria social mais urgente e uma visão consolidada sobre acontecimentos históricos. Tais reflexões, aqui são melhor desenvolvidas por Gabriel Corrêa (2017).

América e do Brasil. [...] No mesmo dia um descobriu um novo mundo, o outro fundou um grande império. Um chamava-se Colombo, o outro era Pedro I. [...] Quem sabe se o fato que veio depois de três séculos não era o complemento e o remate do primeiro? Quem sabe se D. Pedro I não foi o continuador de Colombo? Quem sabe se a fundação do Império do Brasil não devia ser uma condição essencial nos futuros destinos da América? (2004).

Assim, um escritor influente como Alencar, referência para as gerações de cronistas seguintes, nas quais se inclui Machado de Assis, possuía três importantes características, para fins do nosso artigo: defende a superioridade do Brasil monárquico na comparação direta com as repúblicas vizinhas; suposto protagonismo brasileiro no continente; porém, quase não se refere diretamente aos países vizinhos, demonstrando como o conjunto de interesses de autor não contempla diretamente o assunto “América Latina”.

IV

O comentário inicial sobre José de Alencar serve para introduzir o jovem cronista Machado, pois este tinha aquele como uma de suas principais referências. Nesse contexto, o jovem Machado se desenvolveu como crítico e cronista, ao mesmo tempo em que o processo político seguia adiante. Em um primeiro momento, a proximidade ao estilo alencarino reforça a ideia da influência direta, porém já se poderá perceber em Machado um tom não conformado, mas não explicitado, sobre a proximidade do Brasil com a realidade latino-americana, o qual parece não se acomodar entre as notas leves de arte, cultura e banalidades da corte.

Nos textos da *Revista de Teatro* (1859-1860)³, uma das primeiras séries da carreira de Machado, é praticamente nula a referência que ele, em seu papel de crítico teatral, faz aos vizinhos latino-americanos. Na crônica de 4 de dezembro de 1959, ele se limita a citar os demais países meramente para descrever um circuito internacional por onde passam artistas estrangeiros, como o jovem pianista alemão “Schramm”, que viajava para se apresentar por algumas cidades do “novo Mundo” e que é descrita como uma espécie de novo Mozart (2008a).

Já em *Comentários da Semana* (1861-1863), da mesma forma, praticamente não há referências aos vizinhos latino-americanos. Há, entretanto, referências aos príncipes europeus e aos personagens da literatura clássica, que, como de praxe, dão mote para o jovem cronista montar suas alegorias e comentários políticos semanais. Dentre as abordagens mais recorrentes, os textos tratam de comentários sobre o conteúdo das apresentações teatrais, críticas às comendas dadas pelo governo brasileiro, incoerências entre o jeito nacional e modelo de comportamento estrangeiro, e elogios às iniciativas de divulgação de cultura e instrução. Tudo isso, importante salientar, pautado por uma postura anti-monarquista, muitas vezes usando termos mais fortes e diretos, em sua reiterada intenção de fazer o comentário político. Daí que, especificamente sobre os países hispano-americanos (além de

³As crônicas de Machado aqui citadas foram compiladas em uma série de estudos publicados pela Ed. Unicamp. Conforme referência no final, vamos identificá-las apenas pelo ano de publicação (cf. 2008a).

mais notícias sobre artistas em turnê), o jovem cronista faz questão de participar de uma “polêmica” estabelecida com outro pseudônimo, que publicava no *Jornal do Comércio*, “Scoevo-la” (cf. 2008b).⁴

Na referida polêmica, o colaborador do *Jornal do Comércio* defende uma possível aliança do Brasil com os vizinhos do Prata, de forma a dirimir disputas entre Império Brasileiro e as demais repúblicas. A absurda sugestão, ironizada por Machado, teria sido a de realizar uma “união matrimonial” de modo a conciliar conflitos políticos entre os dois governos. Por trás da cômica proposta, se acumulam crônica de 29 de dezembro de 1861 questões relacionadas às regras da diplomacia entre os países sul-americanos, a uma visão hegemônica da nação brasileira sobre os demais países vizinhos e até ao decoro moralista para com os membros da família imperial.

Scoevo-la, pelos modos, pertence a certo partido político que não tem sacrificado muito à sinceridade, e tem como regra de diplomata que a palavra foi dada ao homem para esconder os conceitos e as convicções. Terá ele lido no futuro que a forma monárquica há de vir a estabelecer-se no Rio da Prata, e quererá desde já mostrar-se o propugnador extremoso dessa ideia, que considera a única salvadora daquelas repúblicas? [...] Por não poucas vezes, o império tem encontrado da parte daqueles povos agressões relativamente à política usada com eles, e é verdade inconclusa nos Estados do Sul que o império tem pretensão de conquistá-los (2008b).

Em outras palavras, o retrato da relação política estabelecida pelo cronista está em consonância com uma ideia de hegemonia da sociedade brasileira dada por meio da via diplomática, que não teria razão de se sentir ameaçada por um possível conflito contra o vizinho platino. E, principalmente, a citação cumpre a função de ilustrar o modo como as disputas políticas específicas entre linhas editoriais dos jornais são representadas pelas posturas de cada cronista e de seu polemizador.

Na série *O Futuro* (1862-1863), novamente a referência aos países vizinhos se dá por meio da polêmica de um conflito em potencial com o Peru, devido a disputas territoriais na região amazônica (2014). Dessa forma, uma república latino-americana é citada, em seu papel ameaçador e desestabilizador, como parte do cenário marcado pelas perdas de território nacional em regiões afastadas da corte. Note-se que Machado não considera o mérito da reivindicação do país vizinho, mas considera legítima a forma como cada nação defende seu próprio território. Na crônica de 30 de novembro de 1862, defende o Império Brasileiro, cuja soberania só seria confirmada desde que contraposta à força bélica da nação inimiga, ou seja, não há outra saída possível. Trata-se de um jovem Machado, tal como Alencar, sobretudo, “nacionalista”.

Olhe o leitor: à roda da mesa estão jornais de todo o império; sentemo-nos como bons e pacíficos amigos, e comecemos por encarar afoitamente aqueles estouvados peruanos. O leitor sabe já de todas as ocorrências de que foi testemunha o velho Amazonas; sabe que ali trouou o canhão e que fomos ludibriados no começo, no meio e no fim. O atentado não se podia revestir de circunstâncias mais agravantes, nem a arrogância peruana podia manifestar-se em mais larga proporção e sob melhor luz. Arrogância, disse eu, e não se pense que foi por não me ocorrer outro termo; arrogância ingênita, filha deste preconceito, que naturalmente

⁴ Ignoro a identidade do pseudônimo. O *Jornal do Comércio*, fundado em 1824, era um dos mais antigos da corte e o principal jornal conservador do período. Não raro, os redatores do *Jornal* e da *Gazeta de Notícias*, com o qual Machado de Assis colaborou da década de 1880 até o fim da vida, polemizavam em diversos assuntos, trocando críticas diretas e indiretas.

os peruanos não de ter, de que são realmente filhos do Cid e do sol. Seja como seja, o fato é que a dignidade da nação brasileira foi vilipendiada e que só uma enérgica intimação poderá ter lugar depois daquelas ocorrências; o país espera ser bem defendido pelo governo nesta deplorável questão. No meio de todas as preocupações esta me parece a principal, a que deve ocupar mais lugar e tempo nas elucubrações íntimas do gabinete. Creio que o sentimento do governo é o mesmo; certos atos demonstram que ele não quer protelar a questão, e sem dúvida as ordens levadas pela expedição do Pará não de ser no sentido de nos desagrar honrosamente (2014).

Cerca de um mês depois, em 1º de janeiro do ano seguinte, o cronista volta ao tema com tom de lamento pessimista. Descreve a problemática de forma dicotômica, destacando o caráter “rixoso” da disputa, por parte do adversário republicano, que por enquanto levava aparentes vantagens sobre a monarquia.

Que resultará desta pendência entre o Império e a República Peruana? Confesso que não sei nem a ninguém é dado prever o futuro nas coisas do meu país. Mesmo confessando as boas intenções dos que vão ao leme do Estado, há razão para abstrair da lógica e contar com o imprevisto e com o absurdo. As últimas notícias do Amazonas não são animadoras; é com receio que espero as notícias próximas; afigura-se-me que não de ser piores, por mal da nação, e por glória do nosso rixoso co-ribeirinho (2014).

V

Na década de 1860, na série *Ao Acaso* (1864-1865), a tônica é dada pelas notícias constantes relativas ao conflito envolvendo os vizinhos Uruguai, Argentina e Paraguai (2007). Tais comentários, não raro, cumpriam a função de polemizar assuntos presentes no debate público, até mesmo por meio de cartas “destinadas às redações”, escritas por leitores ou demais comentaristas da imprensa.⁵

Novamente, as referências aos países latino-americanos não se restringiram ao fato dos países vizinhos servirem de rota comum para artistas, companhias de teatro e exibição de experimentos científicos. Em termos de conteúdo, o jovem Machado prosseguiu seu retrato negativo sobre o Paraguai, muitas vezes citado como provocador e exclusivo responsável pelos conflitos. Exemplos não faltam.

No episódio sobre a tomada e rendição da “República Oriental” (Uruguai), prevalece o discurso ufanista, já que o peso da “vilania” recai sobretudo sobre o líder do país vizinho, Solano López⁶, que estaria “levando” muitos conflitos direto à província do Mato Grosso. Na série *Ao Acaso*, os comentários de Machado de Assis a favor das campanhas militares retratam o Paraguai como local da “tirania” e da corrupção de conceitos originalmente positivos, como “República” e “Democra-

⁵ Vale dizer que essas cartas poderiam também ser simuladas, escritas pelos próprios autores ou companheiros de jornal. Não afirmo que seja este o caso, pois faltam dados para isso, mas vale frisar que a prática era comumente praticada pelos cronistas da época, inclusive pelo próprio José Alencar.

⁶ Francisco Solano López, comandante das Forças Armadas do Paraguai durante a Guerra contra Brasil (1864-1870). Durante muitos anos, a Guerra contra o Paraguai serviu de paradigma das relações ditatoriais entre as forças militares e as repúblicas platinas (segundo a aparente opinião do jovem Machado de Assis). A guerra “demonstraria, mais à frente, que os interesses regionais em torno das bacias dos rios da Prata, Paraguai, Uruguai e Paraná continuavam a ser conflitantes. A disputa sobre a hegemonia da América do Sul permanecia forte. Vale lembrar outras questões que dividiam, nesse período, o Chile e a Argentina com relação ao extremo sul do continente” (PRADO, 2001, p. 138).

cia”.⁷ Machado de Assis se refere ao símbolo da autoridade paraguaia com ironia, retratando como contraditório todo discurso e popularidade do líder opositor, de modo a “revelá-lo” como um farsante e explorador. Nesses textos, como na crônica de 24 de outubro de 1864, não há propriamente uma crítica fundamentada, mas descrições “morais” e superficiais que mais confirmam pré-conceitos do que trazem fatos ou argumentos novos.

Canta, ó deusa, a cólera do presidente Lopez! [...] Dizia-se há muito que o presidente Lopez nutria pretensões monárquicas e preparava o terreno para cingir um dia a coroa Paraguáia; mas S. Excia. é, antes de tudo, democrata americano; onde quer que ouça gemer a democracia americana — não hesita: — pede a sua espada de Toledo, cinge o capacete de guerra e dispõe-se a ir verter o sangue em defesa da mãe comum. Democracia americana — naqueles climas — quer dizer: companhia de exploração dos direitos do povo e da paciência dos vizinhos. Déspotas com os seus, turbulentos com os, sem grandeza moral, sem dignidade política, incapazes, presumidos, gritadores, tais são os pretendidos democratas de Montevidéu e de Assunção.

Mas o cavaleiro [pouco antes, Machado havia comparado pejorativamente Lopez a Dom Quixote] está de boa fé. Todo o seu desejo é equilibrar o rio da Prata. Opor uma barreira às invasões imperialistas, eis o dever de um bom democrata americano, que ama deveras a liberdade e quer a independência da livre América: vinte quilômetros de baboseiras neste gosto [...].

Quanto aos infelizes povos, sujeitos aos caprichos de tais chefes, se devemos lamentá-los, nem por isso deixaremos de reconhecer que a Providência consente às vezes na dominação dos Lopez e dos Aguirres⁸, como flagelos destinados a fazê-los pagar, pelo abatimento e pelo ridículo, a fraqueza de que se não sabem despir.

O presidente Lopez — que eu continuo a recomendar a algum Homero disponível — entra com direito nos assuntos amenos da semana (2014).

Após outras referências posteriores à guerra, Machado de Assis traz novos argumentos contrários ao inimigo do Império. O tom é mais eloquente, com retratos sanguinolentos sobre os alvos criticados. Ao descrever como a imprensa estrangeira questiona a participação brasileira na guerra, ou como o governo do Uruguai poderia igualmente se opor às opiniões do cronista, o jovem Machado apela à retórica de guerra, no melhor estilo “rixoso” contra países vizinho, denunciando fatos condenáveis, desqualificando a imprensa estrangeira e apelando a preconceitos de senso comum. Para o autor de *Ao Acaso*, podemos observar na crônica de 7 de fevereiro de 1865 que qualquer gesto público que questionasse a participação brasileira no conflito deveria ser necessariamente desqualificado.

A gravidade vai crescendo; as últimas notícias da expedição dos paraguaios provocaram um grito de geral indignação. Esperava-se ainda alguma coisa daquela gente; podia contar-se com uma certa sombra de lealdade e de humanidade. Os que mantinham esta ilusão acham-se diante de uma realidade cruel. Se depois do espetáculo das orelhas enfiadas numa corda e expostas à galhofa dos garotos de Assunção, houver um país no mundo que simpatize com o Paraguai, não precisa mais nada — esse país está fora da civilização. A Europa que não conhece os negócios da América, anda quase sempre errada nas suas apreciações e notícias. Os correspondentes dos jornais europeus, em Assunção e Montevidéu, estabelecem ali uma opinião visivelmente parcial. É mais ou menos um eco da imprensa apaixonada destes países (2007).

⁷ Para não sermos anacrônicos, é importante esclarecer que os dois termos eram usados nos jornais da época, muitas vezes, como sinônimos e em oposição ao modelo monárquico brasileiro.

⁸ Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado foi presidente provisório do Uruguai entre 1864 e 1865, quando deixou o poder após Montevideo ser sitiada pelo Exército Brasileiro.

Desqualificação tal que é reiterada e ampliada, um mês depois, em 7 de março, assim como era lugar-comum na imprensa brasileira.⁹ Apesar da imprensa europeia ser exemplo da empresa editorial para escritores do novo continente em muitos aspectos, ela não servia quando o assunto era a política externa brasileira com os países vizinhos. Essa mesma imprensa, antes exaltada, parece se tornar local de pessoas “desinformadas” e por isso, não podem conhecer os “reais” motivos da participação brasileira na guerra.

A *Presse*, num artigo, que traz a assinatura do Sr. E. Chatard, acusa-nos de ter pretextado reclamações para conquistar a república Uruguiaia; louva o Paraguai pelas suas tendências de equilíbrios; conta que ele apreendeu os nossos navios; que o Brasil, vendo que tinha ido muito longe, retirou as suas tropas do território oriental, e limitou-se a bloquear dois pequenos portos; em Paysandú, segundo o Sr. Chatard, os nossos soldados saquearam as casas. O Sr. Chatard conclui o seu artigo, que ocupa uma coluna da folha, com as seguintes memoráveis palavras: “É estranho ver que, quando os Estados mais poderosos da Europa, a França e a Inglaterra, aderem a uma política de não intervenção...” Se o Sr. Chatard soubesse uma polegada dos negócios desta parte da América, queremos crer que outra seria a sua linguagem. Preferimos crê-lo ignorante a crê-lo de má fé, posto que ambas as coisas se possam dar, e se dão em geral, quando se trata da política brasileira (2007).

Os jornais estrangeiros pecariam por inexatidão, desconhecimento ou erros, ao descreverem a ambição militar da monarquia brasileira e por citarem Lopez como um político que, em certa medida, reage à pressão brasileira. O problema é tratado novamente como uma questão de divulgação, como se, assim como na guerra, também houvesse os correspondentes favoráveis ao Paraguai e aqueles favoráveis aos seus inimigos. Aqui, mais do que nunca, o leitor pode perceber como o jovem MTIMESachado, sem parecer deixar de lado sua posição bélica-nacionalista anteriormente assumida, expõe e destaca os argumentos opostos, aos quais, ao que tudo indica, ele ainda se opõe. Ao menos, em primeiro nível de leitura.

As folhas europeias que tanto são antipáticas, na ignorância dos negócios da América, são sempre induzidas em erro pelas narrações infieis dos seus correspondentes. O tal correspondente de Buenos Aires, a quem se refere a *Indépendance Belge*, é dos mais divertidos. A redação, apreciando o seu correspondente, diz que ele se ressentia do espírito hostil de Buenos Aires contra o Brasil, mas que, apesar de tudo, a política do Brasil, se não tem um pensamento de ambição pouco justificável, parece difícil de explicar-se. Só se compreende a intervenção do Brasil na guerra civil, pelo sonho de anexar o Uruguai, e nesse caso o presidente Lopez obra com espírito político, energia e resolução.

Esta é a opinião da folha, já manifestada mais de uma vez. Na opinião do correspondente, a política do Brasil é ambiciosa e o império despreza o direito das gentes. A narração dos atos

⁹ Tal posicionamento não era exclusivo de Machado, tampouco da imprensa brasileira. Para contextualizar a forma recorrente como se dava o conflito de ideias nas imprensas nacionais desde décadas anteriores. P. ex., “em 1816, um jornal distinguia as diferenças entre as colonizações espanhola e portuguesa: “nada es peor que la dominación extranjera; y que dominación! Portuguesa!!! Que sin duda es peor que la española; pues son sin comparación más ignorantes, más supersticiosos y más intolerantes, y por eso se han unido para subyugarnos”. Do lado da ex-colônia portuguesa, as justificativas apresentadas pelos contemporâneos, já desde 1808, centravam-se na ideia de que o território nacional tinha uma “fronteira natural” que ia do Amazonas ao Prata. Importante assinalar que tal “fronteira natural”, ao sul, havia criado importantes interesses econômicos compartilhados por proprietários de fazendas na região Oriental e no Rio Grande do Sul, ligados a comerciantes do Rio de Janeiro. Portanto, não é de se admirar, manifestações públicas que defendiam a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, denunciando a “usurpação” dos espanhóis do território que “sempre nos pertencera”. [...] As justificativas da anexação já ensaiavam se sustentar no delineamento de uma oposição entre regimes políticos divergentes; de um lado, a fragilidade do regime republicano, “típico” da América Espanhola e, de outro, a solidez do regime monárquico brasileiro” (PRADO, 2001, p. 134-135).

de pirataria praticados pelo governo paraguaio é feita com as cores próprias a tornar o tiranete digno de admiração universal. [...]

Mas, se todas essas inexactidões e apreciações falsas são condenáveis em jornais importantes como a *Presse* e a *Indépendance Belge*, muito mais o são num jornal que se decora com a denominação de Jornal Internacional, e que, por este modo, se impõe um conhecimento perfeito dos negócios do mundo.

Tal é o *Nord*. Os correspondentes desta folha são do mesmo gênero que os das outras. É inútil resumir as asserções e as opiniões dele: são as mesmas. Mudam as palavras, é certo: ali é política invasora do Brasil, aqui é o Brasil que tira a máscara. Lá como aqui, os soldados brasileiros saquearam Paysandú; aqui como lá, Leandro Gomes é um herói. As barbaridades, as violências, os roubos, praticados pelos heróis daquela medida, tanto orientais como paraguaios, ficam no escuro. As nossas legítimas queixas, os justos motivos que nos levaram à guerra, são substituídos por um desejo de anexar o Uruguai, por uma política ambiciosa, por uma intervenção mal compreendida. *Voilà comme on écrit l'histoire*.

Naturalmente os nossos leitores perguntarão o que fazem os nossos agentes na Europa, que não trazem à luz da imprensa a narração fiel dos acontecimentos, e não destroem a opinião acerca dos honrosos e imprescindíveis motivos da guerra contra a república do Uruguai. Também nós fazemos essa pergunta, e tanto nós, como os leitores, ficamos sem resposta (2007).

É difícil afirmar o grau de ironia que os textos possam ter, mas, ao menos como possibilidade, a potencialidade da leitura irônica é um fato que abarca as tensões da disputa de argumentos.

Após relatar a capitulação do Uruguai, em crônica de 12 de março de 1865, Machado de Assis continua a justificar a presença do Brasil no conflito como um ato de defesa e de justiça, em que o espírito voluntário e popular seria o protagonista da reação contra as repúblicas vizinhas ofensoras. Os termos para descrever o “inimigo” são de desprezo e deboche nas crônicas de 25 de abril e 2 de maio, respectivamente. A comparação do potencial bélico brasileiro não parece supor que o conflito teria a duração de mais meia década adiante.

Há, porém, uma guerra legítima, a guerra da independência e da defesa. Quando o governo blanco, há pouco expulso de Montevideú, encheu a medida da nossa paciência, com as depredações e assassinatos dos nossos patrícios, não havia outra saída mais honrosa que a de fazer justiça por nossas mãos. Pouco depois veio o insulto do Paraguai. Assim é que o povo brasileiro se levantou de todas as partes, enérgico e entusiasta, para defender os seus irmãos ofendidos na campanha oriental e na província de Mato Grosso. O movimento popular cresce de dia para dia. As fileiras dos voluntários vão enchendo de patriotas (2007).

Não é de certo um acontecimento novo a declaração da guerra do Paraguai à Confederação Argentina; já se esperava, segundo as últimas notícias. Também não é novidade a maneira por que Lopez fez essa declaração; não se esperava outra coisa. Que quer o marechalito? Quer perder-se. Perdido estava ele. Bastavam as forças do império para mandai-o passear. As armas do Brasil não carecem de dar novas provas do seu valor e do seu poder. Mas, como se lhe não bastara a honra de morrer às mãos dos brasileiros, o matamouros conjura contra si todas as forças organizadas da vizinhança (2007).

Porém, ao contrário das expectativas, a série de crônicas *Ao Acaso* se encerraria na edição seguinte, e Machado de Assis pouco voltaria a se referir ao conflito até seu desfecho, em 1870.

Além da guerra contra o Paraguai, outra referência significativa aos países latino-americanos havia aparecido na série *Ao acaso*: o estabelecimento de uma monarquia no território mexicano, com o apoio do governo francês.¹⁰ Tal acontecimento trouxe como consequência uma série de reações, sobretudo do governo norte-americano, e exigiu o posicionamento da única outra

¹⁰ O segundo Império Mexicano durou três anos (1864-1867) e teve como imperador Maximiliano de Habsburgo, colocado no trono por realistas mexicanos e com influência do imperador francês Napoleão III.

monarquia latino-americana: o Brasil. O redator de *Ao Acaso* inicia o assunto respondendo a uma questão colocada por outros escritores, em relação à polêmica já corrente nas páginas dos jornais da corte, no caso pelo pseudônimo conhecido como “*Amigo da Verdade*”. A discussão girava em torno da legitimidade ou não da aproximação entre o Império Brasileiro e uma monarquia recém-fundada, que estaria sendo diplomaticamente questionada pela maior parte das demais repúblicas do continente.

Machado de Assis inicia o comentário retratando a ambígua posição política do Brasil dentro do continente majoritariamente republicano, razão pela qual esta estabeleceria frágeis vínculos diplomáticos. Em parte, o cronista justifica tal retrato pelo fato da “democracia” estabelecida no resto do continente ser arredia ao regime monárquico brasileiro, isolando-o politicamente. O trecho final da crônica de 12 de março de 1865 parece ser demonstrar como as críticas estabelecidas ao novo regime mexicano não seriam aplicáveis ao Brasil, cuja monarquia estabelecida estaria completamente justificável.

Em nossa opinião o império do México é um filho da força e uma sucursal do império francês. Que reciprocidade de interesses podia haver entre ele e o império do Brasil, que é o resultado exclusivo da vontade nacional? O *Amigo da Verdade* promete mostrar que os interesses políticos e comerciais entre os dois países são mais transcendentais do que se pensa. Não tínhamos em vista a comunidade dos interesses comerciais e as conveniências de ordem política. Subentendíamos os interesses de ordem moral, os interesses mais largos e duráveis, os que não recebem a impressão das circunstâncias de um momento. A justiça universal e o espírito americano protestam contra a reciprocidade desses interesses entre os dois impérios. Ocorriam outras circunstâncias, ao escrevermos aquelas linhas.

Estava reunido em Lima, capital do Peru, um congresso americano destinado a celebrar uma aliança dos Estados da América do Sul. Não sabemos por que razão deixou o Brasil de figurar naquele congresso. O espírito político do governo imperial não nos dá ocasião de supor que ele fosse movido por grandes razões de Estado. Mas o fato é que o Brasil não teve representante no congresso, e eis aqui como a democracia americana traduz o nosso procedimento: antipatia do Império para com os interesses americanos. É sem dúvida uma ilusão; a nação brasileira não conhece nem se comove por outros interesses; mas a verdade é que o procedimento do Brasil produziu aquela opinião. Isto quanto ao Brasil.

Quanto ao México, é sabido que os Estados Unidos nunca viram com bons olhos a invasão francesa naquele país e a mudança do antigo estado de coisas. As circulares do Sr. Seward deram a entendê-lo claramente; mais tarde o congresso de Washington votou uma moção contrária ao novo governo do México. O voto do Congresso não obriga a política dos Estados Unidos; mas eis que o senado americano, por proposta do Sr. Wade (do Ohio) decidiu que no orçamento dos consulados a palavra México fosse substituída pelas palavras República Mexicana. “Há dois governos no México, disse aquele senador: nós só podemos reconhecer o da república; nada temos que deslindar com o império” — A proposta do Sr. Wade foi votada. E este voto é decisivo para a política dos Estados Unidos.

Assim é que os dois impérios da América, — um repudiado pela democracia do norte, outro esquivando-se a entrar na liga da democracia do sul, — ficariam sendo a dupla Cartago do continente [...]. Que o México mantenha o isolamento, e inspire as desconfiças, é natural, é lógico, porque é esse o resultado da sua origem irregular. Mas o Brasil não pode ter comunhão de interesses nem de perigos, com o México, porque a sua origem é legítima, e o seu espírito é, antes de tudo, americano. Sim, entre o México e o Brasil há apenas a identidade do título, nada mais. Precisamos acaso entrar na demonstração de que é esse o único ponto de semelhança? (2007)

Na semana seguinte, vem a resposta do pseudônimo *Amigo da Verdade*, a qual o redator da coluna publica praticamente na íntegra, ocupando todo o espaço da seção em 11 de abril. O que

esse interlocutor faz é justificar a situação política mexicana por meio de citações da história, antiga ou recente do continente, de modo a valorizar fatos e elementos que explicariam a adoção de um regime monárquico no Novo Mundo. Segundo ele, povos originários, sociedades coloniais, lideranças que levaram adiante o processo de Independência nas Américas, relações estabelecidas entre ex-colônias e monarquias europeias, por todos os lados, o que ele destaca são laços que ressaltam como a adesão por setores expressivos das elites sociais de diferentes Estados Nacionais em construção foram, em algum momento e em algum grau, um horizonte político para maior parte dos países americanos. Pelo menos essa é a tese defendida no artigo. Fica fácil notar um conflito de ideias, entre o redator da seção e o autor da resposta, em um plano mais superficial da argumentação, porém, uma forte concordância subentendida em relação à “harmonia” como o regime monárquico se estabeleceu e se justificou no Brasil. O interlocutor de Machado conclui que

“Desnecessário me parece repetir-vos que os filhos dos espanhóis são, no México, mais adictos ao sistema monárquico do que ao republicano, — posto que descendem de famílias fidalgas da antiga nobreza espanhola, os quais, mesmo nos dias da república, conservavam os títulos dos seus ascendentes, sendo conhecidas muitas famílias pelos nomes de marquês, conde, etc., etc., ou membros do clero — numeroso de per si e monárquico por convicção” (2007).

Ambos escritores que “dialogam” em suas respectivas seções têm não se polemizam propriamente, mas se reforçam, no fato de não ignorarem os argumentos contrários à defesa que fazem da monarquia brasileira. A experiência monárquica mexicana seria ilegítima? Até poderia ser, mas, segundo os autores, não a brasileira. Nossa monarquia seria legitimamente “americana”. Por outro lado, vale lembrar que o período em que o jovem Machado de Assis escreveu a seção *Ao Acaso* foi marcada por uma tensão política continental envolvendo o conflito entre os países do Prata, mas cujos argumentos, indo além da adesão nacionalista mais explícita, pareciam também responder aos questionamentos a cerca da posição política e militar de uma monarquia isolada em um continente de repúblicas em fase de estruturação. Dessa forma, o “nacionalismo” do cronista ainda em formação parece sofrer a tensão pelo posicionamento político que defende e tem, na contraditória representação que faz das nações latino-americanas em geral, um conflituoso espelho do qual ainda tenta manter algum grau de diferenciação.

VI

Cerca de uma década depois, Machado de Assis volta aos negócios da política latino-americana, agora em novo tom, sem a necessidade daquele tom característico do contexto de guerra. As crônicas das séries *Histórias de Quinze Dias* (1876-1877) e *Histórias de Trinta Dias* (1878) são marcadas por uma profunda mudança na forma de argumentação (2008c). Entre as habituais citações sobre eventos diversos do teatro e da corte, por exemplo, o cronista faz um elogioso relato sobre um diplomata chileno, motivado por seu banquete de despedida que contou com a presença de autoridades políticas brasileiras. Menos publicista, ou meramente listando brevemente eventos recentes, o

tom adotado pelo narrador começa a adquirir profundidade literária e seus pseudônimos se colocam quase como personagens ficcionais diante do leitor. Tal elaboração dificulta ainda mais diferenciar o limite entre os posicionamentos do autor, do pseudônimo literariamente representado e das vozes pertencentes ao debate público que são evocadas (cf. CORRÊA, 2017). Vamos nos limitar, portanto, ao ponto de vista que problematiza os textos dentro do debate público ao qual pertencem.

Por exemplo, ao comentar a distante guerra oriental na Turquia em 1º de setembro de 1876, o cronista encontra em uma imagem estereotipada sobre uma república latino-americana vizinha o retrato da instabilidade política e também o projeta à questão turca.

Assim, a Turquia está em risco de perder seu atual sultão, ou o sultão, de perder a Turquia. Há pouco mais de um mês governava o tio deste; este cede o passo a um irmão. É uma peça mágica com música e pancadaria. A Turquia está a macaquear a Bolívia de um modo escandaloso: muda de sultões como a Bolívia, de presidentes e o leitor, de camisas (2008c).

Instabilidade política associada às repúblicas latino-americanas como um todo, pois passa a ser cada vez mais frequente a citação de movimentações políticas nos países vizinhos em decorrência de golpes de estado que, em conjunto, constroem uma imagem de um continente propício à derrubada de governos. Por exemplo, em 15 de dezembro de 1876, Machado de Assis comenta rapidamente os boatos sobre uma “revolução” na Argentina, mas, na verdade, as notícias eram a de que o líder revoltoso, o “caudilho” Lopes Jordan, tinha consigo apenas um número ínfimo de partidários, alguns deles brasileiros, mas acabara derrotado.

Outro exemplo é o comentário de 1º de maio de 1877, sobre o assassinato de Juan Bautista Gill, presidente paraguaio, enquanto o país assistia às últimas tropas brasileiras desocupando o país após o conflito, encerrado anos antes. Assim como o Paraguai, outros países como Guatemala e Bolívia, eram representados sob o símbolo da mais completa instabilidade, onde cada revolução que “triunfa no dia 17 tem forçosamente de cair no dia 25. [...] Se o Paraguai adotar esse método de salvar as instituições todas as semanas, com uma revolução e um crime, é de recear que tenha de entrar em um caminho de longas dores... Evite-as, não executando o executivo” (2008c).¹¹

Meses depois, na série *Notas Semanais*, publicada em 1878, é recorrente a externalização de certa descrença no processo eleitoral brasileiro, derivando em críticas diretas (que eram raras no início de sua carreira) ao Partido Republicano Brasileiro (2008d). Para este, argumentava o cronista,

¹¹ Se os vizinhos hispano-americanos eram exemplos de instabilidade política a não ser seguida pela monarquia brasileira, Machado não dizia o mesmo da república norte-americana, muito pelo contrário. Na mesma época, em uma crônica de 15 de julho de 1876, ao comentar o centenário da independência norte-americana, diz torcer para que o centenário brasileiro fosse comemorado como nas notícias que chegavam de Washington. Aqui, porém, a comparação entre as sociedades brasileira e norte-americana parece ter como mote o elogio dessa última a sua recente abolição da escravatura. Depreende-se da comparação, em pleno desenrolar da campanha abolicionista no Brasil, que o cronista anseia para que o Brasil tivesse motivos similares para comemorar nos anos seguintes. Não devemos explorar essa relação por enquanto, mas a citação serve para demonstrar como o potencial do assunto “América Latina” não se esgota no recorte deste artigo. Ele precisaria ser adequadamente compreendido levando em conta ligações e contrastes com outros “grandes temas” da época, tais como a relação com Estados Unidos, o movimento republicano e a campanha abolicionista. Tais ligações, como veremos, apareciam explicitadas apenas em crônicas da maturidade de Machado de Assis.

a responsabilidade pelos males do Império recaíam sempre na figura institucional e pessoal de D. Pedro II. Para Machado de Assis, aquilo que pode ter sido certa antipatia em relação ao Imperador, no início da carreira do cronista, se tornam colocações que respondem à postura de alguns republicanos e demonstram algum tipo de benevolência pessoal em relação ao imperador. Nesse contexto de mudança de estilo e posicionamento político, as referências aos países latino-americanos, a partir desta série, representam cada vez mais olhares para a própria corte brasileira, por meio de comparações e espelhamentos negativos em relação às repúblicas vizinhas, de modo que ressaltem suas críticas à sociedade e à política brasileira.

Entre alguns desses temas, na crônica de abertura da série, o pseudônimo Eleazar inicia se valendo de uma figura argumentativa muito comum, não apenas para Machado de Assis, mas também para outros cronistas da época: a da vida política e pública brasileira ser como um “grande banquete”, dançante e festivo, em que todos estão, de variado modo, convidados. O tom é de verborragia e elogios mútuos, em que as necessidades “digestivas” têm sempre lugar entre as prioridades, e o descumprimento de regras, em nome da boa convivência, é a verdadeira regra. Tal metáfora de um “banquete festivo” foi muitas vezes desenvolvida e suas variações criaram muitos pretextos cômicos para os comentaristas políticos.¹²

Na referida crônica de 2 de junho de 1878, Eleazar cita a notícia sobre um livro de receitas recém-lançado para discorrer sobre o destino do Império Romano e sobre a continuidade do último governo provisório militar no Uruguai, o qual já ia para o terceiro ano, ainda como “provisório”, assim como muitos outros haviam feito nos anos anteriores. Eleazar tenta traçar paralelos entre os diversos processos políticos citados, para chegar a imagem final de que os processos políticos nas repúblicas vizinhas optam por atingir seus objetivos de poder, pulando etapas de amadurecimento político. Seguindo a metáfora, assim como uma sobremesa servida no princípio da refeição satisfaria de pronto a gula dos convidados, assumir o poder rapidamente faria o mesmo em relação ao desejo das lideranças políticas personalistas. Agora, se o processo político e social estivesse plenamente desenvolvido, já seria outra questão.

[...] Aparentemente, é largo o abismo, entre um *Confeiteiro Portátil* e a última batalha de Pompeu¹³; mas estudai em suas origens os dois produtos, e vereis que, se César desloca a base do poder político, põe por obra uma evolução da sociedade romana, — e se o nosso confeiteiro publica as suas trezentas páginas de receitas, obedece à necessidade de restaurar o princípio social do manuê. Naquele caso, a queda da república; neste, a proscrição do bife sangrento. Diferente meio; ação diversa; lei idêntica; análogo fenômeno; resultado igual. Trata-se pois de nada menos que voltar ao regime da sobremesa. Quando o Marechal López, nas últimas convulsões de seu estéril despotismo, soltava esta frase célebre: *il faut finir pour commencer*, indicava às nossas confeitarias, ainda que de modo obscuro, a verdadeira teoria gastronômica. Com efeito, importa muito que a sobremesa tenha o primeiro lugar; acrescentando que começar uma coisa pelo fim, pode não ser o melhor modo de a acabar bem, mas é com certeza, o melhor modo de a acabar depressa. Vejam, por exemplo, as consequências que pode ter este princípio da sobremesa antes da sopa, aplicado à organização dos Estados. A Banda Oriental do Uruguai, apenas se sentou à mesa das nações, ingeriu no estômago um cartucho de pralinas constitucionais; abarrotou-se, e nem por isso teve indigestão; ao

¹² Essa é uma das teses desenvolvidas em (CORRÊA, 2017).

¹³ Batalha conhecida como marco do fim da República e do início do Império Romano.

contrário, digeriu todas as pralinas em poucos anos; digeriu mais uns quinhentos quilos de governos à la minute; mais uns dez ou dez pires de congressos em calda; viveu, enfim, numa completa marmelada política. É verdade que o estômago lhe adoeceu, e que a puseram no regime de uns caldos substanciais à Latorre¹⁴, para combater a dispepsia republicana; mas é também verdade que, se não acabou bem, acabou depressa^(2008d).

No mês seguinte, em 7 de julho, ao repercutir uma notícia de extrema violência ocorrida em um pequeno município da distante província do Ceará, quando um bando de criminosos armados realizaram uma série de crimes, Machado usa novamente o lugar-comum (talvez buscando o efeito cômico, mas certamente reforçando o estereótipo) de que quedas de governo em países como Bolívia poderiam acontecer por razões menores que os ataques na vila no interior do país.

Hão de ter lido que esses malfeitores entrincheiraram-se em uma vila cearense, aonde o governo foi obrigado a mandar uma força de 240 praças de linha, que a investiram à escala vista; muito fogo, mortos, feridos; prisão de alguns, fuga dos restantes. Há revoluções na Bolívia que não apresentam maior número de gente em campo; digo de gente, sem me referir aos generais. Pobre Ceará! Além da seca, os ladrões de estrada (2008d).

No mesmo mês, outra crítica aos “hábitos” de políticos latino-americanos. O cronista escreve em 21 de julho conhecer a discussão sobre as práticas de “sonambulismo” usado com propósitos medicinais, mas, metaforicamente, com outros e inesperados fins: políticos. Claro, Machado de Assis sempre demonstrou descrença de qualquer solução obscura como essa, da homeopatia ao espiritismo, sem, quase nunca, deixar de aproveitar o potencial cômico de cada “novidade científica”, comentando-as ironicamente em suas colunas. Por isso, o trecho seguinte traz a referência a um projeto de lei estranhamente aprovado no parlamento argentino devido ao “cochilo” das Câmaras. De forma irônica, Eleazar espera que esse sistema de criação de leis não se generalize pelo Brasil nem pelo mundo.

O sonambulismo tem sido aplicado à cura de moléstias, e ultimamente à busca das coisas perdidas e à predição do futuro, o que aliás a nossa polícia contestou de um modo formal e urbano. Faltava aplicá-lo à política dos Estados; é o que acaba de fazer o governo argentino. O governo argentino mandou, por descuido, o orçamento ao Senado, devendo mandá-lo à Câmara; o Senado, não menos sonâmbulo que o governo, pôs o orçamento em discussão. A Câmara estranhou esses dois cochilos; mas não podendo ser excluída da virtude sonambúlica, é muito provável que adormeça também, e vote a lei, com os olhos fechados. Resta que os contribuintes, ainda mais sonâmbulos do que os dois poderes, paguem a si mesmos os impostos; o que permitirá ao governo remeter então o orçamento ao congresso literário; e, caso este recuse, à biblioteca de Alexandria.

[...] Nas Câmaras, os deputados deixarão o recinto quando se discutirem os projetos, e entrarão unicamente para votá-los: coisa que só se pode explicar no estado de sonambulismo. Tais e quejandas serão as consequências do sistema, se ele passar de Buenos Aires ao resto do mundo: o que Deus não permita, ao menos nestes séculos mais próximos (2008d).

Os exemplos são inúmeros e variados, por isso vale mais uma breve citação sobre mais um “boato” vindo da Argentina, onde “as revoluções ali são como as nossas trovoadas de outro tempo; têm quase período certo” (2008d). Ironias à parte, o boato citado no dia 18 de agosto seria o de que contribuintes começaram a “pagar” voluntariamente seus impostos. Acreditando ou não na notícia, o

¹⁴ Lorenzo Latorre foi um militar uruguaio que se tornou governador “de fato” do Uruguai entre 1876 e 1879, durante o Governo Provisório. Tornou-se presidente constitucional apenas entre 1879 e 1880.

cronista propõe então ao leitor que o mesmo seja generalizadamente feito quando a quantidade de sonhadores aumentasse no Brasil. Piadas menores, comparações pejorativas ou comentários breves, as referências aos países latino-americanos aparecem cada vez menos como tema concreto de algumas crônicas e mais como mote introdutório ou mero repertório de imagens estereotipadas, que percorrem o debate público da imprensa fluminense, para o cronista alcançar o assunto real dos textos, os fatos ocorridos ou diretamente relacionados com a sociedade brasileira.

Anos depois, na série *Balas de Estalo* (1883-1886), Machado de Assis passa a assinar suas crônicas com o pseudônimo Lélío (1998). Vale observar que essa seção foi coluna coletiva, onde um escritor diferente assinava cada publicação. Isso faz com que cada pseudônimo pudesse assumir uma “personalidade” própria para seus textos. No caso, Lélío foi um dos pseudônimos de Machado que mantiveram o tom cômico com mais regularidade, ao longo de toda carreira do cronista.

Em 2 de setembro de 1883, ao opinar sobre um empréstimo que governo brasileiro adquiriu diretamente com os banqueiros ingleses Rothschilds, Lélío aconselha ao Império simular uma fatura financeira que não possuía, para, assim, poder também emprestar dinheiro a juros baixos para países como o Paraguai e fazer um “favor” ao vizinho, aceitando intermediar os empréstimos com os banqueiros ingleses. Machado brinca com as similaridades entre o Brasil e a república vizinha (cuja realidade não seria tão distante, apesar do Paraguai ainda estar se recuperando da derrota sofrida na Guerra contra o próprio Brasil) para demonstrar a total dependência das finanças nacionais (e latino-americanas) em relação aos agentes financeiros europeus (1998).

No caso da Venezuela, a crônica 24 de setembro de 1885 é bastante significativa sobre uma imagem que será reiterada pelo cronista: o modo como os altos cargos políticos da república venezuelana estavam diretamente vinculados ao corpo militar, o que caracterizava um regime político repressor e visto com maus olhos pela sociedade fluminense. Lélío exemplifica ironicamente: “em Venezuela, por exemplo, onde nunca pude descobrir entre os governadores das províncias um simples coronel; são todos generais” (1998).

Em outro texto, Lélío traz o caso de um brasileiro que fez valer seu poder na fronteira com Argentina, no caso de uma disputa pessoal. Se esse caso foi verdadeiro ou não, ignoro, mas o fato é que a iniciativa de usurpação por parte de uma iniciativa particular em uma região limítrofe entre a monarquia brasileira e a república argentina serviu de mote para Machado de Assis propor, como forma de evitar a ação violenta dos grupos capoeiras durante as eleições que ocorreriam nos próximos dias, a alternância de poder pré-combinada entre os grupos políticos. “Só mudará então uma coisa, a aclamação - ‘Viva a república!’ ... ‘Viva o imperador’. No mais não haverá mudança” (1998). Em outras palavras, seja República seja Monarquia, prevaleceria o mando personalista, imerso em uma situação de violência em potencial.¹⁵

¹⁵ Impossível não lembrar da cena como uma das possíveis referências do famoso episódio da troca da equivalência das tabuletas no romance *Esaú e Jacó* (1904), entre a “Confeitaria do Império” ou “Confeitaria da República”. A presença da mesma imagem nos leva a questionar as possibilidades de: tal episódio no romance ter sua “origem” em uma crônica de duas décadas antes; ou, mais provavelmente, o tal episódio do livro apareça como citação a um lugar-comum no debate público dos jornais da época.

Assim, do ponto de vista humorístico de Lélío, as referências aos fatos relacionados aos países vizinhos estão enquadrados em um pensamento irônico pessimista cada vez mais complexos, pois englobam, em um estilo cômico característico, relações hierárquicas e políticas mais amplas, revelando pontos de estagnação na relação entre as sociedades europeias e latino-americana, assim como problemas comuns entre a monarquia brasileira e as repúblicas vizinhas.

VII

Se nas séries de crônicas anteriores, Machado de Assis já citava os processos políticos das repúblicas vizinhas como forma de comentar esparsamente as notícias da corte, na breve série *A + B* (1886), que durou apenas sete edições, os comentários políticos nacionais parecem mais sistematicamente trabalhados (2007). A começar pelo peculiar aspecto formal dos textos, feitos inteiramente como diálogos entre as personagens “A” e “B”, que “conversam” sobre as notícias da semana. Nesse projeto, no qual as notas sobre peças teatrais, exposições ou *fait divers* são cada vez mais raros, as imagens das repúblicas vizinhas continuam a ser usadas como ferramenta de argumentação sobre a sociedade brasileira. É dessa forma que ele inicia a primeira crônica da série, publicada em 12 de setembro de 1886.

A - Você já viu nada mais curioso que esse tempo?

B - Que tempo?

A - O tempo, - o tempo escuro, o tempo claro, ventoso, chuvoso, caloroso...

B - É seu ofício. Mas esquisito me parece o general Santos, que ora agoniza, ora despacha; há poucas horas estava com pé na sepultura; há meia hora ratificou um decreto (2007).

No final de agosto de 1886, o presidente do Uruguai, general Máximo Santos, apresentava saúde bastante debilitada, conforme diariamente informavam os telegramas internacionais, informando que sua morte estava próxima. Mais do que um problema de saúde, discutia-se a instabilidade política da região após sua morte. Dessa forma, Machado inicia a série, como é típico do gênero, com um tom de conversa descompromissada, mas que logo serve de mote para o breve comentário sobre a situação no país vizinho. Tal qual o “tempo” varia, o general continua exercendo a presidência no país vizinho, e a rotina, a única coisa que parece não variar, segundo o cronista, é a instabilidade política.

Machado volta ao tema na última crônica da série, em 24 de outubro, comentando um dos assuntos debatidos no parlamento: a “Questão Militar”¹⁶ e suas possíveis consequências de insubordinação por parte do exército, que poderia agir sem o respaldo do governo brasileiro, conforme a

¹⁶ Resumidamente: um grupo de militares havia publicado “Avisos”, considerados inconstitucionais e que foram expedidos pelo Ministro da Guerra Alfredo Rodrigues Fernando Chaves. A Questão Militar teria longa repercussão nos jornais até o ano seguinte, quando o debate público levou à retirada dos “Avisos” e à demissão do general Deodoro da Fonseca (1827-1892) em janeiro de 1887. Diante da situação, organizou-se uma reunião entre militares na qual se exigiu, por moção, que o Imperador interviesse diretamente na questão e dialogasse com os militares, representados por Deodoro, conforme publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, em 3 de fevereiro de 1887. O assunto foi bastante comentado no jornal *Gazeta de Notícias* (para o qual colaborava Machado de Assis), não raro, com certa desvalorização irônica da postura dos militares. O assunto é desenvolvido em (GABRIEL, 2017).

ameaça latente naqueles meses. A crônica se inicia com “A” lendo um discurso do Senador Martinho de Campos, em que o parlamentar fala do “descrédito do parlamentarismo”, até que, então, seu interlocutor o interrompe...

B – Há dias ocorreu aqui, que uns coronéis ensaiavam o voo para uma revolução no Estado Oriental. Vou saber o que há. Que alguma coisa há de ver, creio; a prova é que o general Santos, prestes a sair para a Europa, resolveu ficar e esperar. Nota que a viagem para ele é indispensável, por causa do ferimento que recebeu, e que exige completa cura; mas, apesar de tudo, o general fica. Eu faria a mesma coisa.

A – Eu faria outra coisa.

B – Que farias tu?

A – Suprimia os coronéis.

B – Matando-os?

A – Não, homem de Deus, suprimia os postos; nem coronéis nem generais. Eu faria decretar que todos os filhos de república fossem cabeleireiros. Cabeleireiro, como se sabe, é o mais pacato dos cidadãos de um Estado. Outros que solapem, que deitem fogo às instituições; o cabeleireiro compõe cabeças, e, quando muito, abre uma espécie de estrada da liberdade, que alegra a vista, sem alteração da ordem... Mas vamos ao Martinho de Campos.

B – Singular disparate! Mas se todos fossem cabeleireiros, a quem é que eles penteariam, pateta?

A – Uns aos outros, pateta! Reciprocidade capilar, permuta de penteadelas, troca de pomadas. Em vez disso, a república tem os seus coronéis, que aspiram ao governo supremo, como o ex-coronel Santos; embora não tenham o mesmo pulso. Crê nisto; os nossos vizinhos ainda estão na idade geológica do general. [...]

A - [...] O ilustre senado, falando do parlamentarismo, declarou que este em si é excelente, mas que no nosso país está corrompido.

B – Corrompido.

A – Há três opiniões neste negócio: a do senador Uchoa, que o julga inconstitucional, a do senador Leão Veloso, que lhe perdeu a fé, e do senador Martinho de Campos, que o acha corrompido. Qual das três lhe parece melhor?

B – A melhor é a do meu alfaiate, que não me faz roupa senão por medida. “Se o senhor vestir um paletó do José Telha¹⁷, disse-me ele no sábado, fica demasiadamente vestido, e depois há de queixar-se do paletó e os seus amigos hão de dizer que o paletó está corrompido, e faz perder a fé – ou então que é inconstitucional...”

A – Discordo inteiramente, porque um paletó muito largo, ainda que não dê elegância, agasalha. É a opinião de todos os coronéis que se rebelam contra o General Santos; uma vez no governo, é certo que não o largam mais das unhas; mas nenhum deles deitará fora este nome de república, que é um vasto poncho consolador.

B – Amém!

O fato é que, talvez essa seja uma das primeiras vezes que a ameaça por parte de grupos militares aparece de forma mais explícita nas crônicas de Machado, como uma possibilidade do fim da Monarquia no Brasil. Vale salientar, porém, que o cronista aborda a questão militar como quase sempre costuma se referir a temas mais polêmicos, em suas crônicas da fase madura: superficialmente, parece estar sempre falando de amenidades ou de assuntos distantes.¹⁸

Vale pontuar que a partir da década de 1870, a ideia republicana veio ganhando força até começar a ser referida por senadores e deputados. Motivado pela “Questão Militar”, o discurso de Martinho Campos vai um pouco além, pois tem como mote um problema entre militares na província

¹⁷ Pseudônimo de Ferreira de Araújo, dono do jornal *Gazeta de Notícias*. Era comum essa referência às “roupas largas”, feitas também por outros escritores, pois Araújo era reconhecidamente obeso.

¹⁸ Em 5 de fevereiro de 1887, Machado de Assis voltaria a comentar sobre o General Santos. O presidente uruguaio seria deposto durante viagem que fez para tratar da saúde em Paris. A notícia da deposição e extinção de seu cargo como senador, que ocupava durante sua licença da presidência, foi anunciada durante seu retorno à América do Sul.

e o governo imperial, mas o senador usa o episódio para criticar diretamente o sistema parlamentar do Brasil monárquico.

Já Machado de Assis, ao citar a insistência como o General Máximo Santos permanece na liderança política uruguaia, parece questionar a participação dos militares não apenas no Uruguai, mas, conforme dito, como eles também parecem se perpetuar de modo personalista nas repúblicas vizinhas. Qual melhor saída então, para os impasses políticos no Brasil e no Uruguai? Não se sabe. O cronista afirma, com seu humor irônico, que o conceito de República tem sido aplicado de forma “larga” demais, de modo a, por um lado, nunca ter a aparência adequada para aqueles que assumem o poder na América Latina. Por outro lado, não é ajustado, nem reformulado para as necessidades específicas dos países. Assim como o terno largo de José Telha, basta colocá-lo e o político/militar que o assume se dará por satisfeito. Troca-se os governos e os regimes, mas as contradições do processo político permanecem devidamente deixadas de lado. Cada vez mais próximo, o desfecho do processo que resultaria na queda da monarquia no Brasil teria ainda repercussão nos meses seguintes.

Na série de crônicas imediatamente seguinte, *Gazeta de Holanda* (1886-1888), escrita em versos, um dos primeiros temas abordados também remetia diretamente às notícias internacionais sobre um mal terrível extremamente familiar para a população fluminense. Naqueles meses, veio à tona a ameaça de uma nova epidemia de Cólera, que já havia sido noticiada em alguns países vizinhos. A doença em si não era novidade na corte, mas as epidemias geravam medo na população, mobilização das autoridades públicas e grande quantidade de mortes. Naqueles meses entre 1886 e 1887, noticiou-se quase diariamente a ameaça de avanço da epidemia de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. As principais questões levantadas pelos jornais sobre tal risco eram: a quarentena ou a proibição de desembarque para navios platinos; o cordão sanitário na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai; e a divergência dos telegramas argentinos sobre o número de mortos.

Naquela semana, haviam sido frequentes os telegramas relatando novos casos na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Não raro, as mensagens eram contraditórias ou faziam a ressalva das informações serem falsas ou meros boatos. Machado volta ao tema nas semanas seguintes, em 6 de dezembro de 1886.

[...] Um telegrama celeste, / Oficial e argentino, / Sobre os destroços da peste. / Dava os óbitos do dia, / De modo tão encoberto, / Que o duvidoso morria / E só escapava o certo. / “Rua tal: um duvidoso. / Outro duvidoso ao lado...” / Pois, com ser tão engenhoso, / Foi lido e não foi guardado (GABRIEL, 2017).

Voltando ao eixo da relação estabelecida entre representação da sociedade brasileira e imagens retiradas do imaginário comum em torno dos processos políticos nas repúblicas vizinhas, vale uma citação na íntegra da próxima crônica. Por meio da leitura completa, podemos ter mais elementos que demonstram como a “exoticidade local” do processo político brasileiro tem um de seus principais “espelhos” no imaginário do debate público fluminense sobre as repúblicas vizinhas.

A crônica se aproxima das críticas recorrentes às comendas das Ordens do Império, distribuídas em grande número pelo governo brasileiro.¹⁹

Há muito que me pejava / Da botoeira que tenho, / Cava, inteiramente cava, / Sem qualquer sinal de engenho, / De serviço ou caridade, / Coisa que haja merecido / A particularidade / De me fazer distinguido. [...] Não quis hábito da Rosa, / Cristo nem Pedro Primeiro, / Avis ou mesmo a famosa / Fita do grave Cruzeiro. / São moedas da coroa, / E eu, democrata,²⁰ não devo / Expor a minha pessoa / A ser contrária ao que escrevo. / Mas então, de que maneira / Preencheria o vazio / Desta minha botoeira / Sem diminuir o brio? / O que desde logo acode / É pôr uma flor bonita, / Ou rosa ou cravo, que pode / Suprir muito bem a fita. / Porém, desde que a alma nossa / Tem casaca e bem talhada, / Preciso é fita que possa / Encher-lhe a casa sem nada. / Mas que fita? em que armarinho / Recente podia havê-la? / Encontrei logo o caminho: / Corri a Venezuela. / Venezuela tem uma / Ordem muito bem disposta, / Com que premiar costuma, / Costuma, procura e gosta. / Tem grã-cruzes, tem comendas, / Tem dignitárias e o resto. / Há para todas as prendas / Um sinal brilhante e honesto. / Ordem é mui bem fundada / Sobre a liberdade amiga, / Grave como a Anunciada, / Como o Banho, como a Liga.²¹ / Simão Bolívar se chama, / Grande nome e livre nome; / Coroou-o eterna fama / Do louro que se não some. / A venera é justamente / Como são outras veneras, / Usa-se ao colo pendente, / Ao peito, em forma de esferas. / A fita é de chamalote, / Como são as outras fitas, / Não é certo que desbote / E tem as cores bonitas. / Quanto ao efeito no rosto / Da multidão é perfeito; / Dá o mesmo grande gosto / E o mesmíssimo despeito. / Corri à Venezuela, / Venezuela escutou-me, / Pude logo convencê-la, / Ouviu-me, condecorou-me. / Não é só a monarquia / Que tem plantas reverendas; / Vento da democracia / Também faz brotar comendas (GABRIEL, 2017).

Malvólio, o pseudônimo de Machado nesta série de crônicas, começa lamentando sua “sede de nomeada” não saciada, por ter desejado alguma espécie de condecoração dada pelo governo imperial. Como isso não lhe fora concedido, expressa de forma levemente irônica seu ar ressentido. Um ressentimento, claro, não assumido, uma vez que o pseudônimo alega ser incoerente receber homenagens que não obedeçam a seus princípios republicanos, ou seja, “democráticos”.

Assim, ele começa registrando uma espécie de “conciliação” discursiva, estabelecida entre dois termos que poderiam ser pensados como opções políticas opostas: Monarquia e República. Ao declarar sua oposição ao Império, o pseudônimo não abre mão dos benefícios do regime monárquico brasileiro, aqui, simbolizado pelas comendas e títulos. No primeiro plano, a suposta oposição entre Monarquia e República se mostra inconsistente e acaba desmanchada pela possibilidade de Malvólio ter sua “sede de nomeada”, enfim, saciada, em qualquer dos dois regimes políticos. Porém, o humor dessa “conciliação” se sustenta em uma falsa dicotomia, cujo “equivoco” vale a pena ser analisado.

Em primeiro lugar, o escritor reitera um posicionamento recorrente em sua obra tardia: a crítica ao regime monárquico matizada pelos igualmente graves riscos sociais da ascensão do ideário republicano corrente. Em uma das mais famosas crônicas de Machado, publicada dois dias antes da Abolição da Escravatura na série *Bons Dias!* (1888-1889), o escritor retoma uma abordagem simi-

¹⁹ A coluna *Macaquinhos no Sótão*, também publicada na *Gazeta de Notícias*, trazia frequentemente esse tema no fim da década de 1880. Um dos textos que exemplificam essas críticas é da edição de 13 de novembro de 1887, no qual o editor Ferreira de Araújo simula o recebimento de uma carta, escrita por um suposto “comendador da Ordem da Rosa”, em que é escrita uma crítica para o pseudônimo José Telha, por não reconhecer os supostos bons valores das condecorações.

²⁰ Como dito acima, não raro, nos jornais da época, os termos “democrata” ou “democracia” eram usados com significados muito próximos a “republicano” ou “república.”

²¹ Referências, respectivamente, às Ordens Italiana e Inglesa. Sobre a terceira, não foi encontrada.

lar, recorrendo a uma frase em língua alemã que sintetizava a ideia de que: “*seria fácil provar que o Brasil é menos uma monarquia constitucional que uma oligarquia absoluta*”.²² Ou seja, diante das transformações no sistema escravocrata e meses antes da queda da monarquia, o cronista afirma literalmente que as condições sociais impunham à sociedade brasileira um regime, na prática, necessariamente mais oligárquico do que qualquer outra feição oficial que institucionalmente o país viesse a tomar. Dessa forma, vemos que a oposição entre monarquia brasileira e a expectativa de uma república nacional eram opções menos distanciadas do que poderia parecer à primeira vista. Se, por um lado, esse argumento reforça ironicamente a ideia de “conciliação” promovida anteriormente pelo discurso de Malvólio, por outro, também é referência à base social e econômica sobre a qual se sustentava a “sede de nomeada” do pseudônimo, na crônica em versos da *Gazeta de Holanda*.

Para *Malvólio*, o lastro de valores sociais, retoricamente evocados, que sustenta sua declarada ambição é a chancela dos ideais republicanos e dos ideais das estimadas comendas europeias. Sejam monárquicos, sejam republicanos, os valores que sustentam a voz social assumida pelo pseudônimo não têm base concreta na especificidade dos conceitos políticos conflitantes que evoca, mas no modo como eles se relacionam na lógica sociopolítica brasileira, e por meio da retórica discursiva da voz que assume o pseudônimo. As implicações do argumento se mostram um pouco mais complexas do que a simples correspondência.

No período de publicação da *Gazeta de Holanda*, o jornal *Gazeta de Notícias* trouxe diversos relatos sobre comendas da *Ordem venezuelana Simon Bolívar*, dadas para cidadãos brasileiros. Em parte desses relatos, o recebimento das homenagens eram descritos de modo pejorativo, demonstrando a existência de uma significativa opinião corrente que via as comendas com maus olhos, fossem ou não republicanas. Nesse ponto, se confirma a face ressentida do pseudônimo, literariamente criado, no modo como ele se vale da distância entre a referência valorizada e desvalorizada para representar a contradição social que sustentará seu humor anárquico. Trata-se justamente da imagem das supostas “republicuetas” vizinhas: estigmatizadas por diferentes regimes militares violentos e por instabilidade política, mas constituindo-se como um modelo federativo “típico” da América Latina, o qual é reconhecido apenas como depreciado mote cômico para a crônica. No entanto, é a reflexão sobre ele que subverte o estimado ideal Republicano do discurso de Malvólio, fazendo-o pedir ao leitor (irônica ou dissimuladamente) que não faça “troça” da homenagem que havia recebido.

Apesar de rir do modo como a referência ao regime político modelar não se sustenta seriamente na especificidade local do país vizinho, Malvólio encontra, nessa mesma “republicueta”, um horizonte político pouco promissor e similar ao de seu país, já que pareceria ser justamente este que se abria para o Brasil durante o prolongado enfraquecimento do regime monárquico. Mais do que apenas da exemplaridade pouco estimada da lógica sociopolítica do país vizinho, o cronista aqui

²² “*Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine kontitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist*”(GLEDSON, 2003).

também ri de si mesmo, do incômodo espelhamento com o absurdo regime político representado, mas que, no entanto, a sociedade brasileira parecia se encaminhar justamente para ele.

VIII

Para fecharmos esse panorama sobre as citações que o cronista Machado de Assis faz em relação aos demais países latino-americanos durante a vigência do regime monárquico, é necessário lembrar a última série, já referida: *Bons Dias!*. John Gledson, em seu trabalho de análise sobre essa série, demonstra como as primeiras delas tiveram como propósito sistematicamente elaborado comentar as últimas semanas do sistema escravocrata no Brasil (GLEDSON, 2003). Com a Abolição oficial, em maio de 1888, e com a descontinuidade dos debates no Parlamento acerca dos direitos da mão-de-obra recém-libertada, Machado de Assis vai deixando de lado as referências diretas ao tema e parece eleger outro enfoque, principalmente após comentar a potencial ascensão do regime republicano no Brasil. Especificamente, a partir da crônica de 31 de janeiro de 1889, Gledson observa que as citações do cronista passam a recorrer a figuras tais como General Boulanger, Napoleão III, Júlio César, e Napoleão I, ou seja, todas personalidades históricas associadas a Repúblicas “personalistas”.

A analogia com a situação brasileira é o centro de interesse real. A República brasileira produzirá, talvez mais cedo do que se espera, esse mesmo governo pessoal. O cesarismo é uma das repetidas preocupações da série de crônicas desta época... [O cesarismo] não produz ordem: ao contrário, simboliza a desordem (2003, p. 178).

Como lembra o crítico, não poderia faltar o exemplo vindo das repúblicas vizinhas, no caso, novamente, a Venezuela. Alguns meses depois, o cronista alega estar “surpreso” com a notícia sobre dissolução total de um partido político venezuelano. Em 7 de junho de 1889, escreve que, mesmo em uma situação de instabilidade política, como passava o país vizinho, jamais compreenderia a dissolução de partidos políticos, cuja unidade deveria se dar pela união coerente de princípios, e não por outras razões passíveis de “dissolução”.

Nós dissolvemos batalhões. Partido é que eu achava... Compreendo que uma reunião familiar se dissolva, em certa hora; assim o tenho lido, mil vezes: “As danças prolongam-se até a madrugada, e dissolveu-se a reunião, deixando a todos penhorados com as maneiras da diretoria. (GLEDSON, 2003).

Com objetivos diferentes, nosso argumento até vai ao encontro do de Gledson sobre os riscos “ditatoriais” e “personalistas” que corria o país sob a monarquia decadente e a expectativa de instauração do regime ditatorial republicano. O crítico inglês, demonstra como o tema tem continuidade nas semanas seguintes.

O significado da República que se aproximava é também assunto da crônica de 29 de junho. É a confirmação mais plena possível dos pontos de vista que já esbocei: de que a República será oligárquica e “federal” - ou seja, regionalista - e de que essas duas coisas são inseparáveis. O tema ostensivo da crônica, como frequentemente acontece, é apenas um disfarce para o tema

verdadeiro, e a relação entre os dois é um telegrama: “Em Venezuela... dissolveu-se o partido do general Guzmán Blanco”. Machado finge pasmo - como poderiam ser assim dissolvidos partidos políticos, que são fruto de um desenvolvimento natural (“uma vegetação política”)? [...] Outro caso chama a atenção da Machado. Vem de Vassouras, e tudo gira em torno de outro telegrama assinado por “muitos republicanos” [...]. O texto do telegrama é uma recusa a um candidato de fora, imposto pelo partido... enquanto são preteridos os candidatos locais [...].

O novo sistema é resumido com uma malícia lapidar, rara até para Machado: “Quem nasceu no alto mar, faça-se eleger pelos tubarões”. Porque, por trás da superfície do federalismo, está a pura linguagem da força e do interesse [...]. Como acontece com tanta frequência, Machado termina com um enigma; finge ter esquecido a relação entre o telegrama original, sobre Guzmán Blanco, e Vassouras: “Quem tem isto com a notícia telegráfica de Venezuela? Leve-me o diabo se me lembra onde é que estava a ligação. Vá esta, em falta de outra. Provavelmente, o partido de Guzmán Blanco compunha-se de todos os distritos de Venezuela; começou a perdê-los, até que chegou a um só, depois uma cidade, uma vila, uma rua, um beco, um quarteirão, uma casa, finalmente uma alcova: morreu o homem que dormia na alcova, dissolveu-se o partido. Note-se que isto não liga coisa nenhuma, mas é um modo de casar (como dizia Molière) a república de Veneza com o Grão-Turco. Grão-Turco é o Guzmán Blanco” (GLEDON, 2003).

Segundo John Gledson, por meio da ironia de Machado de Assis, vemos o pseudônimo do cronista (que em nenhum momento deve ser confundido com o mesmo) atribuir ao país vizinho uma alcunha negativa, de desordem social e tendendo à insignificância política. Mesmo a realidade política brasileira sendo eufemisticamente comparada à república venezuelana, ele o faz com estimados ares eurocêntricos. Mesmo que o pseudônimo do cronista não admita, as contradições políticas que aproximam Venezuela e Vassouras ajudam a compreender a distância irônica entre a realidade política brasileira e certa autoimagem positivada. “A Venezuela pode ser uma ditadura: o Brasil (outra vez) é uma república oligárquica”, porém, conclui Gledson, “veneziana” (2003).

IX

A conclusão de Gledson ilustra o desfecho do caminho que percorremos até aqui, demonstrando como as referências latino-americanas ajudam a traçar a evolução do estilo machadiano em sua formação como cronista, e como, por trás das citações sobre os países vizinhos, Machado tinha cada vez mais consciência sobre os riscos pelos quais passava o regime monárquico.

Uma das vozes com a qual Machado de Assis dialogava em suas crônicas, desde seus primeiros textos, foi uma corrente das incipientes opiniões na imprensa brasileira (e sua enorme repercussão em outros países), a qual “estranhava” a existência de um regime monárquico no Novo Mundo. Por várias vezes, o jovem cronista buscou justificar a existência dessa instituição no continente, em contraposição às repúblicas espalhadas como regra nos territórios vizinhos; posteriormente, nas séries de crônicas de sua fase madura, sua posição (ou melhor, o posicionamento derivado dos argumentos de seus pseudônimos) em relação às justificativas para a existência da Monarquia foi se modificando, e, cada vez mais, a ideia da república se tornou um horizonte próximo da sociedade

brasileira monárquica. Mais e mais, as referências aos países latino-americanos serviram para pensar, sempre em parâmetros de “nacionalidade”, como os conceitos políticos de “República” e “Monarquia” na realidade brasileira e latino-americana se relativizavam, pois, no fundo, a forma social das oligarquias autoritárias dava o tom comum às formas políticas assumidas pelas instituições das ex-colônias espanholas e portuguesa ao longo do século XIX.

Se o imaginário e as notícias sobre as repúblicas vizinhas citadas pelo escritor nos permite reconhecer um jovem cronista “nacionalista” alinhado com o discurso oficial do regime, ao fim desse mesmo regime, o já consagrado escritor articula de forma mais complexa os símbolos e referências aos países vizinhos para representar uma sociedade brasileira muito mais dentro de uma perspectiva política continental do que o discurso historiográfico oficial.

Vale ressaltar que, nas centenas de crônicas que Machado de Assis escreveu durante décadas, ele se referiu aos demais países da América Latina em proporção muito menor na comparação com outros temas. Por outro lado, se, a partir das primeiras crônicas selecionadas neste artigo, observamos que elas permitem ver um retrato de superioridade e um suposto protagonismo brasileiro na comparação direta com as repúblicas vizinhas, o cronista das últimas séries não repete a ideia de “superioridade brasileira” na comparação direta, pelo contrário: cada vez mais, ele a relativiza na medida que sua crítica se torna mais elaborada e aguda. Para Machado, o horizonte político nacional encontrou cada vez mais elementos de diálogo e espelhamento no horizonte político com as repúblicas vizinhas. Em outras palavras, por meio de um repertório próprio de imagens, o assunto “América Latina” encontrou, por fim, o assunto brasileiro.

Assim, suas crônicas no período monárquico apontam sinais de como a *ideia de excepcionalidade do Império* foi se modificando nos textos literários-jornalísticos do autor até o advento da ruptura institucional, revelando a estrutura oligárquica personalista como o elemento latino-americano comum. Nesse aspecto, apesar de influente, o pensamento do Machado de Assis cronista se liga a uma minoria dos escritores brasileiros. A presença não destacada das referências às repúblicas latino-americanas em seus textos pode ajudar a entender as consequências e destinos de tal exceção.

O discurso nacionalista oficial foi absorvido de forma muito mais plena pelo Regime Republicano, assim como por muitos outros escritores e cronistas ao longo dos anos seguintes. De forma geral, em relação à produção da intelectualidade latino-americana a partir do final do século XIX, a oposição entre “República” e “Monarquia” (brasileira) não se desfez com a queda do regime imperial no Brasil. As diferenças entre o Brasil e as ex-colônias espanholas permanecem em algum grau, mas girando e, torno de novos símbolos. Após 1889, as relações diplomáticas do Brasil deveriam, “em tese, inaugurar uma nova era nessas relações, fazendo o regime republicano mudar seu sinal de negativo para positivo. [...] Entretanto, as distinções entre Brasil e América de colonização espanhola permaneceram pelo período republicano, com a utilização dos mesmos argumentos previamente apontados” (PRADO, 2001, p. 139). No plano da literatura (romances, poemas e contos), a identi-

ficação comum entre Brasil e os vizinhos latino-americanos não se consolidou no imaginário das décadas seguintes, não havendo, até pelo menos o período do Modernismo, um novo local discursivo significativo que opusesse os ideais dos períodos monárquico e republicano na história do país. Dessa forma, a ideia originalmente associada ao Império (e aos escritores do Romantismo, por extensão), de uma nação forte e unificada, ou seja, “uma exceção positiva no concerto das nações da América Latina”, foi incorporada pelas ideias positivistas que marcaram as instituições republicanas no Brasil. Os desdobramentos desses ideais, em novos contextos sociais e por meio de novos símbolos ao longo do século XX, mostram como, não apenas a ironia machadiana, mas sua evolução nas crônicas do escritor, ainda pode servir de instrumento para olharmos as contradições históricas do país.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ASSIS, Machado de. *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998.
- _____. *O Futuro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- _____. *O Espelho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008a.
- _____. *Comentários da Semana*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008b.
- _____. *História de quinze dias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008c.
- _____. *Notas Semanais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008d.
- _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? In: *Remate de Males*: número especial Antonio Candido, Campinas, 1999, p. 105-113.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003, p. 140-162.
- CORRÊA, Gabriel. *Há diferença? Se há diferença, desmancha-se*: Representação histórica nas crônicas Gazeta de Holanda, de Machado de Assis. Curitiba: Prismas, 2017.
- GLEDSON, John. “Bons Dias!”. In: *Machado de Assis: Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 127-149, dec. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18921/20984>>. Acesso em: 24 jan. 2021.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao Vencedor As Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

6. O CONTESTADO ENTRE BRASIL E FRANÇA NA OBRA DO BARÃO DO RIO BRANCO (1895-1900)

Iuri Cavlak*

Em primeiro de dezembro de 1900, os árbitros suíços, reunidos em Berna, expediram um laudo definitivo estabelecendo que o território “Contestado”, porção de 260 mil quilômetros quadrados, do rio Oiapoque ao rio Araguari, seria definitivamente brasileiro, encerrando uma história de disputas e desavenças que se desenvolvia desde o século XVII. O Estado do Pará garantiu a estratégica cidade de Macapá, provavelmente acossada se outro fosse o desfecho do imbróglio, e uma projeção até o extremo Norte do continente. Quase metade das terras do futuro território do Amapá.

A história dessa disputa protagonizou as mais diversas manifestações. Uma fronteira em construção no final do século XVII, com ocupação francesa em 1698, um tratado provisional em 1700 e, finalmente, uma definição assertiva em Utrecht, no ano de 1713. Porém, marchas e contramarchas levaram franceses a lançarem dúvidas se o rio Oiapoque seria o marco divisor, preferindo uma interpretação de que o Araguari poderia ser a fronteira natural, o que levaria a Guiana Francesa, em linha reta, a mais de 300 km para dentro da América portuguesa. Fato que se concretizou com os desdobramentos das guerras napoleônicas na América, no contexto da Revolução Francesa.

Em 1801 e 1802, codificados nos Tratados de Badajós e de Amiens, que Portugal em guerra não assinou, a França tomou posse das terras entre o Oiapoque e o Araguari, configurando o maior tamanho para sua Guiana em todos os tempos. Em 1808, após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, um exército composto por portugueses e paraenses, com auxílio da Marinha britânica, invadiu a Guiana Francesa, ocupando-a até 1817. O marco territorial retornou ao Oiapoque, e o Reino Unido do Brasil restituiu aos franceses sua colônia.

Com a independência de 1822, novamente pelo lado francês surgiram vozes de desagrado ao estabelecido diplomaticamente. Na medida em que o novo país necessitava de vários acordos internacionais para legitimar sua soberania, na França encontrou adversários interessados em retomar a contenda. Em 1835, a Cabanagem sacudiu o Pará e todo entorno, com riscos inclusive para a secessão e formação de nova entidade soberana. Milhares de cabanos se refugiaram no Cabo Norte, povoando e criando novas redes de sociabilidade na região em questão. Por se tratar de um *locus* onde nem o Estado brasileiro e nem o Estado francês tinha um alcance assertivo, reforçou-se enquanto terras de quilombolas, negros fugitivos, exilados políticos e desertores das leis nacionais, verdadeiro território da liberdade.

*Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp de Assis). Professor do Colegiado de História e do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

A França aproveitou para novamente reivindicar as terras entre o Oiapoque e o Araguari. Esse último rio daria acesso à bacia amazônica para os franceses, um enorme ganho geoestratégico. A Guiana Francesa, embora parte da região amazônica, estava alijada de sua rede fluvial.

A chamada Monarquia de Julho, proclamada após uma revolução liberal em 1830, que instou ao trono da França a casa de Orleans, primos dos antigos Bourbons, não demonstrou força internacional suficiente para submeter a jovem nação brasileira nesse assunto. Por outro lado, o Império brasileiro, fragilizado pelo período regencial e as diversas revoltas, também não demonstrou energias para assegurar o território em disputa. Assim, em 1841, decretou-se neutralizada a região, doravante tratada como “Contestada”, até estabelecimento de novos estudos e medições que pudessem determinar de forma inequívoca sua posse.

Uma situação que se arrastou até 1884, quando foram encontradas veias auríferas na região, e uma leva de milhares de brasileiros e franceses para lá se deslocaram. Em 1885 se tem notícia de que os franceses, tramando a posse definitiva do Contestado, declararam uma República do Cunani, colocando na chefia um ex-escravo fugido de Cametá de nome Trajano. Criaram-se uma bandeira, moeda, selos comemorativos e inclusive um reconhecimento de sua legitimidade por parte dos Estados Unidos. Ressabiados com essa aventura pitoresca, Paris desautorizou-a em 1887, no intuito de evitar, inclusive, atritos mais sérios com D. Pedro II, importante aliado diplomático.

Em fins de 1894, já na República no Brasil, novos acontecimentos vieram à tona. Do Pará, um triunvirato, composto por Francisco Xavier da Veiga Cabral, Domingo Maltês e Desidério Antonio Coelho, recebeu ordens para desalojar a administração francesa do Contestado, naquela época representada por Eugenio Voissen. Trajano chegou a ser preso e seviciado, retornando na prática a sua antiga condição de cativo. Em maio de 1895, uma tropa francesa se deslocou de Caiena até o povoado de Mapá, espécie de sede administrativa do Contestado. Ocorreu então verdadeira batalha, com cerca de 40 mortos do lado brasileiro e 4 mortos do lado francês, contando seu capitão. A soberania de brasileiros no território internacionalmente neutralizado se deu a ferro e fogo.

O incidente foi demasiado importante para que as coisas seguissem como estavam. Assim, ainda no mesmo ano, foram se desenhando comissões de ambos os países para que, frente a um júri internacional, se decretasse de uma vez por todas o pertencimento do Contestado. Os juízes escolhidos foram os suíços e o representante brasileiro foi José da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Em 1899 e 1900, cinco memórias foram escritas por Rio Branco, sendo as mais importantes, a meu juízo, as duas primeiras, em que o Barão apresenta a causa brasileira e depois refuta os argumentos franceses. De forma elegante, clara e erudita, esse material faz parte da história diplomática brasileira, exemplo de competência e engajamento.

Assim, neste artigo, pretendo refletir sobre esse corpo documental, tendo em vista a história do Contestado e a história das terras do Cabo Norte. Antes de analisar as memórias propriamente ditas,

lanço mão de uma documentação recém-publicada pelo embaixador Affonso José Santos, intitulada de “Barão do Rio Branco – Cadernos de Notas”, que mês a mês, de 1895 até 1901, conta a história da disputa através de documentos pessoais do Barão, cartas trocadas na chancelaria brasileira, recortes de jornais da época e, deveras importante, documentos compilados do Arquivo de Política Externa da França, permitindo assim acesso a visão francesa da questão como um todo.

Utilizo aqui, à guisa de uma contextualização, de material relativo a Henry Coudreau, famoso explorador e cientista francês que, no final do século XIX, havia viajado pela região, mapeando geograficamente o lugar. Bastante famoso à época, Coudreau se envolveu diretamente com os problemas econômicos da Guiana Francesa e do território contestado, sendo apontado, junto com o novelista Jules Dros, como um dos líderes da tal República do Cunani.

Após o massacre na vila de Amapá, em 15 de maio de 1895, Coudreau buscou asilo em Belém, pronunciando publicamente a favor dos ditames brasileiros, trocando cartas inclusive com Rio Branco.

O Contexto imediato da disputa:

Podemos afirmar que José Maria da Silva Paranhos encontrava-se em plena forma intelectual quando se desdobraram os eventos aqui em pauta. Havia completado 50 anos em 1895, na ocasião em que fora convidado por Prudente de Moraes para viajar a Paris e cuidar da causa brasileira. Em fevereiro daquele ano, havia sido publicado o laudo arbitral do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, confirmando a posse brasileira sobre o território das Missões, então em disputa com a Argentina, a maior vitória pessoal do Barão em relação às refregas fronteiriças até aquela data.

Em conversas privadas, Rio Branco externava a opinião de que a questão do Amapá seria de maior dificuldade, mormente por conta de o adversário ser a França, país colonialista e de maior prestígio no sistema internacional. Para mitigar esse quadro, foi concedido mais tempo para que estudasse e preparasse o material, o que o deixou deveras satisfeito (MOURÃO, 2012, p. 31). Dificuldades que repousavam igualmente na conjuntura política que ambos os países atravessavam, praticamente opostas. Para Rubens Ricupero,

Realista, a avaliação refletia a disparidade entre os adversários. De um lado, a próspera França no apogeu da Belle Époque, que culminava no triunfo consagrador das exposições universais de 1889 e de 1900. No canto oposto, o Brasil dos golpes militares dos primeiros cinco anos da república, do despotismo de Floriano, dos fuzilamentos sumários e degolas da Revolução Federalista no Sul, da Revolta da Armada na baía da Guanabara, da guerra de Canudos nos sertões da Bahia, do Encilhamento, da ruína financeira (RICUPERO, 2017, p. 23).

Uma outra questão estava na tentativa de transigência, cerca de cinco décadas antes, do Império brasileiro em relação à questão dos rios demarcatórios. Em 1855, D. Pedro II enviou a Paris o Visconde de Uruguai, que ali permaneceu um ano todo e ofereceu vários rios mais abaixo do Oiapoque, como o Cassiporé, Cunani e o Calçoene:

Tudo em vão: os franceses, fechados na intransigência, rejeitaram uma por uma as fórmulas de transação. Era por isso que o barão se convencera de que a negociação direta não possibilitaria ao Brasil alcançar mais do que já se dispusera a ceder sem obter acordo. Somente a arbitragem permitiria talvez recomeçar e aspirar a um melhor resultado (RICUPERO, 2017, p. 29).

Fato era que também à França restava apenas, como alternativa viável, o expediente do arbitramento diplomático, fruto de disputas jurídicas e legalizadas internacionalmente, dado que uma intervenção militar certamente desagradaria aos Estados Unidos, e a Doutrina Monroe de “América para os americanos” (SANTOS, 2017, p. 34).

Alguns jornais repercutiram de maneira significativa o episódio do massacre da Vila de Mapá, ocorrido em 15 de maio de 1895, fato que definitivamente contribuiu para a aceleração da montagem do tribunal para julgar o imbróglio fronteiriço. Interessante que a documentação diplomática francesa, que circulou naquele contexto, anexou algumas notícias baseadas nos principais jornais paraenses:

As folhas de hoje dão notícias do Amapá que confirmam as do telegrama que ontem transmiti. Publicam também uma minuciosa descrição do advogado Felipe Lima, chegado também do Amapá no vapor Bragança. O Dr. Felipe Lima afirma ter o explorador francês, Coudreau, avisado para Paris ao Sr. Etienne e ao ministro brasileiro Dr. Gabriel Piza, ser devido ao conflito à guerra dos negros de Caiena contra os brancos brasileiros e franceses. Diz que um mulato, originário da Martinica, chamado Charvein, intitulado governador do Amapá, é o protetor declarado dos ladrões e dos bandidos que exercem a sua indústria no território neutralizado, sendo associado às suas rapinas. Consta que Coudreau pediu ao governador da Guiana que protegesse a sua senhora, que se acha no Amapá. A imprensa paraense pede ao Governo para nomear um cônsul em Caiena, que possa proteger os brasileiros ali residentes (SANTOS, 2017, p. 96).

O documento acima se trata de um extrato de um despacho enviado pela Legação Francesa no Rio de Janeiro, do dia 7 de junho de 1895, ao Ministério das Relações Exteriores da França em Paris. O Coudreau, acima citado, era um dos líderes da chamada República do Cunani, lançada uma década antes e logo desautorizada na França. Uma tentativa, ao que tudo indicava, de separar o território Contestado da França e do Brasil para posteriormente pedir anexação a Guiana Francesa, de sorte a controlar os garimpos e a atividade econômica no território em disputa. Coudreau passou para o lado brasileiro, mudando-se para Belém e transformando-se num crítico do governo colonial de Caiena.

Em carta publicada na imprensa paraense, assim se expressou:

O Governo francês foi iludido na sua boa-fé por um pequeno bando de indivíduos mais ou menos comprometidos na camarilha que eu observo há alguns anos e cuja entrada próxima nas galés espero com paciência... Por hoje não marcarei na espádua senão o odioso instigador do massacre no Amapá, o célebre Charvein, grande jacobino anticolonial, que deslealmente lança mão de seu negro nas combinações auríferas do território contestado (SANTOS, 2017, p. 97).

Novamente trata-se de uma parte da documentação diplomática francesa baseada no Brasil e remetida a Paris. Nota-se algumas rachaduras na relação da colônia francesa na América com

o governo central, se confiarmos nas afirmações de Coudreau. Tratava-se de uma elite colonial mulata, ligada à colônia de Martinica, o que confere a dificuldade que a Guiana Francesa teve historicamente de cristalizar uma elite administrativa branca durante os séculos XVIII e XIX. E daí ligações mais específicas com a população brasileira no Cabo Norte, algo fora da jurisdição da Terceira República.

Numa descrição para o jornal *A Província do Pará*, Coudreau exagera certamente nos fatos, porém circunda o clima daqueles dias em relação ao incidente na Vila de Amapá:

O jornal *A Província do Pará* publicou o telegrama, que o explorador Coudreau expediu a Mr. Etienne, chefe do grupo colonial na Câmara francesa. Diz assim o telegrama de Coudreau: “Chego do Amapá, que se acha fortificado e em estado de sítio pelo brasileiro Cabral, que não tem ali caráter oficial. A localidade Amapá está meio destruída e a população foi massacrada pelas tropas francesas de Caiena. Ficaram mortos 14 mulheres, 4 crianças, 6 velhos doentes, 12 adultos e houve 100 soldados franceses mortos e feridos, entre os quais, segundo consta, 4 oficiais. Em Carsevène (sic) houve pilhagem e roubos. Foram cortadas as comunicações com Counany, onde se acha Mme. Coudreau. O país está arruinado e eu também pelo sindicato do governador Chervain e seus cúmplices. Entrego-vos a minha queixa e peço-vos reagir. A narração detalhada de tudo vai só publicada nos jornais franceses e brasileiros. O Governo Brasileiro está inocente. Charvein e seu grupo são os culpados e nos comprometem. Espero vossa resposta pelo telégrafo para tomar resolução, que poderá ser grave (SANTOS, 2017, pp. 97-98).

Nessa passagem fica clara a animosidade de Coudreau em relação ao governo colonial da Guiana Francesa, provavelmente um elemento que o levou a querer o separatismo, e também o apego ao lado brasileiro, culpabilizando os próprios franceses pelas barbaridades ocorridas um mês antes. Provavelmente sem fontes de renda, Coudreau tentava recuperar uma posição social no Pará, para tal fim tomando partido brasileiro.

Naquele contexto, o “*Jornal do Commercio*” do Pará conseguiu uma entrevista com Henry Coudreau, justamente quando o mesmo se encontrava na Biblioteca Pública de Belém. Alguns pontos da entrevista se ligam diretamente ao objeto em estudo. Perguntado de sua amizade com importantes figuras da época, como o famoso geógrafo Élisée Reclus e o próprio Rio Branco, Coudreau respondeu: “É exato. Ainda ontem recebi do meu querido amigo Sr. Barão do Rio Branco uma carta cheia das mais lisonjeiras referências, dizem ter sido nestes últimos dez anos um enorme entrave a um ajuste amigável franco-brasileiro” (SANTOS, 2017, p. 99). Ou seja, o Barão poderia estar visualizando um aliado bastante poderoso para o embate diplomático final que se desenhava no horizonte. Na sequência, Coudreau argumentava:

A minha mais recente opinião exarada numa conferência que fiz em Paris, em princípio deste ano, é toda de paz e concórdia. Nós somos da mesma raça e devemos confederar-nos, como latinos, para continuar na América do Sul as tradições gloriosas dos nossos avós comuns. A França precisa olhar como amigo ao Brasil, e vice-versa. O “contestado” territorial da Guiana é uma insignificância comparativamente com os enormes resultados que advirão aos dois países de uma liga intelectual e comercial. Vós falais mui docemente a nossa língua, os vossos melhores livros são franceses, e os vossos hábitos e os vossos costumes; enfim tudo vos inclina à minha pátria (SANTOS, 2017, p. 99).

Nessa passagem, ecoam desdobramentos do projeto francês de “latinitude” para “América Latina”, um contraponto ao pan-americanismo estadunidense e hispano-americanismo ibérico, além

de certa superioridade europeia em tratar de um continente, ao fim e ao cabo, colonizado. Uma relação de “irmãos”, porém com assimetrias fraternas.

Perguntado sobre o Contestado, Coudreau respondeu:

A momentânea ascendência que o governador obteve no Conselho Geral das Colônias veio dar uma nova fase à secular questão do “contestado”, mais favorável ao vosso país. E eu estimo que assim houvesse acontecido, e mais estimo ainda que a minúscula, se bem complexa e cosmopolita população caiense esteja fora da responsabilidade do Governo Francês, o qual, melhor informado, não hesitará em substituir aquele seu tresloucado agente, anulando assim certas influências e decisões estranhas no Conselho Geral Caiense (SANTOS, 2017, p. 100).

Reafirma a suposta dicotomia entre colônia e metrópole, prevendo, quiçá, uma vitória futura do Brasil no imbróglio. A culpa de todos os males seria do governador Charvein, e não do Estado francês como um todo. Outras informações preciosas nos passa Coudreau:

É falso que os brasileiros impeçam a entrada no contestado. Nem o Governo Federal nem o Estadual o têm feito ou consentido... É falso que os brasileiros nos sejam hostis. A população sedentária, exclusivamente brasileira, é morigerada e de costumes pacíficos... É falso que o Governo do Pará mantenha ou mantivesse funcionários ou missões oficiais no território contestado... É falso que os brasileiros invadissem ou invadam os *placers* ou jazidas de ouro. Não há nos *placers* senão alguns habitantes do país que entendem muito pouco do trabalho aurífero, e em número talvez de 320 pessoas contra 7.000 invasores caienses (SANTOS, 2017, pp. 100-101).

Todas as acusações que pesavam contra o Brasil, esgrimidas pelo governo da Guiana Francesa, são rebatidas pelo entrevistado.

Uma das explicações para essas colocações estava presente no corpo da própria reportagem que seguia a entrevista. Dizia assim:

Pelo que toca os fatos, mais ou menos é corrente que os amigos do Governador Charvein, o qual, segundo dizem, é interessado pessoalmente nos *placers* e o Sr. Casey, o agente de seu grupo, tem monopolizado as jazidas em detrimento da concorrência e de anteriores direitos franco-brasileiros; que o Governo Francês, iludido na sua boa-fé, há chegado ao ponto de dar apoio da força armada a essas exceções, que Coudreau, com uma permanência de doze anos efetivos, de 1888 a 1894, em missões científicas e diplomáticas no território “contestado”, viu-se lesado em seus interesses e nos seus direitos (assim como uma parte da população caiense), pela camarilha do Governador Charvein, indo a Paris protestar perante o presidente do grupo colonial da Câmara dos Deputados, perante o ministro das Colônias e Embaixador do Brasil, contra o procedimento inqualificável do Governo de Caiena no território “contestado” (SANTOS, 2017, p. 101).

Claramente, os motivos para as queixas e o posicionamento desse importante personagem, segundo o *Jornal do Commercio*. Um ano antes dessas declarações, havia sido fundada, na França, a “Companhia Estradas de Ferro Econômica de Calçoene”, voltada para a exploração e evacuação do ouro na região tão cobiçada. O que era novo elemento, pois incidia sobre uma terra em disputa.

No diário oficial da união, saiu uma nota, no dia 31 de maio de 1895, que apontou a posição oficial da jovem república brasileira naquele ponto, embasando as explicações em acontecimentos históricos antecedentes ao conflito. Afirmou a nota:

A neutralização do Amapá não significa abandono do direito que o Brasil, com razão, julga ter a esse território; significa, pelo contrário, que ele mantém seu direito. É um estado provisório que os dois Governos convencionaram e que cessará logo que se resolva a questão de limites. O Governo Francês tinha colocado no Amapá dois postos militares, que consistiam em um estabelecimento na ilha daquele nome e em um destacamento que dali se mandava para a de Maracá. Esses postos foram retirados em 10 de julho de 1840, em consequência de instante reclamação do Governo Brasileiro; mas ficou entendido que se manteria o *status quo* da desocupação de ambas as partes até que se resolvesse a questão principal, e a essa desocupação temporária se ficou chamando neutralização. Cada um dos dois Governos está atento ao que se passa no Amapá, não porque desconfie do outro, mas porque o direito que julga ter não seja prejudicado pelo procedimento de autoridades subalternas. De parte do Brasil não tem havido descuido e o atual ministro das Relações Exteriores, mais de uma vez, tem cumprido o seu dever, instando pela nomeação da comissão mista ajustada e adiada em 1893. O território tem alguma população e esta necessita de quem a dirija. Daí vem a nomeação de um chefe, que é tolerado por causa da necessidade, mas que depende sempre da resolução de limites, porque ela há de pôr termo ao seu Governo (SANTOS, 2017, p. 109).

Muito importante essa explicação dada pelo governo brasileiro, haja vista que pairava certa dubiedade sobre a legitimação ou não do governo do Triunvirato; Cônego Domingos Maltez, Desidério Antônio Coelho e Francisco Xavier da Veiga Cabral; responsável por desalojar o governo pró-Guiana Francesa em 1894, fato que precipitou a incursão francesa em maio de 1895 e o incidente na Vila de Amapá. Entende-se aqui que o autogoverno do contestado era sabido e tolerado, até o desfecho da disputa. Segue a descrição no diário oficial:

Em 28 de junho de 1862 assinaram em Paris os ministros do Brasil e dos Negócios Estrangeiros esta declaração: “Enquanto se não resolve amigavelmente entre o Brasil e a França o litígio pendente acerca do território do Oyapok, convém que os criminosos e malfeitores procedentes desse território que forem levados, quer ante os tribunais de Caiena, quer ante os tribunais brasileiros, se não possam aproveitar da situação, ainda mal definida, do território de que se trata para recusar a competência dos tribunais brasileiros ou franceses...” Esse documento, se outro não houvesse, bastaria para mostrar que o Governo Brasileiro não abandonou o seu direito. Se não exerce jurisdição no Amapá, também o francês a não tem; a ação externa das justiças é igualmente respeitada e o território fica sempre sujeito à solução do litígio (SANTOS, 2017, pp. 109,110).

Havia então uma desculpa do Estado brasileiro frente às acusações, que deveriam ser fortes à época, de abandono da região e descuido com sua extrema fronteira da região norte. Mesmo tentando mostrar que sempre percebeu o Amapá importante, destaca-se a não separação entre o território em disputa e o restante da região, pertencente ao Estado do Pará. Tudo era “Amapá”.

A Argumentação de Rio Branco:

Algumas pequenas conquistas para a causa brasileira foram sendo logradas antes da disputa propriamente dita. A escolha da Suíça (Confederação Helvética) pode ser considerada como tal, na medida em que não possuía colônias como a França, o que poderia inclinar os árbitros para as aspirações brasileiras, que afinal buscavam uma extensão de seu próprio país e não um território de além-mar. Também a delimitação da disputa, estabelecida pela habilidade do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dionísio de Castro, em tornar objeto apenas o “artigo oitavo do Tratado de Utrecht”, ou seja, *grosso modo*, se o rio de fronteira seria o Oiapoque ou o Araguari (ou

mesmo algum outro rio intermediário) eliminando a possibilidade de debater outros tratados e outros assuntos. Concentrava-se num ponto em que Rio Branco antevia maior possibilidade de precisão argumentativa e menor chance de divagações por parte dos adversários. Quando saiu a notícia de que haveria arbitramento internacional, alguns militares na Guiana Francesa se manifestaram pela anexação forçada do Contestado, o que colocou de sobreaviso a diplomacia brasileira.

Rio Branco inicia argumentação fazendo um balanço dos tratados anteriores que versaram sobre o Contestado. Ao arrolar algumas cláusulas do Tratado Provisional de 1700, Tratado de Utrecht de 1713, Tratado de Viena de 1815 e Convenção de Paris de 1817, mostra que, malgrado algumas modificações e as profundas transformações de governo e soberania (Reino de Portugal x Reino da França, Reino Unido do Brasil x França Imperial), o entendimento de que a fronteira com a Guiana Francesa fosse o Oiapoque permaneceu. E pelas descrições anexas, seria sempre o rio atual e não um hipotético Araguari, até porque dizia-se “Japoq ou Vicente Pinzón desaguaria no Oceano”. Uma contradição gritante dado que o verdadeiro Araguari não tem essa desembocadura, antes é o último afluente da margem esquerda do Amazonas (RIO BRANCO, 2012, p. 66).

Com razão, o Barão destacou que uma linha de fronteira mais ao Sul só seria codificada em tratado no ano de 1856, pela parte francesa, um fato que não chegou a ser discutido e nem aprovado. Daí a convicção de que a posição brasileira no Oiapoque ter uma longevidade na história, mesmo no material do adversário.

Interessante a descrição do território Contestado dado pelo autor. Indicando que a maioria da sua população “votava” em Macapá, segue:

Existe grande número de estabelecimentos brasileiros: fazendas de gado, sítios e casas comerciais. A população dedica-se principalmente à criação de gado, à exploração da borracha e outras gomas florestais, a pequenas plantações, à pesca e à preparação de diversos salgamentos. Significativo comércio é realizado nessa região e o Pará. Em 1883, Coudreau contou trinta e cinco pequenas fazendas na região dos lagos entre o Amapá pequeno e o Tartarugal (RIO BRANCO, 2012, p. 90).

Diferente de outros documentos produzidos pela Província do Pará, Rio Branco prefere destacar, por motivos óbvios, a atividade econômica e a boa vivência entre a população. Ao chegar no momento em que estava, afirmou:

Em 1895, havia no vilarejo de Cunani 284 habitantes brasileiros ou descendentes de brasileiros, um nativo de Caiena e um português; em Caciporé, 120 habitantes, todos de origem brasileira; 80, em Uaçá, e 70, em Curipi. Arucauá tinha 60 habitantes, todos índios (RIO BRANCO, 2012. p. 91).

Fatos também que destoam de outras descrições que apontavam para a presença maior de franceses nas localidades citadas, inclusive para a execução de ofícios como casamentos, batizados, enterros, etc.

A argumentação se adensava conforme recuava mais no tempo. Ao contextualizar, ancorado em densa documentação, as disputas territoriais no Cabo Norte da época da chamada

União Ibérica, Rio Branco situava as marchas e contramarchas das potências num grau de detalhe que elucidava a ausência do Império francês naquele momento, de modo a restringir a contestação territorial aos ingleses, espanhóis, holandeses e portugueses, minando a legitimidade do adversário pela busca de uma ocupação originária do Contestado.

No *Record Office*, em Londres, encontra-se grande quantidade de documentos, resumidos em parte no *Calendar off State Papers, Colonial Series*, relativos aos empreendimentos ingleses na margem esquerda do Amazonas, de 1610 a 1632. Falam de ingleses, irlandeses e portugueses do Pará, que, às vezes, são denominados espanhóis: não consta qualquer menção a franceses. Os documentos dos Arquivos da Companhia das Índias Ocidentais e os livros publicados na Holanda, no século XVIII, mencionam holandeses ou belgas, ingleses e irlandeses, bem como seus adversários no Amazonas, os portugueses do Pará; não fazem menção a franceses, pois esses não existiam, nem na bacia do Amazonas, nem no litoral compreendido entre o Oiapoque e o cabo do Norte. Os documentos portugueses, neste ponto, conformes com os de seus adversários, referem-se somente a ingleses, holandeses e irlandeses: fazem menção a um único francês entre os índios do Pará que, em 1613, havia-se separado de seus compatriotas durante a curta expedição de La Ravardière ao sul e ao norte do Amazonas (RIO BRANCO, 2012, p. 119).

A base para esse raciocínio, além da ausência de menção aos franceses nessa massa documental, repousava no desbaratamento do projeto da “França Equinocial” no Maranhão, em 1615, e a expulsão dos mesmos das cercanias.

Poder-se-ia acusar Rio Branco de escolher grosseiramente documentos para sua tese, descartando outros que indicariam o contrário. Antevendo essa acusação, o Barão arrolou documentos franceses para reforçar que, no período entre 1642 e 1687, os mesmos não estavam nos limites em disputa:

Um documento francês contemporâneo atesta a presença dos holandeses, nesta época, no Maiacaré e no Cassiporé... Os soldados do Pará teriam subido o Araguari e seu antigo afluente, o Maiacari ou Batabuto; teriam atravessado o grande lago d’El – Rei, hoje Lago Novo, descido então a angra que, através de vários lagos, levava ao Maiacaré e ao mar, entre o Cabo do Norte e o Oiapoque. É o itinerário que, quarenta anos depois, guiado talvez por um dos soldados de seu predecessor, Antonio de Albuquerque seguiu para atingir as ruínas do antigo posto holandês (RIO BRANCO, 2012, p. 121).

Ou seja, a região estava em disputa, todavia, entre holandeses e portugueses. O intuito era inclusive demonstrar que a toponímica, como cabo Orange, remetia a essa presença holandesa.

As vastas comunidades ameríndias eram outras provas da assertividade lusa em detrimento dos franceses:

Havia assim, em 1639, na capitania do Cabo Norte, pertencente a Bento Maciel Parente, então governador-geral do Estado do Maranhão, pelo menos três aldeias indígenas submissas aos portugueses frequentadas por seus missionários: as aldeias dos Tapujuçus, de Curupatuba e de Iauacuara, essa última perto de Uacarapi e do forte do Desterro (RIO BRANCO, 2012, p. 123).

Nada de missionários ou mesmo presença francesa nas tribos.

Em 1654, uma expedição composta por 70 soldados e 400 indígenas, sob o comando do major João Bitancor Muniz, subia o rio Jari, fazia amizade com os Aruaquis e ajudava-os a vencer seus inimigos, os Anibas. Os jesuítas fundaram algum tempo depois a missão do Jari, que, mais tarde, passou às mãos dos franciscanos (RIO BRANCO, 2012, p. 124).

Importante passagem, na medida em que o vale do Jari proporcionava uma base de operações para quem realmente dominasse o Cabo do Norte. Os franceses só teriam definitivamente conquistado Caiena em 1676, o que então deixava claro que não poderiam disputar o Sul dessa ilha naquele momento. Data de 1660 a construção, por parte lusitana, do primeiro forte às margens do Araguari.

A insistência no período e fixação dos franceses em sua Guiana repousa no fato de os documentos produzidos por essa fixação corroborarem com a tese brasileira. Citando o capitão de Marinha Lefebvre La Barre, responsável pela expulsão dos holandeses da Guiana Francesa em 1664, portanto, doze anos antes da finalização dessas guerras, Rio Branco demonstra até onde os franceses consideravam os limites de sua própria colônia. A obra utilizada foi a de Joaquim Caetano da Silva (onde as seguintes palavras de La Barre estão transcritas):

A Guiana Francesa, propriamente a França Equinocial, que possui cerca de oitenta léguas francesas de costa, começa no cabo Orange, que é uma ponta de terra baixa que avança sobre o mar; que se reconhece por três pequenos morros vistos por cima, e que estão além do rio Lapoco, que deságua no mar abaixo desse cabo (RIO BRANCO, 2012, p. 131).

O cabo Orange e os morros formam a região atual do Oiapoque. Entre Caiena e essa última virtualmente inexistiam habitações francesas.

Um quadro que começa a mudar com o avanço de tropas comandadas pelo Marquês de Ferroles, em 1697, barradas por contra-ataque português um ano depois. Na troca de cartas engendradas pelos tratados de paz, novamente o entendimento, mesmo da parte francesa, de que os limites entre a Guiana Francesa e a Portuguesa era o “Vicente Pinzón” (chamado Oyapoc pelos franceses) (idem, p. 148).

No Tratado Provisório de 1700, que neutralizou toda a região pela primeira vez, as referências demonstram, tanto do lado francês quanto do lado português, que o limite fronteiro era esse do Oiapoque. Rio Branco afirma que, a primeira vez que apareceu na história um outro rio Oiapoque, poderia ser interpretado como o Araguari. Foi em 1731, fruto de uma interpretação de um cidadão de Caiena, D’Audiffredy. Uma colocação para se mostrar que os tratados de 1700 e 1713 jamais tomaram a sério a tese, ora em disputa, que seria fruto então de uma mera constatação equivocada de um indivíduo isolado (idem, p. 185).

Em 1713, no Tratado de Utrecht, Rio Branco localiza uma passagem em que claramente está delimitada a diferença entre os rios, ou seja, os franceses entendiam já naquela época que Oiapoque e Araguari eram duas coisas distintas:

No Tratado de Utrecht encontram-se os nomes *Japoc* e *Araguari* aplicados a diferentes rios, pois no artigo 8, o *Japoc* ou *Vicente Pinzón* é o limite que “a França recusava em 1700 e aceitava em 1713”, e no artigo 9, o *forte de Araguari* está indicado com esse nome porque se encontrava às margens do *rio Araguari*. No tratado de 1700, no qual a fronteira reivindicada por Portugal estava designada por *Ojapoc* ou *Vicente Pinzón* (texto em português) e *Oyapoc* ou *Vicent Pinçon* (tradução oficial francesa) vê-se o nome “*Araguari*” escrito quatro vezes a propósito do forte português do *rio Araguari*... Não menos estranho seria que, em Utrecht, os plenipotenciários franceses tivessem escrito *Japoc* querendo dizer que o limite era o Araguari ou qualquer outro rio da região compreendida entre o Araguari e o Oiapoque, pois todos os rios tinham nomes perfeitamente estabelecidos há um século (RIO BRANCO, 2012, p. 200).

Citando diretamente a cláusula 9 do Tratado de Utrecht, o autor reforça o entendimento de que, para a época, e na visão dos próprios franceses, não havia ambiguidade entre os rios:

Artigo 9: Em consequência do artigo precedente, sua majestade portuguesa poderá reconstruir os fortes de Araguari e de Cumaú ou Macapá, bem como todos os outros que foram demolidos, em cumprimento do Tratado Provisório firmado em Lisboa, em 4 de março de 1700, entre sua majestade cristianíssima e sua majestade portuguesa Pedro II, de gloriosa memória, ficando anulado e de vigência nula, em virtude deste tratado, o referido tratado provisório; como também sua majestade portuguesa estará livre para construir terras mencionadas no precedente artigo, tantos novos fortes quanto lhe aprouver, e guarnecê-los do que for necessário para a defesa das ditas terras (RIO BRANCO, 2012, p. 201).

Portanto, o Araguari aparece como uma região específica, *de jure e de facto* de posse portuguesa, com autoridade para construções e ocupações desse espaço. Foram os tratados de Badajoz, de 6 de junho de 1801; Madri, de 29 de setembro de 1801, e Amiens, 27 de março de 1802, que deslocaram deliberadamente, de maneira clara e inequívoca, a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil até o Rio Araguari. Aparecendo em papel oficial, esses documentos não obstante padeceram de um elemento dos mais importantes, qual seja não foram assinados por Portugal, antes se configurando em contexto de guerra. Portanto de validade relativa.

Na segunda memória, mais curta que a antecessora, Rio Branco utilizou de uma verve poderosa para rebater a argumentação adversária. Também anexou mais mapas e material topográfico, reforçando ainda mais a posição brasileira.

Após ler e estudar com extrema atenção a memória francesa, parte da contradição de que nela há uma inconsistência marcante em relação ao objeto mesmo da contenda:

A França, depois de haver pretendido alternadamente que o Oiapoque ou Vicente Pinzón de Utrecht fosse o *Cassiporé*, o *Calçoene*, o *Maiacaré*, o *Carapapóris* - ao Norte do cabo do Norte -, afirma agora que o rio aceito em Utrecht era o Araguari, ao sul desse mesmo cabo” (RIO BRANCO, 2012 b, p. 32).

Isto é, na concepção francesa as denominações se misturam no decorrer do tempo, indício tanto de incerteza quanto de oportunismo, tendo em vista que, no material português, o limite foi sempre um só e nunca trocou de nome ou localização geográfica.

Nos tratados de 1698, arrolados pela memória francesa, o Araguari aparece mencionado enquanto rio diferente do Oiapoque. “Os nomes *Oyapoc*, *Wiapoc* ou *Yapoc* são ainda mencionados

11 vezes na resposta portuguesa de 1699, e o *Araguari* é ali citado *duas* vezes como rio diferente do *Oiapoque ou Vicente Pinzón*” (RIO BRANCO, 2012, p. 34).

Sempre exaustivo em sua argumentação, segue martelando o Barão:

No Tratado Provisório de 4 de março de 1700, lê-se (tradução oficial francesa de 1700): “*rio de Oyapoc dito de Vicente Pinzón*”, e o nome Araguari é ali descrito quatro vezes. Esses dois nomes são impossíveis confundir um com o outro, pois nunca foram postos lado a lado, se encontram nas instruções portuguesas de 1700 ao governador do Maranhão, comunicadas então à corte de Versalhes. Lê-se também o nome indígena do rio do Cabo Orange, empregado isoladamente ou sempre ocupando o primeiro lugar, em vários documentos das negociações de Utrecht: *Ojapoc*, no projeto português de tratado, datado de 6 de dezembro de 1712, em que o Araguari é novamente mencionado. *Rio de Oyapoc*, na carta de 26 de dezembro, de Luís XIX, aos plenipotenciários franceses de Utrecht; *River Yapoco*, numa peça anexada ao despacho de 19 de janeiro de 1713, de lorde Bolingbroke, secretário de Estado de Negócios Estrangeiros, dirigida ao embaixador da Inglaterra na França, o duque de Shrewsbury; *Rio Yapoco*, no memorando que o ministro de Portugal, Brochado, enviou a lorde Bolingbroke, a 23 de janeiro, e do qual este enviou numa cópia aos plenipotenciários reunidos em Utrecht; *Yapoco*, carta de Brochado, datada de 24 de janeiro, dirigida a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Portugal; *Oyapoco*, no despacho de 10 de fevereiro de 1713, dos plenipotenciários franceses em Utrecht, dirigido a Luís XIV; *Rio de Oyapoco*, nas instruções de 13 de fevereiro, de Luis XIV a seus plenipotenciários (RIO BRANCO, 2012, pp. 34-35).

E segue ainda várias citações, demonstrando que os franceses sabiam do que se tratava nos termos de sua própria defesa.

O Desfecho:

Com toda essa erudição apresentada, baseada em uma densa massa de documentação primária, vazada em estilo claro e objetivo, o árbitro suíço não teve dúvidas e decretou, no fim do ano de 1900, o total pertencimento da região contestada ao Brasil, encerrando definitivamente as discussões arrastadas por séculos.

Não ocorreu tampouco um dos temores do Barão do Rio Branco de que, para agradar a todos, os suíços escolhessem uma solução intermediária, um rio que estivesse entre o Oiapoque e o Araguari, uma vez que são dezenas os rios que cortam essa região, fornecendo essa opção mediadora.

Vencido o processo, a diplomacia brasileira foi saudada, interna e externamente, como portadora das mais altas qualidades técnicas, vencendo concomitantemente duas disputas (com a Argentina e com a França) através da argumentação em fóruns reconhecidos e sob mediação e cobertura estrangeira. O Barão viu seus esforços reconhecidos, sendo catapultado para o comando da Secretaria das Relações Exteriores dois anos depois, para de lá sair uma década mais tarde por motivo de sua morte.

Pertinente indicar que o Brasil republicano vivenciou os anos de 1890 sob a égide da instabilidade política, com ameaças claras de desmembramentos territoriais, em alguns casos mais outros menos como a Revolta Federalista no Sul e Canudos no Nordeste, passando pelas Revoltas da

Armada e a ocupação da ilha de Trindade pela Inglaterra, em 1895. O tamanho continental da nova república sul-americana acabaria totalmente preservado ao final dessa década. O Estado do Pará, relativamente gigante, outrossim, preservaria sua dimensão, obstruindo qualquer possibilidade de projeção francesa em sua fronteira no extremo Norte.

Quatro décadas depois, nasceria o Território Federal do Amapá, tendo uma narrativa ideológica bastante marcada pelos acontecimentos aqui narrados.

REFERÊNCIAS

- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho. A Vertiginosa Espiral da Racionalidade. In: *Obras do Barão do Rio Branco III: Questões de Limites Guiana Francesa. 1 Memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012,
- Obras do Barão do Rio Branco III: Questões de Limites Guiana Francesa. 1 Memória. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- Obras do Barão do Rio Branco III: A Questão de Limites Guiana Francesa. (b). 2 Memória: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- RICUPERO, Rubens. *Prefácio*. In: SANTOS, Affonso José. Barão do Rio Branco. Caderno de Notas: Volume I: O Convite (maio de 1895-abril de 1901). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.
- SANTOS, Affonso José. Barão do Rio Branco. Caderno de Notas: Volume I: O Convite (maio de 1895-abril de 1901). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

7. FOTOGRAFIA E DITADURA: FOTÓGRAFOS BRASILEIROS NA AMÉRICA LATINA DURANTE O REGIME MILITAR

Carlos Alberto Sampaio Barbosa*

Os estudos sobre os regimes militares na América Latina vêm produzindo importantes aportes de investigação nos últimos anos. Apresenta-se como um campo historiográfico consistente, que aborda um passado recente e carrega as marcas de um período traumático e autoritário. No caso brasileiro, 2014 foi um ano de muitas publicações, por conta dos 50 anos do golpe, e na Argentina, em 2016, completou-se 40 anos da tomada do poder pelos militares, para citar apenas dois exemplos. Ao longo das últimas décadas as jovens democracias latino-americanas passaram por um lento processo de redemocratização, com muitos percalços pelo caminho. A temática dos direitos humanos e os embates pela memória desse período ainda estão em disputa. A fotografia e o fotojornalismo não ficaram ausentes dessa luta; muito pelo contrário, desempenhou um papel fundamental no combate contra o autoritarismo, na luta pela democracia, na elaboração de uma visibilidade de distintos atores políticos e sociais e na construção de todo um imaginário nas diversas sociedades latino-americanas.

O objetivo desse texto é apresentar avanços de uma pesquisa maior que procura investigar o papel dos fotógrafos documentais e fotojornalistas brasileiros durante a ditadura militar, em particular seu olhar para a América Latina, especialmente no registro de eventos políticos.²³ Cabe salientar que nesse período um número considerável de fotógrafos se deslocou pela região produzindo um conjunto significativo de imagens.

A proposta da pesquisa é verificar como se transforma o olhar dos fotógrafos brasileiros, como se deu sua produção visual e o que é publicado pela imprensa ao longo do regime militar. Para tanto estabelecemos uma periodização provisória em etapas consoantes a uma divisão das fases da história do regime militar em nosso país: primeira fase do Golpe Militar à promulgação do Ato Institucional nº 5 (1964-1968); segunda fase do AI5 ao final do governo de Emílio Garrastazu Médici (1968 – 1974); terceira fase, que corresponde ao governo de Ernesto Geisel e uma lenta abertura política; e quarta e última fase, período que leva à redemocratização entre 1979 a 1985.

Para cada uma dessas fases escolhi alguns fotógrafos que atuaram em diversos acontecimentos marcantes de nosso continente. Para a primeira fase Walter Firmo, que publica instigante

* Carlos Alberto Sampaio Barbosa é professor do Departamento de História Faculdade de Ciências e Letras e credenciado junto ao Programa de Pós-graduação em História da UNESP. Publicou *A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana* e *A Revolução Mexicana* pela Editora da UNESP. Suas especialidades são Revolução Mexicana e fotografia latino-americana.

²³ Este capítulo é resultado da sistematização de uma conferência apresentada no IV Simpósio de História Contemporânea/I Colóquio de História das Américas do Norte e Nordeste do Brasil – O Brasil e as Américas: Perspectiva de Ensino e Pesquisa realizado pelo Núcleo de Estudos de História das Américas, realizado na Universidade Estadual do Maranhão, em setembro de 2017.

reportagem na revista *Realidades* a respeito das tropas brasileiras na República Dominicana em 1965. Na segunda escolhi dois fotógrafos, Ricardo Chaves (Cadão) que registra as últimas eleições democráticas no Uruguai, entre 1971 e 1973, e Evandro Teixeira que faz a cobertura da queda do governo de Salvador Allende no Chile e do funeral de Pablo Neruda, em 1973. Para a terceira, dois fotógrafos, Pedro Martinelli e Juca Martins, que estiveram na América Central entre 1979 e 1982 cobrindo a Revolução Nicaraguense e a guerrilha salvadorenha. Para a quarta e última fase selecionei dois fotógrafos. A fotógrafa Inês Paulino que atuou na AFI (*Asociación de Fotógrafos Independientes*)²⁴ durante a ditadura militar chilena. Ainda para essa fase considerei a atuação do fotógrafo Jesus Carlos de Lucena Costa (Recife, 1950) que em 1982 muda-se para o México onde atua no jornal *La Jornada* e é um dos fundadores da agência *Imagemlatina* junto com outros colegas mexicanos.

Do ponto de vista metodológico a proposta da pesquisa visa cruzar as fontes hemerográficas (periódicos brasileiros que privilegiaram a fotografia) com história oral (entrevistas com editores de fotografia e fotógrafos que atuaram nesse período) e também, quando possível, com os arquivos destes fotógrafos.

Algumas perguntas que a investigação procura responder são: como os repórteres fotográficos brasileiros registraram os países da América Latina entre os anos de 1960 e 1980? Qual a relação entre fotógrafos e meios de imprensa? Sofreram algum tipo de censura? Quais são os principais temas retratados? Quais as abordagens propostas? Ocorreram intercâmbios com fotógrafos latino-americanos? Ocorreram mudanças nos padrões visuais entre cada um dos períodos?

Esse ensaio, cabe dizer, é uma primeira tentativa de sistematizar os avanços alcançados até esse momento.

O campo fotográfico no Brasil: alguns parâmetros

Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964 a fotografia documental era marcada pelas chamadas revistas ilustradas cujo maior expoente era a revista *O Cruzeiro*, publicada pelo grupo *Os Diários Associados*. Esta publicação embora tenha sido criada em 1928 apenas na década de 1940 torna-se a revista mais moderna do Brasil (COSTA, 2012). Essa transformação ocorreu muito em função da atuação de Jean Manzon (1915-1990). Esse repórter fotográfico francês havia trabalhado nas revistas *Vu*, *Paris-Soir* e *Paris Match*. Veio para o Brasil para trabalhar no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mas logo depois é contratado pela *O Cruzeiro* com alto salário mensal, fora dos padrões da época. Ele vai revolucionar a revista seguindo o modelo da *Life*. A publicação salta de 48.000 exemplares para mais de 600.000 na década de 1950. A morte de Getúlio

²⁴ Criada oficialmente em junho de 1981 e encerrada em 1993 esse coletivo de fotógrafos contou com aproximadamente 30 membros, realiza uma ampla e diversa produção visual com uma proposta de um olhar crítico do cenário político e social dos anos oitenta no Chile em que se destacam uma forte tensão política devido à censura e o desrespeito aos direitos humanos do regime militar chileno. Produz um olhar que documenta o protesto social, a repressão e a marginalidade ao mesmo tempo que constrói uma identidade própria. Veja Leiva (2008)

Vargas foi um recorde de tiragem da revista atingindo a cifra de 720 mil exemplares. Em 1951 ele sai da *O Cruzeiro* e vai para a revista *Manchete*. A revista *O Cruzeiro* em seu apogeu contava com cerca de 40 fotógrafos só na sua sede na cidade do Rio de Janeiro. Cabe um detalhe revelante, apesar da importância da fotografia na revista, até 1955 as capas eram estampadas com imagens das estrelas de cinema principalmente norte-americanas.

As empresas de comunicação durante a década de 1950 passam a investir numa administração mais racional, adotando critérios de qualificação profissional para compor seus quadros nos moldes dos veículos de comunicação dos Estados Unidos. O jornalista devia então deixar de ser um profissional liberal autodidata, pois seu ofício agora é lidar com a informação de forma profissional. Essas mudanças também passavam pelo campo das lentes fotográficas.

O Jornalismo de influência francesa, opinativo, predominante na imprensa até então, foi aos poucos substituído pelo estilo norte-americano, mas objetivo e investigativo. Em termos visuais, tudo era ainda muito precário: os jornais apresentavam apenas algumas ilustrações e poucas fotografias. (COELHO, 2012, 109).

Quais os temas principais da fotografia documental de então? Assim como a historiografia e a literatura o debate em torno da identidade nacional perpassa essas imagens fotográficas. O ponto de partida foi o Barroco Mineiro e aqui destacam-se fotógrafos como outro francês Marcel Gautherot (1910-1996) que trabalhou para o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional depois IPHAN) e temas como a cultura de origem africana que foi registrada por Pierre Verger (1902-1996); o tema dos povos indígenas foi registrado por nomes como José Medeiros (1921-1990) que com suas imagens vai colaborar para a criação do Parque Nacional do Xingu em 1961. As temáticas urbanas com *la dolce vida* de Copacabana no Rio de Janeiro ou a construção da nova capital em Brasília foram registrados pelas lentes de Thomas Farkas (1924 - 2011) fotógrafo de origem húngara.

Na década de 1950 e os primeiros anos de 1960 as fotografias cujo tema era a América Latina estampadas na imprensa comercial brasileira em geral reforçavam os estereótipos negativos: espaço dos golpes, das rebeliões, da instabilidade política e dos ditadores. Essa representação recebeu uma nova camada de interpretação com a Revolução Cubana como nos apresenta Rafael Baitz (BAITZ, 2003), a vitória dos “barbudos de Sierra Maestra” num primeiro momento foi saudada como heroica, para logo em seguida com a declaração de que o regime era socialista em 1961, passou a ser retratada como um Estado violento e tirânico, símbolo do perigo vermelho e uma sombra sobre o continente. No Brasil após o Golpe de Estado de 1964 e a instauração do regime militar o país e o fotojornalismo se transformam, surgem novos periódicos e ocorre uma reorganização na profissão do fotógrafo de imprensa.

O campo da fotografia documental e do fotojornalismo brasileiro passa por profundas transformações entre as décadas de 1960 e 1980. Como afirma Charles Monteiro: “O campo da fo-

tografia no Brasil nos anos 1970 se caracterizou por um processo de expansão, profissionalização, ao mesmo tempo que se fez mais complexo, tanto no campo periodístico como no campo artístico” (MONTEIRO, 2015, 3). Esse processo decorria de diversos fatores intrínsecos ao meio fotográfico e sua relação com a situação social e política brasileira.

Vamos aqui apenas indicar alguns tópicos para balizar o debate. Entre o final da década de 1950 e inícios da de 1960 os grandes jornais brasileiros passaram por reformas editoriais e gráficas que privilegiaram a fotografia. Os primeiros a fazerem alguma modificação foram os diários *Última Hora*, *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Mas o maior impacto foi a reforma do *Jornal do Brasil* entre 1956 e 1960 (MUNTEAL & GRANDI, 2005, 92). Em 1962 era inaugurada a primeira editoria de fotografia. No âmbito técnico temos a transição definitiva das câmeras do tipo Rolleiflex, de grande formato, para as reflex, de pequeno formato como a Leica e a Nikon F. Por fim, a valorização da fotografia como uma linguagem na imprensa é referendada pela criação em 1961 do Prêmio Esso de Fotografia. Esse concurso consagrava o repórter fotográfico brasileiro.

Ao mesmo tempo em que surgia uma nova geração de fotógrafos comprometidos com a valorização da profissão e com a luta contra a ditadura militar, muitos desses fotógrafos, ao lado de jornalistas, atuam na imprensa alternativa ou sindical que desafiava a censura. Os fotógrafos vivem um processo de organização sindical e política. Uma das formas para terem mais liberdade de atuação são a criação de cooperativas, coletivos e agências fotográficas. Será ainda nesse momento que teremos os primeiros cursos regulares de fotografia tanto ao nível técnico como superior. Em 1969 a profissão de jornalista é regulamentada em conjunto com a de repórter fotográfico.

Nesse período São Paulo passa a ser o centro editorial brasileiro em detrimento ao Rio de Janeiro. A capital paulista passa a publicar um maior número de revistas com destaque para a Editora Abril que publica as revistas *Realidade* (1966-1976), *Veja* (1968), *Quatro Rodas* (1960) e *Placar* (1970). Todas têm relevância do ponto de vista visual, pois utilizavam muitas fotografias e as duas primeiras de grande impacto político (BARBOSA, 2007).

Grosso modo na década de 1970, o perfil dos fotógrafos que atuavam nos veículos de comunicação, contavam com uma geração mais velha de fotojornalistas, que aprenderam com a prática e eram contratados das empresas editoriais. Gradativamente uma nova geração de fotógrafos com formação técnica ou universitária e conhecimento teórico passa a ocupar um espaço maior. Estes conviviam ainda com fotógrafos estrangeiros que trouxeram sua experiência de atuação fora do país e fotógrafos independentes que procuravam possuir maior liberdade de atuação. Essa convivência de fotógrafos de gerações e formações distintas permitiu um rico intercâmbio de experiências do ofício fotográfico.

A revista *Realidade* é um grande exemplo. No seu corpo de fotógrafos teremos um grupo importante de profissionais estrangeiros, tais como Maureen Bisilliat, George Love, Lew Parrela e

Cláudia Andujar. Esta última nascida em 1931 na Suíça, cuja mãe era protestante e o pai húngaro judeu, morto no campo de concentração de Dachau. Com 16 anos mudou-se para os Estados Unidos onde posteriormente casou-se com um refugiado espanhol da Guerra Civil Espanhola. Em 1955 muda-se para São Paulo onde vivia sua mãe e naturaliza-se brasileira. Por iniciativa de seu amigo Darcy Ribeiro entrou em contato com os indígenas brasileiros. Começa seus registros a partir de 1958. Desde então se apaixona pelos nativos brasileiros. Suas imagens foram adquiridas por importantes instituições, como o *Museu de Arte Moderna* de Nova York através de Edward Streichen e publicadas em revistas nacionais e internacionais (*Quatro Rodas, Claudia, Life e Aperture*. Em 1967 publica na revista *Realidade* uma matéria sobre os Yanomamis, reportagem que marca sua vida.

Gostaria de destacar um jovem fotógrafo brasileiro: o carioca Walter Firmo que juntamente com o repórter Luiz Fernando Mercadante e o fotógrafo Walter Firmo tiveram três semanas com os nossos pracinhas em S. Domingos. Descobrimos que a cidade odeia os "intusores" e que o povo quer ver nossos soldados pelos costas.

Gostaria de destacar um jovem fotógrafo brasileiro: o carioca Walter Firmo que juntamente com o repórter Luiz Fernando Mercadante produzem a matéria "Brasileiros Go Home", publicada no primeiro número da revista *Realidade* em que aborda a presença dos soldados brasileiros nas forças que ocuparam a República Dominicana em 1965, em conjunto com tropas norte-americanas. Depois da revista *Realidade* ele passa pelo *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Manchete*, *Veja e Isto É*. Mas abandona o fotojornalismo e vai viver nos Estados Unidos em plenos anos 1960. Presencia a luta dos afro-americanos pelos direitos civis e quando retorna ao Brasil se dedica a fotografar os afro-brasileiros. Com a incorporação da utilização da cor em suas imagens, demonstra a preocupação de enfocar os negros que representavam um importante contingente das forças brasileiras em terras caribenhas. Seu olhar sensível capta a dignidade e detalhes dos cotidianos desses jovens afro-brasileiros.



Reportagem da revista *Realidade*, dezembro de 1965 com fotografias de Walter Firmo, texto de Luiz Fernando Mercadante. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade.

Os veículos de comunicação, plataforma de difusão como a própria *Realidade* que falamos anteriormente já utilizavam amplamente a fotografia colorida para competir com a Televisão.

Outras publicações de destaque são as revistas *Veja*, *Isto É* e o diário *Jornal da Tarde*. A primeira fundada em 1968 pelo Grupo Abril foi inspirada na revista *Time* americana. Enquanto que, *Isto É*, fundada em 1976 por um grupo de jornalistas dissidentes da *Veja*, guarda semelhança com a revista *Newsweek*. O *Jornal da Tarde*, ou simplesmente *JT*, era um diário vespertino idealizado por Mino Carta em 1966 e durou até 2012, quando encerrou suas atividades. Foi um dos primeiros jornais a utilizar a escola do *new journalism* e foi um dos pioneiros em ter um editor de fotografia, tendo marcado época pelas inovações gráficas. Estes periódicos de São Paulo dão continuidade às inovações dos veículos cariocas e conformam um circuito de divulgação das fotografias documentais.

Essas mudanças criaram uma nova fotografia documental que unia informação e expressão e que propuseram novas temáticas na linguagem fotográfica brasileira (FERNANDES JR, 2003). Esse período marca a passagem da Fotografia-Documento para a Fotografia-Expressão para usar as afirmações de Andre Rouillé. Se a fotografia documento seria uma transparência da realidade, confundem-se com as coisas do mundo e por vezes a substituem. A fotografia-expressão trata-se de uma fotografia-documento que interpreta o acontecimento e não o representa.

Neste sentido, Rouillé defende sua proposta. A citação que se segue, embora seja um pouco longa, acredito que por sua importância é relevante transcrevê-la na íntegra:

Logo, a reportagem dialógica não procurara representar, registrar, captar aparências, mas exprimir situações humanas que ultrapassem amplamente a ordem do visível. (...) A própria maneira de testemunhar muda. Não mais consiste em reproduzir o visível. Tornar visíveis os sem fisionomia e sem-imagem, os excluídos tanto da visibilidade dominante como da vida social e política (...) Testemunhar obriga inventar novas formas e novos procedimentos para acessar as novas realidades: inventar a reportagem dialógica, para além da reportagem canônica da fotografia-documento. Inventar formas e procedimentos, uma espécie de nova língua fotográfica, para transformar os regimes do visível e do invisível, para acessar o que está sob nossos olhos, mas que não sabemos ver. Não fotografar “as” coisas ou “as” pessoas, mas fotografar os estados de coisas e com as pessoas (ROUILLÉ, 2009, 183-184).

Embora o tema da política continuasse a receber uma importante atenção tanto na cobertura dos “ritos do poder” em Brasília e nas capitais brasileiras, novos temas chamavam a atenção dos fotógrafos e editores das revistas. Citemos alguns a título de exemplo: os trabalhadores sem terra, indígenas, o menor abandonado, a seca no nordeste, a reorganização sindical e as greves no ABC paulista, assim como as minorias e as questões urbanas.

Entre os temas que merecem um amplo espaço dos periódicos da época e surgem vinculados à editoria internacional, estão inseridos os acontecimentos políticos latino-americanos. A América Latina será uma das temáticas que receberá atenção especial dos editores e fotógrafos brasileiros durante o período do Regime Militar.

Adiante procuro traçar um panorama sintético da atuação de alguns fotógrafos brasileiros na América Latina que oscilaram entre a estabilidade e a busca de autonomia e uma fotografia mais compromissada.

A Revolução Nicaraguense nas lentes de Pedro Martinelli

Pedro José Martinelli (Santo André, SP, 1950) começou a trabalhar na *Gazeta Esportiva* (1967) depois no *Diário do Grande ABC* e nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Será no começo dos anos 1970 que em conjunto com antropólogos e os irmãos Villas-Boas que começa a percorrer a Amazônia e documenta o contato com os índios isolados então pelo jornal *O Globo*. Foi editor de fotografia da revista *Veja* entre 1976 e 1983 posteriormente diretor de serviços fotográficos da *Editora Abril* até 1994, quando começa a atuar como fotógrafo independente. Com um forte caráter documental, suas imagens registram o homem comum, as camadas populares, em especial o homem e o ambiente amazônico, mas temas como os esportes (Copas do Mundo, Jogos Pan-americanos e Olímpicos), eventos políticos, sociais e aspectos urbanos compõem também seu olhar (COELHO, 2012, 244-248).

Será pela revista *Veja* que ele mais irá trabalhar em nosso continente. Vejamos brevemente essa revista. A revista *Veja* criada em 1968 no modelo das revistas semanais de informação, similares aos periódicos norte-americanos *Time* e *Newsweek*. Victor Civita era diretor e editor da Abril, Roberto Civita diretor de publicações e Mino Carta como diretor de redação. Este último permaneceu até 1976. Ao contrário das revistas ilustradas da fase anterior (*O Cruzeiro*, *Manchete* e *Realidade*), em que a fotografia era predominante, a *Veja* dava destaque de forma equilibrada texto e imagem. Em 1976 cria a editoria de fotografia, algo recente no Brasil como falamos anteriormente, mas já utilizada nas revistas internacionais. Em 1979, o editor de fotografia era Sérgio Sade.

A revista *Veja*, em geral, era publicada com 100 páginas com grupos editoriais bem definidos²⁵. A revista possuía um quadro de fotógrafos considerável com nomes consagrados no Brasil, para citar apenas alguns: Walter Firmo (Rio de Janeiro), Carlos Namba e Salomon Cytrynowicz (Brasília), Irmo Celso, Sergio Sade e Pedro Martinelli (São Paulo). Não utilizava muitos fotógrafos *free-lancers* nesse momento. No que toca à editoria internacional, que mais nos interessa aqui, usa os serviços de agências internacionais como *UPI*, *Associated Press*, *Paris Match*, *Latin Reuters* e *France Press*. No miolo da revista, estão os temas em destaque como as editorias de Brasil, Economia & Negócios e Internacional. Nestas editorias é que a equipe de fotógrafos será mais acionada.

Em 1979 Pedro Martinelli já havia sido enviado para a cobertura do conflito entre a Argentina e o Chile por conta do Canal de Beagle. Nesse ano é enviado para o Caribe a fim de cobrir os Jogos Pan-americanos de Porto Rico, e de lá é deslocado para a Nicarágua para registrar a luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional que buscava derrubar o governo ditatorial de Anastácio Somoza. Segundo Pedro Martinelli foi enviado para a Nicarágua porque estava mais próximo dos acontecimentos, não por uma escolha sua. Segundo Martinelli a cobertura da guerra civil foi difícil, devido aos entraves técnicos e condições do trabalho arriscadas de um fotógrafo num conflito. Nessa

²⁵ Destaco os principais seções ou grupos editoriais da revista *Veja*: Brasil, Cartas, Cinema, Comportamento, Crimes, Datas, Depoimento, Especial, Gente, Economia e Negócios, Humor, Internacional, Investimento, Literatura, Medicina, Música, Ponto de Vista, Teatro e Televisão.

cobertura estabelece contato com fotógrafos das equipes norte-americanas que também estavam cobrindo o conflito para a *Newsweek* e demais fotógrafos de agências internacionais.



Revista *Veja*, 27/06/1979 com fotografias de Pedro Martinelli
Acervo Hemeroteca Biblioteca Mario de Andrade

Seu trabalho aparece nas edições da revista de 20 e 27 de junho de 1979. Será durante essa cobertura que ocorre um acontecimento que merece uma reflexão referente à autocensura da fotografia do corpo de jornalista Bill Stewart. Pedro Martinelli foi um dos poucos a fotografar o transporte do corpo do repórter Bill Stewart da rede *ABC News* dos Estados Unidos. A foto foi enviada para o Brasil, mas na hora de publicar o diretor-adjunto da revista, Elio Gaspari, contrariando o editor de fotografia Sergio Sade, proibiu sua veiculação. Afirmando que “*Não, não...isso ai não é foto para o leitor da Veja*” (BONI, 2014, 259).

Essa situação, como muito bem explorou Caio Proença (2015) em seu trabalho, demonstra como no decorrer do processo que vai da realização da imagem até as páginas dos periódicos passam por uma série de mediadores. Existem seleções que partem do fotógrafo, passam pelo editor de fotografia, diretores e algumas vezes dos proprietários das publicações. Será por esse motivo que alguns fotógrafos vão optar por outros caminhos, tais como a formação de cooperativas ou agências de fotografia, onde possuíam maior autonomia em seu trabalho. Vejamos o caso do fotógrafo Juca Martins.

O Olhar Humanista de Juca Martins

Nascido em Barcelos, cidade berço de Portugal em 1949, Juca Martins, ou melhor, Manoel Joaquim Martins Lourenço, veio com sua família para o Brasil em 1957. Filho de pais trabalhadores, teve sua formação na escola técnica da gráfica da Editora Abril em 1967. Já nesse período era um dos principais conglomerados de mídia do país, e marcava como falamos anteriormente, a

transição da hegemonia do parque editorial paulista em substituição à capital carioca. Trabalhou na gráfica e depois nos laboratórios fotográficos da editora até se tornar fotógrafo profissional por volta do início da década de 1970 (FERNANDES JR, 2015).

Trabalhou para diversos jornais, tais como *Folha de S. Paulo*, *Última Hora* e *Jornal da Tarde* e revistas da Editora Abril como *Realidade*, *Quatro Rodas*, *Veja*, *Placar* e *Visão*. Em 1975 foi o produtor gráfico e editor de arte do jornal alternativo *Movimento*. Já nessa época Juca Martins optou por atuar de forma livre, como fotógrafo independente.

Mas vale detalhar que entre 1977 e 1978 foi colaborador fixo da revista *Isto É*. Essa revista foi uma experiência inovadora no jornalismo brasileiro, visto que o diretor de redação permitia que os negativos ficassem de posse do autor depois de sua utilização na publicação. Juca desde muito cedo se preocupou com o seu ofício e na organização da classe, participando do Sindicato dos Jornalistas e na formação da Associação dos Artistas Gráficos e Fotógrafos (AGRAF). Essa experiência levou-o a criar junto Nair Benedicto, Ricardo Malta e Delfim Martins - seu irmão - a Agência *F4* de fotojornalismo.

A agência *F4* foi um marco no fotojornalismo brasileiro. Partia de um projeto calcado num fotojornalismo independente e autônomo das demandas das pautas fechadas de jornais e revistas, o que possibilitava ao fotógrafo trabalhar temas e ensaios que mais lhe interessasse. Os fotógrafos dessa agência procuravam produzir um fotojornalismo compromissado. O Brasil vivia um período muito rico de movimentos sociais e de contestação ao regime militar. A agência assumia os interesses dos fotógrafos, na medida em que permitia que sua produção ficasse em sua posse, que estabelecia uma tabela de preços, ou seja, o autor da imagem mantinha certo controle da sua produção. A *F4* também foi responsável pela edição de dois livros *A greve do ABC* e *A questão do Menor*, ambos em 1980. Estas publicações são uma representação da proposta de uma atuação compromissada em que o fotógrafo mantinha o controle de suas imagens do começo ao final do processo de difusão. Ambos os livros foram publicados na coleção Documenta da Editora Caraguatá.

Na virada da década de 1980 para 1990 ocorrem uma série de mudanças na sociedade brasileira e no campo do fotojornalismo e os fotógrafos da *F4* optam por novos caminhos, o que leva ao encerramento da agência. Juca Martins e seu irmão Delfim Martins fundam a *Pulsar Imagens*. Os outros colegas partem para outras agências: *N-Imagens* de Nair Banedicto, *Um Certo Olhar* de Cynthia Brito e Salomon Cytrynowicz. No Rio Ricardo Azoury e Rogério Reis criam a *Tyba* e João Ripper a *Imagens da Terra*. Posteriormente Juca Martins funda a agência *Olhar Imagem* atuante até os dias atuais.

Juca Martins, como fotógrafo autônomo e com seus próprios recursos, decide viajar para a América Central (Nicarágua e El Salvador) para primeiro registrar a resistência dos nicaraguenses aos ataques dos grupos conhecidos como “contras” e por conta do aniversário da vitória sandinista.

Posteriormente vai a El Salvador acompanhar o desenrolar da guerrilha e as eleições gerais daquele ano. As fotografias de Juca Martins ilustram diversas publicações nesse período e estampam as páginas do *Jornal da Tarde*, da revista *Veja* (capa da edição 704 de 03/03/1982) e *Isto É* entre fevereiro e abril de 1982.

As fotografias publicadas no *Jornal da Tarde* nessa época não tinham a indicação de autoria. Podemos aferir que eram de Juca Martins pelo cruzamento com as publicadas na revista *Isto É* e pelas imagens semelhantes que podemos consultar no banco de dados da agência *Olhar Imagens*. Na revista *Isto É* ele publica nas reportagens “No cenário da luta”, “Rumo ao imprevisível - a crise na América Central se amplia e tende a sair do controle” e especialmente em “O veneno das urnas: guerrilha, Estados Unidos - todos perderam com as eleições”. Nessa última reportagem ilustrada com 8 fotografias de Martins e de Claudio Edinger, muitas são as mesmas ou similares as publicadas no *JT*.²⁶



Fotografia de Juca Martins no *Jornal da Tarde* e capa da revista *Veja* 03/março/1982

Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade

As fotografias de Juca Martins que retrataram os conflitos em El Salvador registram temas como a violência do conflito com destaque para as imagens de soldados e da população civil executada, mortos e feridos em combate, os hospitais, mas seu olhar se volta também ao cotidiano da população, tanto urbana como camponesa vivendo em meio às tragédias da guerra civil. Registrou também as eleições de março de 1982. Destaque especial para as fotografias das crianças e jovens. Seu olhar humano revela como jovens e adolescentes participam da guerrilha ao mesmo tempo em que revela os danos causados às crianças em meio ao conflito.

²⁶ Revista *Isto É*, 03/03/1982, nº 271, “No cenário da luta”, p. 48-56 fotografias Claudio Edinger, Juca Martins e das agências UPI, Gamma, Sigla. *Isto É* nº 274, 24/03/1982, “Rumo ao imprevisível - a crise na América Central se amplia e tende a sair do controle”, pp. 59-60; *Isto É*, 07/04/1982, nº 276, “O veneno das urnas: guerrilha, Estados Unidos - todos perderam com as eleições”, fotografias de Juca Martins e Claudio Edinger.

A Fotografia Engajada de Jesus Carlos

O Brasil entre os anos finais das décadas de 1970 e início dos 1980 passava por transformações políticas. Ocorre a chamada abertura política com a anistia e conseqüentemente volta dos exilados, são realizadas eleições para os governos estaduais e prefeituras das capitais, surge um novo sindicalismo ao mesmo tempo em que novos movimentos sociais se organizam. Estas transformações permitem o surgimento de novos partidos políticos com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto há um novo interesse por processos similares de redemocratização e lutas contra as ditaduras (Argentina, Uruguai, Chile, Nicarágua e El Salvador). Tudo isso transforma nosso continente num tema bastante recorrente nos veículos de comunicação.

A trajetória pessoal e profissional de Jesus Carlos de Lucena Costa se mistura com o contexto brasileiro dos anos 1960 a 1980. Gostaria de fazer uma breve exposição desse fotógrafo. Nasceu em Recife em 1950, mas logo a família se muda para João Pessoa na Paraíba. Nos finais da década de 1960 milita no movimento estudantil (secundaristas entre 1966 a 1968), se aproxima de grupos de esquerda (PCBR e PCdoB). Aprende a fotografar com seu pai, que era fotógrafo lambe-lambe e com um amigo deste. Procurado pela polícia passa a viver clandestino em Fortaleza e Belo Horizonte até se estabelecer em São Paulo. Com seus conhecimentos fotográficos realiza trabalhos como fotógrafo ambulante, produzindo e vendendo álbuns e pôsteres escolares, monóculos com fotografias, fotografias individuais de pessoas no carnaval e fotografias em cabarés.

Em meados dos anos 1970, já em São Paulo passa a atuar na região sul da cidade e no ABC, centro da indústria automobilística brasileira de então e palco do novo sindicalismo. Atua também no movimento operário, movimento popular contra a carestia e junto a grupos católicos operários. Torna-se fotojornalista em finais dos anos 1970, quando passa atuar em jornais como *Em Tempo*, *Repórter*, *ABCD Jornal* e a *Folha Bancária* do sindicato dos Bancários de São Paulo. Segundo o próprio fotógrafo foi nesse período entre 1978 para 1979 que começa a viver como fotojornalista. Registra com suas lentes a organização do movimento sindical dos metalúrgicos do ABC e as greves que marcaram o final dos desta década.

Envolve-se ativamente com a fotografia e as transformações que o ofício passa nesse momento. Vende imagens para a *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *Isto É*. Participa do movimento que transforma a fotografia de então com o uso das lentes grande angulares e o abandono do *flash*, além da formalização da profissão de repórter fotográfico e a consolidação da tabela de preços das fotografias e da luta pelo direito autoral nas publicações ilustradas. Chega a trabalhar para as agências e coletivos fotográficos de então como a *F4*.

Motivos pessoais e uma busca de novas experiências o levam para o México em 1982 como correspondente da agência SIGLA. No México, devido aos contatos que possuía no Brasil, rapidamente começa a trabalhar. Sua primeira atividade foi cobrir a campanha presidencial da can-

didata Rosário Ibarra de Piedra do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Mas em pouco tempo estabelece contatos com os fotógrafos mexicanos Pedro Valtierra, Francisco Mata, Marco Antonio Cruz, Nacho Lopez, Pedro Meyer e tantos outros. Segundo ele será efetivamente no México que passa a conhecer a fotografia latino-americana inclusive o já lendário fotógrafo cubano Korda²⁷.

Durante seu período no México realiza diversas exposições e trabalhos que foram publicados em revistas como *Claudia* e *Casa e Jardim*, em periódicos como *Bandeira Socialista*, *El Día*, *Ovaciones* e *El Universal*. Participa da fundação do jornal *La Jornada* e da agência fotográfica *Imagenlatina*. Em 1987 decide retornar para o Brasil, mas sua volta é uma grande jornada pela América Latina passando por El Salvador, Nicarágua, Colômbia sempre com uma mirada engajada, voltada para captar as lutas de grupos políticos de esquerda em nosso continente.²⁸

Entre a Fotografia Engajada e a Estabilidade

Os fotógrafos aqui estudados representam muito bem as transformações por que passou o fotojornalismo brasileiro durante o regime militar e a situação dessa categoria. Enquanto que Pedro Martinelli em grande parte de sua atuação como fotojornalista era um fotógrafo fixo da revista *Veja*, Juca Martins trabalhou de forma autônoma vendendo suas imagens através da agência *F4*. Martinelli é enviado para cobrir os jogos pan-americanos e deslocado para registrar os conflitos da Nicarágua. Juca Martins, de forma independente e com recursos próprios, decide ir para América Central fazer a cobertura dos conflitos em El Salvador. Os dois fotógrafos possuem um olhar que procura ir além de registrar as tradicionais cenas de violência (guerrilheiros e soldados, mortes e feridos em meio aos conflitos), mas também o cotidiano da população em meio à revolução. Eles reafirmam a ideia do “fotógrafo heroico” que arrisca sua vida para procurar a melhor fotografia do conflito.

Tendo em vista nossa proposta inicial, representação da América Latina, censura e seleção das imagens, podemos afirmar que embora os fotógrafos tenham procurado produzir uma representação da América Latina distinta da anterior, prevaleceu a imagem do continente conflituoso, palco de guerras, revoluções e da instabilidade política. A narrativa não foi construída apenas pelos fotógrafos, mas também pelos editores e diretores de redação. Outro tema que nos interessa é a censura. Ainda que o Brasil passasse por uma abertura política ela continuava a existir como fica evidenciado pelo caso de Martinelli na *Veja*.

Por seu turno, Jesus Carlos optou por um caminho mais radical, intercalou seu ofício com a luta ativa contra a ditadura. Viveu as transformações do final dos anos 1970 no campo do fotojornalismo e a luta pela democracia de forma militante. Sua trajetória é mais radical, pois não apenas se interessa em fotografar o que se passa na América Latina, mas escolhe vivenciar a experiência no

²⁷ Alberto Díaz Gutiérrez, conhecido como Alberto Korda ou somente Korda (1928-2011) ficou mundialmente conhecido devido a sua fotografia de Ernesto “Che” Guevara. Denominada de Guerrilheiro Heroico tornou um ícone visual.

²⁸ Essas informações foram concedidas em uma entrevista ao autor: CARLOS, Jesus. Entrevista concedida a Carlos Alberto Sampaio Barbosa. São Paulo, 2016.

México. Lá também se insere no mesmo grêmio de fotógrafos de imprensa com participação destacada na luta dos movimentos de esquerda, como a cobertura da campanha de Rosario Ibarra.

Com sua experiência brasileira leva novas propostas como a fundação de agências fotográficas e de periódicos como é o caso da *ImageLatina* e do *La Jornada*. Ao transitar entre Brasil e México ele é um exemplo de um mediador dentro do campo da fotografia documental. Ao contrário de outros colegas como Juca Martins e Pedro Martinelli sua atuação no mundo latino-americano transcende apenas um olhar externo, pois procura um olhar da realidade latino-americana desde dentro. Atualmente vive em São Paulo onde trabalha para sindicatos e movimentos populares. Jesus é um exemplo de um fotógrafo militante que levou ao extremo sua opção de independência.

Os profissionais da lente não só registraram os fatos senão que se converteram em um dos fatores que contribuíram a fazer possível a transição democrática no Brasil e atuaram na construção de uma memória e cultura visual do período. A fotografia, e em particular o fotojornalismo, desempenhou um papel muito relevante em todo o processo de resistência aos governos autoritários, registrando episódios e construindo as condições de visibilidade de diversos atores políticos e sociais dessa etapa de nossa história. Personagens que de outra forma poderiam ser esquecidos ou apagados. Os fotógrafos usaram suas câmeras como arma na construção de um imaginário e uma cultura visual durante o regime militar no Brasil. Tiveram um papel protagônico neste processo, já que não se limitaram a ilustrar os protestos e as mobilizações sociais, senão que se converteram em atores poderosos, transformando a suas fotografias em “veículos de memória”, pelo fato de considerar que o uso das imagens fotográficas ultrapassou seu papel tradicional de registro para transmutar-se em parte do processo político, social e cultural que permitiu a realização de outros exercícios da memória na história recente.

REFERÊNCIAS

- BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: 2007.
- BONI, Paulo César. Um caboclo que gosta de bater pernas: o fotógrafo e cidadão Pedro Martinelli. *Discursos Fotográficos*. Londrina, v. 10, n. 16, jan-jun 2014, pp. 239-266. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/18780>> Acesso em 06/11/2020
- BONI, Paulo César. Vivi – e registrei – importantes momentos da luta pela democracia no Brasil. *Discursos Fotográficos*. Londrina, v. 10, n. 17, jul-dez, 2014, pp. 209-228. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/20669>>, acesso em 06/11/2020.
- CARLOS, Jesus. Entrevista concedida a Carlos Alberto Sampaio Barbosa. São Paulo, 2016.
- COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora da UFMG/Imesp/Edusp, 2014.
- COSTA, Helouise. Entre o local e o global: a invenção da revista O Cruzeiro. In COSTA, Helouise & BURGI, Sergio (Org.). *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012, pp. 9-31.

- FERNANDES JR., Rubens. Juca Martins: a eterna paixão pela aventura humana. In SIQUEIRA, Henrique (Org.). *Juca Martins*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- FERNANDES JR., Rubens. *Labirinto e Identidade: panorama da fotografia no Brasil – 1946 – 98*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LEIVA QUIJADA, Gonzalo. *Multitudes en sombras*, AFI. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008.
- MONTEIRO, Charles. El campo de las fotografías y las imágenes del Brasil en los años 1970-1980: entre el fotoperiodismo y la fotografía documental. *Artelogie*, Paris, n° 7, abril, 2015, pp. 1-15. Disponível em <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article353>> acesso em 06/11/2020.
- MUNTEAL, Oswaldo & GRANDI, Larissa. *A imprensa na história do Brasil: Fotojornalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio/Desiderata, 2005.
- PROENÇA, Caio de Carvalho. “O conflito da Nicarágua em 1979 em Veja: o trabalho do fotógrafo e as decisões editoriais”, In *Mouseion*, Canoas, n° 21, ago, 2015a, pp. 51-70. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1981-7207.15.3> Acesso em 06/11/2020.
- ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- TEIXEIRA, Evandro. A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v.8, n.12, p.217-252, jan./jun. 2012. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11936> Acesso em 06/11/2020.

8. CONTRASTES BRASIL-ARGENTINA O PAÍS VIZINHO NA LEITURA DOS INTELLECTUAIS BRASILEIROS NA DÉCADA DE 1940.*

Livia de Azevedo Silveira Rangel**

As impressões produzidas no Brasil sobre a Argentina, especialmente na década de 1940, foram marcadas por um relativo antagonismo de ideias e pontos de vista que tinham a ver com as próprias circunstâncias políticas enfrentadas pelos dois países ao largo desse período. Os conflitos internos foram responsáveis pela variante de análises que circularam na imprensa brasileira a respeito da nação vizinha. Diferente de uma tendência acentuada nas décadas anteriores – retrocedendo ao século XIX –, em que, dependendo do período e de um modo geral, as representações²⁹ se constituíam dicotomicamente, em termos em que ora predominava uma perspectiva negativa ora positiva, o que se observa durante os anos 1940 é que os pontos de vista tornaram-se menos definidos e sólidos e a Argentina passou a ser traduzida de maneira múltipla e mais ambígua, em especial nas páginas dos periódicos brasileiros. Se tradicionalmente o binômio “civilização-barbárie”³⁰ era o elemento comparativo que havia guiado as leituras dos intelectuais do Brasil sobre o país argentino, agora outros fatores, ainda mais carregados de sentido político, eram agregados, influenciando a opinião pública.

Este artigo busca analisar algumas das perspectivas projetadas por escritores e artistas brasileiros a respeito da Argentina em um contexto de transição para os dois países. Nesse período, meados da década de 1940, o Brasil encerrava uma duradoura ditadura, enquanto Argentina, enfrentando uma grave crise política, inaugurava com o peronismo uma fase autoritária.³¹ A incisão foi profunda e reorientou de maneira significativa o modo como muitos intelectuais brasileiros formulavam suas ideias e críticas sobre o país vizinho. A partir do momento em que Perón foi alçado presidente, parte da intelectualidade opositora a Vargas tornou-se antagonista do regime argentino, levantando a problemática da semelhança arbitrária entre Vargas e Perón. Contudo, não era determinante que um crítico do Estado Novo se convertesse em adversário ideológico do peronismo. O que torna o decênio de 1940 particular nesse sentido, são as nuances de opiniões forjadas no Brasil sobre a Argentina. Tendência que lentamente foi substituída com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, a partir

*Este artigo foi originalmente escrito como parte de uma reflexão mais ampla desenvolvida em colaboração com Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos em capítulo para o livro *La Argentina vista por sus vecinos*, organizado pelo historiador Paulo Cavaleri.

**Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Correio eletrônico: liviaasrangel@gmail.com

²⁹ O conceito de representação aqui adotado se apoia na teoria de Roger Chartier (2002).

³⁰ Consultar: PRADO, Maria Lígia Coelho. “Textos brasileiros sobre a Argentina: entre a crítica e a admiração (1840-1920)”. In. *Temas&Matizes* (Unioeste), v.9, n.18, p.31-40, 2010.

³¹ Para o historiador argentino Félix Luna, 1945 foi um ano politicamente decisivo para o seu país, devido à ascensão do peronismo, manifestação política que se tornaria então a mais expressiva da história daquele país: “para comprobarlo basta tener en cuenta el hecho evidente, innegable, de que siguen vigentes los valores que en ese año adquirieron dimensión histórica para quedar incorporados a la conciencia nacional. El país en la actualidad, sigue moviéndose dentro de las grandes líneas que aquel año se formularon” (1971, p. 488).

de quando o tom negativo passou a dominar os meios de comunicação, principalmente a imprensa liberal-conservadora (SANTOS, 2015).

Para tratar de tema tão amplo, cujo potencial de desenvolvimento supera os limites deste artigo, optou-se pela seleção de um número pequeno, mas significativo de personagens do universo intelectual brasileiro que, por sua relevância no campo da cultura, receberam atenção de pesquisadores em trabalhos acadêmicos recentes. O propósito é oferecer um panorama que privilegie essas vozes como representativas de um imaginário que se construía no Brasil sobre o país vizinho, na referida época. Para compreender essas construções discursivas sobre o “outro” nos apoiamos na perspectiva do historiador François Hartog (1999), que define como “retórica da alteridade” toda narrativa que pretende enunciar o outro por meio da diferença. Desse modo, consideramos que as representações textuais aqui analisadas não são simples descrições do que foi pensado sobre a Argentina no Brasil, mas refletem o próprio exercício de comunicar o outro a partir de si mesmo.

Novas abordagens vinculadas à histórica cultural têm surgido na historiografia brasileira questionando o discurso da rivalidade muito presente no viés de análise econômico e político sobre as relações bilaterais entre Argentina e Brasil. Essas novas interpretações trazem contribuições fundamentais para repensar a importância dos aspectos culturais no questionamento das imagens estereotipadas sobre o país vizinho (SANTOS, 2012). O que podemos observar a partir desses estudos é a valorização das experiências de aproximação, mediação, interlocução e busca por uma compreensão maior entre ambos os países.

A cultura engajada e seus reflexos

A partir de meados dos anos 1930, em especial após a eclosão da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e principalmente com uma Europa submergida na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os temas altamente radicalizados do fascismo e antifascismo, assim como sua combinação interna, a contraposição autoritarismo-democracia, entraram em cena no marco dos debates político-intelectuais de ambos os países. O aprofundamento dessas questões ideológicas no campo político argentino e brasileiro, que também penetraram nas diferentes esferas sociais, em particular na cultura, dividiu e fragmentou o que se dizia e se pensava no Brasil sobre o país fronteiriço. Já não se tratava somente de elogiar o progresso material argentino, com suas cidades modernas, elegantes e cosmopolitas, e sua aparência “invejavelmente” europeia; ou de travar polêmicas formais e técnicas – mais ou menos “inócuas” – em torno das estéticas artísticas de vanguarda postas de manifesto nos dois países. Mas sim, e aproveitando a relação deste último aspecto com o que afirma Raul Antelo (1986) ao estudar o encontro de Mário de Andrade com escritores hispano-americanos, de acentuar tais críticas e apontamentos atribuindo, de maneira muito mais enfática a partir da segunda metade dos anos 30, uma perspectiva política a essas vias de comparação, aos caminhos de acesso e aprendizagem ao “Outro” próximo. Antelo nos remete à transição por qual passou o autor de *Macunaíma* na virada dos anos 20-30: “O Mário de Andrade vanguardista de 1926 sente curiosidade por todas as experiências

de renovação estética. Mas o Mário de 1934-1936 já leva mais em conta a ação social do intelectual” (1986, p. 33). Logo, “à revelia de si próprio, Mário pensa em termos políticos. E assim agindo, atinge uma síntese coerente e contemporânea”, vinculada à sociedade do seu tempo (p. 118).

A dimensão político-ideológica adquirirá um peso fundamental na elaboração de textos analíticos ou de opinião relativos à Argentina desse período, mesmo aqueles que invocam uma perspectiva estritamente cultural de suas leituras oferecem, de forma explícita ou nas entrelinhas, reflexões que podem ser assimiladas à conjuntura política tanto do país sobre o qual se escreve como desde aquele de onde se observa o outro. Esse é um fenômeno ressaltado pelo sociólogo Antonio Candido (1984), ao discutir o modo como se ampliaram as relações entre cultura e Estado no pós-1930 devido, de maneira significativa, à “surpreendente tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente”. O autor afirma que até “mesmo os que não se definiam [e] os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período” (1984, p. 27-28). Candido não restringe esse posicionamento *ideológico* dos intelectuais à filiações ou simpatias partidárias. Antes, para ele, tratava-se então de uma tomada de consciência “social”, de rejeição aos “velhos padrões”, de um engajamento assentado no inconformismo.

No entanto, uma mudança notável ocorreu quando o Estado Novo (1937-1945) foi instaurado. Para viabilizar o projeto político-pedagógico de seu governo, Vargas iniciou um intenso processo de “cooperação”³² de intelectuais e artistas para atuarem dentro do regime como produtores e promotores do ideal de nação que desejava imprimir. Houve, especialmente, a vinculação de muitos intelectuais modernistas (de diferentes orientações) com a ditadura, cuja colaboração provocou acomodações e tensões. Dentre os que defendiam projetos culturais mais inovadores, e que conseguiram manter certa margem de oposição, estavam Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Mário de Andrade e os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, esses integrados ao Ministério de Educação de Gustavo Capanema. Na ala conservadora, mais sintonizados com a política estadonovista, orbitando Lourival Fontes e o Departamento de Imprensa e Propaganda³³, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido da Motta Filho (VELLOSO, 1987, p. 5).

A adesão à política cultural do Estado Novo por parte de tantos intelectuais que iniciaram o seu projeto renovador durante os primórdios do movimento modernista seria, de certa forma, a conclu-

³² Ao invés de “cooperação”, Diana Klinger, apoiada nas ideias do cientista político Milton Lahuerta, defende o uso do termo “aliança” para se discutir a aproximação do regime varguista com as elites intelectuais. Isso porque, embora compreenda que a palavra “cooptado” tenho servido à bibliografia corrente para designar artistas e intelectuais que colaboraram com o Estado Novo, seu alcance é limitado e não explícita a via dupla que se estabeleceu entre as partes. Primeiro, que os intelectuais, modernistas em sua maioria, convidados a participar do governo, uma vez integrados não se submeteram completamente. Mesmo os que estavam mais afinados com o discurso oficial assim se manifestavam devido não exclusivamente a uma atitude de passividade e submissão, e sim a uma coerência de interesses e projetos com o Estado. Depois, que sempre existia uma margem possível de ser explorada, e geralmente o era por aqueles que cooperavam com a política cultural do regime mas sem deixar de exercer, paradoxalmente, uma oposição às suas prerrogativas (KLINGER, 2004, p.105).

³³ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 e constituiu-se como o porta-voz do Estado Novo e o maior instrumento de controle da informação do regime. Tinha por objetivo legitimar e estimular o culto ao Estado e ao seu chefe político, difundindo a ideologia do governo e promovendo a exaltação da figura de Vargas e de suas realizações estatais. Foi extinto quando também se extinguiu a ditadura estadonovista, em 1945, substituído pelo Departamento Nacional de Informações (DNI) (CAMARGO, 1999, p. 17).

são de uma lenta passagem que os escritores do modernismo teriam começado a empreender desde fins dos anos 1920 – década de experimentações – de um “projeto estético” para um “projeto ideológico” (LAFETÁ, 2000). Dita transição, que de fato seria uma mudança de ênfase e não uma troca que anularia um projeto em favor do outro, teria ocorrido consonante a uma sensibilidade política que estava na ordem do dia a partir de 1930 e que, na marcha daquele decênio, se acentuou com o recrudescimento da luta ideológica entre nazifascismo, comunismo, socialismo e liberalismo (o que, no Brasil, se espelhava nas disputas entre a direita integralista e a esquerda comunista). O giro das vanguardas estéticas, ansiosas em participar da vida nacional e incitadas pelos apelos políticos, se destaca pela busca em escavar e descobrir as ligações da ideologia com a arte, de maneira a projetar uma função social para si e para a sua produção artística. Portanto, segundo Lafetá, “por conta da agudização da consciência política” da época, o “projeto ideológico” suplantou o “projeto estético” (2000, p. 29).

Essa “consciência política”, obviamente, não foi monopólio dos escritores de inspiração modernista que aderiram em maior ou menor medida ao projeto cultural da ditadura. Nos limites do aparato cultural do Estado Novo se apresentaram projetos alternativos de grupos da intelectualidade que se diferenciavam do regime, sem estabelecer vínculos ou laços colaborativos.³⁴ A esses grupos restava uma escassa margem de ação, pois, além da censura, a perseguição política que se fazia presente ameaçava os direitos individuais com cassações, prisões e torturas, sendo o exílio o caminho percorrido por muitos.

Considerados esses aspectos, é necessário esclarecer que essas duas categorias amplas – de intelectuais “cooptados” e “não-cooptados” – não conformam uma simples dicotomia fechada, na medida em que não havia um pleno antagonismo de opiniões que fizesse de cada núcleo um todo homogêneo (modelos de adesão-enfrentamento à ditadura). Era bem mais o oposto disso, já que no seio de cada grupo havia matizes, perspectivas que não se alinhavam e que marcavam o grau de complexidade na relação estabelecida entre o Estado Novo e os intelectuais. Serão essas formas complexas de expressão, ambíguas em muitos casos, as que aparecerão nos textos sobre a Argentina elaborados por escritores que ocupavam espaços permeáveis entre fins dos anos 30 e a década de 1940.

É válido notar que diferenças sensíveis dividem o que foi escrito no Brasil sobre o país vizinho antes e depois do surgimento da figura de Juan D. Perón no cenário político, o que faz necessário incorporar um duplo corte temporal. Podemos dizer que, entre 1937, quando se impôs o Estado Novo, e 1943, ano do golpe militar argentino a partir do qual se gestou a liderança personalista de Perón, a Argentina foi um assunto que despertou na intelectualidade brasileira um interesse majoritariamente centrado na cultura e nos aspectos sociais da região, a exemplo dos artigos de imprensa de Gilberto Freyre e Mário de Andrade.

³⁴ Embora o mecenato do Estado fosse atrativo difícil de resistir, como bem demonstra Miceli (1979), ao desdobrar uma lista longa e detalhada de nomes de intelectuais que atenderam à convocação de Vargas e passaram a atuar no centro da burocracia governamental, havia parte significativa da intelectualidade que permanecera sem estreitar conexões com o regime ditatorial, mais ao lado da dissidência direta.

O livro *Americanidade e Latinidade da América Latina e outros textos afins* (2003), organizado por Edson Nery da Fonseca, reúne ensaios e artigos jornalísticos escritos pelo sociólogo Gilberto Freyre ao longo do ano de 1941. Em sua maioria, os textos compilados foram escritos a partir de observações feitas pelo escritor pernambucano por ocasião de sua viagem ao Rio da Prata (Paraguai, Uruguai, Argentina). Em seu conjunto, os textos tratam de temas pouco explorados pelo estudioso em sua carreira.

Nos escritos sobre a Argentina, se reflete sua preocupação quase exclusiva com a dimensão cultural, obliterando referências políticas. Nos cinco artigos da coletânea em que descreve suas impressões sobre a Argentina, caminha por assuntos que não escapam a um “matiz etnográfico”, interessado nos detalhes e no cotidiano. O primeiro artigo dedica ao encontro com os exilados republicanos, destacando os projetos culturais que o grupo vinha promovendo na capital portenha; o segundo, elogia o cosmopolitismo argentino, tomando como exemplo sua tradição hoteleira, construindo uma comparação métrica entre o Brasil rural e a Argentina metropolitana; em texto seguinte, apresenta a figura do tradutor Benjamín de Garay como o maior divulgador das “letras brasileiras nos países de língua espanhola”, quem havia acabado de traduzir seu livro *Casa Grande & Senzala*; também escreveu sobre Ricardo Sáenz Hayes, admirado como um pensador de maior grandeza da paisagem do Brasil. Em síntese, para Freyre, Argentina deveria ser tomada como um exemplo de civilização, em especial por sua tradição erudita e por sua política de valorização do patrimônio histórico:

Dentre os aspectos mais expressivos da vida argentina e da organização de sua cultura, alguns se impõem à atenção do brasileiro com o vigor de exemplos magníficos. [Um deles é] o culto que ali se presta [...] aos grandes homens d’armas e aos grandes homens de letras. Aos artistas e aos cientistas. Aos estadistas e aos poetas [...]. Buenos Aires possui, além do Cabildo restaurado, o Museu Histórico Nacional [...] o Museu Mitre e o Museu Sarmiento [...]. Todo esse esforço de conservação [...] poderia e, ao meu ver, deveria ter entre nós o culto dos nossos grandes homens [...]. Na Argentina, como nos Estados Unidos, parece haver maior empenho do que no Brasil, [...] em conservar vivas e em contato com o cotidiano nacional, as grandes personalidades do passado (FREYRE, 2003, p. 83-85).

A cultura foi tema primordial de outro consagrado escritor brasileiro, Mário de Andrade. Sua relação com a produção cultural argentina foi estudada por Patrícia Artundo (2004), que demonstrou de que maneira, apesar de um breve recesso nos contatos estabelecidos com escritores argentinos, o poeta modernista manteve de forma ininterrupta, desde a década de 1920 até o fim de sua vida, um interesse pelas manifestações literárias e artísticas do país irmão. Entre os temas privilegiados pelo autor a respeito da Argentina se encontravam a literatura, a música, as artes plásticas e a cultura popular, esta última expressa em um agudo empenho de Mário de Andrade por conhecer os estudos folclóricos produzidos na Argentina. Apoiada em sólida pesquisa documental, Artundo afirma que a Argentina se materializou como um espaço privilegiado de reflexão para o escritor brasileiro, a ponto de sua aproximação com aquele país e suas problemáticas ter influenciado “seu próprio desenvolvimento intelectual” (2014, p. 18).

Contudo, a partir de 1945 em diante e especialmente depois da vitória peronista de 1946, a tônica cultural passou a conviver com um interesse e uma preocupação cada vez mais intensos pela política, expressos pelos intelectuais que se propuseram a pensar a Argentina. Portanto, a política, convertida em tema transversalizado, irradiará múltiplas perspectivas sobre o grande país do Prata.

Impressões sobre a Argentina

Uma relevante produção acadêmica tem lançado nova luz sobre as relações argentino-brasileiras no decênio de 1940. Os personagens analisados compõem um conjunto heterogêneo de personalidades do universo cultural do Brasil, comporta indivíduos de diferentes orientações artísticas e políticas, como os já citados Gilberto Freyre e Mário de Andrade, além de Monteiro Lobato, o casal Lídia Besouchet e Newton Freitas, e alguns intelectuais que frequentaram as páginas do jornal carioca *A Manhã*, órgão oficial do governo de Getúlio Vargas, principalmente Menotti del Picchia. Alguns deles, como Mário de Andrade e Monteiro Lobato, contavam com uma larga trajetória de diálogo com a Argentina; outros, como Besouchet e Freitas, só estabeleceram contato com o universo cultural portenho durante seu exílio.

Também foram produzidas importantes contribuições no campo dos estudos literários em relação ao lugar estratégico dos intelectuais como mediadores no intercâmbio cultural entre Argentina e Brasil durante as primeiras décadas do século XX. São trabalhos que se voltam sobre fontes primárias como a surgida da relação epistolar entre autores, editores, críticos, tradutores; bem como sobre publicações periódicas e editoriais. As teses de doutorado de Maria Paula Gurgel Ribeiro (2008) e Thaís de Mattos Albieri (2009) são exemplos de como essas perspectivas tem atraído o interesse dos pesquisadores. As duas autoras tomaram como objeto de estudo as relações que Monteiro Lobato estabeleceu com a Argentina em um lapso de quase trinta anos. O criador de *Jeca Tatu* promoveu todo um esforço para concretizar um diálogo intelectual entre ambos países, projeto que encontrou entusiasmados interlocutores no escritor e editor Manuel Gálvez, e no tradutor e também editor Ramón Prieto.

De acordo com as investigadoras, é possível concluir que o que interessou a Lobato foi a Argentina leitora, com seu mercado literário, suas modernas revistas de cultura, suas casas editoriais e seu comércio popular de livros. São raros os textos nos quais o escritor paulista fala da Argentina sem mencionar esses temas que, sem dúvida, são os que cativam sua atenção. Orientado por esse mote, se expressava da seguinte maneira em uma nota publicada na *Revista do Brasil* (da qual era proprietário e diretor) como em uma carta dirigida ao amigo e também escritor Godofredo Rangel, citada em seguida:

Há um ponto em que a superioridade da Argentina sobre o Brasil é indiscutível: nas suas revistas. Tem-nas ótimas, prósperas e em melhoria crescente. Porque não havemos nós de conseguir o mesmo? (apud RIBEIRO, 2008, p. 55).

Entre as coisas futuras projetadas [para a Empresa Editora *Revista do Brasil*] está uma seção argentina, para lançar coisas nossas, traduzidas, no mercado de língua espanhola, que é grande. Estamos estudando a nossa associação com a Cooperativa Editorial Argentina e uma agência de publicidade [...]. Ora, tudo isto para te dizer que podemos lançar também lá a tua *Vida Ociosa*. Ao mesmo tempo aqui e em Buenos Aires. E este fato forçará aqui a atenção do público (apud RIBEIRO, p. 61-62).

Esta última frase da carta de Lobato a Rangel lembra o que em certa ocasião disse Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*, ao tradutor Benjamín de Garay: “Não é interessante que um livro escrito em S. Paulo ou no Rio precise ir a Buenos Aires e passe a outra língua para ser lido em Alagoas?” (RAMOS apud MAIA, 2008, p. 26). Será essa lucidez empreendedora acerca das limitações do sistema de distribuição de livros no Brasil que impulsionará o escritor brasileiro, com sua “iluminação precursora” como designa Pagano (2000, p. 20) a atitude pioneira de Lobato, a estabelecer e a intensificar parcerias com editores, tradutores e literatos argentinos num fluxo praticamente ininterrupto desde fins da década de 1910 até 1948, ano de sua morte, porque via “que aquele país constituía o grande distribuidor de livros para toda a América Hispânica” (SOARES, 2007, p. 215).

Portanto, o mais alfabetizado dos países da América Latina daquele tempo exerceria uma forte influência sobre Monteiro Lobato e seus projetos culturais, principalmente pelo fato de o amplo público leitor existente do outro lado da fronteira ter se formado não só pela escolarização, como também pelo impulso da indústria editorial e de periódicos (SOARES, 2007, p. 131), que se expandiu e modernizou a partir de 1920 (DE DIEGO, 2006, p. 63), exatamente quando Lobato abraçou o ofício e o desafio de ser editor. Por meio desse contato, quis entender como a Argentina estruturava com sucesso o seu mercado livreiro, quis explorar as mesmas possibilidades de democratizar a leitura no Brasil e, sobretudo, quis ser publicado e lido em espanhol, o que conseguiu com grandioso êxito.

O entusiasmo que Monteiro Lobato demonstrava pela Argentina nos anos 1920 não desapareceu nas décadas posteriores; na realidade, sua admiração por aquele país pareceu intensificar-se. Não era para menos. Sendo já um sexagenário podia dizer, sem falsa modéstia e ainda no auge da fama, que praticamente toda sua obra havia sido traduzida ao castelhano e que, fruto dos vínculos editoriais e afetivos que construía naquele país ao largo dos anos, agora era um dos autores brasileiros de maior circulação no mercado editorial de língua espanhola, sobretudo por sua literatura infantil. O grande salto – passou de cinco textos traduzidos ao espanhol entre 1921 e 1938, para aproximadamente 23 livros entre 1943 e 1947 (SORÁ, 2003) – em grande medida, ocorreu não só por estreitar contatos com editores e tradutores durante o referido período, mas particularmente como consequência do exílio, que o levou a viver em Buenos Aires em junho de 1946. Seu biógrafo, Edgard Cavalheiro, afirma que “os primeiros meses do brasileiro em Buenos Aires [foram] de ‘puro encantamento’” (apud ALBIERI, 2009, p. 258).

A acolhedora recepção em terras portenhas o transformou no centro de efusivas homenagens. Lobato foi exibido pelas autoridades do governo peronista “como un valioso trofeo de la causa

de la integración americana” (GARCÍA, 2015, p. 177). Por sua parte, o autor brasileiro soube retribuir publicando, sob o pseudônimo de Manuel P. García, seu único livro escrito originalmente em espanhol: *La Nueva Argentina*. O conteúdo era explicitamente favorável à política peronista e, após uma pequena tiragem de estreia pela Editorial Acteón (da qual Lobato era sócio fundador), negociou com o governo a edição e venda em larga escala, servindo como um instrumento de propaganda oficial. O livro, dirigido ao público infantil, “afirmaba rotundamente la supremacia argentina en América del Sur en función de su nuevo programa político” (GARCÍA, 2015, p. 177). De algum modo, o projeto de preparar uma obra nos moldes do que foi *La Nueva Argentina* parecia já estar presente nas intenções de Lobato tão logo se instalou no país que só conhecia a distância. É o que sugere sua resposta a um jornalista local quando lhe perguntou: “¿Qué proyectos trae?”

Primero, ambientarme física y intelectualmente, en el sentido de conocer las letras y las artes de este país. Estoy leyendo los libros argentinos fundamentales, como Martín Fierro, Don Segundo Sombra y también la producción de los grandes autores de la hora cuyas obras me habrán de explicar la realidad argentina [...] Posiblemente escriba libros infantiles basados en asuntos de ese país. Pero no sé, no sé todavía... (apud RIBEIRO, 2008, p. 183).

Ao contrário da maioria dos intelectuais brasileiros antigetulistas, a férrea oposição de Monteiro Lobato ao governo de Vargas (que lhe custou a liberdade em duas ocasiões) não o converteu em um antiperonista convicto. E se não era um adepto confesso do governo de Perón, suas simpatias eram óbvias. O fato de aquele regime ter sido acusado de autoritário, e inclusive de totalitário, pela maior parte da intelectualidade argentina da época, não afetou a imagem positiva que o escritor tinha do país, em especial, porque como testemunha aprovou o sopro de prosperidade que Perón injetava na sociedade argentina, com nítidos avanços na área social e econômica (DEVOTO; FAUSTO, 2008).

Menos impressionados, ou mais resistentes em reconhecer as transformações sociais que o governo Perón obrava no país, estavam Newton Freitas e Lúcia Besouchet. O casal vivia em Buenos Aires desde 1938. No Brasil, os dois escritores haviam atuado na oposição a Vargas a partir da militância comunista e, nessas condições, enfrentaram a dura repressão do governo. Quando chegaram a capital argentina, a situação no Brasil já estava definida: o presidente Getúlio Vargas havia suspenso a normalidade institucional e decretado o regime da ditadura. Sem perspectivas de um retorno próximo, o casal se radicou no país vizinho.³⁵

Com enfoque no estudo da mediação e produção cultural, Livia de Azevedo Silveira Rangel (2016) analisou a trajetória do casal ao longo do período em que viveram exilados na Argentina. Conforme a autora, Freitas e Besouchet moraram por doze anos em Buenos Aires (1938-1950), onde desempenharam intensa atividade intelectual. Associados a uma ampla rede de contatos (literários, jornalísticos, editoriais), dedicaram-se, a maior parte do tempo, a promover a cultura brasileira, por

³⁵ Não foram os únicos brasileiros daquela geração a buscar refúgio político no Rio da Prata. O Uruguai e a Argentina, naquele período, receberam um grande fluxo de brasileiros exilados de 1937 (OLIVEIRA, 2013). Outros regimes autoritários da América Latina e, principalmente, os conflitos da Guerra Civil na Espanha, o franquismo e a Segunda Guerra Mundial também produziram suas levas de exilados, e parte deles encontrou na Argentina um destino.

meio de uma produção própria – especialmente de crítica literária –, mas igualmente por meio de trabalhos de tradução e edição (mediando a publicação de autores brasileiros no mercado de livros argentino, como Mário de Andrade, José Lins do Rego, Orígenes Lessa, Rachel de Queiroz), ações que os transformaram em importantes agentes de aproximação cultural entre os dois países durante a década de 1940.

Num primeiro momento, Besouchet e Freitas nutriram opiniões de sincero otimismo em relação ao país de acolhida. A capital, onde viveram por uma década, fora traduzida como um lugar excepcional, cujas primeiras impressões foram seguramente de deslumbramento. Buenos Aires era “cosmopolita”, “universal”, “fantástica”, “generosa”, “a terra prometida”, “a imensa cidade-pampa”, onde esperavam encontrar as oportunidades necessárias para exercerem o ofício de escritores. No entanto, um corte preciso separava o que tinha representado para eles a Argentina antes e depois de Perón. Isso porque ambos estavam alinhados ao que o historiador Eduardo Jozami (2009) chamou de “hegemonia antiperonista” no campo intelectual. Segundo o autor, entre 1946 e 1955 havia imperado um consenso político entre artistas, jornalistas e escritores argentinos que os levava a adotar uma postura majoritária de oposição ao líder justicialista. Na realidade, era mais que isso: parte da identidade de ser um “intelectual” no país dos primeiros governos de Perón exigia uma identificação com a linha antiperonista (2009, p. 177). Entrosados com intelectuais politicamente filiados ao pensamento liberal e de esquerda (os mais enfáticos adversários de Perón), o casal assimilava o fato de um dia ter sido antivarguista e antifascista com o de assumir o antiperonismo como posicionamento crítico naquelas circunstâncias.

Sobre o período considerado “primeiro exílio”, Freitas o qualificou como sendo uma “fase particularmente alegre” de suas vidas, como a “que historicamente poderíamos chamar da Argentina-antes-de-Perón”. Essa “época inquieta e irrepetível”, como afirma Emilia de Zuleta (1983: 158), “sólo posible en un lugar y un tiempo: la Buenos Aires de los primeros años de la década de cuarenta”, aparece descrita pelo brasileiro da seguinte maneira:

Corriam os anos de 1939 [...] e Buenos Aires permanecia ainda como uma espécie de oásis, dentro daquele compasso de espera “neutralista” que presidia a entrada em cena desse gordo e grotesco demagogo que se chamou Domingo Peron. Vivíamos intensamente aquele intermezzo post-revolução espanhola, entre a guerra europeia e a ascensão das ditaduras sul-americanas. [...] todos os que intentaram permanecer livres, iam caindo como moscas na fantástica cidade de Buenos Aires. A imensa cidade-pampa aceitava tudo, acolhia todos, assimilava tudo. E nós, [...] fomos, pouco a pouco nos conhecendo uns aos outros. Espanhóis, franceses, paraguaios, brasileiros, bolivianos... Os grupos foram se fortalecendo [...] às expensas da inesgotável generosidade da Republica Argentina. As ilhas democráticas, liberais, esquerdistas, revolucionarias começavam a viver dos mecenatos das Victoria Ocampo, dos Oliverio Girondo... e dos redutos defensores das ideias progressistas (FREITAS apud RANGEL, 2016).

Com efeito, havia um clima de confraternização intelectual, de entroncamento de ideias, que contribuiu para que a capital argentina se convertesse em um lugar de encontros de escritores,

artistas plásticos, poetas e tradutores. Contudo, Newton Freitas excede ao apresentar as condições de vida para um exilado em Buenos Aires como absolutamente abertas e receptivas.³⁶ Apesar das hipérboles, importante entender que Freitas falava desde um ponto de vista que Beatriz Sarlo (2011) ressaltou como a “outra Argentina”, aquela da indústria cultural, das grandes empresas editoriais, dos periódicos literários, dos teatros, livrarias e cafés, constituindo sua outra face a “Argentina reacionária e antimoderna”, sustentada pelo Estado, a Igreja e o Governo. Ainda que frequentemente se chocassem, as duas Argentinias existiam paralelas, como mundos opostos e, em princípio, “intocáveis”.

Durante algum tempo, Lídia Besouchet e Newton Freitas desfrutaram não só da possibilidade de permanecer no país como também de poder contar com um espaço para a criação ensaística e literária. Publicaram dezenas de livros e artigos, transitando por temas que privilegiavam o Brasil como centro de reflexão, como uma forma de divulgar a literatura, a história e as artes brasileiras na Argentina. De 1939 a 1945, lançaram cerca de 26 livros, editados originalmente em espanhol, entre romances, biografias, livros de contos, traduções, coletâneas e prefácios (RANGEL, 2016). Dentro desse volume de publicações, dedicaram três livros para discutir a relação entre Argentina e Brasil: *Mauá en el Río de La Plata* (autoria de Lídia Besouchet, publicado em 1942 pela Colección Problemas Americanos)³⁷; *Las relaciones comerciales argentino-brasileñas a través de un siglo* (1940) e *Brasil-Argentina: breve esbozo histórico-comercial* (1942), ambos de Newton Freitas. Em 1949, Besouchet também escreveu *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. A exceção de *Mauá* (resultado de um trabalho de investigação histórica de Besouchet), os outros três títulos foram escritos por encomenda e financiados pelo governo brasileiro, com recursos destinados à política de cooperação internacional implementada oficialmente pelo Brasil em relação à Argentina, por meio da Embaixada e de outros órgãos governamentais.

Além dessas publicações de cunho mais oficial, frequentemente o casal recebia convites para colaborar com a imprensa brasileira com artigos sobre a Argentina. Assim, escreveram para diários de grande circulação do Rio de Janeiro, como O Jornal, de Assis Chateaubriand e Diário de Notícias, periódico liberal e opositor ao regime de Vargas. Sobretudo, ocuparam-se de temas relacionados com as artes e a literatura. Devido ao controle estatal sobre os meios de comunicação, praticamente não abordaram pautas políticas. Em “O negro no Rio da Prata”, Freitas oferece outra visão sobre a Argentina, delimitada pela questão étnico-racial:

³⁶ A Argentina conservadora era efetivamente hostil à acolhida de exilados. Sua intenção era aumentar os mecanismos de controle para restringir o ingresso dos “elementos politicamente indesejáveis” (QUINTEROS, 2008), caminho oposto ao tomado por México, por exemplo, que abriu suas portas e ofereceu possibilidades para a entrada massiva de espanhóis derrotados da Guerra Civil. No entanto, e apesar de o governo argentino ter optado por uma política restritiva, desde o começo do conflito, a sociedade civil se mobilizou em solidariedade aos republicanos, o que foi crucial para que sucessivos grupos de expatriados, chegados da Espanha como de outras partes, geralmente de forma ilegal, pudessem entrar no país (SCHWARZSTEIN, 2001).

³⁷ Colección Problemas Americanos: projeto que Lídia e Newton idealizaram e cuja realização foi patrocinada pelo Escritório Comercial do Brasil em Buenos Aires, órgão em que Lídia havia sido recentemente admitida como funcionária. Newton dirigiu esta coleção por três anos. Lídia também esteve envolvida com a tarefa. Além dos dois livros citados, mais quinze títulos seriam lançados entre os anos de 1941 e 1943, a maioria de autores brasileiros. Durante este período, nomes consagrados como os de Mário de Andrade, Jayme de Barros, Gilberto Freyre, Astrojildo Pereira, Afonso Arinos, Sergio Milliet, além do argentino Eduardo Mallea e do paraguaio Natalicio González apareceriam na coleção.

A primeira coisa que chama a atenção dos brasileiros que chegam ao Rio da Prata é a quase ausência do elemento negro na população. Conhecendo-se o volume das entradas de africanos nos séculos passados [...], parece-nos estranho que todo esse elemento se haja diluído na massa da população branca. A absorção não parece ter sido a única causa do desaparecimento do negro nos países do Rio da Prata [...]: a principal causa parece ter sido sua inadaptabilidade ao meio físico. [...] Tudo parece indicar que as antigas nações negras se apagaram insensivelmente por falta de vitalidade biológica. [...] Dos negros do Rio da Prata, restam naturalmente sobrevivências [...]. Porém, de uma certa maneira, essas sobrevivências são relativamente pequenas, comparadas com outros países, especialmente o Brasil (O Jornal, 8 de novembro de 1942).

Ao contrário das opiniões positivas que haviam predominado no início do século XX entre os intelectuais brasileiros a respeito da “superioridade racial” argentina, justificada pela entrada massiva de imigrantes europeus e pela proclamada ausência de negros naquela sociedade, o debate que começou a surgir durante a década de 1930, com o qual Freitas dialogava, retomava os mesmos argumentos deterministas das teorias raciais, mas com fins opostos: agora se tratava de demonstrar a decadência e os prejuízos culturais de uma nação supostamente homogênea. Os aspectos negativos da supressão do negro na formação da identidade argentina são sutilmente introduzidos por Freitas nas explicações que dá sobre o fenômeno, ideias que constrói mantendo o “Brasil mestiço” no horizonte como o exemplo bem sucedido de uma nação que reagiu ao atraso por meio de um projeto nacional orientado para a integração da diversidade.

Descartados os argumentos eugenistas de “embranquecimento” da nação, abundantemente utilizados pela elite intelectual do Brasil para elogiar a Argentina em período anterior a década de 1930, começa a ganhar relevância o discurso da mestiçagem que, em seus propósitos político-ideológicos, serviu para valorizar a cultura popular e para buscar um novo modelo de autenticidade nacional. Do ponto de vista de Freitas, essa autenticidade nacional estava em crise na literatura argentina da década de 1940, porque “o cosmopolitismo e o progresso” não foram capazes de manter vivas as “mais pessoais expressões populares” daquele país: o campo, o tango, o *gaucho-criollo*.

Em um artigo anterior, publicado no mesmo periódico com o título “O Pampa e o Porto”, Freitas retomou os binômios “campo/cidade”, “civilização/barbárie” para discutir a Argentina em sua expressão literária. Para isso, buscou referências nas manifestações e projetos culturais do Brasil, comparando-as com a demarcada inércia do movimento literário argentino que seria, segundo seu entendimento, a causa responsável da imposição de sérios obstáculos para o resgate das raízes da nacionalidade daquele país:

O que a Argentina apresentou de mais fundamental na sua literatura foi durante o período de 1920 a 1930 [...]. Este período assinala o ápice da cultura argentina [...]. Até então, a cidade se dividia entre o porto e o pampa. No porto, os marinheiros, os “compadritos”, a prostituição; no campo, o estancieiro, a peonada, a moral rígida. Entre estes dois extremos, uma classe cosmopolita se ia formando, absorvendo o elemento “criollo” [...]. Terminada essa fase, a literatura argentina (a exceção de Martinez Estrada), não apresentou nada de novo. [...] Estancaram suas fontes mais puras de inspiração novelesca, com a decadência do elemento “gauchesco” e com a absorção do campo pela cidade [...]. A geração literária que desponta traz consigo este problema: interpretar a cidade [...] e o campo, a tradição, que nada tem que ver com o cosmopolitismo e o progresso nacional (O Jornal, 23 de agosto de 1942).

O desafio que a nova geração de literatos e ensaístas argentinos deveria enfrentar na busca pela “argentinidade”, pela expressão mais pura e original da identidade nacional, os intelectuais brasileiros aparentavam já tê-lo superado, ou ao menos é provável que Freitas tivesse essa ideia em mente, adotando como medida implícita de comparação o romance regionalista, que era recebida com uma cálida acolhida no círculo intelectual argentino, com a tradução de autores de várias correntes, como Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e ainda, no estudo sociológico, Gilberto Freyre (SORÁ, 2003).

Compreendendo o valor que a literatura produzida pelos “romancistas da geração de 1930” adquiria na Argentina, Freitas a projetou em sua crítica para elaborar uma visão problematizadora da literatura do país vizinho que, de acordo com o que expunha, existia em contraste com o que se realizava no Brasil até aquele momento: uma literatura que, “exprim[indo] o povo em suas características mais penetrantes”, se propunha a servir de instrumento de integração do país. Os escritores argentinos pecavam por não continuar aprofundando a busca por esses elementos originais de sua cultura, opinião que teria condicionado Freitas a interpretar que a literatura argentina enfrentava uma fase de estagnação, enquanto que o campo literário brasileiro vivia um período inventivo e dinâmico.

Em Buenos Aires, Freitas estava em contato com diferentes correntes de pensamento; portanto, tinha consciência de “que o ideário nacionalista argentino imprimia um significado muito diferente do manifestado no Brasil” (BEIRED, 1999, p. 221). Tanto é assim que, ao se referir à cultura argentina, fala de um “resgate” e não de um sentido de “descoberta”, condizente com a questão nacional brasileira. O historiador José Luís Beired, em um estudo comparativo sobre a produção ideológica dos intelectuais de direita no Brasil e na Argentina, entre 1914 e 1945, explica a que se devia tão “notável assimetria” a respeito da construção da identidade nacional nos dois países:

Enquanto a nação brasileira era representada como algo incompleto, cuja conclusão estava projetada no futuro, a nação argentina era encarada como uma entidade cujos elementos formadores já estavam dados no passado [...]. A imagem da Argentina era a de um país outrora glorioso que adentrara num ciclo de decadência [...]. [Assim,], enquanto a identidade nacional argentina era apresentada como extensão direta [...] da Espanha, os intelectuais brasileiros privilegiavam a [...] particularidade da nacionalidade brasileira [...], de modo que a nação não era um reflexo da civilização europeia, mas um fenômeno original, com grande dose de autonomia histórica e cultural (1999, p. 227-228).

O mesmo propósito comparativo levou Lúcia Besouchet a escrever sobre a produção literária argentina, em artigo publicado na revista paulistana *Planalto*. As preocupações e perspectivas abordadas pela autora são semelhantes às discutidas por Freitas, se bem que sua preocupação estava dirigida aos intelectuais brasileiros. Interessada em mostrar ao público de seu país o essencial da obra do escritor Benito Lynch, aclamado por seu estilo realista e de coloração regional, Besouchet fez alarde do fato de o romancista rioplatense ter sido praticamente ignorado pelos que vieram depois de 1930 e “começaram a renovar o modo de pensar e de escrever no Brasil”, o que ficava ainda mais

evidente conforme constatava a importância dada ao escritor argentino pela “geração de Lobato”, que transformou a Revista do Brasil em um veículo de aproximação com a Argentina.

O texto, intitulado “O pampa e sua maior expressão literária”, era parte de uma série de colaborações do casal para a revista Planalto, fundada em maio de 1941 por um grupo de intelectuais de diferentes vinculações com o movimento modernista. Em poucos meses de estreia, o periódico passou a receber assiduamente artigos assinados pelos dois escritores, publicados na seção “Cartas do Rio da Prata”³⁸. No total, foram onze contribuições durante os onze meses em que existiu o quinzenário cultural. Embora variassem, em geral, os assuntos abordados pelo casal estavam relacionados com o movimento literário argentino, apresentados por meio do perfil de alguns poetas, romancistas e dramaturgos como: María de Villarino, Norah Lange, Eduardo Mallea e Samuel Eichelbaum.

Até 1945, Besouchet e Freitas coincidiram em emitir opiniões otimistas a respeito da Argentina. No entanto, a partir da ascensão de Perón e do desencanto político que sua vitória significou, o casal foi deixando de escrever sobre assuntos vinculados aquele país. Embora tenham permanecido em Buenos Aires por mais cinco anos e, portanto, vivido, presenciado e participado do enfrentamento da maioria dos intelectuais com o Estado durante o primeiro governo de Perón, a partir daquele momento – talvez justamente por essa razão –, não encontramos em seus textos novas referências diretas ao país que os acolhera no exílio (RANGEL, 2016). O silêncio tem a ver com as próprias dificuldades enfrentadas pelo casal no contexto das pressões e restrições impostas pelo governo à cultura, que afetavam o mundo das letras de um modo geral.

A atitude oficial de Perón diante das manifestações culturais de oposição foi, de certo modo, permissiva; mas o fato de o regime ter se apropriado dos meios de comunicação de massa (rádios, revistas e jornais), além dos teatros e das universidades, “provocou o estreitamento dos territórios nos quais se poderia realizar, profissionalmente,” escritores, artistas e cientistas (CAPELATO, 2009, p. 127), o que os empurrou a buscar melhores condições de trabalho fora do país. Nessa fase, diminuiu consideravelmente o número de artigos publicados pelo casal na imprensa argentina, reduzidos apenas às páginas do suplemento cultural de *La Nación*³⁹. Caiu também de maneira significativa o volume de livros que conseguiram lançar por editoras daquele país. Novamente pressionados pelas condições políticas, o casal deixou a Argentina em 1950.

³⁸ Vale mencionar que “Cartas do Rio da Prata” não foi o único espaço da revista Planalto dedicado a refletir sobre as manifestações culturais latino-americanas. A professora e crítica de arte Aracy Amaral (2006), bastante interessada em entender as relações culturais do Brasil com o restante da América e do mundo, afirma que no pouco tempo em que funcionou, Planalto promoveu um intenso intercâmbio cultural com a Hispano-américa. Contava em suas páginas não só com a presença de colaboradores de outras nacionalidades vizinhas como era frequente a divulgação de livros publicados por autores latino-americanos. Além disso, a revista possuía um sistema de distribuição que permitia que seus exemplares circulassem por diferentes países do continente, contribuindo para que o sentido americanista se concretizasse não só em função do conteúdo, como também de seu alcance.

³⁹ O suplemento cultural do diário *La Nación*, durante esse período, foi dirigido por Eduardo Mallea, escritor que também integrava o grupo da revista *Sur*. Ambas as publicações, embora opositoras a Perón, continuaram exercendo grande influência no campo intelectual argentino no decorrer do regime peronista, como importantes núcleos de consagração literária. De acordo com Eduardo Jozami, “el precio que tuvieron que pagar por ello fue evitar las referencias políticas directas y cualquier enfrentamiento con el gobierno” (2009, p. 180).

Um bom exemplo de como a subida de Perón ao poder impactou as representações elaboradas por escritores e artistas brasileiros sobre a Argentina pode ser constatado nas declarações feitas por José Lins do Rego em duas ocasiões. A primeira, em 1943, quando visitou Uruguai e Argentina em missão cultural; a segunda, em 1949, quando anunciou o regresso do amigo Newton Freitas ao Brasil, após doze anos de exílio na cidade portenha, em uma nota na imprensa. Se em 1943 o autor de *Menino de Engenho*, que havia viajado em caráter oficial para difundir a imagem do Brasil nos países vizinhos, não poupou elogios aos literatos argentinos pelo interesse demonstrado pela narrativa brasileira, seis anos depois, a boa impressão causada pelo encontro com a nata da intelectualidade argentina parecia esquecida. Do primeiro contato, registrou:

Há um interesse formidável pela [literatura brasileira na Argentina], não só moderna, como também a nossa literatura clássica. E um reflexo desse prestígio está no trabalho de divulgação das editoras. Atualmente “Dom Casmurro” está fazendo grande sucesso [...]. Quatro livros meus vão ser traduzidos, inclusive “Fogo Morto” [...]. Para tal já entrei em entendimentos com os editores argentinos (*Diário Carioca*, 10 de novembro de 1943).

Impressiona como a crítica contrária, que emerge de suas palavras anos mais tarde, aparenta ser motivada não por uma mudança técnica, de análise e observação, mas por contrariedade política, pelo modo depreciativo de ver a experiência populista na Argentina:

A gente literária de Buenos Aires é a mais indiferente ao que existe em literatura na América do Sul. O homem de letras da grande cidade vive da Europa, nos melhores contatos com os centros de cultura do ocidente. Nós outros não passamos de exóticos, de curiosidade excitante [...]. O homem de letras da Argentina é um europeu da cabeça aos pés. Por isto, talvez, é que a demagogia criolla de Perón é tão popular. Vê-se em Perón um homem da terra, como foi Rosas. E assim o mais grosseiro erro assume a figura de uma coisa legítima (*O Jornal*, 09 de fevereiro de 1949).

O triunfo do peronismo desencadeou uma onda de reações entre os intelectuais brasileiros. Por um lado, estavam os que menosprezavam Perón apaixonadamente; por outro, os que o admiravam com fervor. Também havia os que, abdicando dos dois extremos, assumiram claras posições a respeito de sua liderança política. De um modo geral, as duas tendências principais costumavam estar relacionadas, no Brasil, com a imanência da figura de Vargas no imaginário intelectual. Identificar a filiação política que tiveram durante o Estado Novo aqueles que publicaram textos simpáticos ou combativos ao governo de Perón, não define, mas ajuda a compreender as bases ideológicas e de pensamento que sustentaram as diferentes posturas. Os que conciliavam o discurso com a corrente antiperonista, na maioria dos casos, foram os mesmos que confrontaram Getúlio Vargas em seu regime autoritário, tanto de dentro do governo como a partir de franca oposição. Já aqueles que expressaram sintonia com as opiniões favoráveis ao presidente argentino, quase sempre, provinham de trajetórias de explícita aliança com a ditadura getulista.

Na imprensa brasileira do período da redemocratização (1946-1951), as vozes de personalidades ligadas às letras e às artes que apoiavam o peronismo eram minoritárias. O caso do escritor Menotti del Picchia é um raro exemplo, se comparado com o número expressivamente maior de

intelectuais que se declararam críticos contundentes da Argentina peronista. Em entrevista ao diário *Jornal de Notícias*, da cidade de São Paulo, declarou que a Argentina era um país “visceralmente democrático”. Intelectual vinculado ao grupo “Verde-Amarelo”⁴⁰, vertente conservadora do movimento modernista, aliado de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, Menotti del Picchia produziu um relato sintomático do clima polêmico que rodeava as referências ao país vizinho. Elogiando o espírito livre daquele povo, foi evasivo ao se referir a um aspecto: o governo de Juan D. Perón.

Circunstâncias quase espetaculares puseram-me na Argentina, frente a frente com seu vibrante espírito democrático e libertário. Eles lá, como nós aqui, querem liberdade como condição de vida. Apesar do que se possa dizer ou pensar do povo platino, o certo é que ele é substancialmente democrático e qualquer regime que possa restringir aquelas franquias que Rivadavia, Alberdi, Mitre, Sarmiento lhe asseguraram [...] tem, de parte do povo, instantâneo repúdio.

- Acha, então, que o “peronismo” não encontra clima no país vizinho?

A mim não me interessa “peronismo” ou quaisquer outros fenômenos universalmente peculiares ao momento [...]. O que me preocupou foi auscultar o verdadeiro sentido nacional e esse é visceralmente democrático (*Jornal de Notícias*, 08 de agosto de 1947).

Com o pretexto de enxergar a “alma” do povo argentino, de identificar sua essência, o escritor recém-chegado de uma viagem a Buenos Aires, onde havia participado do Congresso de Editores e Livreiros, poupou análises à situação política da Argentina, direcionando a conversa para temas literários sobre os quais se estendeu em comentários e críticas. A manobra de Menotti del Picchia pode ser interpretada como um indício de simpatia por Perón e seu governo de base popular e nacionalista. Afinal, atrelar a palavra “democracia” à Argentina daquele período, no marco das perspectivas ideológicas da época, é praticamente um atestado de adesão às diretrizes do peronismo. No entanto, devido às ambiguidades de seu discurso, não podemos afirmar que o varguismo do escritor o tenha convertido em um intelectual peronista; ainda que de acordo com o sentido implícito em suas palavras pareça muito mais inclinado a oferecer uma opinião crítica maleável sobre o governo de Perón do que estava disposto a fazê-lo outro poeta e escritor paulista, Jamil Almansur Haddad, quando também deu uma declaração ao *Jornal de Notícias* poucos meses depois:

Para um escritor em viagem de observação por país como a Argentina, as perspectivas são desalentadoras. Realmente, o peronismo como todas as ditaduras é um regime contra a cultura [...]. O peronismo é uma ditadura e a pior de todas porque procura disfarçar-se sob a máscara da legalidade. Não consegue ocultar as suas raízes fascistas, nazistas, falangistas, clericais [...]. A cultura não pode medrar fora de um clima de liberdade. O amordaçamento da imprensa acovarda os escritores [...]. Toda a ditadura castra mentalmente (*Jornal de Notícias*, 28 de março de 1948).

Haddad também retornava de uma viagem à Argentina e, no entanto, suas impressões foram quase completamente opostas as de seu conterrâneo. Viu ditadura e censura onde Menotti del

⁴⁰ Após a Semana de Arte Moderna de 1922, marco da renovação estética brasileira, os artistas de vanguarda formaram grupos com diferentes interpretações acerca do que significava o elemento nacional. Surgiram quatro vertentes com o propósito de sistematizar os novos ideais estéticos e se declararam por meio de manifestos, foram eles: o Manifesto do Pau-Brasil (1924); Manifesto Regionalista (1926); Manifesto da Antropofagia (1929) e Manifesto Verde-Amarelo (1929). Consultar: Alfredo Bosi (2006)

Picchia viu democracia e liberdade. Tal discrepância, no mínimo, revela divergências ideológicas de natureza já mencionada, pois Jamil Haddad havia entoado o coro de intelectuais opositores ao regime de Getúlio Vargas durante sua fase de maior autoritarismo.

Durante os anos de pós-guerra, sobretudo devido à orientação da política externa do general Perón, Argentina foi vista por diferentes segmentos da sociedade brasileira como uma nação ameaçadora. Havia um interesse vigilante pelas notícias que chegavam do poderoso país do Prata, e o Brasil oscilava entre relações cordiais e problemáticas mantidas com a nação argentina (SANTOS, 2012). Na maioria das vezes, ao largo desse período, as notícias que circulavam sobre a Argentina e o peronismo na imprensa brasileira abusavam das representações negativas, acirrando as rivalidades. Com a eleição de Vargas em 1951, e a reeleição de Perón um ano depois, se consolidava uma conjuntura que levaria aos intelectuais a inflamarem ainda mais o discurso virulento a respeito da Argentina, com Vargas e Perón acusados categoricamente de cúmplices ideológicos, a perpetuar suas ditaduras na América do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Thaís de Mattos. *São Paulo-Buenos Aires: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina*. 2009. 328f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- AMARAL, Aracy A. *Textos do Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios*. Vol. 1: modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- ANTELO, Raúl. *Na Ilha de Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAMARGO, Aspásia. “Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *Novos Estudos*, n. 4, p. 27-26, abril de 1984.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.
- CROCE, Marcela. “Intelectuales argentinos y brasileños: simetrías y variantes”. In: *El Matadero. Revista crítica de literatura argentina*, Buenos Aires, Segunda Época, n. 5, p. 63-73, 2007.
- DE DIEGO, José Luis (dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: F.C.E., 2006.
- DE ZULETA, Emilia. *Relaciones literarias entre España y la Argentina*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília:

- Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- GARCÍA, María Amalia. “Vanguardia en doble página. Intervenciones del invencionismo argentino en la revista Joaquim”. In. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 61, p. 159-182, 2015.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- JOZAMI, Eduardo. “El peronismo y la conformación del campo intelectual en la Argentina”. In. PRADO, Maria Ligia (Coord.). *Vargas & Perón: aproximações e perspectivas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.
- KLINGER, Diana Irene. “Os intelectuais e o Estado: a experiência do peronismo e do Estado Novo”. In. *Itinerários*, Araraquara, n. 22, p. 103-113, 2004.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- LUNA, Félix. *El 45: crónica de un año decisivo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1971.
- MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Bahia: EDUFBA, 2008.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas. Imprensa e Intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 331f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- PAGANO, Adriana Silvina. “‘Uma coisa chamada livros’: traduções e coleções bibliográficas na Argentina e no Brasil de 1930 a 1950”. In. SANTOS, Luis Alberto Brandão; PEREIRA, Maria Antonia (Orgs.). *Trocac culturais na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “Textos brasileiros sobre a Argentina: entre a crítica e a admiração (1840-1920)”. In. *Temas&Matizes* (Unioeste), v.9, n.18, p.31-40, 2010.
- QUINTEROS, Marcela Cristina. *Os olhos da nação. As imagens construídas sobre o estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas (1930-1955)*. Curitiba: Memória, 2008.
- RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lidia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RIBEIRO, Maria Paula Gurgel. *Monteiro Lobato e a Argentina: mediações culturais*. 2008. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas, Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.
- SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. *A construção da ameaça justicialista. Antiperonismo, política e imprensa no Brasil (1945-1955)*. Tesis inédita. Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- SARLO, Beatriz. “As Arxentinas de Seoane”. In. VILLARES, Ramón (Ed.). *Emigrante dun país soñado. Luis Seoane entre Galicia e Arxentina*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Fapesp, 2007.
- SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: memoria y identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2001.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 1987.

9. A COBERTURA DO GOLPE MILITAR NO CHILE (1973) PELO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Adriane Vidal Costa*

A proposta do trabalho é analisar como o jornal *O Estado de S. Paulo (OESP)*⁴¹ – no contexto pós-64, caracterizado pela ditadura militar e censura – noticiou e interpretou o golpe militar no Chile no mês de setembro de 1973. Mostramos como a censura no Brasil pretendeu controlar a imprensa, mais especificamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, restringindo sua liberdade de informação no tocante ao golpe chileno, e, ao mesmo tempo, compreender como o jornal criou mecanismos próprios para indicar aos leitores que estava sob censura. Analisamos as 30 edições publicadas no mês de setembro de 1973, nas quais o jornal deu cobertura à crise política e econômica que antecedeu ao golpe e aos dias dramáticos transcorridos após a manhã do dia 11 de setembro. A opção em trabalhar com o *OESP* se justifica por ele ter sido um jornal de grande circulação nacional à época, ter tido matérias sobre o golpe militar no Chile proibidas de circular e por ter preservado o material censurado.⁴²

Ao veicular em suas páginas versões da realidade, a imprensa escrita se constitui como um *locus* privilegiado para o estudo da história política contemporânea.⁴³ Cabe ao historiador, ao utilizar a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, identificar sua linha programática e editorial e realizar uma leitura crítica de suas notícias.⁴⁴ A imprensa, no caso os jornais, deve ser analisada considerando sua intencionalidade, parcialidade e subjetividade. Para Héctor Borrat (1989), os jornais, inseridos em contextos de lutas políticas, têm a capacidade de influenciar, afetar e dialogar com governos, partidos políticos, grupos de interesses diversos e, claro, com seu público leitor. Assim, Borrat define a imprensa como um ator político. Na sua percepção, um jornal, como parte de suas estratégias discursivas, seleciona e hierarquiza as informações que são publicadas em suas páginas; opinam e dispensam maior ou menor relevo a determinadas notícias; e ignoram determinados temas. Tudo isso

* Doutora em História pela UFMG (2009). Pós-doutorado em Sociologia pela UNICAMP (2019). Professora Associada do Departamento de História da UFMG. Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) no biênio 2016-2018.

⁴¹ O jornal *Estado de S. Paulo* foi fundado em janeiro de 1875 e levava o nome de *A Província de S. Paulo*. Em janeiro de 1890, após a implantação da República, o jornal recebeu sua atual designação. Sobre a história do jornal ver: CAPELATO; PRADO (1980).

⁴² A censura à imprensa no Brasil, ao longo do regime civil-militar — discutida, em especial, por MARCONI (1980), AQUINO (1999), FICO (2002), SMITH (2000), KUSHNIR (2012) —, foi uma prática que variou tanto no que diz respeito à sua sistematicidade quanto à sua intensidade, mas que, independentemente disso, caracterizou-se como mecanismo de controle social composto por duas dimensões intrínsecas, “saneadora” e “pedagógica”, porém distintas, propostas por Adriana Setemy (2007, p. 1) na “censura saneadora”, o regime militar (des) autorizava os assuntos veiculados na imprensa, por meio de listas de proibições emitidas pelo Ministério de Justiça; 2) na “censura pedagógica”, sugeria-se como alguns temas deveriam ser tratados.

⁴³ Para reflexões teóricas e conceituais sobre a imprensa, ver: CAPELATO e PRADO (1980), KUCINSKI (1998), ABRAMO (2003) GRILLO (2004).

⁴⁴ Ver: DE LUCA (2005), JEANNENEY (1996), CRUZ e PEIXOTO (2007).

de acordo com seu posicionamento político, interesses mais difusos, preferências, convicções dos editores, dos seus proprietários ou de grupos que lhe dão sustentação (econômica ou política). Evidentemente que em contextos em que vigoram um Estado de Exceção, a liberdade de expressão de um jornal é colocada em risco ou anulada. Assim, consideramos o *OESP* agindo como um ator político ao divulgar notícias/interpretações sobre o golpe militar no Chile, inserido em um contexto histórico específico: a ditadura civil-militar no Brasil.

O *OESP* considerou o golpe civil-militar no Brasil uma opção pela defesa da legalidade e da ordem, as manchetes e títulos de matérias veiculadas pelo jornal mostravam seu apoio aos militares: “Empolgou São Paulo a vitória das armas libertadoras”, “Indescritível entusiasmo galvanizou a população paulistana”, “Júbilo no Rio e na capital de Minas com a vitória do movimento pela legalidade” (02/04/64); “Vitorioso o movimento democrático”, “Democratas dominam toda a Nação” (03/04/64) (DIAS, 2010). A grande imprensa no Brasil, incluindo o *OESP*, apoiou o golpe “por sua repulsa pelos rumos que parecia tomar o governo Goulart”. No geral, ela “preferiu os riscos de uma intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização com apoio no Estado, tendência que identificava no governo deposto” em 1964. A grande imprensa era defensora de um “liberalismo pronto a fazer concessões ao autoritarismo” quando lhe convinha, ainda que divergisse da “solução institucional implementada com o AI-5” e fizesse críticas “ocasionais à ditadura militar” que, certamente, variavam de acordo com cada jornal (MOTTA, 2013, p. 67).

Não obstante a posição conspiratória contra João Goulart e as reuniões de Júlio de Mesquita Filho,⁴⁵ o dono do jornal, com os golpistas, o *OESP* teve um censor diariamente em sua redação e viveu a censura prévia entre agosto de 1972 a janeiro 1975. O censor cortava textos inteiros ou somente trechos de matérias que já haviam passado pela edição e diagramação, portanto, já estavam prontas para a publicação. Ao todo, neste período, foram 1.136 matérias censuradas. Entre 29 de março de 1973 e 03 de janeiro de 1975, 21 matérias sobre o Chile foram censuradas (AQUINO, 1999), sendo 13 somente no mês de setembro de 1973, de acordo com nosso levantamento. O governo militar brasileiro apresentou à imprensa,⁴⁶ após o golpe no Chile, as proibições relacionadas diretamente ao golpe de estado naquele país: “críticas à repressão política no Chile; manifestações contrárias ao imperialismo brasileiro, identificando a participação do Brasil no golpe que depôs o presidente Allende; comentários elogiosos ao governo de Salvador Allende; referências à prisão, tortura e desaparecimento de brasileiros exilados no Chile e menções à explosão no escritório da Lan-Chile no Brasil”⁴⁷ (AQUINO, 1999, p. 78).

⁴⁵ Ver entrevista que Júlio de Mesquita Filho concedeu a José Álvaro Moisés (1984, p.26).

⁴⁶ Paolo Marconi (1980, p. 263) transcreveu em seu livro duas proibições enviadas à imprensa, nos dias 11/09 e 14/09, pelas autoridades responsáveis, no que dizia respeito à divulgação de matérias sobre o golpe militar no Chile e de seus desdobramentos: “112 – De ordem superior, recomendo parcimônia nas notícias relativas aos fatos ocorridos no Chile, posição do Presidente Allende e evolução dos acontecimentos naquele país. 11/09; 113 – De ordem superior, recomendo parcimônia nas notícias relativas aos fatos ocorridos no Chile. Fica igualmente proibida divulgação de qualquer notícia tendenciosa acerca de contrarrevolução naquele país. 14/09.”

⁴⁷ O apoio do governo de Médici ao golpe militar no Chile gerou um atentado da Aliança Libertadora Nacional contra as instalações do escritório da linha aérea Lan-Chile no aeroporto do Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1973, resultando em 14 feridos.

Em 11 de setembro de 1973, uma Junta Militar, liderada pelo general Augusto Pinochet, instaurou um violento golpe de estado, derrubando o governo democrático e socialista de Salvador Allende. A coalizão de esquerda Unidade Popular (UP),⁴⁸ pela qual Allende foi eleito presidente em 1970, implementava um projeto socialista no país por vias pacíficas, institucionais e democráticas, conhecido como “via chilena para o socialismo”. Para os militares golpistas e outros setores da sociedade, a via chilena representava um perigo iminente que poderia colocar em risco a ordem capitalista e o poder de certos grupos no cenário político. Para muitos chilenos, o governo de Allende significava o caos e a desordem, por isso o golpe passou a ser visto como algo imprescindível à salvação da nação.⁴⁹ O golpe militar significou a ruptura com a democracia chilena e foi justificado pelos militares como uma necessidade para a instauração da ordem: “[...] o golpe veio com a força que julgou necessária para acalmar os ânimos e impor a ordem. As preocupações da Junta Militar, logo que instalada, foram atingir uma legitimidade que lhe permitisse controlar e manter o poder como também buscar um projeto que redefinisse as bases da sociedade chilena.” (FREDRIGO, 1998, p. 19)

Grosso modo, parte das matérias publicadas no *OESP* provinham de agências internacionais, principalmente da Agence France-Presse (AFP) e da norte-americana Associated Press (AP). Acreditamos que, mesmo divulgando notícias provenientes das agências internacionais, o jornal delineou e expressou suas posições perante o golpe militar no Chile. Afinal, era necessário escolher, organizar e adequar as notícias que chegavam das agências. Outras duas fontes importantes de notícias eram os enviados especiais e os correspondentes. Os dois enviados especiais do *OESP* foram os jornalistas brasileiros Lúcio Flávio Pinto⁵⁰ e Clóvis Rossi⁵¹ que contribuíram com textos que passavam pelo crivo da autocensura.⁵² É perceptível que tomavam certos cuidados sobre o que escreviam e de que forma escreviam, escolhendo palavras e temas mais adequados para relatarem o que ocorria no Chile. O correspondente chileno do *OESP* foi o jornalista Abraham Santibáñez,⁵³ um grande crítico do governo da Unidade Popular e defensor dos militares e do golpe de estado.

⁴⁸ Em 1970, Salvador Allende venceu as eleições presidenciais como candidato da Unidade Popular, uma coalizão política que reunia os partidos Comunista e Socialista, o Partido Radical, o Partido Socialdemocrata, a Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado.

⁴⁹ Sobre os três anos do governo da Unidade Popular, ver: PINTO VALLEJOS (2005); CASALS ARAYA (2010); MOULIAN (2006); GAUDICHAUD (2016).

⁵⁰ O paraense Lúcio Flávio Pinto atuou nos jornais *OESP* e *Jornal da Tarde* e nas revistas *IstoÉ* e *Veja*, como também na imprensa alternativa, nos jornais *Opinião* e *Movimento*. Consolidou sua carreira como repórter entre 1971 e 1988.

⁵¹ Clóvis Rossi chegou ao Chile como enviado especial do *OESP* em 21 de setembro de 1973. O jornalista atuou em vários meios de comunicação e em 1980 passou para o jornal a *Folha de S. Paulo* como repórter especial, onde se encontra ainda em atividade. Em 2013, o jornalista publicou na *Folha* o “Depoimento: sangue ainda escorria quando cheguei ao Chile”. Claro que com muito menos parcimônia do que as matérias publicadas no *OESP* no mês de setembro de 1973. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/09/1340202-depoimento-sangue-ainda-escorria-quando-cheguei-ao-chile.shtml>. Acesso em: 24/11/2017.

⁵² A autocensura é uma espécie de “acordo forçado”, uma “modalidade de resistência”, um consentimento praticado pela própria imprensa à censura. Algo como um “padrão de aceitação cotidiano da repressão, de cumprimentos das normas e de comportamento esperado, sem que haja necessariamente uma atribuição de legitimidade ao sistema de dominação” (SMITH, 2000, p. 10). A “autocensura” seria, para Smith, algo como uma “subcategoria da censura”: “Existe algo a dizer, você sabe disso, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente” (SMITH, 2000, p. 136).

⁵³ Foi editor da área internacional da revista chilena *Ercilla* e seu subdiretor entre 1968 e 1977.

O *OESP* noticiou diariamente, durante as duas primeiras semanas do mês de setembro, os acontecimentos que levaram ao golpe militar. As notícias mais divulgadas faziam referências à grave crise social, econômica e política por qual passava o Chile.⁵⁴ Sempre apontando para a vaga possibilidade de superação por meio do diálogo entre o governo de Salvador Allende e um dos maiores partidos do país, o Partido Democrata Cristão (PDC) ou Democracia Cristã (DC)⁵⁵ que, desde o início, fizera uma oposição institucional ao governo. O jornal trazia em suas páginas matérias sobre atentados; ações violentas; polarização político-ideológica; participação das mulheres nos movimentos de oposição ao governo; greves no setor de transporte que paralisou o país, provocando racionamento e crise de abastecimento e, consequentemente, a paralisação do comércio; e, por fim, sobre as possibilidades de uma intervenção militar no país. A expressão mais utilizada pelo *OESP* para definir a situação chilena foi “clima caótico”. Prevalencia uma visão apocalíptica do que estava por vir: a possibilidade de uma intervenção militar para solucionar a crise num país de “longa tradição democrática” e de estabilidade política.⁵⁶

Em 01 de setembro, o enviado especial a Santiago, Lúcio Flávio Pinto — que afirmou anos depois que as reportagens que escrevia sobre o contexto chileno tinham também como fonte o jornal de *El Mercurio*⁵⁷ — apontava insistentemente para o fato de que eram muito vagas as possibilidades de superar a crise provocada pelo racionamento e pela falta de alimentos, de remédios e de transporte público devido à greve dos motoristas. A greve era conduzida pela *Confederación Nacional de Dueños de Camiones de Chile* e teve seu início em 26 de julho de 1973, prosseguindo interruptamente até o golpe em 11 de setembro. O enviado especial apontava, ainda, que mesmo com tal clima caótico havia em Santiago “uma contraditória descontração” que um “jornalista apocalíptico” resumiu em: “antes do fim, as pessoas bebem, comem, e se divertem”. Como um bom observador, Lúcio Pinto afirmou que na capital chilena, naquele momento, “os visitantes” tinham “a rara oportunidade de ver como se” realizava “uma greve de patrões, e de assistir um movimento quase sedicioso, liderado por uma classe média confiante na superioridade de seu poder”.⁵⁸

⁵⁴ O processo de desestabilização do governo Allende tomou forma desde o momento em que ele tomou posse, mas, a partir de 1972, a crise econômica e política se intensificaram. Como exemplo, podemos citar: a greve patronal dos transportes em 1972; o aumento dos atentados terroristas colocados em prática pela organização de extrema direita Pátria e Liberdade; a crise no interior da Unidade Popular; a crescente polarização da sociedade; a crise de desabastecimento; a oposição da Democracia Cristã e do Partido Nacional que impediam as iniciativas do governo no Congresso Nacional; a renúncia do General Carlos Prats em 24 de agosto, que abriu a sucessão no comando das Forças Armadas para o General Augusto Pinochet. Sobre os três anos do governo da Unidade Popular, ver: VALLEJOS (2005); CASALS ARAYA (2010); MOULIAN (2006); GAUDICHAUD (2016).

⁵⁵ Partido de orientação católica, fundado em 1957, que se considerava uma força política de centro. Levou à presidência, em 1964, Eduardo Frei Montalva com um projeto denominado “Revolução em Liberdade”.

⁵⁶ Vigorava no Chile, inclusive entre os membros da Unidade Popular e na imprensa, a ideia de que havia uma longa tradição democrática no país, explicada, em grande medida, pela ausência das Forças Armadas na história do país, o que levava muitos chilenos a evocar a tradição constitucionalista chilena e a neutralidade das Forças Armadas. Ver: MOULIAN (2005); ORTIZ DE ZÁRATE (2008).

⁵⁷ Lúcio Flávio Pinto, em 2011, em um pequeno artigo, afirmou: “acompanhei em Santiago as últimas três semanas de Allende, como enviado especial do jornal *O Estado de S. Paulo*. Conversei com ele e seus correligionários. Mas minha base era o jornal *El Mercurio*, um dos baluartes da conspiração ilegal contra o presidente constitucional do país. Vi muitas cenas desse drama com meus olhos, inclusive a movimentação dos agentes da CIA hospedados no hotel Carrera, em frente à sede da embaixada americana e do La Moneda, na rua Teatinos com a Praça da Constituição”. Sobre o jornal chileno *El Mercurio* e o apoio ao golpe militar, ver: SANTOS (2016).

⁵⁸ São muito vagas as possibilidades de superar a crise. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 01 de set. de 1973, p. 7.

Ao lado da matéria escrita por Lúcio Pinto, há uma reportagem da agência internacional France-Press na qual destaca-se trechos de entrevistas realizadas com o Ministro do Interior do governo da Unidade Popular, Carlos Briones Olivo; com o Ministro da Economia, José Cademartori; e com o membro do Partido Comunista Francês e diretor do jornal *L'Humanité*, Etienne Fajon. O primeiro pedia maior comprometimento da imprensa com a verdade na cobertura da crise e ressaltava em números os principais problemas com a violência naquele momento: “nas últimas 24 horas ocorreram mais de 28 atentados no país e que já são mais de 500 atos de terrorismo registrados desde o início da greve dos motoristas, com um saldo de oito mortos, vários feridos e grandes perdas materiais.” O segundo, José Cademartori, manifestou preocupação com o processo inflacionário que golpeava “duramente o bolso dos trabalhadores” e se agravava por conta das ações dos opositores “que, com sabotagens, intensificavam a especulação e o mercado negro”. O terceiro, Etienne Fajon, que havia retornado à França depois de uma viagem pela América do Sul, afirmava, sem citar suas fontes, que “os Estados Unidos, Brasil, Bolívia e Paraguai examinaram as possibilidades de uma ação militar nas fronteiras do Chile”. Outro tema abordado pelo francês, em total consonância com os preceitos dos partidos comunistas, foi apontar a extrema esquerda, principalmente o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR),⁵⁹ como responsável por muitos problemas enfrentados pelo governo de Allende, pois seus “radicalismos esquerdistas” fortaleciam posições “aventureiras” e “irresponsáveis”. Como exemplo, cita que os radicais pregavam a desobediência de militares progressistas a seus superiores, o que facilitava “os planos de oficiais partidários de um golpe de Estado”.⁶⁰

A narrativa do *OESP*, no dia 02 de setembro, insistia na articulação de “planos golpistas” no Chile. Segundo seu enviado especial, Lúcio Flávio Pinto, no início do referido mês, as especulações sobre “planos golpistas”, recaíam sobre a Marinha. De um lado, a oposição ao governo da Unidade Popular acusava a extrema esquerda de infiltrar “subversivos” na Marinha; de outro, os apoiadores do governo denunciavam planos que estariam sendo articulados pelo alto escalão da Marinha para depor o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Como a conspiração não teria tido apoio da base da Marinha, membros da Unidade Popular teriam acusado a oficialidade de reprimir e torturar suboficiais e marinheiros que eram contrários ao plano golpista para derrubar o presidente. O jornalista deixou claro na reportagem que era “impossível comprovar até que ponto isso” era verdade, mas que “a polêmica pelo menos” estava “se centralizando perigosamente sobre a Marinha” e “fontes governamentais” começavam “a acreditar que a conspiração golpista” estava naquele momento partindo de lá”. Porém, faz a ressalva de que ainda não havia unanimidade em nenhum escalão militar ou setor civil que possibilitasse tentativas de deposição do governo já que, na sua opinião, “as Forças Armadas não” queriam “promover uma guerra civil. Só agiriam se tivessem essa garantia, embora”

⁵⁹ Movimento guerrilheiro criado em 1965 a partir da fusão de pequenos grupos de esquerda. Defendiam a luta armada com estratégia de luta e suas ações se baseavam nas “expropriações” de bancos e sequestros de caráter político. O MIR teve uma relação mais tensa com o governo da UP por conta de diferenças de “projetos” políticos. Sobre o MIR, ver: SALINAS (2013).

⁶⁰ Poderão terminar greves nos transportes do Chile. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 01 de set. de 1973, p. 7.

assumissem “a responsabilidade por repressões contra os insatisfeitos”. O episódio narrado, que teve início em agosto, mas que se desenrolou até início de setembro, ficou conhecido como o “complô da Marinha”.⁶¹ Os secretários do *Movimiento de Acción Popular Unificado* (MAPU), Óscar Garretón, do Partido Socialista, Carlos Altamirano, e do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), Miguel Enríquez, foram convidados para participar de uma reunião organizada por um grupo de suboficiais e marinheiros, contrários aos planos golpistas, na qual denunciaram atividades conspiratórias do alto escalão da Marinha com apoio norte-americano. A reunião foi descoberta, os marinheiros foram presos e torturados e, contra aqueles que receberam as denúncias, foram abertos processos. Nessas circunstâncias, Allende não impediu a realização de investigações e procedimentos judiciais (BANDEIRA, 2008; DAVIS, 1990; ALTAMIRANO, 1979).⁶²

Mais um tema crucial neste contexto de crise foi abordado pelo *OESP*: a atuação dos “extremistas chilenos”, isto é, a ação das brigadas de autodefesa que, segundo o jornal, foram criadas pelos operários que habitavam os subúrbios industriais das grandes cidades com o objetivo de “organizar uma força armada para intervir em caso de um golpe militar”, para reagir a eventuais medidas “reformistas” do governo e ainda para defender as conquistas adquiridas durante o governo da Unidade Popular. Após o *Tancazo*,⁶³ uma tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, os Cordões Industriais⁶⁴ decidiram organizar comitês de autodefesa e brigadas de defesa nas fábricas, no campo e nas *Poblaciones*,⁶⁵ com o intuito de fortalecer o poder popular e de resistir “às ações fascistas”.⁶⁶ A direita política, como apontou Elisa Borges (2015), qualificava essas organizações de “extremistas” — como fez o *OESP* — e com capacidade de combater as Forças Armadas, mas isso estava além dos seus limites de força e atuação.

⁶¹ Uma curta trégua para Allende. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 02 de set. de 1973, p. 18.

⁶² De acordo com Bandeira (2008, p. 295), naquele momento havia nas Forças Armadas um “consenso de que a única solução para a crise em que o país se abismara, consistia no golpe de Estado, porém o problema continuava a ser o de uma liderança efetiva”. Acrescenta que “Miguel Enríquez transmitiu a Altamirano, assinalando que o MIR tinha conexões não só com os marinheiros e suboficiais da Armada, mas também com gente do Exército e da Força Aérea. Todos os serviços de inteligência não apenas do MIR, que desde julho vivia na clandestinidade, como do PS e do PC transmitiram às suas direções e ao governo da UP que o golpe de Estado se encontrava em marcha. Mas Allende aparentemente confiava em sua *muñeca*, sua enorme capacidade de convencer os aliados ou adversários, manobrar, negociar, pactuar e alcançar acordos [...] também não tinha outra opção [...] não podia deixar de reconhecer que não dispunha de meios materiais para enfrentar diretamente as Forças Armadas, em cujo espírito constitucionalista confiava.”

⁶³ O Regimento Blindado nº 2 da capital, em conjunto com a Frente Nacionalista Pátria e Liberdade, dirigiram suas unidades de combate e cercaram o Palácio de La Moneda, atacando o Ministério da Defesa para libertar o capitão do Exército Sergio Rocha, que estava preso por atividade de sedição. Rapidamente, a tentativa golpista foi frustrada pelas forças militares que apoiavam o governo e com a ajuda dos Cordões Industriais. A ação deixou um saldo de 22 mortos, entre civis e militares (MOULIÁN; GARRETÓN, 1983; BANDEIRA, 2008).

⁶⁴ Os Cordões Industriais se fortaleceram em resposta à crise de outubro de 1972 (*Paro patronal*) e foram uma experiência de auto-organização e poder popular criada pelos trabalhadores com vista a defender e aprofundar o processo de transformação pelo qual passava o país com as ferramentas que dispunham: ocupação de fábricas, manifestações na rua, autodefesa das populações, tentativas de controle operário e de abastecimento direto. Nos cordões, a assembleia de fábrica era a instância máxima de decisão. Ver: GAUDICHAUD (2016); BORGES (2015).

⁶⁵ Os bairros pobres e periféricos no Chile são comumente chamados de *Poblaciones*.

⁶⁶ Extremistas chilenos armam os operários. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 02 de set. de 1973, p. 18.

O correspondente Abraham Santibáñez publicou uma pequena matéria com o título de “Há pouca coisa a festejar”, era o dia 04 de setembro e a UP comemorava o terceiro aniversário de ascensão de Salvador Allende à presidência.⁶⁷ Ainda neste número, o jornal reproduziu uma matéria de Georgie Anne Geyer do *Chicago Daily News* que sintetizava, a seu modo, o balanço dos três anos de governo da UP: antes “a atmosfera estava impregnada de slogans como: ‘Marxismo em liberdade’ e ‘socialismo dentro da lei’. Agora a atmosfera do país já não está mais impregnada daquelas estimulantes ideias políticas, e sim carregada de ameaças de guerra civil, as quais não são murmuradas a meia voz, mas repetidas em altos brados”.⁶⁸ Entre os dias 05, 06 e 07 de setembro, as comemorações dos três anos da eleição de Salvador Allende foi notícia frequente. O *OESP*, nas matérias “Allende festeja e a crise continua”, “O Chile está caminhado para o abismo, diz a DC” e “Allende comemora 3 anos de poder”, apontava o saldo negativo dos três anos do governo: movimentos grevistas, polarização ideológica, desrespeito às bases legais e democráticas. O correspondente Abraham Santibáñez fez, no dia 06, um balanço supernegativo do governo da UP, apontando o isolamento de Allende e afirmando que nada ou pouco havia para festejar. Segundo o jornalista, o que marcou as comemorações foi a mais ampla campanha dos opositores — incluindo os operários, base de apoio de Allende — que pediam a renúncia do presidente como sua “última atitude patriótica”. Ressaltou ainda que Allende deveria agir da mesma maneira que um importante personagem da história chilena, Bernardo O’Higgins, frequentemente citado como o pai da pátria que, no século XIX, “ao superar debilidades e erros”, renunciou ao poder supremo “numa atitude louvável”.⁶⁹

O *OESP*, no dia 07, poucos dias antes do golpe, repercutiu novamente o caso do “complô da Marinha”. O jornal ressaltava que a Unidade Popular manifestava solidariedade aos suboficiais que estavam sendo processados e torturados para que confessassem as atividades subversivas. Informava também que a violência havia tomado conta das ruas com a morte de um estudante, várias pessoas feridas e intoxicadas com bombas de gás lacrimogênio numa série de incidentes ocorridos em vários pontos do país, enquanto prosseguia a greve dos motoristas de caminhão que já completava 44 dias. Grupos de partidários do governo enfrentavam as mulheres opositoras nas ruas — ligadas à Democracia Cristã e ao Partido Nacional — que pediam a renúncia de Allende e, em uma carta entregue aos Senadores, exigiam que o Congresso declarasse a “inabilidade” do presidente. Se esse pedido não fosse atendido no prazo de uma semana, elas se veriam na “contingência de bater à porta dos quartéis, pedindo às Forças Armadas que” salvassem “a pátria”.⁷⁰

Em 09 de setembro, o *OESP* trazia uma espécie de resumo de notícias já publicadas pelo jornal, como a tentativa de golpe de 29 de junho e o “Complô da Marinha”, com o intuito de ressaltar que a “longa tradição democrática” que vivia o Chile estava ameaçada com a possibilidade de uma

⁶⁷ Salvador Allende foi eleito em 04 de setembro de 1970 e tomou posse em novembro do mesmo ano.

⁶⁸ Há pouca coisa a festejar. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 04 de set. de 1973, p. 7.

⁶⁹ Sol e ilusão no 4 de setembro. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 06 de set. de 1973, p. 7.

⁷⁰ Partidos da UP ataca militares. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 07 de set. de 1973, p. 6.

guerra civil ou de um golpe de estado. O correspondente Abraham Santibáñez afirmava que o Chile era uma nação que caminhava a passos largos para uma paralisação total, pois eram muitos os problemas que afligiam os chilenos: falta de assistência médica, falta de meio de transporte, falta de pão e dificuldades em conseguir ingressos para espetáculos teatrais. Junte-se a isso a paralisação do comércio, a greve dos motoristas, as constantes ameaças de greve dos bancos e as eclosões de violências em diversos pontos do país. Essa desolada imagem era, na sua percepção, fruto de um mau governo. Situação que levava os chilenos “a pensar que o presidente Allende” procurava “seguir a mesma receita que fez famoso o seu antecessor Ramon Barros Luco,⁷¹ que governou o país no início do século XX e acreditava que os problemas eram de dois únicos tipos: os que resolviam por si só e os que não tinham solução. Ele não é considerado pela história, evidentemente, como um grande realizador.”⁷²

Ainda no dia 09, o *OESP* noticiou um tema que já vinha sendo noticiado vez ou outra, mas sempre de maneira mais pontual e inserido em outros contextos, qual seja, a Lei de Controle de Armas. O título da matéria é bem claro: “Militares chilenos apreendem armas”. O jornal reportava a um incidente que havia ocorrido na indústria têxtil estatizada, Sumar Pollester, onde um contingente da Força Aérea chilena invadiu a procura de armas, trocando tiros com quem encontravam na fábrica. Os resultados foram três operários feridos e dez detidos. Completa o jornal: “o incidente não foi devidamente esclarecido pelas autoridades, mas uma lei recentemente aprovada atribuiu às Forças Armadas o controle de armas e explosivos.”⁷³ A Lei de Controle de Armas foi votada e aprovada pelo Congresso após a crise de outubro de 1972. O seu objetivo era permitir ao exército (e a polícia) organizar ataques preventivos contra as organizações favoráveis ao governo, como, por exemplo, fábricas, Cordões Industriais, sindicatos, sedes de partidos de esquerda. Uma Lei que representava um dos instrumentos nos preparativos para o golpe militar (GAUDICHAUD, 2016; BANDEIRA, 2008).

Em 11 de setembro, dia do golpe, a imprensa brasileira não divulgou nenhuma informação sobre o ocorrido, até porque, quase sempre, as informações chegavam com um ou dois dias de atraso em relação à imprensa chilena. A principal reportagem, “PDC propõe renúncia de Allende e novas eleições”, ficou à cargo do corresponde, Abraham Santibáñez, que mostrava que diante da grave crise as bases da Democracia Cristã e seu Conselho Nacional, entre 08 e 09 de setembro, pediram a renúncia simultânea tanto dos parlamentares como do presidente Allende, para que o povo, mediante um novo pleito, pudesse decidir por si mesmo, sobre a situação do país naquele momento crucial. O correspondente apontava que tal proposta seria inviável por dois motivos: primeiro, porque havia tido eleições parlamentares em março e, segundo, porque os partidos aliados ao governo, certamente, encaravam com desconfiança a proposta da Democracia Cristã, pois, se houvesse eleições, elas poderiam não ser favoráveis à oposição.⁷⁴ Neste dia, a novidade ficou a cargo de uma entrevista de Perón

⁷¹ Um liberal que governou o Chile entre 1910 e 1915.

⁷² Chile, nação que caminha para a paralisação total. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 09 de set. de 1973, p. 8.

⁷³ Militares chilenos apreendem armas. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 09 de set. de 1973, p. 6.

⁷⁴ PDC propõe renúncia de Allende e novas eleições. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 11 de set. de 1973, p. 7.

na qual ele dizia que alertava a juventude argentina de que o Chile deveria servir de exemplo do que não deveria ser feito e afirmava que o governo Allende ia mal porque o presidente não havia seguido seus conselhos, como, por exemplo, o de evitar um enfrentamento direto com a oposição interna, pois ela era sumariamente apoiada por forças externas poderosas.⁷⁵

Devemos considerar que, após o golpe, durante os primeiros dias, as informações sobre o que ocorria no país eram imprecisas e fragmentadas, pois as comunicações entre o Chile e o estrangeiro foram interrompidas por vias normais. Do território chileno quase não saíam despachos telefônicos ou telegramas. Os jornalistas que lá estavam se viam impossibilitados de enviar notícias a contento e os que estavam de fora eram impossibilitados de entrar. Geralmente, as informações eram obtidas em Mendoza, na Argentina, e transmitidas para os órgãos de informação e agências de notícias. Cerca de 200 jornalistas, incluindo brasileiros, aguardavam em Mendoza, na fronteira com o Chile, autorização para entrar no país. O próprio *OESP* informou em suas páginas que a Junta Militar estabeleceu regras para a transmissão de notícias para o exterior e somente os correspondentes devidamente registrados na Associação de Correspondentes de Imprensa Estrangeira poderiam entrar em contato com o oficial da Marinha no Hotel Carrera para transmitir notícias ao exterior.⁷⁶

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro, o jornal *OESP* dedicou amplo espaço à divulgação de matérias sobre o golpe militar. No primeiro dia, após o desfecho trágico, o jornal ocupou toda a sua capa com chamadas e notícias sobre o Chile e em destaque estava escrito: “Militares depõem governo chileno”. A capa contou com duas grandes fotos, uma de Allende e outra de Pinochet, com a seguinte frase escrita abaixo delas: “Como comandante do Exército, o general Pinochet foi um dos líderes do golpe contra Allende.” No centro, no final da capa, um mapa explicava como os militares partiram da praça Bulnes com os tanques para bombardear o Palácio de La Moneda. No final da primeira coluna à esquerda, em um pequeno quadro, lia-se: “O serviço noticioso Internacional do ‘Estado’ é de responsabilidade das agências AFP, ANSA, AP, DPA, LATIN, Reuters e UPI.” Isso demonstrava o grande esforço do jornal em colher informações para noticiar o golpe no Chile a partir de várias agências de notícias. Divididos em colunas, estavam pequenos textos com os seguintes títulos: “EUA esperavam, mas negam-se a fazer comentário”; “Brasil acompanha e mantém silêncio”; “Allende mata-se em palácio;⁷⁷ “Perón cala, só os jovens lamentam”; “Ultimato e ataque”; “Invadida a sede do Partido Comunista”; “Fogo e tiroteios”. Ainda, na capa, estava indicado que as notícias prosseguiam nas páginas 6, “a descrição dos fatos”; 7, “Principais medidas do novo governo, prisões, invasão de redutos esquerdistas e reações no exterior”; 8, “Os novos governantes, a reação no Brasil e dos investidores estrangeiros”; 9, “O governo Allende, biografia do ex-presidente e história política do Chile.” Como se nota, somente pela descrição da capa, o *OESP* não teve nenhuma “parcimônia” ao divulgar notícias sobre o golpe militar no Chile, como queria a censura.

⁷⁵ Erro da UP, visto por um caudilho. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 11 de set. de 1973, p. 7.

⁷⁶ A troca de notas consagra amizades. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 14 de set. de 1973, p. 1.

⁷⁷ A versão da Junta Militar era a de que Allende havia cometido suicídio, mas muitos, incluindo os partidários do presidente e as esquerdas, não acreditavam e defendiam a tese de que ele teria sido assassinado no palácio presidencial. Em 2011, o “corpo” de Allende foi exumado para perícia e ficou comprovado pelo laudo que ele cometeu suicídio.

Não ter tido parcimônia para divulgar os acontecimentos no Chile não significou necessariamente que o jornal tenha adotado uma perspectiva crítica em relação ao golpe militar. O *OESP* colocou na capa trechos de uma reportagem do *NY Times*, “EUA esperavam, mas negam-se a fazer comentário”, que isentava os EUA de qualquer participação no golpe: “os funcionários do governo dos EUA não se surpreenderam com a revolta ontem das FA chilenas, mas negam-se a qualquer comentário, para evitar a menor sombra de cumplicidade ou envolvimento na derrubada do presidente”. De acordo com a reportagem, a responsabilidade pelo golpe, segundo o *Times* e o governo norte-americano, era única e exclusivamente de Salvador Allende. Ainda no dia 12 de setembro, o jornal, em seu interior, publicou passo a passo o que havia ocorrido no Chile durante o governo Allende para reforçar a ideia de que não havia outra solução para a crise a não ser o golpe militar. As notícias sobre a queda e o suicídio de Allende, o ataque ao palácio presidencial e a relação entre golpe, crise econômica e queda do General Prats,⁷⁸ com o fim de uma longa tradição democrática, figuravam em suas páginas. O *OESP* concedeu destaque a uma reprodução de matéria do jornal *N. Y. Times*, com o título de “Empresas dos EUA esperam poder retornar”, que apontava o interesse de indústrias do cobre, que tinham sido expropriadas pelo governo da Unidade Popular, em reiniciar suas atividades no Chile, desde que o novo governo fosse “receptivo aos investimentos dos Estados Unidos”.⁷⁹ O jornal também chama a atenção para o fato de o exército começar a “prender esquerdistas” no país. Além de invadir e destruir a sede do Partido Comunista, prendendo cerca de 23 pessoas, as forças militares e policiais também invadiram em todo o país filiais de empresas comerciais e industriais de países comunistas, entre as quais várias soviéticas; e intimaram funcionários governamentais e dirigentes de partidos e de organizações de esquerdas a comparecer no Ministério da Defesa, incluindo ministros do governo da Unidade Popular.⁸⁰

Um artigo publicado na seção “Notas e Informações” traz o título de “A tragédia a que foi levado o Chile”. Neste caso, a tragédia a qual se refere a matéria não era o golpe, mas o governo da Unidade Popular. O ponto central do texto era mostrar a incompatibilidade da “via chilena para o socialismo” com a democracia:

Quem quer que não desconheça de todas as leis que regem a conduta política das sociedades contemporâneas, sobretudo daquelas que herdaram a tradição cultural europeia, podia prever, desde há muito, o desfecho da crise chilena ou, mais precisamente do que se convencionou chamar “a experiência Allende” – eufemismo que traduz a implantação pacífica e democrática do socialismo integral. Esta mesma expressão envolve uma contradição nos termos, uma impossibilidade metafísica, como a quadratura dos círculos. O socialismo integral e a democracia excluem-se mutuamente, porque a essência do socialismo integral na ordem política se chama totalitarismo. O socialismo e a paz também se excluem mutuamente, porque a essência do socialismo é a luta de classes institucionalizada.⁸¹

⁷⁸ A causa imediata para a renúncia do General Carlos Prats, que apoiava o governo de Allende, foi uma manifestação de centenas de esposas de oficiais, inclusive de alguns de alta patente, diante de sua casa em 21 de agosto, juntamente com o grupo Pátria e Liberdade. Junte-se a isso, a reunião do Conselho dos Generais, no dia 22 de agosto, que votou contra (12 a 6) a permanência de Carlos Prats como Comandante do Exército. No dia seguinte, o General Prats entregou sua carta de renúncia a Allende e, no 24 de agosto, o General Augusto Pinochet, que em várias ocasiões havia declarado ser legalista, assumiu como Comandante do Exército. Para muitos, a crise no Exército e a renúncia do principal defensor do constitucionalismo dentro das Forças Armadas propiciaram a unidade necessária para os conspiradores desfecharem o golpe poucos dias depois. (BANDEIRA, 2008; DAVIS, 1990).

⁷⁹ Empresas dos Estados Unidos esperam retornar. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 12 de set. de 1973, p. 8.

⁸⁰ Exército começa a prender esquerdistas. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 12 de set. de 1973, p. 7.

⁸¹ A tragédia a que foi levado o Chile. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 12 de set. de 1973, p. 3.

Relacionar o socialismo com o totalitarismo foi uma forma de invalidar por completo o governo da Unidade Popular e justificar a necessidade de um golpe de estado que estaria salvando o país. Como sabemos, o governo de Allende, em nenhum momento, aproximou-se de uma experiência totalitária. O ex-presidente do Chile também foi chamado de “demagogo”, “populista” e acusado de ter destruído a economia popular do país em nome da revolução e das reformas revolucionárias das estruturas sociais. Na realidade, Allende conseguiu implementar somente “dogmas sectários” por meio do “totalitarismo policial”, sacrificando milhares ou milhões de seres humanos, conforme o faziam “na minúscula Cuba ou na enorme União Soviética”. Para endossar essa perspectiva, o jornal recorre ao jornalista francês Jean-François Revel, profundo crítico do estatismo e do socialismo, que em artigo publicado no *OESP* em 1970, em decorrência da eleição de Allende, havia sentenciado que, em seu governo, ele usaria de uma “demagogia populista” e adotaria de todos os dogmas do “sectarismo marxista”.⁸² A seção “Notas e Informações” aparecia sempre na página 03 do jornal e era reservada para os editoriais. Geralmente, ela era dividida em colunas verticais com cerca de três ou cinco matérias que noticiavam temáticas nacionais e internacionais e que “representavam diretamente o pensamento do periódico, estando sob a responsabilidade da direção ou da chefia de edição” (AQUINO, 1999, p. 42). Portanto, essa visão sobre o governo da Unidade Popular e a justificativa e aprovação de uma intervenção militar representava diretamente o pensamento do *OESP*.

De quem era a culpa pelo golpe? Uma pergunta que percorreu insistentemente as páginas do *OESP*. Para o jornal, o golpe era inevitável e o grande culpado era o próprio governo Allende. Um outro artigo publicado na seção “Notas e Informações” chama a atenção para “As razões dos militares chilenos”. A queda de Allende teria sido determinada pelos seus próprios métodos de governo e pelo “desconhecimento de suas ambições, pois a terça parte dos votos que recebera não lhe outorgou nenhum mandato popular para introduzir o socialismo integral”. A matéria publicada pelo jornal lamentava as “mudanças violentas ocorridas no Chile” e a interrupção da democracia, mas deixava muito claro que era “um completo contrassenso querer tomar posição a favor ou contra a intervenção militar no Chile. Isso equivaleria a tomar alguma posição a favor ou contra uma intervenção cirúrgica para um paciente que não poderia mais ser tratado clinicamente. No Chile, já não havia solução política para a crise [...]”. O golpe no Chile, como em outros países latino-americanos, foi compreendido como uma consequência “natural dos vácuos de poder que se criam quando entra em colapso o poder constituído”.⁸³

O jornal fez retrospectivas sempre negativas do governo da UP e pequenos perfis biográficos de Allende. O *OESP*, por meio de matérias publicadas, construiu a imagem de Allende como um homem fiel à sua ideologia, como responsável por tentar unificar as esquerdas no Chile e como um *bon-vivant*, “[...] vestia-se com os melhores alfaiates de Santiago e quando encontrava tempo praticava iatismo e golfe. Introvertido e sempre bem-humorado, gostava de um bom uísque, vinhos finos e

⁸² A tragédia a que foi levado o Chile. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 12 de set. de 1973, p. 3.

⁸³ A razão dos militares chilenos. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 13 de set. de 1973, p. 3.

de comer bem. Baixo e gordo, bigode fino e bem cuidado, fumava charuto ou cachimbo. Além disso, sempre fora marxista, ateu, maçom, e muito constante na sua linha de esquerda. Grande amigo de Fidel Castro, visitou Cuba e também a URSS e a China comunista.”⁸⁴ Em 18 de setembro, sete dias depois do golpe, o correspondente Abraham Santibáñez divulgou a seguinte descrição das condições de vida de Salvador Allende: “Para espanto de muitos de seus admiradores, tanto no Chile como no exterior, aquele que se apresentava como campeão do ‘terceiro mundo’ na luta contra a miséria, vivia em condições pouco compatíveis com tais princípios.” Afirmava ainda que na residência do presidente deposto “foram encontrados cinco grandes refrigeradores repletos de carne, da qual os habitantes de Santiago” eram “privados”. Ali também foram achadas dezenas de caixas de whisky Chivas Regal, com garrações de um galão, e dezenas de outros artigos que demonstram que Allende vivia não de acordo com o que pregava, mas como verdadeiro *bon-vivant*”.⁸⁵

Além de relacionar Allende a um *bon-vivant* – algo que, na concepção Santibáñez, não estaria de acordo com o que o presidente defendia politicamente, isto é, com o socialismo –, o correspondente do *OESP* também fez menção a supostos arsenais, que pertenceriam a Allende, encontrados no Palácio de La Moneda e em suas residências na cidade e no campo. A intenção era mostrar que Allende havia baixado uma “severa lei de controle de armamentos”, mas “tinha em sua casa de campo até mesmo uma fábrica de bombas incendiárias. Grandes importâncias em dinheiro - escudos e dólares [...]”. As justificativas para o golpe tiveram ampla divulgação no *OESP*. A principal delas, dada pela Junta Militar, e reproduzida pelo jornal, era a de evitar um autogolpe e a instalação de uma ditadura de esquerda. Segundo os militares, haveria fortes indícios de que estaria em curso uma ação sangrenta contra os chefes militares e líderes da oposição. Tais ações seriam asseguradas pelo uso de armamento pesado em posse do governo da Unidade Popular. O jornal divulgou uma notícia de que havia sido achado no porta-malas de vários carros — guardados em um edifício que ficava localizado a frente do Palácio de La Moneda — lança-foguetes, coletes à prova de balas, munição para metralhadoras e outras armas de fabricação soviética, alemã e checoslovaca. Na residência particular de Allende os militares apreenderam, segundo a matéria, diversas armas como bazucas, metralhadoras, armas de fabricação doméstica, revólveres dotados de silenciadores e também uma extensa literatura de procedência cubana e no banheiro havia vários aparelhos de exercícios físicos como tensores, pesos e outros que eram muito provavelmente utilizados por Allende.⁸⁶

O perfil de Pinochet foi bem outro: apolítico (até o golpe militar), homem forte, “alto e robusto”, “homem inteligente, ambicioso e competente”, “uma pessoa calma e diligente”, “um oficial experiente e possuidor de grande iniciativa”, “respeitado pelos seus colegas de armas”, “cheio de energia e disciplinado”, “detentor de um certo humor” e muito “obstinado”, “grande conhecedor de geografia”, “fala um pouco de inglês e francês”, era casado com uma “senhora atraente e sociável”, era católico e tinha “como meta exterminar o marxismo.” Todos esses elogios e adjetivos estavam em

⁸⁴ Desde cedo, um fiel à sua ideologia. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 12 de set. de 1973, p. 9.

⁸⁵ Santiago recupera gradativamente o seu clima habitual. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 1.

⁸⁶ Almeyda e Toha estão presos. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 13 de set. de 1973, p. 7.

uma única reportagem, “Quem é Pinochet, o que comanda”, do *N. Y. Times* reproduzida pelo *OESP* em 16 de setembro (p. 22).

Outra justificativa constantemente divulgada pelo jornal foi a “intromissão cubana nos assuntos chilenos”, que, segundo os militares, havia superado todos os limites possíveis. Segundo versão dos militares, caixas e mais caixas de armas vindas de Cuba entravam no Chile com o pleno consentimento de Allende.⁸⁷ Várias acusações de que Fidel Castro controlava virtualmente os serviços secretos de segurança no Chile vieram à tona na imprensa europeia e eram reproduzidas pelo *OESP*.⁸⁸ O correspondente Abraham Santibáñez publicou algumas matérias nas quais usava a relação entre Allende e Fidel como a principal justificativa para golpe. Segundo ele, foi Fidel o responsável por tirar Allende do seu rumo e abandonar a intenção de criar um modelo original de transição para o socialismo. Para provar ao leitor que seu argumento estava correto, ele usou dois exemplos. O primeiro foi a visita que Fidel fez ao Chile em 1971, que teria então precipitado a crise. Ao discursar para os chilenos, Fidel afirmou que o sucesso da via pacífica para o socialismo, uma experiência insólita, dependeria da habilidade, da arte e da ciência dos revolucionários para crescer e conquistar o apoio da classe média. De acordo com Santibáñez, depois desse discurso, as manifestações nas quais predominavam as pessoas pertencentes às classes médias intensificaram-se nos dois anos seguintes. Em julho de 1973, Fidel enviou uma carta para Allende, que veio a público após o golpe, na qual teria escrito: “tua decisão de defender o processo com firmeza e honra pagando o preço de tua própria vida — e todas sabem de que é capaz de cumprir esse propósito — arrastarão para o teu lado todas as forças capazes de combater e todos os homens e mulheres dignos de ti”. O correspondente do jornal conclui então que Fidel induziu Allende a optar pelo caminho da violência e, na emergência final, a se suicidar. Resumindo, na sua concepção, Fidel foi o culpado pelo golpe e pelo suicídio de Allende.⁸⁹

O Brasil, de acordo com o jornal, seguia a crise com atenção e guardava silêncio, porém sempre havia uma nota mostrando que, com a saída de Allende, as relações entre Brasil e Chile se intensificariam e seriam melhores, sobretudo do ponto de vista comercial.⁹⁰ No dia 13 de setembro, em uma matéria da Sucursal de Brasília, fez-se uma análise da expectativa do Congresso Nacional sobre os reflexos do golpe chileno no Brasil. De acordo com a matéria, o Congresso brasileiro condenava a “experiência esdrúxula” da Unidade Popular e, ao mesmo tempo, não aplaudia a queda de um governo civil. Percebe-se, neste momento, uma cautelosa especulação sobre as prováveis repercussões do golpe na política interna brasileira. De acordo com a matéria, o governo de Allende significava um contexto de “intranquilidade” para a América do Sul pela sua declarada orientação marxista e,

⁸⁷ Integrantes da junta justificam sua ação. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 1. Matéria de capa.

⁸⁸ Junta denuncia intervenção cubana no governo Allende. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 26 de set. de 1973, p. 6. Ver também: Castro controlava segurança chilena. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 19 de set. de 1973, p. 08.

⁸⁹ As dúvidas que ainda envolvem o povo chileno. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 27 de set. de 1973, p. 7.

⁹⁰ De acordo com dados fornecidos pelo *OESP*, o Brasil manteve o seu banco oficial de crédito no Chile durante o governo da UP e assegurou linhas de créditos permanentes no país. O Chile era o principal mercado para os produtos brasileiros dentro do Pacto Andino. O governo em Brasília acreditava que o comércio entre os dois países continuaria o mesmo. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 13 de set. de 1973, p. 16.

por isso, “um constante fator de tensão e de preocupação no continente”. Os Tupamaros no Uruguai e o governo de Juan José Torres na Bolívia constituíam um perigoso “arco” para um país como o Brasil que, desde 1964, adotava uma política em sentido oposto. Porém, em 1973, o perigoso arco estava chegando ao fim com o término da “experiência esquerdista na Bolívia” e com os golpes militares em 27 de junho no Uruguai e 11 de setembro no Chile. De acordo com esse raciocínio, desaparecidos “os focos de tensão externa” e afastado o “perigo da subversão interna”, seria a “hora de voltar-se para a consecução dos objetivos iniciais, ou seja, para a necessidade de se implantar no país um regime plenamente democrático”. De um modo geral, o golpe militar no Chile renovava as esperanças em uma abertura da política brasileira, mas, ao mesmo tempo, os golpes militares eram necessários para conter a subversão e os governos “esquerdistas”. Como deixaram claro os dirigentes do MDB, a queda do governo Allende representava “um pretexto a menos que poderia ser invocado para adiar o retorno à plenitude democrática”.⁹¹

De acordo com o *OESP*, o Brasil foi o segundo país a reconhecer o novo governo, logo após a Espanha franquista, no dia 13 de setembro. O apoio do Brasil era interpretado como indicativo da normalização da situação político-militar no Chile e como passo fundamental na geopolítica do Cone Sul para a legitimação do novo poder. Funcionários do governo brasileiro, segundo nota publicada no *OESP*, assinada com as iniciais R. S., consideravam completamente absurdos e injustificados os comentários divulgados em certos países de que o Brasil estava interessado em agir ou havia agido como colaborador dos militares chilenos que depuseram Allende. Para o autor da nota, o Brasil tinha “uma posição clara e combatente no Continente”, pois era “capitalista, anticomunista e econômica e politicamente forte”. Assim, quando ocorria “uma troca de poder (esquerdista) no Continente, nos moldes uruguaios ou mesmo chilenos”, era inevitável que as esquerdas internacionais” adicionassem “ao grande responsável de sempre (o imperialismo dos EUA) o novo responsável (o neoimperialismo do Brasil)”. Tudo isso para justificar porque o Itamaraty apoiou tão rapidamente o golpe militar no Chile.⁹²

Outra pauta presente no jornal foi a violência e o autoritarismo no Chile, principalmente entre os dias 12, 13 e 14 de setembro. Várias matérias apontam os violentos combates de rua; o decreto de estádio de sítio e o toque de recolher; a autorização de circulação apenas de dois jornais chilenos, *El Mercurio* e *La Tercera de la Hora*, que haviam dado total apoio ao golpe; o fechamento da Câmara dos Deputados e do Senado, sem informar o prazo de vigência da medida; e informes sobre prisões, mortes e asilos políticos. A partir do dia 15 de setembro, com a manchete de capa “O Chile retorna lentamente à normalidade”, o jornal passou a mostrar que a junta militar tinha domínio da situação no Chile. Nessa direção, o correspondente do *OESP*, Abraham Santibáñez, informava que a rede de emissora do governo havia convidado a população a iniciar “uma campanha de limpeza das ruas e paredes, para transformar as cidades chilenas em ‘território livre’, libertando-as da propaganda marxista”.⁹³ Isso, segundo ele, era um sintoma da normalidade:

⁹¹ No Congresso há expectativa pelos reflexos no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 13 de set. de 1973, p. 17.

⁹² Itamaraty muda estilo para o reconhecimento. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 1. Capa.

⁹³ Sobre os cartazes de propaganda da Experiência chilena, ver DÁLMAS (2006).

enquanto começam a desaparecer os slogans que, afinal de contas, não tiveram nenhum eco na grande maioria da população, o novo governo começou por decretar o estado de sítio, a dissolver o Congresso Nacional e a ordenar uma grande reorganização dos serviços públicos.⁹⁴

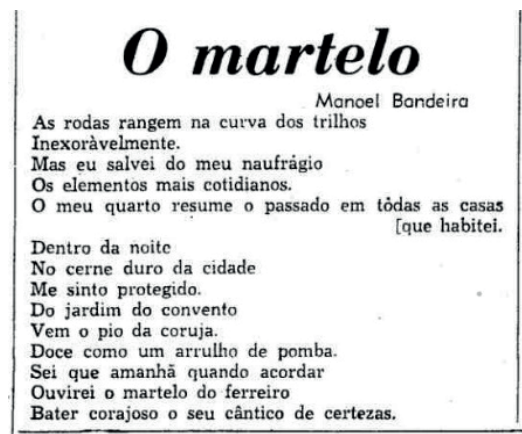
Agora, o que importava não era a democracia ou a longa tradição democrática chilena, mas extirpar o marxismo do país e instaurar uma ditadura que se revelava extremamente violenta. O jornal também mostrava o apoio da Democracia Cristã ao golpe ao transcrever trechos de um documento assinado pelo seu presidente, Patricio Aylwin, no qual foram destacados os propósitos anunciados pela Junta Militar: “As ocorrências que vive o Chile são consequências do desastre econômico e o caos institucional, a violência armada e a crise moral a que o presidente deposto levou o país e que levaram o povo à angústia e ao desespero.”

O OESP, como já apontamos, teve 13 matérias censuradas que tinham como tema o golpe militar no Chile. A primeira censura em uma edição do mês de setembro ocorreu no dia 16 com duas matérias vetadas. A primeira foi uma pequena nota intitulada “Debray interpreta a queda de Allende”. No seu lugar, o jornal⁹⁵ decidiu colocar um trecho de um dos poemas mais representativos de Manoel Bandeira, *O Martelo*, que narra poeticamente o cotidiano:

Fig. 1: Matéria censurada



Fig. 2: Matéria publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 18.

A matéria censurada foi a transcrição de um pequeno trecho de um artigo publicado originalmente no jornal *Le Nouvel Observateur* pelo filósofo e jornalista francês, Régis Debray, que, na década de 1960, esteve pela América Latina defendendo e participando de revoluções e movimentos guerrilheiros. Em 1967, Debray acompanhou Che Guevara na guerrilha na Bolívia, onde ficou preso entre 1967 a 1970. No seu livro *Revolução na Revolução* (1967), defendia a teoria da revolução latino-americana a partir de seu contato com a experiência cubana. Seu livro e suas ideias sobre o foquis-

⁹⁴ O Chile retorna lentamente à normalidade. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 15 de set. de 1973, p. 1. Capa.

⁹⁵ Não tivemos acesso a nenhuma informação que explicasse ou justificasse a escolha do que deveria substituir as matérias ou trechos censurados.

mo tiveram ampla repercussão nas esquerdas latino-americanas a partir de 1968, incluindo o Brasil. Em 1971, viajou também ao Chile para apoiar o governo Allende.⁹⁶ Evidentemente, a matéria não foi censurada apenas pelo seu teor de crítica aos militares chilenos ou por tentar transformar Allende em um mártir para as esquerdas latino-americanas, mas também por tudo que Debray representava naquele período: um sinônimo de luta revolucionária.

A segunda matéria censurada foi um poema do poeta russo Yevgueni Evtushenko (1932-2017) dedicado a Salvador Allende, que seria publicado na íntegra pelo jornal na edição de 16 de setembro. Em seu lugar, foram colocadas propagandas do próprio *OESP* para preencher o espaço que ficaria vazio:

Fig. 3: Matéria censurada

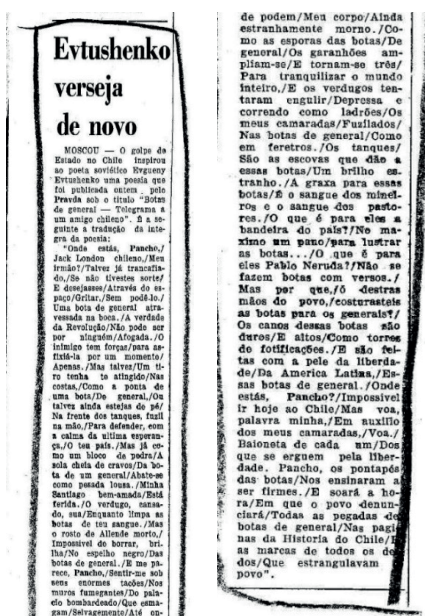


Fig. 4: Propaganda publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 21.

O poema, publicado também pelo jornal soviético *Pravda* com o título de “Botas de general – telegrama a um amigo chileno”, mostra um Allende que defendeu a revolução com sua própria vida enfrentando os fuzis dos “verdugos”. O poema também mencionou o poeta chileno Pablo Neruda, membro do Partido Comunista do Chile e amigo de Allende. Neruda foi muito citado no *OESP* em todo o mês de setembro em razão de sua grave doença e depois de sua morte poucos dias após o golpe. A censura não permitiu a publicação do poema de Evtushenko, mas, na mesma edição do dia 16 de setembro, reproduziu duas notícias vindas do mundo comunista: uma de Moscou, via agência de notícias TASS, na qual o governo russo afirmava que a “derrota momentânea das forças progressistas no Chile” enriqueceria, “sem dúvida, a estratégia e a tática dos movimentos democráticos progressis-

⁹⁶ Sobre Régis Debray e a revolução, ver: CORDEIRO (2010).

tas de diversos países do mundo”; e a outra de Sofia, na Bulgária, via agência BTA, que reproduzia trechos do depoimento do secretário do Partido Comunista que manifestava toda a solidariedade do povo búlgaro “às forças que lutam contra a Junta Militar que tomou o poder no Chile, auspiciando uma vitória final ao povo chileno.” Além disso, o jornal divulgou notícias de governos que prestavam solidariedade ao povo chileno e condenavam o golpe militar, como os governos do México, Bélgica e Suécia, e dos partidos comunistas francês e italiano.⁹⁷

Em 18 de setembro, a censura vetou a publicação de trechos da entrevista que a viúva Hortensia Allende havia concedido desde o exílio mexicano. Neles, ela afirmou que, durante o governo da UP, o Chile viveu uma ampla liberdade de imprensa, denunciou a censura implementada pelos militares, fez um apelo para que a ONU olhasse para os acontecimentos no Chile e convocou protestos contra o “fascismo” que se apoderava do seu país:

Fig. 5: Matéria com trechos censurados

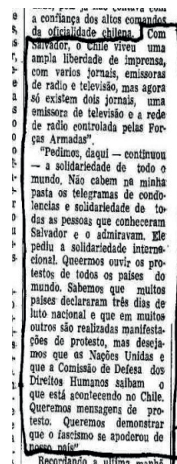
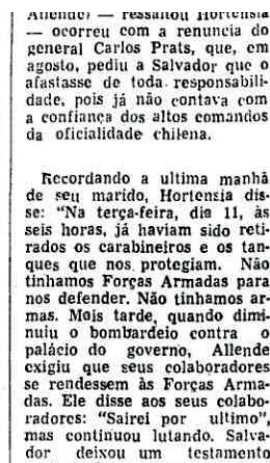


Fig. 6: Matéria publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 9.

A matéria foi publicada sem o trecho no qual a viúva de Allende mencionava acontecimentos já noticiados pelo *OESP* em matérias anteriores, como, por exemplo, o controle da imprensa (“circulando apenas dois jornais”) e as manifestações internacionais de solidariedade ao Chile. A novidade ficou por conta da declaração de que era necessário informar à ONU e à Comissão de Defesa do Direitos Humanos sobre o que se passava no país. Ainda na edição de 18 de setembro, somente na página 10, três matérias foram censuradas. A primeira foi uma matéria reproduzida de uma agência de notícias de Londres que mostrava a indecisão do governo britânico em reconhecer o governo da junta militar. O trecho censurado fazia uma comparação entre Stalin e Pinochet e reproduzia um discurso do General chileno no qual ele teria dito: “menos de 100 pessoas morreram no golpe, sem dúvida acreditou que isso desculpava tudo. Seus números são suspeitos e sua argumentativa vazia.

⁹⁷ Governo belga corta sua ajuda a Santiago. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 20; as lições que a URSS pretende extrair do golpe. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 16 de set. de 1973, p. 18.

Não pode haver desculpas para a forma como as Forças Armadas derrubaram o governo Allende”. O trecho censurado:

Fig. 7: Matéria com trechos censurados

Em editorial dedicado à situação chilena, o **Guardian** ressaltou que “a nova Junta Militar e seus partidários já não podem dizer que libertaram seu país, da mesma forma como Stalin não podia dizer que libertou a Polónia”. Acrescentou: “Quando o general Augusto Pinochet afirmou que menos de 100 pessoas morreram no golpe, sem dúvida acreditou que isso desculpava tudo. Seus números são suspeitos e sua argumentação vazia. Não pode haver desculpas para a forma como as Forças Armadas derrubaram o governo Allende”.

Em Bonn, o subsecretário de

Fig. 8: Matéria publicada

Bunster, em entrevista à imprensa, disse que não entregará o cargo a Oscar Bazeta enquanto o governo britânico não reconhecer a Junta Militar chilena. Centenas de policiais estão cercando a embaixada, diante da qual desfilaram mais de três mil pessoas em protesto contra a deposição de Allende.

Em Bonn, o subsecretário de Estado no Ministério para a Cooperação Económica, Hans Matthöfer, afirmou que a Alemanha Ocidental esturará se deve continuar a ajuda para o Chile — e em caso positivo em que medida — quando a situação em Santiago se tornar menos confusa. Acrescentou que Bonn tem “uma regra de ferro”, segundo a qual “não concede ajuda aos países onde os dispares continuam”.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 10.

A segunda matéria com trecho censurado foi uma notícia reproduzida pelo *OESP* do jornal norte-americano *N. Y. Times* que defendia categoricamente, entre outras coisas, que o governo Allende havia melhorado “substancialmente a sorte dos chilenos pertencentes às camadas inferiores da “escala econômica”, e conferiu a muitos trabalhadores e camponeses um senso de participação nacional maior do que jamais haviam conhecido”. Como um todo, a matéria do jornal norte-americano era uma tentativa de fazer um balanço sobre os prós e os contras do governo de Allende na qual os contras eram numericamente maiores que os prós, mas, evidentemente, a censura proibiu somente aquele trecho que fazia referência a melhorias conquistadas durante o governo de Allende:

Fig. 9: Matéria com trechos censurados

deste Allende provavelmente teria completado seu mandato com considerável margem de êxito. Uma atitude mais moderada teria dividido o Partido Democrata-Cristão, opositorista, onde muitos militantes eram favoráveis às suas diretrizes políticas iniciais. Mas o dr. Allende jamais logrou controlar os extremistas mais obstinados de sua insubordinada coligação.

MEMÓRIA

O governo Allende melhorou substancialmente a sorte dos chilenos pertencentes às camadas inferiores da escala econômica, e conferiu a muitos trabalhadores e camponeses um senso de participação nacional maior do que jamais haviam conhecido. Esses são benefícios que o governo militar prometeu preservar em seu primeiro comunicado — uma promessa que se fez perigosa negligenciar. Entretanto, tais benefícios poderiam ter sido logrados a um preço geral bem menor e sem a desastrosa polarização da sociedade chilena.

O motivo fundamental da intervenção das Forças Armadas, tradicionalmente apolíticas, não foi ditado pelo socialismo do presidente Allende, mas pelo temor de que o polarizado Chile mergulhasse numa guerra civil. Por algum tempo, ainda, não sabemos com certeza se a violenta destruição de um governo eleito, embora minoritário, torçará esta terrível catástrofe menos ou mesmo mais provável.

Fig. 10: Matéria publicada

O governo Allende melhorou substancialmente a sorte dos chilenos pertencentes às camadas inferiores da escala econômica, e conferiu a muitos trabalhadores e camponeses um senso de participação nacional maior do que jamais haviam conhecido. Esses são benefícios que o governo militar prometeu preservar em seu primeiro comunicado — uma promessa que se fez perigosa negligenciar. Entretanto, tais benefícios poderiam ter sido logrados a um preço geral bem menor e sem a desastrosa polarização da sociedade chilena.

O motivo fundamental da intervenção das Forças Armadas, tradicionalmente apolíticas, não foi ditado pelo socialismo do presidente Allende, mas pelo temor de que o polarizado Chile mergulhasse numa guerra civil. Por algum tempo, ainda, não sabemos com certeza se a violenta destruição de um governo eleito, embora minoritário, torçará esta terrível catástrofe menos ou mesmo mais provável.

**QUER TER
BOA LETRA?
MATRICULE-SE NA ESCOLA
DE CALIGRAFIA
DE FRANCO**

R. General Osório, 724 - Próx.
Av. São João, Tels.: 220-2747
e 220-2693. MANTENOS
TAMBÉM CURSO POR COR-
RESPONDÊNCIA.

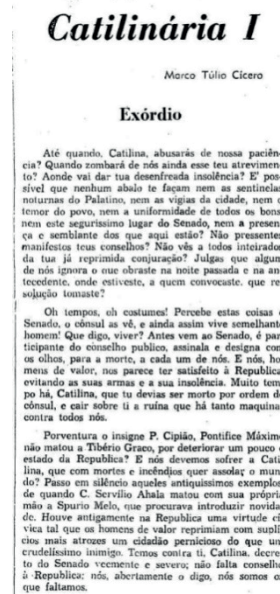
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 10.

A terceira matéria censurada, dessa vez na íntegra, vinha de Lima e era do jornalista peruano Francisco Moncloa, do jornal *Expresso*, que acusava o Brasil de apoiar os governos ditatoriais no Chile e no Uruguai com o objetivo de liderar um bloco com claros interesses de beneficiar seu próprio comércio e para estabelecer hegemonia política na região. Além disso, resumiu o golpe no Chile como um típico golpe “gorila, pró-imperialista, oligárquico e seguidor, quando não tributário, do chamado modelo brasileiro”. Para ocupar o espaço da notícia censurada, o jornal publicou trechos do discurso de Marco Túlio Cícero lido perante o Senado de Roma contra uma tentativa de golpe de estado para derrubar a República dirigido por Lúcio Sérgio Catilina. No dicionário de português, catilinária significa acusação, censura e repressão. O recado foi enviado para o leitor, o jornal estava sob forte censura:

Fig. 11: Matéria censurada



Fig. 12: Matéria publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 10.

Ainda na edição de 18 de setembro, mais duas notícias foram censuradas na página 12. A primeira era uma reprodução da agência de notícias soviética TASS que expressava a preocupação dos soviéticos com o quadro chileno. Era, na verdade, uma síntese da repercussão do golpe em países comunistas: em Moscou, a imprensa dava destaque ao caos e enfatizava os “atos criminosos da reação chilena” e prestava solidariedade e condolências ao Chile; em Bucareste, o Partido Comunista e o presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, prestava homenagens e condolências a Hortensia Allende; em Budapeste, ressaltava-se a “profunda preocupação pelo golpe de Estado contrarrevolucionário no Chile” e o ataque “bárbaro das forças reacionárias de direita”; e, por fim, em Pyongyang, na Coreia do Norte, a matéria informava que ocorriam manifestações em repúdio ao golpe no Chile. No espaço onde seria publicada a matéria foi reproduzido mais um poema de Manoel Bandeira, *Jaqueline*, como podemos ver nas figuras:

Fig. 13: Matéria censurada

Soviéticos estão preocupados

MOSCÚ — A agência TASS informou ontem que estão sendo realizadas em várias cidades soviéticas "assembleias e manifestações de solidariedade ao povo chileno, que luta pela libertação do país". Segundo isso, a imprensa soviética continua dando destaque ao que qualifica de "insustentável situação reinante no Chile em consequência do golpe de Estado de terça-feira da semana passada e dos atos criminosos da reação chilena".

A TASS também informou que o presidente Nikolai Podgorny enviou domingo uma mensagem de condôlência à viúva do deposto presidente Salvador Allende. Aparentemente, o telegrama foi enviado à embaixada mexicana em Santiago, onde Hortensia Allende e grande número de partidários do governo deposto se asilaram. A viúva de Allende viajou ontem para o México.

Em Bucareste, a agência noticiosa Agerpress informou que o secretário-geral do Partido Comunista e presidente da Romênia, Nicolae Ceaucescu, também enviou uma mensagem de condôlência à viúva de Allende. O dirigente romeno encontrase no Peru, em visita oficial.

Em Budapeste, o Partido Comunista húngaro manifestou sua "profunda preocupação pelo golpe de Estado contra-revolucionário no Chile" e "pelo bárbaro ataque das forças reacionárias de direita contra o povo chileno". Uma declaração divulgada pelo PC húngaro, logo após uma reunião de sua Comissão Central, também manifesta sua "solidariedade ao povo chileno, ao Partido Comunista irmão, ao Partido Socialista e aos demais partidos da Unidade Popular (coligação esquerdista que apoiava o deposto presidente Allende)".

Em Pyongyang, a agência noticiosa norte-coreana informou que "mais de 20 mil pessoas" participaram de uma concentração-naquela cidade "para repudiar o golpe de Estado no Chile". A agência informou também que o presidente Kim Il Sung enviou uma mensagem de pesames à viúva de Allende.

Castro reconhece derrota

NOVA DELHI — O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, disse ontem, nesta capital, em um avião no qual retorna a Cuba após visita de cinco dias ao Vietnã do Norte fez uma escala, que "o retrocesso do movimento revolucionário no Chile, em consequência da deposição do governo de Salvador Allende, será temporário" e que "o imperialismo será rechaçado pelo povo chileno".

Numa entrevista improvisada à imprensa, Castro disse também que "Cuba denunciará no Conselho de Segurança das Nações Unidas o golpe fascista instigado pelos Estados Unidos no Chile". Antes de chegar a Nova Delhi, o avião da Aeroflot (empresa estatal soviética) fez uma escala técnica em Calcutá e Castro aproveitou para dizer que "o movimento de libertação de Havana levará o caso chileno ao Conselho de Segurança da ONU "somente para denunciar a violação do direito internacional". O dirigente cubano referiu-se às alegações de Cuba segundo as quais as Forças Armadas chilenas atacaram a embaixada cubana durante o golpe de Estado de terça-feira passada, ferindo algumas pessoas. Ao pedir a convocação da reunião ur-

Fig. 14: Matéria publicada

Jacqueline

Manoel Bandeira

Jacqueline morreu menina.
Jacqueline morta era mais bonita do que os anjos.
Os anjos... Bem sei que não os há em parte alguma.
Há é mulheres extraordinariamente belas que morrem ainda meninas.

Houve tempo em que olhei para os teus retratos de menina como olho agora para a pequena imagem de Jacqueline morta.

Eras tão bonita!
Eras tão bonita, que merecias ter morrido na idade de Jacqueline.
— Pura como Jacqueline.

Castro reconhece derrota

NOVA DELHI — O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, disse ontem, nesta capital, onde o avião no qual retorna a Cuba após visita de cinco dias ao Vietnã do Norte fez uma escala, que "o retrocesso do movimento revolucionário no Chile, em consequência da deposição do governo de Salvador Allende, será temporário" e que "o imperialismo será rechaçado pelo povo chileno".

Numa entrevista improvisada à imprensa, Castro disse também que "Cuba denunciará no Conselho de Segurança das Nações Unidas o golpe fascista instigado pelos Estados Unidos no Chile". Antes de chegar a Nova Delhi, o avião da Aeroflot (empresa estatal soviética) fez uma escala técnica em Calcutá e Castro aproveitou para dizer que "o movimento de libertação de Havana levará o caso chileno ao Conselho de Segurança da ONU "somente para denunciar a violação do direito internacional". O dirigente cubano referiu-se às alegações de Cuba segundo as quais as Forças Armadas chilenas atacaram a embaixada cubana durante o golpe de Estado de terça-feira passada, ferindo algumas pessoas. Ao pedir a convocação da reunião ur-

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 18 de set. de 1973, p. 12.

A segunda notícia censurada no dia 18 de setembro foi "Castro reconhece a derrota" (Fig. 13), que retratava a passagem de Fidel Castro por Nova Deli, capital da Índia, onde ele afirmava que iria denunciar o novo governo chileno ao Conselho de Segurança da ONU por violação do Direito Internacional em razão dos ataques à embaixada cubana em Santiago do Chile. Somente uma linha da reportagem é censurada e suprimida, aquela em que Castro afirma: "o imperialismo será rechaçado pelo povo chileno" (Fig. 14). Uma clara alusão ao apoio norte-americano ao golpe militar no Chile.

No dia 22 de setembro, o *OESP* teve mais duas notícias censuradas, ambas na página 08. A primeira é uma matéria que traz críticas vindas de Pequim aos militares chilenos e denúncias de

Cuba na ONU de que a junta chilena torturava e assassinava pessoas que faziam oposição e resistência ao golpe (Fig. 15); a segunda, um apanhado geral sobre a repercussão do golpe militar chileno na Europa (Fig.17). Em substituição às duas matérias, o jornal colou, respectivamente, trechos dos poemas de Olavo Bilac, *O caçador de esmeraldas*, e dois poemas de Manoel Bandeira, *Mozart no céu* e *Canção*, como podemos observar abaixo:

Fig. 15: Matéria censurada



Fig. 16: Matéria publicada

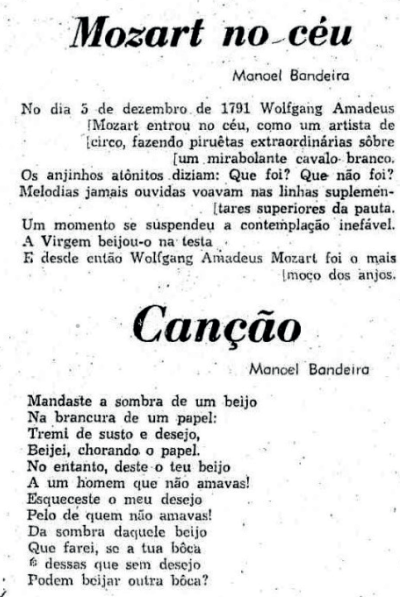


Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 22 de set. de 1973, p. 08.

Fig. 17: Matéria censurada



Fig. 18: Matéria publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 22 de set. de 1973, p. 08.

Em “Pequim continua a criticar militares” (Fig. 15), o jornal mostrava que a reação chinesa ao golpe militar era severa e reproduzia um pequeno trecho do discurso do primeiro-ministro Chu En-lai, na embaixada da França, no qual qualificava a morte de Allende como “heroica”, reforçando a tese do assassinato do presidente deposto. Citou também trechos do despacho da agência Nova China que informava que os chineses, ao se referirem ao caso chileno, insistiam em expressões como “resistência popular” e “justa luta do povo chileno” para qualificar a resistência ao golpe. Ao final, a nota fez referência às acusações de tortura e assassinatos de chilenos que resistiam e se opunham à Junta Militar na ONU e transcrevia parte da denúncia de um representante cubano no citado organismo internacional: “o novo governo chileno [...] continua a desumana caçada de revolucionários brasileiros, bolivianos, uruguaios e paraguaios”. O golpe foi parte “da estratégia norte-americana para eliminar outro baluarte do movimento popular de libertação latino-americano [...]”. Para substituir a matéria, o jornal colocou trechos do poema épico de Olavo Bilac *O caçador de esmeraldas* (Fig. 16), dedicado às aventuras heroicas do bandeirante Fernão Dias Pais Leme no sertão de Minas Gerais. O poema narra, a seu modo, um importante momento da história nacional: a ação do bandeirante no interior do país. Não sabemos ao certo porque este poema foi escolhido para figurar no lugar da notícia. Talvez pela visão ambígua e irônica do poeta sobre um personagem histórico e sobre a história.⁹⁸

Na reportagem “À distância, Europa condena os generais” (Fig. 17), a matéria informava que em quase todos os países europeus eram feitas críticas duríssimas ao golpe que derrubou o governo da Unidade Popular. Em Paris, o ex-presidente do Conselho de Ministros, Pierre Mendes-France, qualificou o golpe de “rebelião militar” e condenou o “silêncio do governo francês diante dos acontecimentos” ocorridos no Chile. Em Lousane, Suíça, organizações criticavam o silêncio do governo frente à tomada ilegal do poder e as “chacinas, prisões e torturas” decorrentes do golpe. Em Utrecht, na Holanda, o destaque foi para a denúncia de bispos sobre “repressões no Chile e a detenção de vários missionários holandeses”. Em Bruxelas, organizações e associações faziam apelo junto à ONU pela “integridade física dos chilenos e dos cidadãos estrangeiros que viviam no Chile, especialmente os refugiados políticos”. Em Roma, o Partido Democrata-Cristão apresentava ao Parlamento uma “interpeção sobre os graves acontecimentos no Chile” e emitia uma nota que dizia: “a experiência em curso [...] já revela abertamente as consequências reacionárias e totalitárias do golpe de Estado: a dissolução do Parlamento, a violência contra as forças políticas, a mortificação da liberdade de imprensa, a dura repressão da resistência.” A matéria mostrou que em Londres o governo britânico estava prestes a reconhecer o novo regime e em Madrid, depois de uma consulta aos Estados Unidos e à Comunidade Econômica Europeia, o governo franquista enviou ajuda ao novo governo do Chile. Em substituição à reportagem proibida de circular, o *OESP* optou por colocar no lugar dois poemas de Manoel Bandeira: *Mozart no céu* e *Canção* (Fig. 18). Os censores estavam atentos ao fato de o *OESP* insistir em publicar notícias já censuradas. Um exemplo foi a tentativa de publicar na edição do dia 23 de setembro a reportagem “À distância, Europa condena os generais”, que novamente foi censurada e em seu lugar foi colocada uma propaganda comercial.

⁹⁸ Para uma análise sobre o referido poema, ver SALES, 2012.

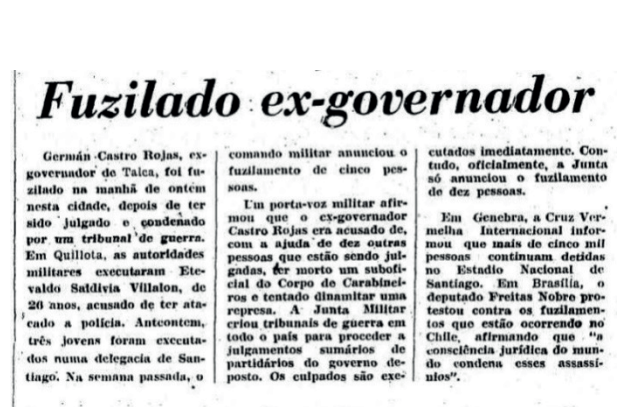
Ao lado desses dois poemas – onde deveria ter sido publicada as duas matérias já mencionadas – figura uma reportagem com dois trechos de uma entrevista concedida pela viúva do presidente deposto, Hortensia Allende, ao jornal mexicano, *Excelsior*, e à *BBC* de Londres. Na primeira, a viúva fazia críticas duríssimas ao que acontecia no Chile, elogiou Allende e o General Carlos Prats e acusou a justiça chilena de ser classista. Na segunda, ela afirmou que Allende “morreu lutando” e lamentou o fato de seu corpo ter sido colocado em um ataúde de alumínio, com uma espécie de visor que permitia ver somente o que lhe parecia “um corpo deformado coberto por um lençol branco. Salvador foi sepultado muito secretamente. O local estava repleto de soldados armados de metralhadoras. Nenhuma bandeira cobria seu ataúde. Foi o pior dia da minha vida”. Apesar do tom da entrevista ter sido muito mais contundente do que aquele trecho suprimido na edição de 18 de setembro (ver fig. 05), no qual a viúva de Allende afirma que durante o governo da UP o Chile vivia uma ampla liberdade de imprensa, ela não foi censurada. O que evidencia que a censura não tinha critérios muito estabelecidos para realizar a censura ao *OESP*.

No dia 28 de setembro foi censurado trechos da matéria, “Fuzilado ex-governador”, que noticiava como a polícia chilena estava vasculhando o país à procura do agitador brasileiro Sérgio de Moraes, idealizador dos chamados tanques do povo (carros guincho adaptados para combate):

Fig. 19: Matéria censurada



Fig. 20: Matéria publicada



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 28 de set. de 1973, p. 07.

A matéria traz quatro breves notícias. A primeira dizia respeito aos fuzilamentos de pessoas ocorridos em várias regiões do Chile pelas “autoridades militares”, entre as quais estava o ex-governador Castro Rojas acusado de ter, junto com outros indivíduos, assassinado um suboficial do Corpo de Carabineiros e de ter tentado implodir uma represa. A matéria informou que “a Junta Militar criou tribunais de guerra em todo o país para proceder a julgamentos sumários de partidários do governo deposto” e que os culpados seriam “executados imediatamente”. Porém, oficialmente, a Junta

teria anunciado o “fuzilamento de dez pessoas”. O segundo trecho censurado na matéria (Fig. 19) foi sobre o engenheiro brasileiro e militante do PCB, Sergio de Moraes, que se encontrava exilado no Chile desde que saiu da prisão em 1972. A matéria informou que a polícia estava a procura “do agitador brasileiro Sérgio de Moraes, idealizador dos chamados tanques do povo (carros-guincho marca Yale)” e reproduziu a fala do ministro do Interior, Oscar Bonilla, sobre o caso: “em sua monstruosa mente de assassino, o agitador Sérgio de Moraes propôs a compra de bombas ejetoras de água, às quais seria acrescentada uma solução de 10 por cento de ácido sulfúrico para serem utilizadas contra as forças policiais ou mesmo contra os trabalhadores que tentassem expulsar da fábrica Madeco os extremistas marxistas”. Pouco depois, o brasileiro foi confinado no Estádio Nacional e, por interferência do Alto Comissariado da ONU, foi libertado e passou a viver no exílio na URSS e depois na Suíça.⁹⁹ A terceira informação da matéria vinha de Genebra e relatava que a Cruz Vermelha Internacional havia denunciado a existência de 5 mil pessoas detidas no Estádio Nacional em Santiago. A quarta e última informação foi sobre o protesto do jornalista e Deputado Federal pelo MDB, Freitas Nobre, contra os fuzilamentos no Chile: “a consciência jurídica do mundo condena esses assassinios”.

No dia 29, o *OESP* teve sua última matéria censurada no mês de setembro. Trata-se de um pequeno trecho sobre a detenção de brasileiros no Chile (Fig. 21): “pelo menos 30 brasileiros se encontram entre os detidos. Fontes diplomáticas disseram que muitos brasileiros que constavam da lista de presos, desapareceram do estádio, sem que as autoridades militares” soubessem “explicar a razão. As mesmas fontes temiam pela sorte de sete brasileiros implicados no sequestro do embaixador da suíça no Brasil. Acrescentaram que membros da polícia política do Brasil chegaram a Santiago há alguns dias e que se mostram muito ativos”. Com o aumento da repressão no Brasil, principalmente durante o governo de Emílio Médici (1969-1974), muitos brasileiros foram para o Chile em busca de exílio político, o que levou o governo militar a monitorar as atividades de seus exilados antes do golpe e com a colaboração de militares chilenos. O governo brasileiro acompanhava o processo de desestabilização do governo da Unidade Popular com bastante interesse. De acordo com Paidrós (2013, p. 238), “o governo ditatorial no Chile contou com o apoio e auxílio da ditadura brasileira em questões materiais, políticas, diplomáticas, militares e policiais.” As notícias que insinuavam ou tentavam mostrar qualquer tipo de ajuda ou contato do Brasil, antes ou depois do golpe, com a junta militar chilena eram censuradas:

⁹⁹ Sérgio de Moraes retornou ao Brasil em 1979 e integrou a luta pela redemocratização e à campanha pela Anistia. Em 2010, publicou suas memórias, *viver e morrer no Chile* (Contraponto).

Fig. 21: Matéria censurada

toridades militares".
 Diplomatas e membros da Cruz Vermelha Internacional manifestaram-se preocupados pela situação reinante no Estádio Nacional, onde estão presos mais de cinco mil pessoas. Pelo menos 30 brasileiros se encontram entre os detidos. Fontes diplomáticas disseram que muitos brasileiros que constavam da lista de presos, desapareceram do estádio, sem que as autoridades militares saibam explicar a razão. As mesmas fontes temiam pela sorte de sete brasileiros implicados no sequestro do embaixador da Suíça no Brasil. Acrescentaram que membros da polícia política do Brasil chegaram a Santiago há alguns dias e que se mostram muito ativos. Três sacerdotes canadenses que foram expulsos do Chile e que chegaram ontem a Montreal, denunciaram a existência de "assassinios em massa no Chile e campanha generalizada de delação". Em Buenos Aires, a embaixada do Chile divulgou um comunicado desmentindo essas versões e afirmando que "todas as pessoas detidas em Santiago, sejam chilena sejam estrangeiras, estão recebendo tratamento humanitário".

Fig. 22: Matéria publicada

refugiados procurados pelas autoridades militares".
 Diplomatas e membros da Cruz Vermelha Internacional manifestaram-se preocupados pela situação reinante no Estádio Nacional, onde estão presos mais de cinco mil pessoas. Três sacerdotes canadenses que foram expulsos do Chile e que chegaram ontem a Montreal, denunciaram a existência de "assassinios em massa no Chile e campanha generalizada de delação". Em Buenos Aires, a embaixada do Chile divulgou um comunicado desmentindo essas versões e afirmando que "todas as pessoas detidas em Santiago, sejam chilena sejam estrangeiras, estão recebendo tratamento humanitário".

Rumor de

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 29 de set. de 1973, p. 05.

A partir do dia 25 de setembro, depois que o governo chileno liberou a entrada de jornalistas estrangeiros no Chile, o *OESP* enviou um novo jornalista para o país: Clóvis Rossi. O primeiro texto que publicou como enviado especial, procurava apresentar os problemas que a população enfrentava como a falta de pão, o toque de recolher, a inflação, a falta de liberdade de imprensa, as perseguições, os fuzilamentos.¹⁰⁰ Pouco depois, em 28 de setembro, publicou um texto bem mais opinativo no qual avaliava a posição da Democracia Cristã ao saber que a Junta Militar havia colocado todos os partidos em recesso. Segundo ele, foi a partir de então que a DC percebeu que ela não mais influiria nos destinos do país, o que ele chamou de "a hora da verdade". As decisões políticas, escrevia Rossi, pertenciam aos quartéis e aos técnicos. A DC descobria, segundo ele, que a situação chilena se resumia a uma expressão do Brigadeiro Rodrigo Otávio Jordão Ramos, de meados de 1968: "o problema já não é mais político-militar, mas militar-político". No dia em que a Junta cassou todos os partidos de esquerda e colocou em recesso todos os outros partidos, incluindo a DC, o seu líder, o senador Patricio Aylwin afirmou: "este não é o momento para falar".¹⁰¹ A ilusão ou a crença que haveria no país um rápido retorno às normas constitucionais estavam se dissipando em altíssima velocidade. A lado de uma perspectiva mais analítica de Clóvis Rossi sobre os acontecimentos no Chile, o jornal mantinha o correspondente, Abraham Santibáñez, com suas tentativas de justificar e defender o golpe militar no Chile. Na sua reportagem "Restauração nacional, o lema", insistia na ideia de que a situação no país estava voltando à normalidade: "tudo parece voltar à normalidade, com a exceção observada há alguns dias dos inconvenientes provocados pelo rigoroso toque de recolher nas principais cidades do Chile, e que em Santiago se estende desde às 20 horas até às seis horas da manhã seguinte. Como

¹⁰⁰ EUA reconhecem a Junta chilena. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 25 de set. de 1973, p. 1.

¹⁰¹ Partidos já não contam no Chile. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 28 de set. de 1973, p. 1.

todos parecem compreender, esse é o preço a ser pago antes de poder eliminar as últimas tentativas desesperadas dos partidários do ex-presidente Allende”.¹⁰²

Na capa do *OESP* do dia 30 de setembro, Clóvis Rossi, na matéria “Junta elimina as velhas estruturas”, mostrou o início da intervenção nas universidades chilenas. Era o começo de “desmontagem das estruturas tradicionais da sociedade, um trabalho cujos desdobramentos, a médio e longo prazo” eram “imprevisíveis”. Desmontar as “estruturas da sociedade” significava, naquele momento, desarticular qualquer possibilidade de reação nas universidades às imposições da Junta Militar e, claro, desarticular qualquer mobilização das esquerdas em âmbito universitário. A reação do Reitor da Universidade do Chile, Edgardo Boeninger, ao tomar conhecimento da decisão da Junta Militar de intervir nas Universidades foi, segundo o jornalista, resumida na seguinte frase: “Entendo, acato e lamento”. Naquele momento, de acordo com informações da matéria, reitores de nove universidades, embora já demitidos, haviam renunciado a seus cargos, sendo acompanhados por professores, diretores e funcionários administrativos. O motivo para a “reorganização das universidades” era eliminar a “infiltração marxista”. Para a Junta Militar, na análise de Rossi, se não houvesse uma intervenção nas universidades não seria possível “extirpar o câncer marxista”, frase intensamente utilizada pelos militares. O objetivo era afastar professores e funcionários administrativos envolvidos em atividades extremistas e, concomitantemente, colocar em prática novas orientações que deveriam ser “impressas nos cursos”. A matéria informou que na capital chilena, o reduto de marxistas e extremistas ficava na Sede Oriente da Universidade do Chile, onde funcionavam as faculdades de Pedagogia e Filosofia. No final do mês de setembro, de acordo com o jornalista, o problema nas universidades era o mais tenso e o controle da Junta Militar era “absoluto”. Evidentemente, é um exagero falar em controle absoluto, mas o controle era suficiente para evitar reações mais contundentes ao novo governo. Controle conseguido às custas de meios coercitivos e violentos.¹⁰³

Também, nesta última edição do mês de setembro, o correspondente do *OESP*, Abraham Santibáñez, na sua matéria “A semana chilena teve até minicrise”, abordou, entre outras coisas, a troca de nomes no Ministério da Educação: o civil José Navarro foi substituído pelo vice-almirante Hugo Castro, evento que ele chamou de “minicrise”. A substituição ocorreu em razão dos conflitos entre o ministro e o Reitor Edgardo Boeninger que, apesar de ambos terem “combatido na mesma barricada contra o regime marxista”, desentenderam-se a respeito da “reorganização do Ensino Superior”. Navarro foi enviado como embaixador para a Costa Rica e Boeninger, juntamente com outros reitores, foi colocado “em caráter de demissionário” por decreto da Junta Militar. Segundo o correspondente, os reitores estavam sendo substituídos por uma junta de reitores-delegados com a tarefa de reorganizar em todos os níveis o ensino superior do país. Nessa mesma matéria, Santibáñez insistiu na defesa de que o país estava voltando à normalidade: a vida comercial nas cidades começava a recuperar a

¹⁰² Restauração nacional, o lema. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 25 de set. de 1973, p. 25.

¹⁰³ Junta elimina as velhas estruturas. *O Estado de S. Paulo*, ano 94, n. 30, 25 de set. de 1973, p. 1.

fisionomia normal; as revistas informativas voltavam a circular com altos índices de tiragens, como as revistas *Ercilla* e *Vea*; os cassinos voltaram a funcionar, bem como todo tipo de diversão e espetáculo, como as sessões de *strip-tease*. Enfim, segundo ele: “essa normalidade, contudo,” tinha “um preço. De um lado, o toque de recolher e, de outro, uma insidiosa onda de rumores, denunciada pelas autoridades. O maior preço, entretanto, foi aquele pago por certos tipos de gênero alimentício, como o da carne bovina – que, para a alegria de todos os habitantes de Santiago, apareceu no mercado depois de meses. O Chile volta à normalidade, porém sente os reflexos de sua difícil e sombria situação econômica.” Santibáñez não ressaltou ou lamentou que essa “normalidade” se constituía por meio da instituição de um regime extremamente autoritário onde a democracia não tinha vez. Ignorava em seu raciocínio às medidas tomadas pela Junta Militar nos primeiros dias após o golpe: censura, estado de sítio, fechamento do Congresso, recesso dos partidos políticos considerados não marxistas e cassação dos partidos de esquerda; intervenção militar nas universidades, truculência, violência, prisões e assassinatos. O correspondente apenas lamentou a crise econômica desconsiderando os problemas políticos e a violação dos direitos humanos.

Ainda na edição do dia 30 de setembro, o jornal publicou uma matéria com teor político que já tinha passado pelo crivo da censura em edições anteriores. A matéria, de Havana, informava que Fidel Castro negava que a queda de Allende havia infligido uma derrota para as esquerdas na América Latina e mais especificamente para o regime cubano; muito pelo contrário, “o prestígio da revolução cubana” era “maior do que nunca” e suas reações com os países socialistas “mais sólidas do que nunca”. Além disso, o líder cubano acusava os Estados Unidos de ser o “principal instigador das forças que depuseram Allende”, ressaltava que “o imperialismo” era “uma ameaça constante” e advertia para o perigo de um golpe militar na Argentina, assim como já tinha ocorrido no Chile, Uruguai e Bolívia. Por fim, o *OESP* reproduziu trechos de uma entrevista concedida por Radomiro Tomic, ex-candidato presidencial e dirigente de uma ala mais à esquerda da Democracia Cristã, a jornais italianos. Tomic afirmava que “seria injusto atribuir à Democracia Cristã a responsabilidade direta no golpe de Estado”. Na entrevista, ele procurou fazer uma *mea-culpa* sobre o posicionamento do partido em relação aos acontecimentos no Chile:

Patricio Aylwin e os outros quatro membros da direção (do PDC) [...] sempre foram sinceramente contrários à ruptura institucional. Outros, em vários níveis da hierarquia do partido, diziam que o governo de Allende estava desintegrando o país e tinha de ser deposto o mais rapidamente possível. Isso é verdade e agiríamos mal se pretendêssemos negar o fato. [...] Seria injusto crer que as responsabilidades de alguns são maiores que as de outros, mas, mais ou menos, todos estamos levando a democracia chilena ao matadouro. Ninguém tem dúvida de que as responsabilidades mais graves no desastre que estava à vista foram resultantes da falta de visão política e dos sectarismos do governo da Unidade Popular. Mas eles não são os únicos responsáveis. Existem outros, dentro e fora dos partidos políticos.

Radomiro Tomic reconhecia que a democracia no Chile estava morta (“democracia chilena ao matadouro”), defendia o presidente da Democracia Cristã, fazia uma *mea-culpa*, mas

deixava bem claro que o grande culpado e responsável por tudo era mesmo a Unidade Popular que, sem visão política e com sectarismo, levou o Chile ao desastre. Não menciona, pelo menos nos trechos da entrevista transcritos pelo *OESP*, que durante o governo Allende a Democracia Cristã pouco contribuiu para contornar os momentos de crises, principalmente no que dizia respeito a manter um diálogo com o governo da Unidade Popular.

No mês de setembro de 1973, o *OESP*, mesmo com um sensor em sua redação, conseguiu divulgar, por meio de matérias reproduzidas de agências internacionais e de matérias publicadas pelos enviados especiais e correspondentes, a tomada do poder pelas Forças Armadas e os primeiros dias dramáticos e violentos do novo governo. Após 11 de setembro, algumas matérias foram censuradas; mais precisamente aquelas que tocavam em assuntos proibidos pelo governo militar para a divulgação na imprensa. No mês de setembro, nenhuma das matérias censuradas eram dos enviados especiais, correspondentes ou dos editoriais do *OESP*; todas eram reproduções de agências internacionais de notícias. Concordamos com a tese defendida por Beatriz Kushnir (2012) de que no Brasil a grande imprensa esteve bem distante de resistir ao regime militar e que acabou por acomodar à censura imposta pela ditadura brasileira. Os poemas publicados, os trechos cortados e as propagandas colocadas no lugar das matérias censuradas, que indicavam ao público que o veículo estava sob censura, revelam uma postura mais de acomodação do que de resistência.¹⁰⁴ Segundo a autora, não havia uma só capa mostrando que um jornal da grande imprensa estava sob censura ou mesmo espaços em branco que indicassem isso. No caso da cobertura sobre os acontecimentos chilenos, não havia uma única matéria ou capa do *OESP* – no período proposto para análise – que fizesse uma avaliação abertamente crítica à conspiração que levou ao poder a Junta Militar ou ao golpe de estado que instaurou um governo autoritário e truculento no Chile. Como apontamos no início deste trabalho, o *Estado de S. Paulo* não se apresentou crítico ao golpe de 1964 no Brasil; no caso chileno, não foi diferente.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota: Chile (1970-1973)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira A. de. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁰⁴ Já a historiadora Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 23) sustenta o contrário: “Tendo em vista a importância conferida pela censura na construção de uma imagem de regime político que ocultasse a existência concreta dos instrumentos repressivos, a denúncia ao público-leitor da presença de censores na redação por intermédio da substituição dos cortes por elementos que acusassem estranhamento pelo insólito de sua presença, constitui-se em uma importante medida de resistência à dominação”.

- BORGES, Elisa de Campos. “*Con la UP ahora somos Gobierno!*”. *A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.
- CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo” (1956-1970)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto histórias*. São Paulo. EDUC, nº 35, julho-dezembro, 2007.
- CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. *A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960: Régis Debray e o foquismo*. Dissertação de mestrado. UNESP, Franca, 2010.
- DALMÁS, Carine. *Brigadas muralistas e cartazes de Propaganda da experiência chilena (1970-1973)*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2006.
- DAVIS, N. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- DIAS, Luiz A. Informação e formação: apontamentos sobre a atuação da grande imprensa paulistana no golpe de 1964. *O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo*. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. 1ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.
- FREDRIGO, Fabiana. *Ditadura e Resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP/FRANCA, 1998.
- GAUDICHAUD, Franck. *Chile 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo*. Santiago: LOM Ediciones, 2016.
- GRILLO, Sheila de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MOISÉS, José Álvaro. A imprensa e a história. Entrevista com Ruy Mesquita. *Lua Nova*, vol. 01, n. 02, 1984, p. 26.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1965-1968. *Topoi - Revista de História*, v. 14, n. 26, jan./jul., 2013, p. 62-85.
- MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1983-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.
- ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica V. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2008.
- PINTO, Lúcio Flávio. A dignidade de Allende: semente para o futuro. *Gramsci e o Brasil, 2011*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1392>
- PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia*. La Experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

- SALINAS, Sérgio. *El tres letras. História y contexto del Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR)*. Santiago: Ril Editores, 2013.
- SANTOS, Emmanuel dos. A imprensa chilena, o jornal *El Mercurio* e o golpe civil-militar de Pinochet (1973). *Revista de História da UEG*, Goiás, v. 5, n. 02, 2016, p. 308-327.
- SETEMY, Adrianna Cristina. “*Em defesa da moral e dos bons costumes*”, a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- SERRA PADRÓS, Henrique; SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. *Outros Tempos*, vol. 10, n. 16, 2013, p. 229-255.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PARTE IV
HISPANO AMÉRICA

10. ENTRE A TRADIÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS POLÍTICOS: O MOVIMENTO OPERÁRIO E O GOVERNO ALLENDE

*Elisa de Campos Borges**

Um dos maiores desafios do movimento popular chileno nos anos 70 foi readequar sua forma de atuação dentro do novo marco político inaugurado com a eleição do socialista Salvador Allende. O programa político da Unidade Popular (UP) apontava que a única alternativa possível para buscar um caminho de desenvolvimento econômico e social era “terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, das oligarquias latifundiárias e iniciar a construção do socialismo no Chile” (PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1969, p.11). Entretanto, a sua principal novidade e que chamou a atenção da comunidade internacional estava relacionada à possibilidade de realizar uma transição ao socialismo em democracia. Ou seja, a eleição da UP e do seu projeto da “via chilena” representava a construção de um novo caminho que, ao contrário das outras experiências socialistas, não tomaria o poder pelas armas. As mudanças seriam graduais, respeitando a pluralidade democrática e aprofundando a participação popular em instâncias de elaboração, decisão e execução das políticas de Estado.

O debate sobre os caminhos para a revolução socialista era uma problemática latente entre a esquerda mundial. Na América Latina, o caso cubano era visto como uma possibilidade concreta de transição do sistema capitalista para o socialista, uma vez que Cuba possuía características econômicas, políticas e culturais muito parecidas com a de outros países latino-americanos. A figura de Che Guevara tornou-se símbolo e inspiração da revolução que legitimou a luta armada como referência para o caminho revolucionário na América Latina (LÖWY, 1999, p.10). No entanto, três anos anteriores, a União Soviética, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética realizado em 1956, aprovou como linha política, a coexistência pacífica que, junto com a leitura do Relatório Khrushchev sobre a chamada Era Stalin, dividiram os movimentos de esquerda que almejavam o socialismo. Na América Latina não foi diferente. Muitos partidos comunistas adotaram a coexistência pacífica como uma possibilidade de realizar a revolução sem necessariamente recorrer a via armada, uma vez que, segundo suas interpretações, era difícil desenvolver a linha cubana ou chinesa no continente.

Como aponta a historiadora Olga Ulianova (2005, p.06), o comunismo é caracterizado no século XX por uma política e ideologia global, destacando a pretensão da URSS em uniformizar ideologicamente, politicamente e organicamente todos os partidos comunistas de acordo com suas

* Professora de História da América Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elisacb@id.uff.br. Esse texto é uma síntese, com atualizações, de alguns debates presentes no livro que publiquei em 2015 com título “! Con la Unidad Popular ahora somos gobiernos!”. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende, pela Editora Multifoco.

orientações. No entanto, segundo a autora, esses partidos, embora estivessem dentro de uma mesma denominação, desenvolveram uma diversidade de teorizações e práticas políticas, afastando a pretensão uniformizadora do comunismo soviético. De acordo com Michael Löwy (1996, p.10), um dos principais desafios da esquerda latino-americana foi achar um ponto de equilíbrio entre o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo ao se referir às tentativas de formulação de um caminho revolucionário para os países da América Latina. A simples adoção de modelos ou a refutação total de outras experiências não poderia ser a tônica das vias a serem formuladas.

No caso chileno, essa tensão vai refletir nas posições do Partido Comunista e no Partido Socialista. Os comunistas ajustam sua linha política para a revolução não armada principalmente a partir da década de 1950.

O historiador Rolando Álvarez (2020) destaca que a vida política do PC foi marcada pela participação eleitoral no país, uma vez que o partido nunca abordou a luta armada como a única forma de tomada do poder. A escolha por essa via também era uma espécie de resposta à perseguição aos militantes, principalmente a partir do ano de 1948 quando é aprovada a “Lei Maldita” que colocou os comunistas na clandestinidade. As lutas políticas por democracia e direitos impulsionaram a atuação do PC e, tornava inviável um discurso que pudesse corroborar, naquele cenário político, com a violência, mesmo que fosse revolucionária.

Já o Partido Socialista se dividiu principalmente entre a linha que defendia um caminho sem armas para o socialismo e outro que, inspirado principalmente na Revolução Cubana, apontavam que “a violência revolucionária era inevitável e legítima”. Segundo o P.S, as formas pacíficas ou legais de luta (reivindicativas, ideológicas, eleitorais, etc.) não conduziam por si mesmas ao poder, além de considerá-las limitadas no que se refere à ação revolucionária. O Partido Socialista aprovou, em 1967, uma linha política abertamente marxista-leninista, dando um giro em sua estratégia que o acompanhará até o ano de 1973. Portanto, internamente o P.S teve que conviver com a dualidade de estratégias ocasionando divisões internas que refletiram na sua ação política (JOBET,1971,p.20).

Interessante ressaltar que, o Chile tentou formular a sua via para o socialismo influenciado pelas experiências socialistas mundiais, pelos debates econômicos realizados por economistas e sociólogos ligados a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), mas também a partir de análises sobre suas características históricas e específicas. O programa da “via chilena ao socialismo” era, portanto, uma tentativa de propor um caminho próprio que também dialogava com as outras experiências socialistas em alguns de seus pontos.

Para Unidade Popular estava claro que não bastava apenas ganhar a eleição. Era necessário realizar mudanças profundas que permitissem que os antigos grupos dominantes que estavam no poder fossem substituído por trabalhadores, camponeses e setores progressistas dos setores médios. (PROGRAMA BÁSICO DEL GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR, 1969). Por esse motivo,

rechaçavam receitas reformistas e afirmavam que o programa da UP era anti-imperialista, antioligárquico e antimonopolista. Sobre a estrutura política, o governo popular apresentava uma dupla tarefa: a de preservar e aprofundar os direitos democráticos e as conquistas dos trabalhadores; e transformar as instituições políticas para instaurar um novo Estado onde os trabalhadores e o povo teriam real exercício do poder. (PROGRAMA BÁSICO DEL GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR, 1969, p.14). O programa apresentava pontos fundamentais para abrir caminho para a transição: nacionalização do setor de minérios cobre e salitre, o desenvolvimento da chamada Área de Propriedade Social, Planificação da economia, Reforma Agrária e a transferência do poder do Estado para o povo, denominado então de poder popular ou Estado popular. Segundo o programa, essas mudanças possibilitariam o deslocamento do poder político e econômico para os trabalhadores.

Outra questão ressaltada pelo programa era a mobilização organizada dos setores populares para construir outra estrutura de poder. Uma nova constituição política seria aprovada para incorporar, de forma substancial, o povo no poder. Seria criada uma organização única do estado a nível nacional, regional e local que teria a Assembleia do Povo como órgão superior de poder e representaria a soberania popular.

Na avaliação dos partidos que compunha a coalisão política, para que o programa da UP pudesse ser implementado, era preciso um amplo apoio da sociedade. Para tanto, era indispensável repensar as formas de organização do movimento popular dentro o novo contexto. As lutas políticas deveriam estar em consonância com o novo momento político vivido e as disputas internas não poderiam dar a tônica das organizações populares.

O tema da participação dos trabalhadores no processo produtivo foi apresentado pelo governo, assim que assumiu o poder, como um elemento fundamental para a construção de uma nova democracia e de um novo sistema. Estes, não poderiam se restringir ao acesso ao voto, ou a espaços de discussão ou a melhorias econômicas, mas envolvia a tomada de poder pelos setores populares nos âmbitos mais profundos da sociedade. Esse debate tornou-se foco de discussões e tensões no país. Fundamentalmente, no caso dos operários, era necessário estimular a sindicalização dos trabalhadores ao mesmo tempo em que eram instituídos espaços diretos de participação que envolvia os sindicatos e os trabalhadores nas responsabilidades do processo produtivo.

Para a Unidade Popular, a longa tradição do movimento sindical chileno no século XIX e XX, e a importância da constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1953¹ que repre-

¹ A Federación Obrera de Chile (1909-1936) foi a primeira experiência de uma Federação Nacional que reuniu os sindicatos chilenos em torno de pautas comuns. Sua carta de princípios defendia a abolição do regime capitalista e a administração das indústrias pelo sindicato. A Confederação de Trabalhadores de Chile (1936-1946) possibilitou maior organização do movimento sindical. Segundo S. Barria, a falta de democracia interna e a intolerância ideológica entre as diversas correntes do movimento, as divisões internas do PS e do PC, conjuntamente com a repressão do Estado, provocaram sua desarticulação. Em 1950, iniciaram os esforços para a constituição da CUT com a criação do Movimiento Unitario de Trabajadores. Em 1952, formou-se a Comissão Nacional de Unificação, que aprovou uma plataforma de luta composta por 15 pontos reivindicativos que incluíam a igualdade de salários entre empregados e operários, nacionalização de empresas estratégicas, participação dos trabalhadores na direção das empresas, plano nacional de habitação, etc. Oficialmente,

sentou a unificação das forças políticas que atuavam no âmbito sindical, foram fundamentais para que a UP se apoiasse na Central como interlocutora entre as demandas dos trabalhadores e os projetos do governo. É claro que o fato dos comunistas e socialistas representarem as principais forças políticas na entidade foi importante para tal desenho institucional.

Deste modo, ainda em 1970 foi assinado um convênio entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Governo envolvendo pontos consensuais que deveriam ser implantados durante o mandato de Allende. Os pontos que compunham o acordo foram debatidos e aprovados pelo Conselho Diretivo Nacional da CUT e refletiam consenso no movimento sindical (ZAPATA, 1976, p. 48). Em seu conjunto, representava reivindicações históricas do movimento sindical, que, entravam na pauta prioritária do governo, aumentando as expectativas dos trabalhadores em relação ao momento vivido no país. Dentre os pontos acordados destacamos apenas alguns, como por exemplo, a necessidade de organizar a participação dos trabalhadores na direção das empresas; reforma de parte do Código do Trabalho; reajuste dos salários; reconhecimento legal da CUT e o estabelecimento de um sistema de contribuição sindical; reajuste das pensões e aposentadorias; medidas para proteger o emprego, reformas da lei de estabilidade, dentre outros.

Allende reafirmou em discurso no Dia do Trabalho, 1º de maio de 1971, que estava abrindo um novo horizonte para os trabalhadores, principalmente nas áreas da economia social e mista em função do sistema de participação. Os trabalhadores deixariam de ser simples assalariados para integrar-se, junto com o Estado na direção das empresas, respeitando a organização sindical que, reconhecidamente, deveria ter outro papel no processo político. Reafirmava ainda a necessidade de constituir os comitês de produção na área privada para ajudar no processo da batalha da produção. Allende reafirmava:

[...] debe comprenderse que la actividad de las empresas no nacionalizadas, las empresas medianas y pequeñas, es indispensable en el proceso del desarrollo económico. Queremos que haya comités de producción, porque el trabajador no es una máquina; es un ser humano que piensa, sufre, tiene esperanzas y puede contribuir al mejoramiento de la producción, aun en esas organizaciones (QUIROGA, 1989, p. 65).

No governo Allende, o projeto de participação era um dos pilares da política econômica da coalizão socialista e da construção de novos referenciais democráticos. A UP defendia a constituição de uma gestão partilhada entre governo e trabalhador na Área de Propriedade Social e Mista (APSM), sendo o interventor o representante político do Estado. Sua responsabilidade era fazer cumprir as diretrizes e metas produtivas estabelecidas pela área econômica do governo; e poderia ou não ter vínculo com a empresa na qual assumiria tal função. Claro que havia uma expectativa por parte dos trabalhadores, do movimento sindical e dos partidos políticos quanto à nomeação do interventor. Geralmente, os trabalhadores e o sindicato preferiam alguém que trabalhasse na indústria ou que já

o Congresso Constituinte da CUT é realizado em fevereiro de 1953 com a participação de 2.355 delegados de 952 organizações sindicais (BARRÍA, 1971, p. 49).

tivesse experiência no ramo da produção. Entretanto, este não era o critério mais importante para a UP, causando, muitas vezes, conflitos no interior da fábrica em função da chegada de interventores políticos.

Em relação à autogestão, a UP concordava em instituí-la apenas em empresas medianas e pequenas, que tinham menor impacto no sistema produtivo do país. Essa posição era apoiada pelos Partidos Comunista, Radical e parte do Socialista. Já outra parte do PS, Movimiento de Acción Popular Unificado e Izquierda Cristiana defendiam o modelo de autogestão.

O sistema de participação, se não tivesse o poder, de fato, de influenciar na direção das fábricas, como bem coloca Espinosa e Zimbalist (1972, p.191), poderia tornar-se apenas instrumento de “humanização” do trabalho, e não um instrumento para alterar as relações de produção. Como afirmam os autores, a humanização do trabalho, longe de ameaçar o controle capitalista sobre o processo de produção, promoveria a identificação dos trabalhadores com o capital e fortaleceria o controle capitalista. O fato de o Estado ser dono ou acionista majoritário de uma empresa não significava que ela deixaria de ter uma estrutura capitalista, uma vez que a circulação do capital condicionava qualquer forma de produção e expansão da massa salarial. Portanto, mais que um tema de controle da produção, discutir o sistema de participação significava discutir os limites do capitalismo e os caminhos para a transição ao socialismo.

Em maio de 1971, finalmente governo e CUT apresentaram o documento *Normas básicas de participación de los trabajadores en la dirección de las empresas de las áreas social y mixta*, que estabelecia as princípios gerais para organização do sistema de participação. O documento reafirmava a tese da UP que designava a participação da classe trabalhadora organizada como o principal fator que permitiria a consolidação das transformações econômicas e estruturais necessárias à transição ao socialismo. Segundo o documento, a participação dos trabalhadores se daria em dois níveis: a) na planificação econômica nacional, regional e setorial; b) na direção das empresas da área social e mista. No primeiro nível, a participação envolvia os representantes sindicais, como a CUT, Federações e Confederações, e os organismos superiores de planificação, para discussão do plano geral da área nacionalizada. O segundo nível de participação correspondia à atuação direta dos trabalhadores no sistema produtivo do país através da elaboração, em cada indústria, de um plano de produção a ser executado. Segundo o documento, essa forma de participação iria “consolidar una firme base económica y social que permitirá abrir el camino hacia la implantación del socialismo” (ZAPATA, 1976, p. 48).

É importante afirmar que a instauração de um processo participativo no interior das indústrias, mesmo que proposto conjuntamente entre governo e CUT, pressupõe confronto, disputa política, radicalização entre as esferas governamentais e dos sindicatos locais. Portanto, não foi um processo pacífico, no qual as regras funcionaram perfeitamente, pelo contrário, existiu muito conflito.

O movimento sindical e partidos políticos disputavam a eleição dos representantes das indústrias e, ainda, pressionavam o governo para escolher um interventor entre os funcionários da própria indústria. Em outras palavras, a partir da implantação do sistema participativo, algumas das diferenças entre as linhas políticas dos partidos e do movimento sindical se transferiram para a eleição dos representantes na indústria. A eleição destes representantes era realizada diretamente nas assembleias sindicais de base, e era vedada a candidatura de dirigentes sindicais, justamente para tentar preservar a independência sindical.

Para a aplicação das normas básicas, deveria ser criado em todas as empresas da área social e mista um Comitê Executivo composto de quatro representantes da CUT, dois representantes do Ministério da Economia, um representante do Ministério do Trabalho, um representante da Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN) e um representante do Instituto Nacional de Capacitación (INACAP). Além desse Comitê o sistema de participação negociado entre governo e CUT apresentava a seguinte formatação: o Conselho de Administração era o organismo superior de todo o sistema, e era nele que se tomavam as decisões de uma empresa. Integravam o Conselho cinco representantes do Estado, cinco representantes dos trabalhadores (três da produção, um administrativo, um trabalhador profissional ou técnico), cinco representantes estatais e um administrador designado pelo Estado, que presidia o Conselho. Todos tinham direito a voz e voto. É importante ressaltar que, pela proposta, o governo sempre teria maioria nas instâncias de decisão do sistema participativo, fato que estimulou a discussão do processo de cogestão e autogestão nas indústrias e da própria finalidade da participação dos trabalhadores no processo.

O sistema de participação proposto pelo governo e acordado com a CUT, era complexo e atingia níveis diferenciados de organização dos trabalhadores e do processo produtivo. Chegou-se, inclusive, a distinguir a forma de participação naquelas empresas com uma ou mais unidades de produção. Para Allende, o atual governo inaugurava uma nova postura dos trabalhadores chilenos, uma vez que teriam a responsabilidade também na administração do seu local de trabalho, dando um passo importante para a constituição do poder popular, como previa o Programa da UP (NORMAS BÁSICAS DE PARTICIPACIÓN..., maio de 1971, p. 2).

Apesar da concordância sobre a importância da participação de trabalhadores nos comitês e no sindicato, é evidente que ocorreram muitos conflitos entre as decisões tomadas pelo sistema de participação interna e os sindicatos, principalmente quando o interventor nomeado pelo governo utilizava o seu voto. O problema, portanto, era resolver o impasse de como fazer prevalecer os interesses do governo popular conjugado com os interesses e exigências locais das categorias. A sutileza do controle do processo estava entre as principais preocupações da UP.

Apesar do otimismo do governo e da CUT com o sistema, existem indícios que apontam que na maioria das empresas nacionalizadas, apenas dois comitês funcionaram conforme o previsto:

os Comitês de Produção e o Conselho Administrativo, enquanto as assembleias dos trabalhadores aconteciam de acordo com as necessidades do sindicato (CHILE HOY, 28 jul/3 ago, 1972).

Um dos elementos que dificultaram o processo de participação foi a estrutura sindical nas empresas onde havia mais de dois sindicatos, o que era permitido pelo Código de Trabalho. Essa questão gerava problemas na identificação do papel de cada um no processo, e, por isso, a CUT insistia na constituição de sindicatos únicos na empresa. Outra dificuldade foi o papel das Federações que participavam da estrutura da Central, mas que estavam fora do sistema de participação. Também existia a questão da falta de qualificação dos trabalhadores para assumir alguns níveis de cogestão ou de direção na indústria e da falta de informação sobre o sistema nas bases, limitando o sistema, em alguns casos, aos líderes sindicais. A postura de alguns interventores dificultava a organização do sistema de representação por concentrar o poder de decisão a um seleto grupo de administradores da empresa. Quer dizer, o próprio sistema gerava vícios internos que necessitavam correções (VVAA, 1990).

Para Julio Faúndez (1979, p.257-258), a decisão do governo de manter duas formas de representação do trabalhador – pelo sindicato e por representantes escolhidos em assembleia – acabou por provocar ressalvas entre alguns dirigentes sindicais, pois havia no mínimo três instâncias que pretendiam representar os interesses dos trabalhadores: o Comitê Coordenador, o Conselho Administrativo e o sindicato. Entretanto, aqui estava um problema importante que refletia também os limites do processo. Os sindicalistas tinham receio de que a nova forma de participação gerasse a criação de organizações paralelas ao sindicato tradicional, ou então que tornassem formas de disputa entre o sindicato e os trabalhadores de correntes políticas diferentes. Assim, criticava-se qualquer atuação que colocasse em risco a hegemonia do aparato sindical.

Ao mesmo tempo, sindicalistas criticavam a concentração das decisões no Conselho de Administração, no qual o governo era maioria, e, portanto, muitas discussões ali realizadas tornavam-se mera formalidade, uma vez que a diretriz defendida pelo interventor no Conselho Administrativo era, quase sempre, a aprovada. Era, portanto, um sistema de coadministração em que a palavra do governo sempre seria a decisiva. A lógica tradicional do movimento sindical continuava vigorar mesmo no governo popular uma vez que, ao mesmo tempo em que reivindicava maior autonomia apresentava receio em perder posições políticas dentro das indústrias para uma nova forma de organização.

A CUT sempre foi pensada pelo governo como um elemento que daria sustentação ao governo justamente pela tradição do movimento operário, construída desde o século XIX, e pelo papel central da economia e da sua relação com os meios de produção para abrir caminho ao socialismo. Como afirmou Allende em discurso proferido pelo dia da nacionalização do cobre, em 11 de julho de 1971: “trabalhadores o futuro da pátria está em suas mãos. A trabalhar mais, a produzir mais, a defender a revolução desde o ponto de vista político com a Unidade Popular e defender a revolução com a produção que afiançará o governo do povo” (QUIROGA, 1989, p. 103).

O reconhecimento da tradição sindical na conjuntura política do Chile foi fundamental para as opções políticas realizadas pelo governo da UP, dentre elas a de transformar a CUT em um dos pilares de sustentação do governo.

O histórico do movimento operário está diretamente relacionado ao processo de democratização do país e à elaboração de legislações específicas de regulação da relação capital-trabalho. Como afirma Crisóstomo Pizarro (1986,p.193), o século XX no Chile foi um período de grandes greves operárias e marcou a presença do “povo-trabalhador” na sociedade e na política.

O sindicalismo chileno caracterizou-se pelo número crescente de pequenos sindicatos, concentrados, sobretudo, nas grandes cidades e no setor industrial. Portanto, o desafio do movimento era criar entidades gerais que pudessem congregar toda essa fragmentação de sindicatos e aumentar o poder de pressão social. Por isso, o esforço principal da esquerda chilena foi fundar entidades nacionais como a Federación Obrera de Chile (FOCH), em 1909; a Confederación de Trabajadores de Chile (CTCH), em 1936; e a Central Única de Trabajadores, em 1953.

Segundo o autor Allan Angell (1974, p.14-15), o movimento sindical chileno se diferencia das experiências latino-americanas por pelo menos três singularidades: a) movimento sindical era representativo da força operária ativa; b) não era controlado pelo estado ou por empresários, nem secretaria ou ministério do trabalho; c) vários partidos de diferentes ideologias competiam ativamente para obter a direção dos sindicatos; d) número crescente de pequenos sindicatos, refletindo a organização econômica do país.

Autores como Alan Angell (1974), Jorge Barria (1971) e Crisóstomo Pizarro (1986) defendem a tese de que, no Chile, é impossível falar em movimento sindical sem relacioná-lo com a atuação dos partidos políticos. Afirmam, ainda, que a principal característica do movimento sindical é sua extrema politização, mesmo que em níveis distintos e as tensões internas na CUT continuavam a refletir os conflitos existentes entre as bases políticas dos partidos. Também era pouco provável que um líder sindical, sem filiação partidária ou sem o apoio expresso dos partidos, chegasse a um cargo importante de uma central sindical.

Assim, segundo os autores, é plenamente possível estabelecer um paralelo entre o desenvolvimento das linhas políticas dos partidos de esquerda e sua unidade interna, sobretudo PC e P.S, com a consolidação de entidades gerais do movimento operário. Esses dois partidos também tinham como estratégia de crescimento fortalecer a atuação entre os trabalhadores chilenos. Entre os anos de 1930 e 1960, dirigentes sindicais comunistas e socialistas passaram a se candidatar para as eleições parlamentares. Com isso, os sindicatos puderam contar com maior respaldo em suas negociações com o parlamento para aprovação de leis que beneficiassem a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo acirrou a disputa pela liderança sindical.

O fato é que até 1970, o movimento sindical tinha como pauta principal a melhoria das condições de trabalho e estava marcado pela resistência às formas capitalistas de organização do trabalho e da sociedade. Com a eleição de Salvador Allende, fez-se necessário rever suas formas de atuação. Como ressaltou o presidente da CUT na época, Luis Figueroa, a dimensão do projeto da UP não permitia aos sindicatos continuar se preocupando em lutar pelas reivindicações salariais. Nesse novo momento, os sindicatos deveriam se preocupar em ajudar o governo a implementar seu programa, uma vez que este significaria uma mudança importante nas relações de trabalho. Portanto, a defesa dos interesses dos trabalhadores estava associada à defesa do processo global de transformação. Reiterou que em períodos anteriores os trabalhadores necessitavam se unir para se defenderem da exploração, mas naquele momento, a unidade de classe era para construir a “felicidade” do povo. É dizer, o movimento sindical deveria se adequar a nova realidade: a do governo chileno ser conduzido por socialistas e comunistas sob um programa que abriria caminho à transição socialista. (El Siglo, Santiago: mai 1972)

Entretanto, como lembra Hugo Valenzuela, os sindicatos não sabiam como se organizar diante da estatização das empresas, ainda menos como modificar sua tradição para enfrentar os desafios que vieram com o governo da UP:

[...] nós sempre lutamos contra o governo, contra o patrão. Fazíamos greves, realizávamos piquetes, paralisávamos a produção. Agora estavam nacionalizando as empresas e nos entregavam as chaves... íamos lutar contra o companheiro presidente? Não. Agora a empresa estava nas mãos dos trabalhadores e nós esperávamos poder nos organizar para enfrentar este novo período. O que ia passar agora? Não tinha a menor ideia. Nos perguntavam como se dará nossa participação? Eu, como presidente do sindicato, não tinha a menor ideia do que responder. Começa um processo de aprender e ensinar. Nós não estávamos preparados para um governo da magnitude de Salvador Allende, das pretensões que ele tinha. Nós éramos trabalhadores que sentíamos que víamos muitas injustiças e isso se refletia nos salários baixos... a maioria dos trabalhadores não tinha ideia do que era a Unidade Popular e não tinha ideia de como ia funcionar tudo isso de estatizar a empresa, qual papel íamos jogar os sindicatos, os trabalhadores, o que ia passar com os antigos donos da indústria (VALENZUELA, 2009).

Faltava experiência para enfrentar o novo momento e, por isso, a solidariedade e o apoio entre trabalhadores e lideranças sindicais tornou-se fundamentais para constituição de novas relações de trabalho no interior do “chão da fábrica”.

A experiência do governo Allende introduziu grandes debates no movimento sindical. Os movimentos populares passaram anos se opondo às políticas estatais que pouco lhes ofereciam, e, agora se viam diante do desafio de atuarem num marco de grande identificação com as propostas e ações do governo popular, porém, sem perder a independência como entidades políticas. Tornou-se evidente a existência de uma linha tênue separando o apoio à estabilidade política do governo e a luta pelas reivindicações do operariado. Era necessário medir a intensidade da atuação do movimento para não fragilizar o governo. Exigia-se menos corporativismo e mais avaliação política. Esse giro na tática do movimento operário produziu dificuldades no meio sindical.

Era preciso, por exemplo, adequar a estrutura sindical ao novo momento vivido. Os sindicatos deveriam nesta nova fase absorver e estimular internamente o sentimento de participação dos trabalhadores no processo político, inaugurado também pela criação dos comitês de participação nas empresas. Se o marco político não era o mesmo das décadas anteriores, inclusive internamente no espaço de trabalho, a entidade também deveria refletir essas mudanças na sua forma não só de atuação, mas também de organização.

Cordones Industriales e a nova tentativa de organizar os trabalhadores

Em meio ao processo de desgaste institucional e econômico provocado pela direita política, de divisão interna da UP, de desabastecimento e de mobilização social, as direções gremiais de transporte decretaram, em agosto de 1972, paralisação de 24 horas em todo o país, com apoio da Confederação da Produção do Comércio, da Sociedade Nacional de Agricultura, da Sociedade de Fomento Fabril, da Câmara Chilena da Construção, da Confederação de Pequenos Empresários e da direita política.

Estava claro que a direita e o centro político tentavam criar uma grande desestabilização nacional que afetasse todas as classes sociais para impulsionar as condições necessárias para a destituição do presidente Allende. A melhor estratégia encontrada foi justamente utilizar os dois pontos centrais da política do governo da UP na contraofensiva: a economia e a mobilização social. Apostaram no bloqueio da distribuição de todo tipo de matéria prima e de bens de primeira necessidade para aprofundar a crise econômica, para forçar setores das próprias Forças Armadas a tomarem uma posição mais dura diante do governo. Assim, inicia-se em outubro de 1972 a greve de caminhoneiros, prejudicando a distribuição de todos os tipos de produto para o país, que era realizada prioritariamente por um sistema de transporte particular. O intuito era afetar de uma só vez a produção, a distribuição e provocar o desabastecimento. Seria, portanto, uma das maiores crises que o país vivenciaria.

O plano ainda se completava com a organização de uma base social anti-allendista ativa que deveria ocupar as ruas do país contra o governo. Destaque para o movimento de estudantes, capitaneados pela Universidade Católica, para as ações da organização fascista Patria y Libertad e para o denominado “Poder Feminino”, que reuniu mulheres de vários partidos políticos, independentes, e outras que nunca haviam participado de atividade política, e que tornaram a atividade anti-allendista uma prioridade (POWER, 2009). Pela primeira vez, a burguesia experimentou sua força com mobilizações, passeatas e muita pressão social. As manifestações de rua já não eram mais ações exclusivas da esquerda.

Os bairros populares foram os mais afetados pelo desabastecimento. O governo organizou, com apoio massivo dos movimentos populares, um sistema de fiscalização e distribuição para garantir o abastecimento dos armazéns locais, como foi o caso da criação das Juntas de Abastecimen-

to e Preço (JAP's).² Também foram constituídas “frentes” que pudessem congregar e organizar a ação de parte da população pró-UP, sob direção dos partidos políticos que compunham a coalizão: Frentes da Pátria, Frente Patriótica de Transporte, Frente Patriótica de Profissionais e Técnicos, Frente Patriótica de Mulheres e Comando de Defesa da Saúde.

A primeira reação dos trabalhadores nas empresas privadas e públicas foi permanecer em seus postos de trabalho para dar continuidade à produção. Por meio do trabalho voluntário, juntaram-se a eles estudantes, donas de casa, desempregados etc., para organizar um sistema alternativo de transporte e distribuição das mercadorias para os bairros mais populares. Também nomearam seus próprios administradores, desenvolvendo inclusive um processo particular de participação interna. Foram organizadas em todas as indústrias Comitês de Vigilância permanente para impedir sabotagens e boicotes por parte de empresários e de anti-allendistas. As empresas e distribuidoras que eram controladas pelo Estado intensificaram a produção, dentro dos limites da matéria prima disponível.

Foi uma mobilização que impressionou a todos, inclusive os partidos da UP. Segundo Yves Kerhuel (1973, p. 1953), as massas populares uniram-se em defesa de interesses comuns e imediatos, representados pela vontade do retorno à normalidade do abastecimento, do transporte. Essa experiência também possibilitou um maior envolvimento entre os próprios trabalhadores, na medida em que precisaram se unir, mesmo diante das diferenças políticas, para assumirem diretamente os serviços paralisados. Desse modo, a mobilização popular demonstrou uma importante unidade, consciência política, capacidade de organização e aprendizado em formas também de auto-organização.

Conjuntamente com a defesa dos processos inaugurados pela UP, a mobilização popular despertou os trabalhadores para uma nova possibilidade de atuação política, articulada entre os diversos setores sociais, mas, sobretudo, entre as indústrias. Os depoimentos à imprensa da época não deixam dúvidas de que o protagonismo da classe trabalhadora foi essencial para a superação da crise de outubro:

Empresa Textil Progreso: Ahora nosotros estamos sacando gente a la calle y saldremos todos si hace falta. Estamos ayudando a los compañeros que se tomaron SOPROLE a envasar y distribuir la leche, y seguimos produciendo aquí, por lo que todos aumentamos el trabajo voluntario. Sábado y domingo trabajamos con DINAC. Hay compañeros que hacen verdaderos sacrificios saliendo del tercer turno directo a repartir leche en las poblaciones. (REVISTA MAYORÍA, 1972, n. 54, p.25-31)

² Em abril de 1972, o governo criou oficialmente o Departamento de Juntas de Abastecimiento y Control de Precios, vinculada à Dirinco. Apesar do decreto que estabelecia sua criação apresentar a data de 4 de abril de 1972, na prática, as JAP se constituíram no ano de 1971 visando diminuir os problemas de abastecimento e especulação principalmente nos bairros populares. (DIARIO OFICIAL DE LA REPUBLICA DE CHILE, 04/04/1972, p. 1438-1439.). Segundo o decreto do governo, as JAP seriam constituídas por meio de assembleias nas quais poderiam participar representantes de todas as organizações de trabalhadores que tivessem suas sedes em uma determinada unidade *vecinal*, tal como Juntas de Vecinos, Centros de Madres, sindicatos, associação de comerciantes varejistas, centros de estudantes, clubes desportivos, dentre outros. As JAP tinham a função de verificar e denunciar problemas de abastecimento, denunciar inspetores que não cumpriam corretamente sua função, controlar os preços de acordo com as tabelas oficiais e, ainda, reclamar qualquer tipo de abuso ou especulação. Em maio de 1972, ou seja, um mês após o decreto governamental, já existiam em Santiago 675 JAP, em 1973 eram 2.200 JAP no país, e, devido à grande adesão popular a esta iniciativa, chegou a ser apontada como uma forma de poder popular (CHILE HOY, 30 jun. a 6 jul. 1972, p. 13-14).

Segundo Tomás Moulian (2006, p.267-268), o paro de outubro proporcionou o desenvolvimento da democracia de massas, ou seja, as lutas no interior da esquerda e com a direita possibilitaram que os trabalhadores fossem tomando consciência do processo, e estimularam que todos, de certa forma, tivessem um “lado” dirigente, mesmo que apenas no seu espaço de trabalho, assumindo e definindo, assim, sua identidade de classe. O fenômeno do povo militante tinha a ver com a experiência da democracia de massas, de discussão e decisão em espaços de convivência coletiva e, por isso, sentiram-se participantes das tomadas de decisão.

A interlocução entre os sindicatos e trabalhadores das indústrias públicas e privadas gerou a organização dos Cordones Industriales que passaram a se constituir territorialmente e não por rama de trabalho, como os sindicatos tradicionalmente se organizaram. Neste primeiro momento, seu papel principal era estabelecer interlocução entre as indústrias de uma determinada localidade ou bairro para se apoiarem nas principais dificuldades ocasionadas pela paralisação patronal. Por exemplo, as indústrias de um Cordón estabeleceram uma lista comum para troca de matéria prima como forma de superar a sua falta, de reposição de peças das máquinas, de intercâmbio de trabalhadores especializados, etc. Ou seja, os Cordones assumiram o controle e a continuidade de parte do processo produtivo e de transporte para que os produtos chegassem aos centros de distribuição do governo. Em alguns casos, realizaram a venda alternativa, e ainda promoveu maior integração política entre indústrias e bairros populares. O seu desenvolvimento foi resultado do protagonismo popular, da trajetória do movimento sindical e popular chileno, conjugados com uma conjuntura de polarização política e mudanças socioeconômicas que beneficiaram as classes trabalhadoras. A atuação popular dos Cordones Industriales ultrapassou o marco das organizações tradicionais do sindicalismo chileno, desafiando as clássicas formas de organização e demonstrando no seu interior certa autonomia e expressão do poder popular local.

Os Cordones passaram a integrar uma rede de resistência à paralisação, organizada pelo governo e pelos partidos políticos. Assim, junto aos Comitês Coordenadores, as JAPs, as Juntas de Vecinos, entidades estudantis e outras organizações procuraram desenvolver atividades como abastecimento (entrega de alimentos e produtos de primeira necessidade), defesa (sistema de vigilância nos bairros e nas indústrias), transporte (organizavam locomoção coletiva a partir de carros e caminhões das próprias empresas para transportar, prioritariamente, os trabalhadores e para realizar o escoamento da produção).

Após a greve de outubro, a atuação dos Cordones adquiriu uma conotação mais radicalizada e orientada pela esquerda do Partido Socialista e do MIR, abrindo discussões do seu papel no interior da esquerda chilena. Claramente, tentavam se consolidar como uma organização mais ampla que fizesse a junção da demanda de uma determinada região industrial conjugada com as pautas da população do bairro onde estava localizado o cordón.

Segundo Hugo Cancino Troncoso (1988, p.300) a greve de outubro possibilitou a articulação de duas formas de participação popular, uma por meio da CUT, que coordenou em conjunto com os organismos governamentais a mobilização nas áreas de transporte, distribuição e abastecimento; e outra que estava à margem dos organismos sindicais e governamentais, gerando novas organizações de base que articularam as atividades dos operários, geralmente em conjunto ou apoiados pelos movimentos de bairros. Essa forma de participação tinha uma agenda própria, estabelecida de acordo com as suas necessidades, fossem elas imediatas ou não. Essa dupla forma de participação seria, segundo o autor, coerente com o projeto de abrir caminho ao socialismo, se elas não tivessem sido instrumentalizadas pelas disputas internas da UP.

Ainda sobre a argumentação do autor, nesse período, emergiu uma nova vanguarda operário-militante, constituída por jovens trabalhadores, especialmente das empresas da área social e mista onde existia a participação do estado. Seguramente, a discussão sobre o controle operário da produção instigou a participação de muitos jovens, que queriam ver o processo da transição chilena concluído em prazo acelerado. Acreditavam que uma forma de superar o mercado negro ou uma nova possível greve era administrar todos os meios de produção. A juventude dos novos participantes contagiou as indústrias e também desafiou os antigos sindicalistas, já acostumados com a tradicional forma de militância política.

Para demonstrar as vivências e entendimentos distintos de participantes dos Cordones, selecionamos pequenos trechos de entrevistas com trabalhadores que vivenciaram em seus espaços de trabalho a formação desses organismos de participação. No primeiro relato é possível identificar uma inter-relação entre a tradição sindical e a formação dos Cordones:

como la expresión política de los sindicatos, las federaciones, las confederaciones; venía siendo la instancia reivindicativa de los trabajadores, pero de la situación que se estaba viviendo, había que pasar a la parte política. Entonces, el Cordón vendría siendo la parte política, la representación política del sindicato (CARRASCO VALDIVIA, 2009).

No segundo relato, Hugo Valenzuela destaca que na região em que trabalhava existia um número grande de empresas e, por isso, criaram um Cordón para que pudessem se conectar nos momentos de emergência. O entrevistado destaca o papel dos partidos, e não dos sindicatos, na experiência em que vivenciou: “Y fue así entonces, que cada empresa y a través de los partidos políticos fundamentalmente fueron los que organizaron esto, empezaron a crear los Cordones industriales, las dirigencias de los Cordones industriales” (VALENZUELA, 2009). Em depoimento para o autor Miguel Silva (1999), Mario Olivares, que se organizava no cordón Vicuña-Mackenna, destaca a necessidade de criar uma expressão dos trabalhadores já que via limites no papel da CUT:

Surge como la necesidad de expresarse los sectores revolucionarios del movimiento del sector Vicuña-Mackenna. Y en la medida que la CUT no daba la respuesta a los problemas que afectaban a la clase trabajadora, surge de los sectores revolucionarios del movimiento obrero, fundamentalmente del MIR y sectores del PS (SILVA, 1999, p.219).

Assim, é possível argumentar que os Cordones representam um hibridismo entre organizações sindicais e partidos políticos e eram compostos, em sua maioria, por trabalhadores das indústrias não estatizadas ou em processo de estatização. No entanto, os Cordones não conseguiram envolver de forma consistente em sua direção outros extratos sociais que não o operariado, o que condicionou seu tipo de atuação e de reivindicações. Em outras palavras, o proletariado era maioria na direção dos Cordones, de modo que seus principais interesses tornaram-se prioritários diante das diversas possibilidades de reivindicação. Assim, de certa maneira, existe uma continuidade das formas tradicionais de atuação do sindicalismo, que não excederá a forma reivindicativa de solução dos problemas imediatos da classe – no caso, a estatização das empresas privadas e mistas.

Ao mesmo tempo, é notório que os Cordones teriam a função política para além da forma tradicional dos sindicatos. As ações mobilizadoras relacionadas aos benefícios econômicos da classe ficariam sob a responsabilidade do sindicato, enquanto os Cordones teriam a função de mobilização “política”. Há, portanto, uma separação de funções, demonstrando que, a priori, os Cordones tinham características e finalidades distintas da CUT. De fato, após a paralisação patronal de outubro, os Cordones se mobilizaram principalmente em função da estatização das indústrias, envolvendo principalmente as médias e pequenas, demonstrando que não só o proletariado das empresas monopólicas (prioritárias para o governo e onde mais se desenvolveu o sistema de participação) poderia se mobilizar efetivamente. Mas, ao mesmo tempo, isto era um fator limitante para os Cordones, que não estavam muito envolvidos com o sistema de participação nas empresas estatizadas.

No entanto, é importante destacar que a forma como estavam organizados os Cordones e a maneira como se relacionavam com as empresas vizinhas demonstravam também uma possibilidade alternativa e um complemento necessário à política da UP.

Os Cordones significaram uma novidade em termos de organização social de base, uma vez que inovaram na metodologia organizativa, ou seja, a organização por território havia superado a organização por ramo produtivo – característica de todas as centrais sindicais chilenas (FOCH, CTCH e CUT). A CUT, por sua vez, já havia aprovado em sua 6ª Conferência, realizada ainda no início do governo popular, a necessidade de desenvolver as chamadas CUT- Comunais, com o objetivo de integrar territorialmente o movimento sindical, para adequar a sua estrutura aos novos desafios colocados pelo projeto da UP, uma vez que os sindicatos deveriam superar a sua tradição de atuar apenas no marco reivindicativo. Para esse objetivo específico, a organização por ramo produtivo era mais eficiente, mas já não bastava para a nova conjuntura política. De fato, os centros de grande concentração industrial careciam de algum instrumento que pudesse estimular o contato e a organização entre eles. Havia, portanto, um fértil terreno de mobilização social a ser explorado que só se consagrou em outubro de 1972.

Os Cordones vivenciaram momentos de grande desenvolvimento, principalmente durante conjunturas de crise vivida pelo governo, a saber: em outubro de 1972, contra o paro patronal; em

janeiro de 1973, para criticar a nova política econômica do governo delineada no *Conclave de lo Curro*³, que restabelecia o número de empresas a serem nacionalizadas e definia novas regras da política redistributiva; em junho de 1973, com a sublevação militar conhecida como Tanquetazo.

Existia uma contradição latente entre as posições dos Cordones Industriales: por um lado, apoiavam Allende publicamente nos momentos mais difíceis, sem qualquer tentativa real de transcender os limites da via não armada; e, por outro, formavam canais de mobilização alternativos àqueles organizados pelo governo, chamando para uma radicalização popular, mas sem romper com os preceitos institucionais. Em primeiro lugar, estava a necessidade de garantir a continuação do processo do governo popular, mesmo com todas as críticas que se poderia ter em relação ao governo. Foi, portanto, um protagonismo em defesa do processo, do compañero presidente e da implantação imediata do programa político popular. Mesmo o MIR, que tecia duras críticas ao governo, reconhecia a importância da UP, para gerar embriões de um novo poder. Assim, apesar do discurso radicalizado, na prática, continuaram a respeitar a institucionalidade e o governo como elementos necessários para superar o estado burguês.

Após outubro, os militantes sindicalistas do PS intensificam a participação organizada nos Cordones e escolhem esses organismos como meio para aplicar a sua política de enfrentamento de classes, criticada abertamente pelo presidente Allende.

O PS em especial, desenvolveu como estratégia inicial para o movimento popular a organização dos Comandos Comunales a partir da integração das atividades entre bairros e indústrias. O documento “*Partido Socialista: Informe a los militantes sobre el paro patronal*”, 19 de outubro de 1972, aprovado pelo Comitê Central do Partido, serviu de instrução para os comitês de base, intermediários e líderes do movimento popular aponta a construção dos Comandos como “*tarea fundamental, tiene prioridad absoluta. De acuerdo a la orientación partidaria, deben formarse en cada comuna con la participación de todas las organizaciones de masa, de cualquier tipo que en la comuna existen*” (FARIAS, 2001, p.3335). O Comando Comunal também deveria organizar o controle dos trabalhadores sobre as atividades fundamentais, inclusive na defesa e no controle da produção. Ainda afirmavam:

El llamado a formarlos debe hacerlo en lo posible la CUT de la comuna o los sindicatos obreros, no los partidos. Se trata de agrupar en torno a las organizaciones de clase obrera, a las organizaciones de pobladores jóvenes, mujeres, estudiantes, empleados, etc. (FARIAS, 2001, p.3335).

Neste documento sequer aparece a expressão Cordones Industriales. Entretanto, naquele momento, foi a articulação dos Cordones que objetivamente demonstrou possibilidades para, segundo os socialistas, desenvolver o possível embrião de um novo poder. Assim, a estratégia que inicialmente se apresentava como Comandos Comunales, na prática, acabou se transformando nos

³ Conclave de Lo Curro foi uma reunião convocada pelo presidente Allende em junho de 1972 com os partidos que compunham a Unidade Popular para discutir mudanças nas linhas econômicas e políticas adotadas pelo governo (BITTAR, 1989, p. 156).

Cordones Industriales, dada a ação de muitos sindicalistas socialistas. O historiador Sebastián Leiva (2009) afirma que, para o PS, que não tinha o controle sobre a CUT, criar órgãos de base significava para desenvolver e alimentar sua política era interessante para disputar a condução do movimento operário e para pressionar o governo a adotar posições dos setores socialistas mais rupturistas.

Nesse sentido, o jornal *Trinchera* (LOS CORDONES... s/d, p. 4), escrito por setores da esquerda do PS, parece confirmar as afirmações do historiador Sebastián Leiva (2003, n. 28, p.1). Após o paro patronal, o jornal publica um texto chamando a atenção para a necessidade de os socialistas impulsionarem a formação de novos Cordones Industriales e dirigirem os que já existiam. Segundo o artigo, era necessário que os socialistas soubessem reconhecer os ensinamentos da paralisação de outubro de 1972, principalmente aqueles que indicavam o propósito consciente dos trabalhadores que organizaram centros proletários com fisionomia própria em um mesmo setor geográfico. Assim, não tinham dúvidas de que eles se transformariam em centros de poder operário em função da sua própria dinâmica interna, e caberia à vanguarda da classe transformar um movimento particular em geral, dando um conteúdo proletário a esses organismos. Nesse sentido, enumeram cinco questões que deveriam servir de referência para a atuação dos socialistas na organização e na condução dos Cordones: 1) para organizar um Cordón, dever-se-ia definir um setor geográfico em função do grau de concentração operária; 2) eleger dentro de cada Cordón um mínimo de indústrias que servissem de base de apoio para desenvolver o novo organismo; 3) a generalização da luta por meio de setores geográficos, que possibilitava a solidariedade de classe, deveria ser impulsionada, inicialmente, por quatro ou cinco indústrias que se encontrassem em melhor nível orgânico, político, e estivessem sob influência do partido; 4) o Cordón deveria iniciar um movimento tendente a satisfazer as necessidades a serem expostas em um programa comum, elaborado nas assembleias dos sindicatos; 5) o comando do Cordón aparecia, no momento inicial, como expressão orgânica da coordenação dos sindicatos, e não deveria se separar das suas bases.

O jornal *Trinchera* coloca-se como um meio de divulgação das orientações dos socialistas para a área sindical. Em todos os exemplares pesquisados, as matérias fazem referência ao papel dos trabalhadores no governo Allende, assim como da atuação dos socialistas frente à CUT. Nesse sentido, mesmo que não seja uma orientação oficial partidária, é um importante veículo de comunicação entre os sindicalistas socialistas. Assim, visivelmente, os socialistas estavam orientando os seus filiados a atuarem na difusão desses organismos.

No entanto, Carlos Altamirano, presidente do PS no governo Allende, contrariando todas as evidências, afirmou em entrevista ao sociólogo Franck Gaudichaud (2004, p.394) que não havia nenhuma relação hierárquica ou institucional entre o PS e os Cordones Industriales. Suas constantes visitas às assembleias dos Cordones para participar de discussões sobre a situação política eram apenas para atender aos pedidos das direções dos Cordones.

De acordo com Faúndez (1979, p.277), os Cordones não eram resultado espontâneo da radicalização da luta de classes nem um mero instrumento do PS, apesar do grande apoio que tiveram dos socialistas para se organizarem em outubro e pós-outubro. Ainda na opinião do autor, os Cordones tiveram, sem dúvida, grande importância no processo chileno, entretanto não constituíram nem uma alternativa de poder, nem um poder paralelo, uma vez que o pressuposto básico das reivindicações dessas organizações demandava a continuidade do governo. Os Cordones representaram um catalisador de grupos que aspiravam à radicalização da política do governo.

A historiadora María Angélica Illanes (2002, p.179-180) valoriza a organização dos Cordones Industriales pelo protagonismo dos trabalhadores, que tomaram em suas mãos a produção e articularam com as poblaciones uma ação ampliada para sanar o problema de distribuição. Para a autora, essa experiência dos Cordones permite demonstrar a capacidade protagonista da classe trabalhadora e do povo chileno ao longo da história do país. Os Cordones significaram a expressão da capacidade política da organização operária e de luta por uma nação livre, justa, democrática e sua capacidade “de salir al paso ante los desafíos más apremiantes de su proyecto político, así como el progresivo y voluntarioso desarrollo de su espíritu de clase”.

Sem dúvida, o Chile presenciou um protagonismo popular durante o governo Allende que propiciou a existência de inúmeras atuações inovadoras que não estavam previstas no programa político ou nos planos da UP. A Central Única dos Trabalhadores tentava repensar o seu papel no marco de um governo que propunha abrir caminho ao socialismo. A entidade passou de opositora à governo, na medida em que, Luis Figueroa, presidente da Central licencia da entidade para assumir o Ministério do Trabalho. Para muitos, foi uma adesão excessiva, para outros, necessário diante do embate com os golpistas. De fato a Central assumiu um protagonismo importante em diversos aspectos, sobretudo, na organização do sistema de participação dos trabalhadores nas indústrias e fábricas, algo inédito no país. Já o processo de criação e crescimento dos Cordones Industriales significou uma experiência nova para o movimento popular, mas logo se transformou em um espaço de disputa política entre as correntes da esquerda, embora não se apresentassem como uma alternativa ao sindicalismo tradicional. Algumas forças políticas, como os socialistas, construíram sua influência nesses organismos também para pressionar o governo a adotar medidas mais radicais de forma imediata, enquanto, os comunistas os viam como uma afronta à política sindical e ao próprio governo. O fato é que a esquerda chilena ficou excessivamente presa às suas disputas, deixando de potencializar todas as novas formas de atuação popular, o que parecia ser inerente ao projeto inovador da via chilena: uma transição sem armas ao socialismo.

REFERÊNCIAS

- ANGELL, Alan. *Partidos Políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Era, 1974.
 BARRÍA, Jorge. *Historia de la CUT*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1971.
 BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- BORGES, Elisa de Campos. *¡Con la UP ahora somos gobierno!: a experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- BRAVO, Antonio. Trabalhador da empresa Madeco no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista concedida a Elisa Borges em 10 de outubro de 2009.
- CARRASCO VALDIVIA, Marcel. Trabalhador da empresa Novic no Cordón Vivaceta. Entrevista concedida a Elisa Borges em 24 de novembro de 2009.
- CHILE HOY, año I, nº 03, Santiago, 30 jun. a 6 jul. 1972.
- EL SIGLO, Santiago: mai 1972.
- DIARIO Oficial de la Republica de Chile, nº 28.216, Santiago, 4 abr. 1972.
- FARIAS, Víctor. *La izquierda chilena (1969-1973): documentos para el estudio de su línea estratégica*. Tomos I a VI. Santiago: CEP,2001.
- FAÚNDEZ, Julio. *A derrota política: o Chile sob o governo Allende*. Inglaterra: Oxford,1979.
- GAUDICHAUD, Franck. *Poder popular y Cordones Industriales: testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.
- JOBET, Julio Cesar. *El Partido Socialista de Chile*. Tomo II. Santiago: Ediciones Prensa Latinoamericana, 1971.
- ILLANES, María Angélica. *La batalla de la memoria: ensayos históricos de nuestro siglo*. Santiago: Planeta, 2002, pp. 179-80.
- KERHUEL, Yves. “L’insurrección de la bourgeoisie”. In: SARTRE, Jean-Paul (org.). In: *Revue Les Temps Modernes*. Paris, n.323, jun. 1973.
- LEIVA, Sebastián. El MIR y su inserción en el mundo obrero: el frente de trabajadores revolucionarios (FTR) y su relación con los Cordones Industriales. In: *Cyber Humanitatis*. Santiago: n. 28, 2003. Disponível em: <www.cyberhumanitatis.uchile.cl>. Acesso em: 14 ago. 2009.
- LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Perseu Abramo,1999.
- LUNA, Eva. Allende y Castro: una entrevista para la historia da América Latina. In: GARRIDO, Joan M. del Alcázar; TABANERA, Nuria. *Estudios y materiales para la historia de América Latina, 1955-1990*. Valência: Universitat de Valencia, 1998.
- LOS CORDONES Industriales. In: *Trinchera*. Santiago: s/d, p. 04.
- MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM,2006.
- NARANJO, Pedro (Org.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR*. Santiago: LOM, 2004.
- NORMAS básicas de participación de los trabajadores em la dirección de las empresas de las áreas social y mixta. Santiago: Maio de 1971.
- QUIROGA, Patricio (orgs). *Salvador Allende: obras escojidas, 1970-1973*. Barcelona: Crítica , 1989.
- PIZARRO, Crisóstomo. *La huelga obrera en Chile 1890-1970*. Santiago: SUR,1986.
- POWER, Margareth. *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana,2009.
- PROGRAMA Básico de Gobierno de le Unidad Popular. 6.ed. Santiago, 17 de dez. 1969.
- REVISTA Mayoría. Nº 54, año 1972, p.25-31, Santiago.
- SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili durant l’Unité Populaire, 1970-1973*. Paris: L’Harmattan, 1997.
- SILVA, Miguel. *Los Cordones Industriales y el socialismo desde abajo*. Santiago: Imprenta Lazor, 1999.

- TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile: la problemática del poder popular en la vía chilena al socialismo, 1970-1973*. Aarhus (Dinamarca): Aarhus, University Press, 1988.
- ULIANOVA, Olga e RIQUELME, Alfredo. *Chile en los archivos soviéticos 1922-1991*. Tomo 1. Komintern y Chile 1922-1931. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.
- VALENZUELA, Hugo. Entrevista concedida a Elisa Borges em 24 de setembro de 2009.
- VVAA. El movimiento popular y la vía chilena al socialismo 1970-1973. In: *Cuadernos de historia popular: serie Historia del movimiento obrero*. Santiago: n. 10, tomo IV, CETRA/CEAL y ECO, 1990.

11. LITERATURA E COMPROMISSO NO CHILE DA UNIDADE POPULAR (1970-1973)

Ana Amélia M. C. Melo*

Em novembro de 1972, a revista *La Quinta Rueda* publica uma matéria intitulada “Escritores frente à realidade”, na qual se apresenta o depoimento de um grupo de oito escritores chilenos sobre a função da literatura e do escritor no processo de transformação política, social e cultural no marco de construção do governo da Unidade Popular. A matéria ocupava duas páginas contendo fotos e destaques das falas dos escritores, além de um quadro de resumo com pequenas biografias intelectuais de cada um deles. O debate é revelador do clima de engajamento e das tensões e discussões sobre o significado desse compromisso. Convocava-se o mundo literário para refletir sobre a influência do processo revolucionário na criação literária e o papel da literatura nesse momento histórico.

Neste trabalho, procuro privilegiar os argumentos desenvolvidos a partir de *La Quinta Rueda*. Entretanto interessa confrontar as ideias e os variados significados atribuídos ao engajamento intelectual, analisando conjuntamente a crítica literária publicada na grande imprensa. Para isso, tomo como exemplo a proposta do escritor Guillermo Atías de uma literatura-tabloide, lançada com o romance intitulado *Y corría el billete*, publicado nesse ano de 1972. A proposta e o lançamento do livro geram um intenso debate sobre as relações entre literatura e política que ora busco examinar.

Por sua vez, este debate se dá num momento permeado por diversas discussões e projetos no campo literário. Para a reflexão que aqui realizo, destaco três momentos que, do meu ponto de vista, estão intrinsecamente relacionados com as polêmicas sobre a função social da literatura. São eles: a proposta do *Taller de Escritores* da Universidade Católica do Chile, a criação da Editora Nacional Quimantu e o caso Padilla de Cuba.

Os estudos sobre o papel da cultura e dos intelectuais durante governo de Salvador Allende têm, nos últimos anos, apresentado uma fecundidade e riqueza, no Chile e no Brasil, que contribuem significativamente para uma perspectiva mais rigorosa do que foi esse período na história do Chile (ALBORNOZ, 2005, BRICEÑO-RAMIREZ, 2020; LOZOYA, 2014; PINEDO, 2018; DALMAS, 2006, SCHMIEDECKE, 2017). Aqui procuro estabelecer um diálogo com algumas dessas pesquisas. Estes historiadores destacam o papel central da cultura nos debates sobre a via chilena ao socialismo. Também apontam como se vislumbrava uma pluralidade de conflitos acerca do lugar dos intelectuais e artistas e da própria arte nesse processo de transformação. Ao refletir sobre cultura e compromisso social, indica-se uma polarização entre compromisso e autonomia artística. Acredito que essa visão dicotômica esconde algumas nuances sobre o sentido desse compromisso que gostaria de destacar. Pretendo examinar

*Doutora em Ciências Sociais, CPDA/UFRRJ e Pós-doutorado USACH/CHILE. Professora de História da América do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História Social/ UFC.

essas tensões e apontar algumas questões no âmbito da literatura. Retomo as considerações propostas por Cláudia Gilman (2003) a respeito das posições assumidas pelos intelectuais diante da Revolução Cubana. Para ela, o que estava em jogo nesse momento entre escritores e artistas era a definição de intelectual revolucionário, ou seja, qual o tipo de compromisso que cada intelectual assume. Seus contornos vão sendo definidos e ressignificados à luz das dinâmicas e urgências políticas. Considero que a experiência chilena traz novos elementos para a reflexão sobre o papel dos intelectuais escritores e o socialismo, fomentados pela revolução Cubana, especialmente após o caso Padilla.

Escritores e a Unidade Popular

O debate em torno do papel dos intelectuais nos processos revolucionários da América Latina tem na Revolução Cubana uma referência obrigatória. Se a Revolução Cubana pode ser pensada, segundo afirma Gilman (2003, p. 61), como “disparadora da vontade de politização intelectual” na América Latina, a via chilena ao socialismo coloca o debate em novos termos.

Desde os anos 1960, o Chile será sede de organismos internacionais como Flacso e Cepal,⁴ de onde nasce uma rica produção e reflexão sobre a América Latina. A institucionalização das Ciências Sociais se faz também por meio da criação de outros órgãos nacionais que atraíam pesquisadores da região, como o Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CESO) e o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN) (LOZOYA, 2014). Esses intelectuais no Chile foram atores essenciais na construção da Unidade Popular e possuíam diversas tribunas ou espaços de participação em institutos, universidades, centros de pesquisa de onde pensavam e propunham as transformações a serem realizadas no país. Como disse, este tipo de intelectual vinha das ciências sociais e atuava como profissional acadêmico. Contudo, o debate em torno do papel dos intelectuais abarcava também o mundo da cultura e das artes. Escritores e artistas desenvolvem uma reflexão sobre o papel do escritor e da obra literária e artística nos processos revolucionários.

Era parte desse processo transformador uma série de mudanças no âmbito da música, da literatura, do cinema, do teatro e das artes plásticas. Em todas as áreas, eram empreendidas investigações sobre elementos da cultura indígena, do campo ou populares. Igualmente buscava-se tematizar a pobreza, a desigualdade e a violência, problematizando o “drama político-social” chileno de variadas formas. Uma das expressões mais conhecidos e estudadas dessa renovação cultural foi o movimento da Nova Canção Chilena (MCSHERRY, 2017). No cinema, a renovação estava afinada com as perspectivas do Cinema Novo brasileiro, que representou a descolonização, conforme as palavras de um dos seus representantes.⁵ A visão orientadora do processo de transformação cultural era, sobremaneira, o anticolonialismo e a necessidade de criar um movimento de conscientização das massas. No bojo dessa inquietação, encontrava-se a literatura do *boom* que lança os olhos do

⁴ Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais e Comissão Econômica para América Latina, respectivamente.

⁵ Nelson Pereira dos Santos, citado em RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Unesp, 2014.

mundo para a complexa realidade dos países latino-americanos (MOUESCA, 1988). Os escritores no Chile se interrogavam sobre as formas possíveis de concretizar sua participação na transformação da sociedade. Era por meio da escrita ou da ação militante que essa contribuição se faria sentir?

Logo após a eleição de Salvador Allende em 1970, alguns escritores e intelectuais publicam na revista *Cormoran*, um documento intitulado *Por la creación de una cultura nacional y popular*, com o propósito de dar a conhecer as aspirações programáticas que esperavam fossem alcançadas com a vitória da coalizão de esquerda. Após o diagnóstico crítico inicial do imperialismo norte-americano que se fazia sentir pela “exportação de modelos culturais destinados a estabelecer uma conduta subordinada a seus interesses”, o documento busca apresentar em que termos seria possível realizar a tarefa hercúlea de superação dessa “dependência e subdesenvolvimento”. Os signatários apontam para os *comics*, a cine-novela e séries de televisão como elementos perniciosos no embotamento e alienação da população e propõem que artistas e intelectuais possam fazer parte de organismos de poder voltados para a política cultural. Chamam a atenção para a existência de diversas entidades que devem assumir uma nova posição. Organismos como imprensa, televisão, rádio, universidades, editoriais, casas de cultura, organizações camponesas deveriam impulsionar a pesquisa criadora e colocar à disposição da população ferramentas de análise. Deveriam “provocar a formação de consciência sobre os alcances perniciosos da subcultura comercial e gerar, desse modo, a autocrítica que abre passo ao nascimento de uma linguagem própria que suplanta a linguagem alienada (...)” (CORMORAN, 1970, p. 7). O documento indica ainda a necessidade de formação de um Instituto Nacional de Cultura que, por meio de um processo de experimentação, elaborasse planos e ações correspondentes à realidade do país. Alerta-se para o perigo de burocratização dessas entidades, entretanto não se conclui com alternativas para superar esses embaraços. O documento finaliza propondo a criação do *Instituto del Libro y Publicación*. Para tanto, apresentam um projeto específico, encaminhado à parte e publicado na revista. O documento é assinado por 14 escritores: Alfonso Calderón, Poli Délano, Luis Domínguez, Ariel Dorfman, Jorge Edwards, Cristián Huneeus, Hernán Lavín, Enrique Lihn, Hernán Loyola, Germán Marín, Waldo Rojas, Antonio Skármeta, Federico Schopf e Hernán Valdés. O manifesto, segundo declarações de Ariel Dorfman, foi elaborado por ele, Cristián Huneeus, Hernán Valdés e Enrique Lihn (BIANCHI, 1995).

O *Taller de Escritores*, ao qual estavam associados esses intelectuais, foi uma experiência vinculada às transformações do processo de reformas universitárias vivenciadas pela Universidade Católica do Chile, desde o movimento estudantil de 1967.⁶ Como parte desse movimento de renovação, o *Taller* esteve estreitamente ligado ao *Centro de Estudios de la Realidad Nacional* (CEREN) também criado nesse processo de renovação da universidade que buscava aprofundar as relações da Universidade com a sociedade. Nele se desenvolviam programas educativos interdisciplinares que

⁶ Em 11 de agosto de 1967, a Federação de Estudantes dessa universidade, após várias tentativas de discussão, ocupa a Casa Central e instala o cartaz com a frase: “Chilenos, o Mercurio mente”. Tratava-se de uma resposta aos editoriais do jornal que criticavam duramente o movimento estudantil. Para mediar o conflito, foi nomeado pelo Vaticano o Cardeal Raúl Silva Henríquez. As negociações chegam a bom termo, com a nomeação para pró-reitor acadêmico do arquiteto Fernando Castillo Velasco, eleito posteriormente Reitor. O novo reitor assume a reforma universitária, apresentando um Plano de Desenvolvimento. Entre as medidas, foi criada a vice-reitoria de Comunicações, na qual se desenvolve a iniciativa de criação do *Taller de Escritores* proposta por Luis Domínguez, Diretor da Escola de Jornalismo da Universidade Católica do Chile. Maiores informações ver: Briceño-Ramirez (2020)

buscavam dar respostas às necessidades nacionais. Realizavam tanto o trabalho acadêmico, considerado uma referência, quanto se preocupavam com a difusão desse conhecimento por meio de publicações e seminários (BRICEÑO-RAMIREZ, 2020). Segundo Luis Domínguez, diretor do *Taller*, este não estava estreitamente relacionado à Faculdade de Letras, mas pretendia ser um espaço para que os escritores criassem uma relação mais ampla com a comunidade fora da Universidade. Por outro lado, esses escritores participavam de outros ambientes culturais e políticos no Chile. O grupo politicamente tinha laços com diversas agrupações partidárias. Ariel Dorfman e Antonio Skármeta eram militantes do Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), Federico Schopf, Hernán Loyol e Waldo Rojas eram do Partido Comunista. Enrique Lihn dizia-se simpatizante comunista, Cristián Huneeus pertencia à Democracia Cristã, e Hernán Valdés se dizia independente de esquerda (BRICEÑO-RAMIREZ, 2020).

O *Taller*, como indiquei, é anterior à eleição de Salvador Allende, conquanto um grupo de escritores apresente a proposta assinando como o *Taller de Escritores de la Unidad Popular*. Defendendo a necessidade de libertar a cultura nacional do imperialismo e a urgência do compromisso político do escritor, aderiam publicamente ao projeto socialista do novo governo. A análise do grupo sublinha a existência de uma dependência da burguesia nacional ao capital estrangeiro e, por conseguinte, uma submissão cultural como consequência última. Superar o subdesenvolvimento e a dependência seria apontado como tarefa também da cultura, daí atribuir ao intelectual papel de relevância, como vanguarda.

Para esses escritores não bastava incorporar os intelectuais ao poder, tampouco empreender uma massiva produção de literatura nacional e impô-la ao povo, nem apenas contagiar a todos com o gosto pela “alta cultura”. Este seria um processo longo, segundo afirmam, e antecedido por uma infinidade de etapas intermediárias capaz de gerar um processo de “culturalização de base nacional e popular” (CORMORAN, 1970, p. 7). O reconhecimento do escritor deveria surgir precisamente de sua contribuição nas “tarefas de criação, organização e difusão de uma nova cultura” (CORMORAN, 1970, p. 7). O manifesto, como tal, reitera qual seria o papel do “intelectual verdadeiro”, a saber: o de vanguarda do pensamento, o de crítico e de vigilante.

A cultura na Unidade Popular

A vitória de Salvador Allende redimensiona esse debate sobre o papel da cultura nos processos de transformação social. No programa de governo, estava explícita a importância da cultura como elemento fundamental para construção do que se designava, na época, como “homem novo”. Ao intelectual lhe é atribuído papel de vanguarda, contra o que era chamado de “colonização cultural”

Si ya hoy la mayoría de los intelectuales y artistas luchan contra las deformaciones culturales propias de la sociedad capitalista y tratan de llevar los frutos de su creación a los trabajadores y vincularse a su destino histórico, en la nueva sociedad tendrán un lugar de vanguardia para continuar con su acción. Porque la cultura nueva no se creará por decreto; ella surgirá de la lucha por la fraternidad contra el individualismo; por la valoración del trabajo humano contra su desprecio; por los valores nacionales contra la colonización cultural; por el acceso de las masas populares al arte, la literatura y los medios de comunicación contra su comercialización (ALLENDE, 1970, p. 28).

Dessa maneira, Allende eleito busca executar seu plano de governo e criar diversas instâncias que permitissem desenvolver o trabalho de democratização da cultura. No primeiro ano, por intermédio do Departamento de Cultura da Presidência, dirigido por Waldo Atías (irmão de Guillermo), foram concretizadas algumas iniciativas como a realização do “trem da Cultura”, que consistia numa caravana formada por artistas, poetas e folcloristas que percorriam o país, apresentando suas criações em numerosos povoados (ALBORNOZ, 2005, p. 152). Igualmente pela TV Nacional e Chile Films, buscavam promover acesso massivo às manifestações culturais nacionais. Por outro lado, o Departamento de Comunicações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social realizava, por meio do *Grupo Motivador de Comunicaciones en Terreno* (GMCT), cursos e atividades para ensinar aos trabalhadores a gerar suas próprias criações culturais, contrapondo-se à influência do que era considerado a cultura de massa da burguesia. No campo, o governo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) e a Confederação Camponesa e Indígena Ranquíl, constituem centros culturais camponeses em todas as regiões agrárias do país (ALBORNOZ, 2005).

Entretanto a criação de atividades e projetos culturais não eram desenvolvidas por única iniciativa do Estado. Foram inúmeras as ações individuais e coletivas que procuravam produzir eventos diversos e atividades culturais que fugissem de uma perspectiva puramente estética. Tratava-se, como ressalta Albornoz, de consolidar identidades políticas e sociais dentro do projeto revolucionário socialista. Para o governo de Allende, a via pacífica ao socialismo exigia um processo intenso de conscientização da população e nesse sentido, a política cultural poderia criar esse elo entre o povo e a proposta revolucionária (DALMÁS, 2006).

As transformações no âmbito da cultura, como apontado, eram diversas e de espectro por demais amplo para ser aqui abordado. Nesse sentido, destaque, no campo da produção literária e da participação de escritores nos projetos de governo, uma das mais importantes propostas da UP, que foi a editora *Quimantu*.⁷ Em alguma medida, acredito que esse projeto editorial cumpria as aspirações apresentadas pelos escritores do *Taller*, e, de fato, alguns deles participam da empreitada, definindo a política editorial e dando sentido a um projeto cultural de grande fôlego. Por sua vez, como aponta Albornoz, a editora se preocupou em lançar novelas cuja temática principal era a realidade e os processos de mudanças que estavam ocorrendo. A editora buscava promover uma produção literária que abordasse o compromisso social (ALBORNOZ, 2017).

A história da criação da editora, como empresa estatal, evidencia sua relevância simbólica dentro das propostas anunciadas no Programa da UP. Ao assumir o governo em novembro de 1970, Salvador Allende já enfrenta um impasse entre os trabalhadores grevistas da Editorial *Zig-Zag* e a direção da empresa, que se recusava realizar o pagamento de salários atrasados. Alegando falta de fundos, dizia não poder assegurar a manutenção dos postos de trabalho. Finalmente se decide pela

⁷Os estudos sobre a editora *Quimantu* ainda são escassos e pouco detalhados, dificultando a identificação das diferenças entre as diversas coleções que lançava. O mais recente trabalho, publicado em 2018, foi realizado por Maria Isabel Molina, sob o título *Quimantu: prácticas, política y memoria* (Santiago, Grafito ediciones). Dele pude extrair importantes informações sobre a editora.

oferta de venda da empresa ao Estado. A operação não se fez sem polêmicas no interior do governo, alguns consideravam que este deveria realizar uma expropriação e não a compra da empresa. Decidido o valor e a forma de pagamento, a editora passa a ser gerida por Sergio Maurín – que liderava as negociações de compra – e por um conselho administrativo formado por funcionários do governo escolhidos entre os partidos que formavam a UP e também por trabalhadores eleitos por seus colegas, por voto universal e secreto. Em fevereiro de 1971, foi assinado o documento de estatização da empresa, surgindo a Editorial Nacional *Quimantu*. Na ocasião, Salvador Allende afirma:

Desde nuestro punto de vista, el paso que hemos dado significa el inicio de una nueva etapa en la difusión de la cultura en nuestro país. La nueva editorial del Estado contribuirá eficazmente a la tarea de proveer a los estudiantes chilenos de sus textos de estudios, de promover la literatura nuestra y de permitir que el libro sea un bien que esté al alcance de todos los chilenos (LA NACIÓN, 13/02/1973, apud ALBORNOZ, 2005, p. 154).

Quimantu tinha como objetivo ampliar o acesso a cultura com a edição de livros de baixo custo de importantes autores da literatura nacional e mundial, assim como publicação de revistas. O projeto Quimantu ideava formar um leitor com capacidade crítica para construção do “homem novo” (MOLINA, 2018, p. 34). A editora possuía uma divisão periodística e outra editorial e procurava manter o formato comum da indústria editorial, ainda que esta abarcasse a edição de revistas variadas, publicações educativas e publicações de literatura. A divisão editorial estava a cargo de Joaquín Gutiérrez. Segundo afirmou em entrevista, a linha editorial era definida em reuniões do Comitê com a presença do chefe de departamento e de intelectuais escritores como Alfonso Calderón, Ariel Dorfman e Luis Domínguez. Nelas eram analisados e decididos os títulos de literatura que iam ser publicados. Ariel Dorfman afirma em suas memórias, ter participado do que ele chamou de uma “cruzada cultural”. Segundo diz, duas vezes por semana, contribuiu como consultor, nas seleções dos textos literários, filosóficos e de história. Da coleção, cita os autores Dostoiévski, Pushkin, Tolstoi, Cortázar, Ésquilo, Balzac contos latino-americanos e uma pequena biografia de Bolívar. Os livros da coleção *Minilibros*, em formato de bolso, eram vendidos todas as terças-feiras nas bancas de jornais. Além desta, eram desenvolvidas várias coleções: *Quimantu para todos*; *Cordillera*; *Nosotros los chilenos*; *Cuncuna Cuentos* e *Cuncuna Pintamonos*. As duas últimas eram coleções infantis, uma composta por contos e poemas de autores nacionais e estrangeiros, acompanhadas de ilustrações, e a outra era de livros para desenhar. Ambas estavam voltadas para crianças em idade pré-escolar e contaram, para sua elaboração, com a assessoria da Escola de Educadoras Infantis da Universidade do Chile. A coleção de *Minilibros* lançava toda semana um livro numerado com o mesmo valor de uma carteira de cigarros (8 escudos) (MOLINA, 2018). Era uma “coleção de literatura realista que possibilitava uma primeira aproximação à literatura” com uma tiragem de 30 a 50 mil exemplares (MOLINA, 2018, p. 42). Até setembro de 1973, haviam sido publicados 55 títulos da coleção. A numeração estimulava a ideia de formação de uma biblioteca pessoal. *Cordillera* oferecia obras de maior fôlego, levava o subtítulo “narrativas de bolsillo”, publicou vários autores como Pablo Neruda, Carlos Droguett, Kafka, Ricardo Güiraldes, entre outros.

A coleção *Quimantu Para Todos* saía quinzenalmente e pretendia abarcar os mais importantes autores da literatura chilena, latino-americana e universal, voltada para um público geral, com tiragem de 70 mil exemplares, tendo alcançado a marca de 47 títulos publicados. Também obedecia ao sentido de coleção, portanto cada título era numerado. *Nosotros los chilenos*, também uma coleção quinzenal, foi anunciada como uma espécie de reportagem sobre o país, sua história, seu povo e sua cultura, lendas e poesia nacional. Segundo depoimento apresentado por Molina (2018), mais de 30 escritores e jornalistas percorriam o país coletando material e fotografando para cada livro lançado.

O Comitê de administração da editora era formado pelo mesmo espectro de partidos que compunham a aliança de partidos da UP. O Partido Comunista, os socialistas, o Partido Radical e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) tinham representantes em diversas instâncias da editora *Quimantú* (MOLINA, 2018). Esta, por sua vez, detinha extenso rol de produções que incluíam, além do selo de livros, várias revistas voltadas para públicos específicos. Eram elas *La Quinta Rueda*, dedicada à cultura; revista *Paloma*, para o público feminino; *Onda*, para jovens; *Cabrochico*, para crianças; *Ahora e Mayoria*, sobre a realidade do país; e a revista em quadrinhos *La Firme*, com o propósito de difundir as metas do governo.

Estava clara a preocupação do governo em investir na informação e formação de uma massa de leitores críticos. Para os intelectuais, a editora representava um espaço de atuação onde podiam tornar efetiva a revolução cultural que pretendiam. O projeto *Quimantu* contrapunha o que os intelectuais escritores consideravam como um domínio ideológico que ocultava e reduzia a realidade e os processos de exploração e dominação. Se, por um lado, esses intelectuais realizavam uma análise e diagnóstico dos mecanismos culturais responsáveis pela reprodução de tais valores das sociedades capitalistas, a editorial se apresentava como uma possibilidade concreta de enfrentamento do que identificavam como uma subcultura.

Inovando no preço reduzido e no amplo número de exemplares, a editorial buscava chegar a um tipo de leitor até então menosprezado. Segundo seu ex-diretor, além de baratear o preço, *Quimantu* transformou o processo de distribuição, levando o pequeno livro para as bancas de jornais, junto a revistas, cigarros e periódicos do cotidiano. O critério de escolha do texto para publicação da coleção *Minilibros* buscava atender às condições sociais do leitor, ou seja, o trabalhador não somente escasso em recursos monetários como também de tempo para dedicar-se a muitas horas de leitura (GUTIÉRREZ, 1999).

Essas considerações sobre o projeto editorial *Quimantu*, no âmbito deste estudo, permite vislumbrar uma das dimensões do compromisso dos escritores. Sua participação no projeto editorial significava definir que tipo de literatura deveria ser produzida e editada. Além disso, por meio das revistas, desenvolviam uma estratégia de massificação de novos conteúdos e valores, obedecendo a perspectiva anteriormente apontada pelo *Taller de Escritores*, ou seja, esses intelectuais assumiam o papel de orientadores, desenvolvendo as tarefas de organização e difusão de uma nova cultura como explicitado no Manifesto apresentado na revista *Cormoran*.

Desafios para uma revolução

Nesse mesmo ano de 1971, a emergência do caso Padilla em Cuba vai incorporar um novo elemento na discussão sobre o papel dos intelectuais nos processos revolucionários.⁸ Diferente da Revolução Cubana onde o Estado buscou, nesse momento específico, estabelecer diretrizes que exigiam compromisso intelectual, apontando para um endurecimento do regime com respeito ao papel das artes e dos intelectuais, no Chile, desenvolve-se uma posição demarcada pela própria construção do socialismo no país, a partir da via pacífica das eleições democráticas e de respeito ao pluralismo.

Não obstante as diferenças, o debate sobre como realizar essas transformações no Chile era intenso. Muitos dos colaboradores não apenas reclamavam mais ações e uma proposta mais sistemática e substancial para a revolução cultural no Chile, como refletiam a partir da referência cubana (PINEDO, 2018). A carta publicada por Enrique Lihn na revista *Marcha*, de Montevidéu, aponta nessa direção. Na carta dirigida a Herberto Padilla, então detido em Cuba e acusado de realizar atividades contrarrevolucionárias, o poeta chileno comenta a situação de perplexidade e preocupação em que muitos intelectuais se encontravam, frente à prisão do escritor e o uso que a imprensa “reacionária” estava fazendo do episódio. Lihn considera o caso de extrema importância para o Chile, em pleno processo de construção revolucionária.

Pero, tu caso – otro forzoso reconocimiento – nos plantea a nosotros, tus amigos y amigos de la Revolución Cubana, un problema de fondo que no podemos eludir (...)
El modelo de un socialismo pluripartidista en que la libertad de expresión y de organización de sus propios adversarios sea el pan de cada día, no ha sido puesto, realmente, a prueba, en términos que convengan a los países subdesarrollados. En Chile, donde, se la postula, apostamos por él, pero eso es todo. Aquí en nombre de la libertad democrático-burguesa sostenida por un gobierno de proyecciones socialistas, la sedición y la oposición tienden a confundirse y ponen en peligro no sólo al gobierno constituido sino a la libertad y a la democracia que dicen defender. Ya se sabe cómo, en situaciones difíciles para él, el Estado democrático burgués se resuelve en sangrientas dictaduras de derecha (LIHN, 1971).

A prisão de Herberto Padilla causou uma crise no meio intelectual internacional. A primeira reação foi expressa em carta assinada por diversos e importantes intelectuais da América Latina e Europa. Dirigida a Fidel Castro e publicada no jornal francês *Le Monde*, em 9 de abril de 1971, seus signatários, além de afirmar a solidariedade revolucionária, pediam explicações sobre a prisão e alertavam para a repercussão negativa que esse tipo de ação poderia trazer em termos do símbolo que a Revolução representava para a América Latina (COSTA, 2009). Entre os que assinaram o documento, estavam nomes como Julio Cortázar, Juan Goytisolo, Carlos Barral, Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, Italo Calvino, Marguerite Duras, Octavio Paz, Carlos Franqui, Susan Sontag, Mario Vargas Llosa entre outros. A resposta de Fidel veio com o discurso realizado no *Primer Congreso*

⁸ Herberto Padilla (1933-2000), poeta e escritor cubano. Após a Revolução, assume cargos diplomáticos na Europa, especialmente na URSS, representando o governo cubano. Seus problemas se iniciam quando, em 1967, publica um polêmico artigo no qual elogia o escritor cubano exilado Cabrera Infante e, de forma provocativa, critica o livro de Lisandro Otero, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura. Em 1968, a publicação do livro de poemas de Herberto Padilla e sua premiação no IV Concurso Literário da Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba (UNEAC) geram críticas à instituição. Em março, Padilla é preso por práticas contrarrevolucionárias e, em abril, faz uma autocrítica, amplamente difundida, assumindo que havia conspirado contra a Revolução.

Nacional de Educación y Cultura, onde o mandatário realiza duras críticas ao que chamou de intelectuais “pseudo-esquerdistas” que viviam nos “salões burgueses” da Europa e que atuavam como verdadeiros “agentes do colonialismo cultural” (COSTA, 2009, p. 198). Após as confissões de Padilla, uma nova declaração de intelectuais é firmada. A *Declaración de los 62* constituiu-se como resposta à autocrítica do escritor cubano e à desconfiança dos signatários quanto aos métodos utilizados, levantando similitudes com as experiências de perseguições do stalinismo. Ambas as declarações foram contestadas por outros intelectuais que se levantam em defesa de Cuba e lançam o manifesto *Declaración de los intelectuales chilenos*, com 77 signatários, entre os quais Guillermo Atías (SOTOMAYOR, 2011). A declaração não apenas assumia uma posição de apoio ao governo de Fidel Castro, como fazia acusações aos críticos da política cubana.

O debate em torno ao caso Padilla repercutia no Chile de forma muito especial. Era o primeiro ano do governo Allende, e os intelectuais de esquerda tinham até então o modelo cubano como uma referência inspiradora. O caso elevava a temperatura do debate. A revista *Mensaje* publicou um número dedicado à questão.⁹ A imprensa liberal e escritores de direita se compraziam com a notícia. O caso confirmava suas teorias anticomunistas. Antonio Avaria, autor de um dos artigos em *Mensaje*, chama a atenção para o silêncio da esquerda sobre o assunto. Segundo afirma:

Paradójamente, quienes debían tomar la palabra para orientar y explicar, han callado. Hasta hoy – 20 de mayo – la prensa calificada ‘UP’ ha guardado silencio. Sesenta días después de un hecho que significa una reorientación drástica de la política cubana ante la cultura, nuestros intelectuales de la izquierda, extrañamente pusilánimes, han preferido aguardar los acontecimientos, ‘pues aún no tienen todos los antecedentes’. La excusa periodística es pueril (...) (AVARIA, 1971, p. 231).

O autor continua interrogando e considerando a necessidade de os intelectuais de esquerda tomarem uma posição pública frente ao tema. Para ele, a discussão é fecunda somente para a esquerda, apenas ela pode ter autoridade e legitimidade para examinar a questão a partir de seu compromisso socialista. Refletir sobre a situação de Cuba, conforme considera, pode servir para ter a medida das esperanças no socialismo chileno.

O debate em torno do caso Padilla é acompanhado pela grande imprensa e por algumas publicações de esquerda, como a revista *Punto Final*, vinculada ao MIR, que publica a intervenção de Padilla na União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC) assim como o jornal *El Siglo* do Partido Comunista, que divulga o discurso de Fidel no Primeiro Congresso de Educação e Cultura, no qual este emite uma resposta aos intelectuais que firmam a Declaração sobre o caso Padilla.

Mensaje apresenta uma entrevista realizada em fevereiro de 1971, por Cristián Huneeus a Herberto Padilla, portanto antes de sua prisão. Nela são levantados alguns pontos relativos à literatura dita de compromisso. A revista apresenta o contexto da realização da entrevista. Chama a atenção

⁹ A revista *Mensaje* era uma publicação criada pelo Padre Jesuíta Alberto Hurtado, em 1951. Estreitamente vinculada ao Instituto Latino-americano de Doutrina e Estudos Sociais (ILADES) da congregação jesuíta, tinha uma perspectiva social da Igreja Católica, preocupada com os temas do desenvolvimento, a pobreza, a marginalidade, a promoção popular e participação.

para o fato de ter sido o escritor chileno Cristián Huneeus um dos primeiros chilenos a ir à ilha, depois da abertura da embaixada de Cuba no Chile. Durante um mês inteiro, realiza várias entrevistas com intelectuais cubanos, como Roberto Fernandez Retamar, diretor da revista *Casa de las Américas*; Edmundo Desnoes, autor de *Memorias del Subdesarrollo*; Lisandro Otero, no momento Conselheiro Cultural da Embaixada de Cuba no Chile; Miguel Barnet, autor de *Biografía de un Cimarrón*; o poeta Pablo Armando Fernandez, autor de *Los niños se despiden*, prêmio Casa de Las Américas de 1968; César López, prêmio de Poesias de Barcelona, além de Herberto Padilla e sua esposa, a poeta Belkis Cuza Malé.

A apresentação busca também esclarecer o leitor sobre as acusações imputadas, desde 1968, ao livro *Fuera de Juego*, que, apesar de premiado pelo júri da UNEAC, foi considerado por seu Comitê Diretor como obra contrarrevolucionária. Descreve ainda o desenrolar dos acontecimentos, citando a *Carta dos Cem Intelectuais*, seus signatários, a resposta de Fidel no *Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura*, indicando a publicação desse documento no Chile. A entrevista busca deter-se no exame dessa literatura. Cristián Huneeus, já de princípio, afirma ser o livro *Fuera de Juego*, um livro posto na Revolução e desdobra a questão reafirmando a “responsabilidade moral” que considera patente em sua obra. As afirmações de Huneeus exploravam e contestavam as acusações feitas a Padilla. Segundo o escritor chileno:

Cuando se piensa en Fuera de Juego yo diría incluso que tu poesía puede calificarse como poesía cívica. (...) Es una poesía que asume el drama, no del individuo vuelto de espaldas al medio, como ha querido cierto crítico, sino del individuo inserto en el medio, del individuo en cuanto ciudadano, concebido en términos de esa palpitante intersección de fuerza: sociales y políticas que constituyen su exigencia mayor y su principal determinante en un Estado socialista (HUNEEUS, 1971, p. 232).

A resposta de Padilla busca confirmar essa perspectiva filiando-se à experiência socialista que vivenciou na União Soviética e na Tchecoslováquia. Segundo diz, foram mais de treze anos de vida que marcaram definitivamente sua formação. As declarações de escritores sobre o caso Padilla segue na revista, com textos de Enrique Lihn, Mauricio Wacquez, Carlos Ossa, Cristian Huneeus e Lisandro Otero, conselheiro de Cultura da embaixada no Chile. Germán Marin também foi convidado, porém apenas apresenta uma nota justificando o fato de não ter enviado o texto.

Literatura e revolução

O debate sobre o caso Padilla evidencia importantes questões sobre o papel dos escritores e da literatura que continuam a ser discutidos ao longo dos três anos da Unidade Popular, especialmente levados a público por alguns jornais e revistas de cultura. Examinei aqui expressamente as revistas *La Quinta Rueda* e *Mensaje* e algumas críticas literárias divulgadas na imprensa, na qual se interrogava a função dessa literatura no processo de transformação da UP.

A revista *La Quinta Rueda* foi um dos impressos que dedicou algumas matérias ao debate

sobre o papel da cultura e dos intelectuais. O modelo da revolução cubana reaparecia constantemente como inspiração para políticas culturais. Em artigo de Antonio Skármeta, sobre a música, publicado na revista, retoma-se a importância de uma política cultural do Estado que projeta com maior relevância a produção nacional. O escritor traz o exemplo de como em Cuba o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC) desempenhou função significativa no sentido de organizar e oferecer aos músicos populares um papel mais atuante nos meios de comunicação (SKARMETA, 1972). A relação dos escritores chilenos com Cuba era de bastante proximidade, especialmente pelo estímulo representado pela revista da *Casa de las Américas*. O autor Enrique Lihn, premiado em 1966 pela *Casa*, instala-se em Havana por um período de quase dois anos para conhecer a experiência revolucionária (ALFARO, 2011). Outros como Nicanor Parra, José Donoso e Carlos Droguet publicam frequentemente em suas páginas.

A revista *La Quinta Rueda*, com circulação mensal, era dirigida por um grupo de intelectuais atuantes e reconhecidos no campo da cultura. Seu conselho de redação era formado por Hans Ehrmann, Carlos Maldonado, Antonio Skármeta e Mario Salazar, este último substituído por Alfonso Calderón a partir do número seis, de maio de 1973. Pretendiam estimular o debate sobre o projeto cultural do governo como parte de uma estratégia de difusão e produção de cultura. A revista foi lançada em outubro de 1972, após a UP completar um ano de governo. Se, por um lado, exigiam uma definição melhor da política do Estado, por outro, deixavam implícito seu apoio ao processo de transformação realizado pelo Governo de Allende. Carlos Maldonado, em artigo intitulado *¿Donde está la política cultural?*, demonstra claramente essa perspectiva. O artigo chama a atenção para que a política cultural não se restrinja a “reeditar” a experiência da Frente Popular (1938-1941) cujas “realizações se deram basicamente em instituições que aproximariam das camadas médias a expressão e consumo de arte” (MALDONADO, 1972, p. 12). Não se podia conceber mais, segundo afirma o autor, uma visão da cultura como dádiva que intelectuais e artistas distribuem com maior ou menor generosidade. Nele o crítico de teatro chama a atenção para a necessidade de celeridade do projeto cultural proposto pelo governo. Frente as urgências do país, a cultura não pode ser colocada em segundo lugar de importância. Tratava-se, segundo dizia, de uma batalha ideológica que precisava inquietar o governo e os partidos. Por outro lado, destacava a complexidade do novo processo revolucionário que devia compreender a cultura não como uma dádiva oferecida à sociedade. O projeto cultural da UP só poderia se concretizar através da “presença ativa e orgânica do povo” (MALDONADO, 1972, p. 12).

Se bem que a importância da cultura nesse processo de transformação fosse um tema sensível e relevante para o Governo da UP, o qual também era assumido por escritores e intelectuais, a problemática de como fazê-lo dividia muitas opiniões. O dilema era insinuado no próprio programa de governo anteriormente citado. Conquanto do governo pudesse emanar uma série de políticas de incentivo, o próprio Allende enfatizava que o problema não se resolvia tão somente com a criação de leis.

Vale destacar aqui a edição de número dois, na qual são apresentados vários depoimentos de escritores que pensam a questão proposta pela revista. Em manchete, anunciava: *Escritores frente a la realidade* e apresentava depoimentos de oito escritores que expunham suas perspectivas de forma sucinta. Os critérios de escolha dos escritores não são explicitados, mas os nomes permitem construir uma ideia do que pautava a escolha. Eram eles: Braulio Arenas (1913-1988), Poli Delano (1936-2017), Guillermo Atías (1917-1979), German Marín (1935-2019), Armando Cassigolli (1928-1988), Manuel Miranda Sallorenzo (1930-2001), Alfonso Alcalde (1921-1992) – e Luiz Dominguez (1933-). Todos afirmam a necessidade do compromisso, o dever de denúncia do fascismo representado pela direita chilena e da necessidade de combate. Algumas nuances, entretanto, podem ser ressaltadas. Nem todos consideram a ideia do compromisso imediato por meio da escrita. Para esta análise, destaco aqui apenas três desses escritores. Braulio Arenas, Poli Delano e Guillermo Atías. A escolha deve-se não apenas aos limites deste artigo, mas também porque são destacados escritores nesse momento e suas declarações são claras sobre o significado desse compromisso.

Para Braulio Arenas, todo escritor tem um compromisso histórico com seu povo e seu país, e a literatura é a constância desse compromisso. Mas o compromisso se dá por meio da participação direta do escritor. É preciso tempo para captar em termos literários, os processos históricos (ARENAS, 1972). Em agosto desse ano de 1972, o jornal do Partido Comunista, *El Siglo*, publica na coluna de Virgínia Vidal matéria na qual ressalta uma anterior entrevista realizada pela revista *El arbol de letras* em 1968. Nela o escritor é interrogado sobre a relação entre literatura e compromisso intelectual. A matéria relembra a posição de adesão e solidariedade de Arenas aos republicanos espanhóis e sua luta antifascista nos anos 1930 e evoca as palavras de Sartre sobre o sem sentido da literatura num mundo onde existe a fome (VIDAL, 1972). Na resposta de Arenas em 1968, está presente a necessidade do compromisso político do escritor. No entanto, suas declarações não precisam as formas desse engajamento. Ele não estabelece uma separação muito clara entre a escrita literária e o compromisso político, especialmente quando considera que a arte expressa, de alguma forma, elementos da realidade. Segundo diz “a realidade sempre estará presente em toda obra criadora. Seu sentido será latente ou manifesto, conforme o estilo do escritor”. Essa percepção alcança contornos mais claros em 1972, quando conclui pela necessidade do compromisso como participação direta do escritor na vida política do país. Em 1962, quando Arenas lançou seu livro de poemas *La Casa fantasma*, José Donoso apontava para uma perspectiva que considera bem acabada de sua poesia, na qual poderia ser identificada não o protesto e violência dos primeiros anos de seu surrealismo, mas sugestões penetrantes. Para Donoso, o objeto da literatura de Arenas é o próprio poema, não o que o precede, “como querem os marxistas”. Sua afirmação possibilita pensar certo distanciamento com esquemas de uma literatura engajada. As afirmações de Arenas em *La Quinta Rueda* confirmam a mesma perspectiva:

El compromiso se da en la participación directa del escritor. Ahí si que no hay demora. En cambio, hechos tan complejos como el Frente Popular, por ejemplo, necesitan distancia para captarse literariamente. Es necesario la sedimentación del acontecimiento en el arte (ARENAS, 1972, p. 5).

A literatura, portanto, como atividade artística, não comporta o mesmo tipo de compromisso que cabe ao escritor ou intelectual. Para Arenas, não era possível aliar a literatura à política de forma tão imediata, como fica expresso logo acima.

Essa distância, para outros escritores, não era necessária. Poli Delano afirma ser ela uma necessidade para o historiador, não para o escritor que pode recolher a experiência no calor da hora. Filho do romancista e diplomata Luis Enrique Délano, Poli publica suas primeiras narrativas nos anos 1960 com os livros de contos *Gente Solitaria* (1960), que obteve o prêmio Municipal de Santiago em 1961, *Amaneció nublado* (1962) e *Cero a la izquierda* (1966). Sua literatura, segundo críticos e estudiosos, destaca-se por uma linguagem coloquial e por um realismo direto (FRANKEN, 2006). Para ele, conforme afirma no depoimento em *La Quinta Rueda*, é preciso apreender essa realidade complexa e rica. Destaca o imperativo de escrever sobre essa realidade e de denunciar. A postura deve ser de compromisso. Em 1984, quando regressa do exílio, afirmaria, em uma entrevista à revista APSI que buscava realizar uma literatura social, seu interesse sobre as formas de luta dos trabalhadores, afirmando sua postura de compromisso.

Entre os convidados a falar na revista *La Quinta Rueda*, destaco Guillermo Atías com uma concepção de “romance tabloide”. O escritor, em 1954, havia recebido o *Premio de Novela del Sindicato de Escritores de Chile* e, em 1956, o *Premio Municipal de Novela* pela novela *El tempo banal*. Entre maio de 1961 e janeiro de 1962, participou do *Taller de Escritores de la Universidad de Concepción* (BIANCHI, 1995). Sua publicação literária vinha de 1938 quando tem o conto “La Escala” publicado na *Antología del verdadero cuento en Chile*, organizada por Miguel Serrano. Em 1961, lança seu segundo romance *A la sombra de los dias*. Os livros são muito bem recebidos pela crítica e pelo público. Além disso, era parte do Comitê Editorial da revista *Plan* e um assíduo militante do Partido Socialista. Quando ocorre o golpe militar em 1973, Atías estava em viagem na URSS. Impossibilitado de retornar ao país, instala-se em Paris como refugiado político, onde morre em 1979.

Como escritor, posiciona-se em termos de um “combatente” que sai às ruas e colhe nela os elementos para sua escrita. Na entrevista, este escritor fala de uma literatura de trincheira (ATÍAS, 1972a). O escritor, nesse ano de 1972, publicou pela *Quimantu*, o romance *Y corría el billete*, com o subtítulo de Romance Tabloide. Foi considerada uma das publicações com maior tiragem, com 50 mil exemplares. Posteriormente foi publicado na URSS na Revista de Literatura Estrangeira (OSES, 2017).

O livro suscita um debate sobre as funções da literatura frente à realidade. O autor fala na imprensa e discorre sobre o que ele considera um dos problemas centrais do escritor do mundo contemporânea no Chile num contexto especificamente convulsionado. Interroga-se como não ficar à

margem dos acontecimentos e como a literatura pode ocupar esse espaço entre uma visão elitista ou outra folhetinesca e vazia. Para Atías, a literatura tem deixado um vazio entre os leitores que é preciso ocupar. O livro *Y corría el billete* era para ele uma novela política.

Yo había hecho una novela para ser publicada de inmediato, con datos del día, captados al instante. De ahí la explicación: novela tabloide, como yo la llamo. Me dije que si los novelistas nos poníamos a aguardar que el acontecer llegara a cristalizarse (vale decir: que estuviera inmóvil o muerto), mereceríamos mejor el calificativo de memorialistas, o algo semejante, mientras en este caso la Revolución Chilena daba la batalla en el frente político casi desprovista de un aparato de propaganda, como se ha dicho. Consideré que era un deber alistar a la literatura en ese frente, en un lugar de vanguardia, ‘donde las papas queman’ (RODRIGO, 1972, p. 18).

O prólogo do livro expressa claramente:

Y de pronto surge la novela de Guillermo Atías. Ella aprisiona y expresa esa vertiginosa realidad que parecía escapársenos de las manos, y nos entrega en sus páginas una parte de nuestra realidad que hace en buena medida representativa de la totalidad. Sus personajes no sólo nos son familiares, reconocibles en nuestra vida cotidiana, sino además – y éste es sin duda uno de los grandes méritos de esta novela – tipifican correctamente a los grupos y clases sociales que hoy se enfrentan en Chile al influjo de las profundas injusticias económicas, sociales y culturales que caracterizan el sistema social de nuestro país (ATÍAS, 1972b, p. 5).

Várias críticas saíram na imprensa questionando a experiência literária proposta por Atías. Para Luis Ñiño Madrigal, a imediatez da novela, o fato de buscar recolher a cotidianidade e as tensões da realidade chilena desse momento é apontado pelo crítico como justamente o elemento que enfraquece seu desenvolvimento, percebendo-a pouco elaborada (MADRIGAL, 1972). Igualmente Luis Oyarzun faz duras críticas à novela de Atías. Considera uma novela esquemática, convencional e falsa (OYARZÚN, 1972). Em sua crítica, entretanto, aponta ser ela uma novela de “grande consumo”, elemento que merece destaque uma vez que estaria implícito nos objetivos da novela-tabloide proposta pelo escritor como forma de contrapor a uma cultura de massas, a literatura de folhetim.

Se o caso Padilla trouxe à luz a questão do papel do intelectual na revolução e, mais precisamente, a “função” da literatura nesse processo, no Chile, o debate desdobra-se com alguns experimentos literários. O livro de Guillermo Atías surge como uma possível proposta dessa função política. Em diversas críticas, a novela *Y corría el billete* era apontada como uma novela política. Como fica claro no texto abaixo, colocava-se explícito qual seria o tratamento literário de um tema da revolução socialista chilena. O livro aborda a estatização de uma empresa têxtil desde o ponto de vista de um trabalhador, de seus conflitos e tensões.

En todo caso, aparte de las polémicas que esta narración entablara, queda la constancia de que contamos con una obra representativa de la “novela política”, de la que tanto se habla, se debate y se teme, sin que tengamos de ella sino muy aisladas representaciones (RODRIGO, 1972, p. 18).

Não apenas tematizava-se uma questão política capital nessa conjuntura, como abordava a matéria desde o ponto de vista dos operários, centrando a trama e a linguagem nesse universo popular do

trabalhador. Para o jornal *El Siglo*, esta era a primeira novela dos operários, que tinha como argumento os caminhos iniciados com o governo da Unidade Popular (VIDAL, 1972). O enredo da novela descreve a história de um operário de uma fábrica têxtil estatizada. Procurando boicotar a produção, os antigos donos financiam alguns operários para que estes levem informações sobre o sindicato e ajudem no boicote. Ao longo do enredo, o escritor, utilizando a voz dos personagens, descreve as perspectivas dos operários despolitizados, dos sindicatos e dos grandes empresários. O ambiente descrito e a linguagem são do mundo popular, as condições de vida nas favelas, as dificuldades nos transportes públicos. A narrativa é curta e bastante direta, alude às tensões políticas do governo Allende e aos diversos mecanismos de boicote empresarial sofridos pela Unidade Popular. São claras as intenções panfletárias do escritor, de fomentar a leitura e consciência do trabalhador. O personagem central vai paulatinamente adquirindo consciência de classe, abandonando sua postura inicial individualista e utilitarista.

No campo literário, discutia-se sobretudo o engajamento intelectual no enfrentamento e contraposição a uma cultura de massa, a necessidade de participação popular nesse processo de revolução cultural, no entanto, na literatura, como mencionam a crítica literária, poucas foram as produções literárias que ensaiam essa aproximação, que coloquem em prática isso que chamavam de uma literatura revolucionária. Segundo o crítico Floridor Pérez do jornal *La Unión*, de Valparaíso, nesse ano de 1972, somente dois escritores se destacavam pelo compromisso com os acontecimentos históricos que marcavam o país nesse momento. Eram eles Guillermo Atías e o poeta Hernán Lavín.¹⁰

Considerações finais

A repercussão da novela de Guillermo Atías, logo após seu lançamento, é significativa e repousa sobre a inquietação que movia os escritores e intelectuais, nesse momento, em torno do compromisso. O autor empreende um esforço de expressar as particularidades da revolução chilena, de fazer uma novela não apenas sobre o trabalhador, como escrever para ele, com sua linguagem e seus dilemas. A perspectiva de uma novela-tabloide busca atender ao propósito de massificação da leitura e de ser um elemento de conscientização. Para a crítica Virginia Vidal, do jornal *El Siglo*, a representação desse operário fugia do modelo idealizado, que para ela não era representado em preto e branco, mas como um homem atravessado por contradições (VIDAL, 1972). Pode-se inferir, entretanto, que o personagem central desenvolve um processo de superação dessas contradições alcançando finalmente sua consciência enquanto operário e, portanto, seu papel de ator no processo revolucionário. Acredito, nesse sentido, que a perspectiva de novela tabloide obedece a finalidade clara de exprimir e dar um tratamento ficcional aos dilemas da revolução.

As noções de compromisso foram debatidas desde os primeiros momentos da vitória eleitoral de Allende. Lembremos que o *Taller de Escritores* era enfático na crítica a uma cultura de massa, apontada como elemento de embotamento da população. Especificamente o documento atribuía ao

¹⁰ PÉREZ, Floridor. *La Unión*. Valparaíso, 2 abr. 1972, p. 7 (suplemento).

escritor uma função na criação e difusão de uma nova cultura que superasse as perspectivas de uma cultura burguesa.

Por sua vez, a criação da editoria *Quimantu* atendia uma das principais reivindicações dos intelectuais. Inaugurado o projeto no início do governo, ela terá a adesão entusiasmada de diversos escritores que veem nela a possibilidade de definir uma política de democratização da cultura e de definição de conteúdo, atingindo uma das metas debatidas incansavelmente, contra a cultura de massa. No bojo desse processo, a emergência do caso Padilla vai tensionar o debate, na medida que os escritores se sentem impelidos a definir o sentido desse compromisso. Não existiam dúvidas, entre os intelectuais de esquerda, quanto à necessidade do engajamento, no entanto a prisão de Padilla torna urgente o imperativo de assumir uma posição e definir seu significado.

A proposta de Guillermo Atías leva mais água ao moinho do debate. O compromisso se definia assumindo posições e por meio da escrita, retomando a ideia da função da literatura na formação de uma consciência social. O sentido de “escritor de vanguarda” que Atías aciona está vinculado à ideia de responsabilidade social do escritor e de ação política. Tratava-se, para o escritor, de falar da realidade, reiterando noções como de literatura de trincheira e tabloide. A escrita deve estar nas ruas e partir da experiência cotidiana. É nela que o escritor encontra a chave de sua literatura e de seus personagens.

Finalmente podemos concluir que não foram muitos os escritores que, como Guillermo Atías, buscaram ensaiar essa noção radical de compromisso literário, assumindo o dever político e a defesa da revolução como questão de primeira ordem, apostando seu prestígio e seu pensamento a serviço da revolução.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, César. “La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente”. In: Pinto V. Julio. *Cuando hicimos historia*. La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.
- ALBUQUERQUE FUSCHINE, Germán. El caso Padilla y las redes de escritores latinoamericanos. *Universum*, Talca (Chile), 2001.
- ALFARO, Diego. Biografía de la turbulencia: Enrique Lihn, el compromiso y la revolución. *Analecta: revista de humanidades*, Viña del Mar (Chile), n. 5, 2011, p.1-16.
- ALLENDE, Salvador. Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular. Candidatura Presidencial de Salvador Allende. Santiago, 1970. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7738.html>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- ARENAS, Braulio. Escritores frente a la realidad. *La Quinta Rueda*, Santiago (Chile), n. 2, 1972.
- ATÍAS, Guillermo. Escritores frente a la realidad. *La Quinta Rueda*, Santiago (Chile), n. 2, 1972a.
- _____. *Y corría el billete*. Novela tabloide. Santiago (Chile): Quimantu, (Primera Edición), 1972b.

- AVARIA, Antonio. *Mensaje*. Santiago (Chile), n. 20, 1971.
- BRICEÑO-RAMIREZ, Laura. Escritores intelectuales y la política cultural en el gobierno de Salvador Allende. *Izquierdas*, 49, Santiago, febrero, 2020.
- CORMORAN. Santiago (Chile), n. 8, diciembre, 1970.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. Tese de Doutorado em História. UFMG, 2009
- DALMÁS, Carine. *Brigadas Muralistas e cartazes de propaganda da experiência chilena (1970-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, 2006.
- FRANKEN K, Clemens A. Poli Délano y sus incursiones en el genero policial. *Santiago, Literatura y lingüística*, n. 17, 2006.
- GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- GUTIÉRREZ, Joaquín. “Hicimos la revolución del libro”. *La Tercera*, 28 de Diciembre de 1999. Santiago. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-248898.html>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- LOMBARDO, Verónica. Jugadores y jugados: Intelectuales argentinos frente al caso Padilla. In: FORNET, Jorge et al. *La experiencia cubana: intelectuales argentinos en la Revolución*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, BN, 2019.
- LYNH, Enrique. *Marcha*. Montevideo, 30 de abril 1971.
- LOZOYA, Yvette. *Pensar la Revolución: intelectuales y pensamiento latinoamericanos en el MIR chileno 1965-1973*. Santiago (Chile): IDEA/USAH, 2014.
- MADRIGAL, Luis Iñigo. La Nación. *Santiago Talleres Gráficos La Nación*, 2 abril 1972.
- MALDONADO, Carlos. ¿Dónde está la cultura? Teoría. *La Quinta Rueda*, n. 1, Santiago (Chile), 1972.
- McSHERRY, J. Patrice. *La nueva canción chilena*. El poder político de la música, 1960-1973. Santiago: Lom, 2017.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. La Revolución Cubana y el caso Padilla en las revistas Plural y Vuelta. *Estudios*, n. 23-24, 2010.
- MOLINA, M. Isabel. “Las prácticas editoriales en Quimantu”. In: Quimantu: prácticas, política y memoria. Santiago: Grafito ediciones, 2018.
- MOUESCA, J. (1988). *Plano secuencia de la memoria de Chile*. Veinticinco años de cine chileno (1960-1985). Madrid: Ediciones del Litoral.
- OROPESA, Salvador. *La obra de Ariel Dorfman: ficción y crítica*. Madrid: Editorial Pliegos, 1992.
- OSÉS, Darío. La ciudad y sus tiempos en la obra de Guillermo Atías. In: *Anales de literatura chilena*. Santiago, junho de 2017, n. 27, p. 181-191.
- OYARZÚN, Luis. Las últimas noticias. *Santiago, Talleres El Mercurio*, 29 julio, 1972.
- PÉREZ, Floridor. *La Unión*. Valparaíso, 2 abril 1972 (suplemento).
- PINEDO, Javier. 2018. Dissidentes en el poder. Cultura y cambio social en Chile durante los años 60 y 70. *Debates intelectuales: Estudios sobre historia de las ideas, pensamientos políticos y cultura en Chile*. Ariadna Ediciones. Disponível em: <<https://books.openedition.org/ariadnaediciones/1880>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- QUEZADA SOTOMAYOR, Marco A. *Novela y revolución en la unidad popular: el caso de moros en la costa de Ariel Dorfman*. Tesis de Maestría. Facultad de Filosofía y Humanidades. Escuela de Postgrado. Departamento de Literatura. Universidad de Chile, 2011.

- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Unesp, 2014.
- RODRIGO, Luciano. Guillermo Atías: un novelista de la realidad. *Plan*. Santiago 27 de mar. 1972. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-281175.html>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- SCHMIEDECKE, Natalia. *Nuestra mejor contribución la hacemos cantando. A nova canção chilena e a questão cultural no Chile da Unidade Popular*. Tese de Doutorado em História Social, UNESP/Franca, 2017.
- SILVA, Martín B. *El proyecto sociocultural de la izquierda chilena durante la Unidad Popular. Crítica, verdad e inmunología política*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debats, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/13832?lang=pt>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- SKARMETA, Antonio. ¿Qué Cantar?. *La Quinta Rueda*, Revista de cultura, Santiago (Chile), Outubro, 1972.
- SOTOMAYOR, Marco Antonio Quezada. *Novela y Revolución en la Unidad Popular. El caso de Moros en la costa de Ariel Dorfman*. Dissertação de Mestrado em Literatura. Universidad de Chile, 2011.
- VIDAL, Virgínia. Braulio Arenas, el poeta siempre fiel a la literatura. *El Siglo*, Santiago (Chile), 8 de agosto, 1972,
- _____. Y corría el billete: primera novela de los obreros de hoy. *El Siglo*, Santiago (Chile), 1 de marzo, 1972.

12. O TRANSBORDAR DA MEMÓRIA: GIOCONDA BELLI ENTRE O AMOR E A POLÍTICA

Fernanda Rodrigues Galve*

Um livro de memórias redigido por uma autora atuante e crítica, nos apresenta uma autobiografia na obra intitulada *El país bajo mi piel Memorias de amor y guerra* publicada no ano 2001. As lembranças escritas, da autora Gioconda Belli, transbordam sentidos e sentimentos referentes a história política de seu país. Ao ler suas palavras notamos uma intersecção da memória e da história com seus desejos e conquistas.

A história política e social da Nicarágua se entrelaça com sua própria vivência e experiência como filha, mãe, esposa, amante, escritora e militante na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na luta contra a ditadura de Somoza. Seu livro, aqui analisado, narra a sua vida de forma dialética com a política e o amor em momentos de luta e anseios por liberdade. Seus relatos permeiam diferentes temporalidades, não de forma cronológica, mas que são circunscritos principalmente pelos antecedentes do ano 1979, marco final da revolução da Nicarágua, até 1999, ano em que “FSLN e o Partido Liberal consolidam um pacto de um sistema bipartidário no país, ato que não agrada à população por denúncias de corrupção.” BELLI (2013, p.373) Neste sentido, o artigo baseia-se tanto na memória individual da escritora Gioconda Belli, quanto na historiografia que abarca o social e político deste contexto.

O livro *El país bajo mi piel Memorias de amor y guerra* já nos inquieta pelo seu título, pois há uma provocação promovida pela autora engajada, presente na representação de pertencimento a uma luta interminável pela liberdade aderente ao seu ser mulher. Onde o seu corpo, sua pele contém sentidos que são constituídos pela percepção de sua nação. Gioconda Belli nasceu em Manágua, capital da Nicarágua, em 1948, em uma família de posses, inquieta com suas opiniões, entra para a guerrilha sandinista contra a ditadura. A partir do ano de 1972 participa ativamente na FSLN até que em 1975 exila-se no México, retornando em 1979 a Nicarágua, quando o poder é finalmente tomado pelos sandinistas. Durante sua trajetória, Belli compartilha suas ideias e desejos através de suas palavras escritas, tanto por poesias, novelas, romances e por sua autobiografia. Hoje a autora é reconhecida na América Latina, principalmente, por seus poemas e novelas como, seu livro mais conhecido, *A mulher habitada*, do ano 1988.

Nas várias reflexões trazidas no livro *El país bajo mi piel* percebe-se que a autora apreende as confluências do amor e da política, através de seus relatos autobiográficos. Ela escreve sentimentos referentes a família, a nação e a revolução com um olhar analítico e memorialístico. Logo na introdução do livro a autora provoca:

*Professora Doutora do curso de História da UFMA. fernanda.galve@ufma.com

Dos cosas que yo no decidí decidieron mi vida: el país donde nací y el sexo con el que vine al mundo(...) He sido dos mujeres y he vivido vidas. Una de mis mujeres quería hacerlo todo según los anales clásicos de la feminidad: casarse, tener hijos, ser complaciente, dócil y nutricia. La otra quería los privilegios masculinos: independencia, valerse por sí misma, tener vida pública, movilidad, amantes. Aprender a balancearlas y a unificar sus fuerzas, para que no me desgarraran sus luchas a mordiscos y jaladas de pelos, me ha tomado gran parte de la vida. (BELLI, 2013, p.11-12).

Na sua narrativa um dos pontos importantes é perceber, que Belli luta pelo poder da escolha e da decisão. Pelo poder de ser uma mulher múltipla que deseja igualdade e liberdade de seu país frente a uma longa ditadura. Como Belli diz neste fragmento inicial do livro, os únicos momentos que ela não teve escolha foram, ao definir onde nasceu, nem seu “sexo quando veio ao mundo”, mas, na trajetória de sua vida, a autora é livre para decidir suas vontades e suas opiniões. Belli confronta em suas palavras escritas tanto suas leitoras quanto suas deliberações referentes ao equilíbrio de ser uma mulher em um mundo contemporâneo, porém permeado por tradições paternalistas. Ela encontra-se em um contraste entre ações tradicionais como, casar, cuidar da casa e dos filhos com o direito de ter, como ela mesma diz, privilégios masculinos com sua liberdade e direito a uma vida pública. Ao ter liberdade de decidir e escolher, a autora descreve através deste documento memorialístico, sua versão de momentos pontuais da revolução sandinista, da política na Nicarágua e de sua relação com seus companheiros amorosos e de luta durante esse percurso promovido por lembranças e emoções.

Sua narrativa permeia o que Paul Ricoeur (2007) nos apresenta como um debate de uma “política da justa memória” compreendida não somente pela memória dos testemunhos, mas também pela historiografia. Na obra, autobiográfica, a realidade apresenta-se entre a história e a ação. No livro *El país bajo mi piel*, a autora, na sua narrativa não recria, ela seleciona e cria uma lógica dos acontecimentos que se entrelaçam com a história. Lidando, desta forma, com uma linha tênue entre ficção e realidade, sem se fechar a nenhuma delas.

Ao ler as memórias da escritora referentes a história política e social que perpassam um contexto em transformação e revolução, apresentam-se versões permeadas por suas escolhas, lembranças e esquecimentos. Sua subjetividade é pautada por suas experiências e vivências. Aqui a historiografia percorre o ato da comunicação mnemônico, por uma narrativa instigante e sempre provocadora.

Deste modo, nas diferentes formas de pensar a memória e a história temos Pierre Nora (1984) que contextualiza as percepções e escrita do tempo em diferentes narrativas. Não podemos deixar de analisar também na subjetividade que a memória possibilita testemunhar no interior da escrita. Para a construção do texto, a autora, apreende um espaço histórico de experiência humana carregada de sentimentos universais estabelecidos, muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção desses testemunhos ou, por outro lado, na intenção de resgatar memórias, ações ocultadas e silenciadas. Como Pierre Nora (apud DELGADO, 2003, p.10) explica, “A memória, mais

relacionada à ficção do que à História, define relevância a tudo que evoca o que passou, garantindo sua permanência reatualizada, ou mesmo ressignificada no presente. A memória, portanto, de acordo com Nora, encontra-se em múltiplos lugares – os lugares da memória.” Por este motivo, a relação da historiografia com a narrativa feita por Gioconda Belli, encontram-se espaços da memória, mas, não da ficção pura.

Nota-se aqui a possibilidade que a narração se assemelha tanto da ficção quanto da história como maneira de entender o real. Pois, ambas, ficção e história, seguindo a análise de Hayden White (2001), constroem um discurso simbólico e de imagens. Porém, por Belli ser uma autora que escreve não por inspiração, mas por observação e ação em seu tempo, encontramos neste livro autobiográfico, relatos, lembranças e percepções de fatos vivenciados que são selecionados para aproximar a sua vida dos leitores e da historicidade deste contexto relatado.

Assim, o que nos interessa é essa apropriação da memória seletiva, testemunhal de uma escritora, transgressora e contestadora, como documento para compreender contextos históricos. Deste modo, suas palavras referentes à memória da revolução na Nicarágua apresentam os preparativos, ações e suas consequências, por meio da narrativa. A escritora Belli constrói com suas memórias, olhares para uma versão temporal e espacial de ações humanas. Isto posto, analisamos elementos da memória individual da autora para entendermos a historicidade que percorre suas palavras. Já que a autora está ativamente envolvida no desenrolar político na Nicarágua, desde seu primeiro livro editado até os dias atuais com novas produções literárias. Aqui, neste artigo, a própria memória é um ambiente narrativo e produto de uma sociedade que lida com um panorama histórico, denso e complexo no ato de relatar.

Podemos perceber em sua obra *El país bajo mi piel*, uma preocupação com a ideia de *verossimilhança*, onde o elo, a ponte de ligação com sua verdade, parte de uma rememoração que conduz a uma forma de conhecimento e aprendizado, apreendido através de um fato ou desejo de chegar a uma verdade. Seu texto é desejanter, quer o real no espaço da memória e no sentido de tornar aceitável ou *vir a ser* como condição de possibilidade de adequação da palavra com suas lembranças. A construção de seus textos são realizados pela consciência que brota do emocional e de seu conhecimento individual, na tentativa de uma provocação coerente de seus leitores. Observamos e analisamos essa forma de escrita em seus relatos e poemas, quando Gioconda Belli, no livro, expõe no capítulo *De cómo irrumpieron en mi vida la poesía y la revolución* em Manágua o ano de 1970 e 71. A autora apresenta o encontro da sua vida na poesia e na Revolução:

No sé en qué orden sucedieron las cosas. Si fue primero la poesía o la conspiración. En mi memoria de ese tiempo las imágenes son luminosas y todas en primer plano. La euforia vital encontró cauce en la poesía. Apropiarme de mis plenos poderes de mujer me llevó a sacudirme la impotencia frente a la dictadura y la miseria. No pude seguir creyendo que cambiar esa realidad era imposible. Me poseyó un estado de ebullición. Mi cuerpo celebraba su afirmación. El simple acto de respirar me daba placer. Me tragaba el mundo por la nariz y la sensación de plenitud era tal que dudaba que mi piel pudiera contenerme. Cualquiera día emergería la alegría de mis poros como ectoplasma y flotaría bailando desnuda por las calles de Managua (BELLI,2013, p.56).

A autora tem papel fundamental, neste sentido, de rememorar e provocar os leitores para a reflexão do passado e suas permanências ou rupturas com a história percorrida em suas lembranças. Neste trecho, a autora descreve como a poesia foi fundamental para a escrita destas memórias, pois ilumina e lhe dá aptidões de luta contra a miséria e a ditadura enfrentada. E esses tempos de luta são carregados dos poderes que possui a força feminina na conquista por liberdades desejadas. Liberdade de seu corpo, da escolha de seus desejos e de sua plenitude como mulher. Podemos refletir, com as palavras de Maurice Halbwachs (2006) que diz ao apresentar, a ideia de “lugares de memória” compreendidos tanto na sociedade como na escrita da poeta, como espaços de possíveis transformação e percepção da história relatada. Pois, a obra literária é um produto humano que discute crises, e seus efeitos ou desfeitos para acenderem a um conhecimento ou análise de novos valores sociais, políticos ou sentimentais.

Deste modo, Maurice Halbwachs (2006) resgata a interação social com a memória, pois mesmo relatando suas experiências, Belli não vive sozinha no mundo, e suas lembranças são tecidas com a sua interação em um grupo e com personagens políticos e revolucionários durante a Revolução Sandinista. Temos como exemplo, Daniel Ortega, Sergio Ramírez, Violeta Chamorro, entre outros. Isto posto, a análise da escrita de suas memórias, permeia a vida social de um determinado grupo de amigos e companheiros de ideais.

A autobiografia revela esse olhar complexo de interação social e sensível de cada indivíduo. Neste livro, a autora, exerce e insere fatos que expressam trajetórias selecionadas ao longo da vida de forma atuante em seu contexto. Assim, a memória individual é também constituída da coletiva. Belli não resgata sozinha o seu passado, ela escreve a sua interação com grupos sociais e seleciona lembranças. Partindo da análise de Halbwachs(2006), a autora resgata e elenca acontecimentos que são compostos a partir das suas relações sociais. A sua linguagem, no livro *El país bajo mi piel*, permeia descrições e narrativas de diferentes sentimentos em um determinado contexto que é a Revolução ligada a sua temática principal, a Liberdade. A autora Gioconda Belli em uma entrevista, para Folha de São Paulo, em 09 de fevereiro de 2002 responde para a jornalista Sylvia Colombo e reflete sobre uso de suas memórias na escrita de seu livro:

Folha- Por que decidiu escrever suas memórias?

Belli - Para reivindicar a importância do romantismo na literatura e na política, a importância de sonhar com coisas impossíveis. Me sentia farta do “mea-culpa” tão repetido nos últimos anos, dessa tendência de muitos de renegar tudo quanto foram e fizeram. Me sinto privilegiada por ter vivido a revolução. O livro é a história da minha participação, não como historiadora, mas como alguém que, enquanto atuava, teve filhos, dúvidas e se apaixonou. (COLOMBO,2002).

O que chama a atenção nesta resposta é o modo como a autora apresenta sua marcação pessoal e sentimental na sua escrita. Ela é um ser em ação que tem e segue suas ideologias. E a principal é amar e viver intensamente. Sua transgressão está na sua escrita arquitetada pela consciência de seu

papel social ao comunicar suas memórias e sentimentos. Aqui paramos para refletir como existem maneiras diferentes de dizer os acontecimentos, nem sempre de um ângulo conveniente. Mas com olhares apaixonados para o real e o histórico.

Para a tentativa de responder esta questão, partimos da análise histórica ao percorrer um pouco os fatos e o que é relatado pelas memórias da escritora Belli, em alguns trechos de seu livro autobiográfico. Seguimos para o ano de 1974, momento em que, Anastasio Somoza Debayle é eleito, pela segunda vez, presidente da Nicarágua. Momento em que ocorre a libertação de alguns dos prisioneiros políticos promovido pela FSLN com assalto da casa de Chema Castillo, esse evento foi descrito em “Cuando la historia de Nicaragua comenzó a cambiar A 34 años del golpe en la casa de Chema Castillo”, 27 de dezembro de 2008:

Às 10h15, um grupo de membros da chamada Frente Sandinista de Libertação Nacional entraram em sangue e disparou em uma festa dada pelo Dr. José María Castillo Quant e Sra., Em sua residência em Los Robles, na capital. Cerca de 10 criminosos abriram fogo ... ", publica notícias na edição de 28 de dezembro de 1974.

A notícia do jornal Somozista aqui apresentada não foi toda distorcida. Neste ato, 13 guerrilheiros, comandados por Eduardo Contreras, entraram na casa do ministro José María Castillo Quant para sequestrar os convidados em uma festa de final de ano (entre eles o embaixador americano), provocar o regime ditatorial na tentativa garantir a liberação de alguns companheiros e, simultaneamente, despertar o povo para lutar por reivindicações. Neste mesmo ano 1974, Somoza impõe para se proteger a Ley Marcial, estado de sítio e a censura de imprensa que permaneceu até 1977 (RODRIGUEZ 2008, p.160).

Nessa constante luta por direitos e liberdades, é curioso que Gioconda Belli nos relata no Capítulo XVI como, conseguiu publicar seu primeiro livro de poesia e, ao mesmo tempo, ser perseguida pela polícia secreta da ditadura:

Desde que la admití en mi vida y le di rienda suelta, la poesía se me desencadenaba a menudo por dentro como una tormenta eléctrica. Las descargas me dejaban las manos llenas de nuevos poemas. Reuní los poemas en un libro y, a falta de editoriales en Nicaragua, uno de mis clientes publicitarios, Jaime Morales Carazo, patrón de las artes, ofreció financiar la publicación a cambio de que le entregara la mayor parte de la edición para enviarla como regalo de Navidad de su institución.(...) José Coronel Urtecho, poeta mayor, mentor y amigo mío, escribió un largo y elogioso prólogo “La mulher que se revela, se rebela” (BELLI, 2013, p.92).

E continua a relatar:

Nada me preparó para la tarde cuando de regreso del almuerzo tranquilo con mis hijas, me encontré a dos de los tres socios de la agencia esperándome en mi despacho. (...) y dijo que desafortunadamente tenían algo serio que tratar. (...) – era el jefe de la Oficina de Seguridad somocista, la Gestapo criolla-. No dijo que vos sos del Frente Sandinista. Que no te deberíamos tener aquí. Claramente, nos “sugirió” que te despidiéramos. Tuve una experiencia de desdoblamiento. Una Gioconda fría, racional, tomó el control mientras la otra, acurrucada dentro de mí(...) Seguramente me había denunciado el hombre de filiación somocista que con frecuencia visitaba a la administradora de la agencia (BELLI, 2013, p.93).

Vemos aqui, que a escrita poética de Belli surge como espaço de liberdade vigiada em seu primeiro livro *Sobre la grama*, de 1972. Ela nos apresenta em suas palavras poéticas, inseridas nesta sua estreia, sua personalidade transgressora, como seu colega a descreve é “uma mulher que se revela, se rebela”. Suas palavras encontram no contraste seu olhar referente ao ser mulher e a ligação existente com a força da religião católica no país. Seu livro foi patrocinado por Jaime Morales Carazo, um banqueiro, e distribuído como presente de Natal. Os poemas inseridos nesta obra, já demonstram de início sua marca principal: a provocação com o universo feminino e a herança religiosa. Com isso, a escritora chama a atenção de algumas pessoas por sua irreverência e passa por momentos de apuros. Ela foi interrogada pela Oficina de Segurança, aos 24 anos, por aparentar ser da Frente Sandinista e por expressar abertamente rebeldia em seus poemas. Em um dos seus poemas, inseridos nesta obra, Belli apresenta uma reflexão sobre ter nascido mulher:

Y DIOS ME HIZO MUJER

Y Dios me hizo mujer,
De pelo largo,
Ojos,
Nariz y boca de mujer.
Con curvas
Y pliegues
Y suaves hondonadas
Y me cavó por dentro,
Me hizo un taller de seres humanos.
Tejió delicadamente mis nervios
Y balanceó con cuidado
El número de mis hormonas.
Compuso mi sangre
Y me inyectó con ella
Para que irrigara
Todo mi cuerpo;
Nacieron así las ideas,
Los sueños,
El instinto,
Todo lo que creó suavemente
A martillazos de soplidos
Y taladrazos de amor,
Las mil y una cosas que me hacen mujer todos los días
Por las que me levanto orgullosa
Todas las mañana
Y bendigo mi sexo. (BELLI,2014a)

Neste poema, vemos que seus sonhos, suas ideias e seus instintos lhe pertencem desde seu nascimento. Ela agradece por nascer e ser mulher. É a força que permeia seu sexo. Aqui posto, deve-se analisar que a força feminina e da religião estiveram muito presente nesta Revolução. As mulheres participaram da Revolução em grande número e apoiadas pela Igreja Católica. No ano de 1972, surge a AMPRONAC (Associação de Mulheres pelo Problema Nacional), grupo de mulheres que se organizavam para reivindicar desde alimentos, questões de saneamento básico, até a denúncia da violação dos direitos humanos, como o estupro realizado pela Guarda Nacional. Eram mulheres múltiplas que participaram desses grupos dentro da revolução. Abarcavam desde mulheres camponesas até burguesas. As atividades realizadas na FLSN também foram apoiadas e protegidas por religiosos locais e membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) como o padre e poeta Fernando Cardenal que foi um dos responsáveis por denunciar o governo somozista. São “dois irmãos da proeminente família Cardenal, Fernando e Ernesto, que ajudaram a defender e construir a FLSN, tanto antes como após a vitória em 1979” (ZIMMERMANN, 2006, p.70).

Gioconda Belli, mulher militante e amiga de alguns religiosos que lutaram por seus direitos, foi perseguida pela Guarda Nacional, mas não capturada. Analisamos que essa sua ligação significou “um ponto importante de contato entre a revolução sandinista e a Teologia da Libertação foi estabelecido pelos padres que se tornaram, um a um, colaboradores e, em alguns casos, membros e líderes da FLSN” (ZIMMERMANN, 2006, p.70).

Ainda no livro *Sob la grama*, (BELLI,2014a) Belli continua a apresentar a mulher que se enxerga na sua ancestralidade que habita sua pele:

Soy llena de gozo
 llena de vida cargada de energías
 como un animal joven y contento
 imantada mi sangre con la naturaliza
 sintiendo el llamado del monte
 para correr como venado desenfrenadamente
 sobando el aire
 o andar desnuda por las cañadas
 untada de grama y flores machacadas
 o de lodo que Dios y el Hombre me permitieran volver
 a mi estado primitivo
 al salvajismo delicioso y puro
 sin malicia
 al barro, a la costilla
 al amor de la hoja de parra, del cuero
 del cordero a tuto
 al instinto

Neste contexto, Belli e sua família tinham preocupações com suas ações, como ela relata em seu livro de memórias, ainda no ano de 1974, sua obra a tornou uma pessoa pública e isso a ajudou de alguma forma:

(...)Las “advertencias” no eran usuales. Claro, por tratarse de una persona pública y encima burguesa, la dictadura prefería amedrentarme y no capturarme. Capturar personas como yo era aceptar que el sandinismo no era una secta oscura de delinquentes (BELLI, 2013, p.93-94).

E continua:

Al contrario, la amenaza acrecentó mi rabia contra la dictadura, contra aquel sistema ante el cual los ciudadanos no teníamos ninguna defensa. El estado de sitio que suspendía las garantías constitucionales continuaba vigente desde el terremoto. Nadie protestaba porque, de hecho, habíamos vivido en un virtual estado de sitio antes de que se decretara. Me juré que por miedo no volvería a ser una pasiva observadora de cuanto era fallado y miserable a mi alrededor. Me haría bien, pensé, sentir en carne propia lo que significaba la vulnerabilidad de la mayoría de mis conciudadanos. La esencia de toda lucha era soportar los obstáculos, continuar. De otra manera nunca sería posible alcanzar su sueños. Si me entregaba al miedo, terminaría matando mi alma por salvar el cuerpo (BELLI, 2013, p.98-99).

Nesta conjuntura, por ser uma pessoa pública ela era ameaçada, mas não interessava ao governo a sua captura. Sua ira foi grande contra a ditadura e ela se rebelou não cedendo ao medo, continua a escrever e ajudar seus colegas da FSLN. Em contrapartida, esse cerceamento a fez ser mais engajada contra as misérias vistas. Ela não cedeu ao medo, em 1975 já como integrante ativa na Frente Sandinista teve que decidir e ir para o exílio. No ano de 1975, Belli escreve no capítulo XXII, com ela sobreviveu a mais um ano de ditadura feroz e como ocorreu a divisão do Sandinismo:

del 27 de diciembre, que rasgó el velo de miedo que pesaba sobre la población animándola a sumarse a la resistencia, reforzaba la teoría de Marcos de que las acciones en las ciudades serían más efectivas para poner en jaque a la dictadura. En su estudio de la historia de Nicaragua, Marcos llegó a la conclusión de que las insurrecciones eran la forma de lucha histórica en el país. (...) Otra tesis, la del grupo que separó primero, argumentaba que la lucha se generalizaría sólo cuando se organizara al proletariado agrícola e industrial para convertirlo en el eje de la resistencia (BELLI, 2013, p.137).

Neste ano, as ações do governo foram mais severas nas cidades, e só uma união de forças dentro da organização poderia conter Somoza e promover maior resistência. Porém, Belli justifica que era um momento de crise:

Estas tres concepciones dieron origen con el tiempo a tres tendencias: la de la Guerra Popular Prolongada(GPP), la Insurreccional o Tercerista, por haber surgido como tercera posición y Tendencia Proletaria. En los primeros meses de la crisis, sin embargo, las definiciones y diferencias no eran muy claras. Unos acusaban a otros. Y muchos nos sentíamos en tierra de nadie (BELLI, 2013, p.137).

Essa terra de ninguém, como ela relata, promove as divisões internas que tanto a preocupavam. O crescimento persistente da FSLN sofreria com uma divisão interna, “durante dois anos após a morte de Carlos Fonseca, os líderes das três tendências não se reuniram para discutir suas diferenças. A tendência GPP e a Insurreccional tinham cada uma seu próprio pequeno grupo de guerrilheiro. A GPP e a Tendência Proletária tinham seus próprios estudantes afiliados, sua própria rede de ativistas cristãos, suas próprias alianças entre os lavradores e camponeses.” (ZIMMERMANN, 2006, p.79). E

Belli continua em suas memórias a relatar esse novo terreno político que se adentrava e seus questionamentos:

La imagen ideal, romántica, del Frente Sandinista, se nos resquebrajaba. Cómo era posible que no se les permitiera a los compañeros opinar? Cómo tomaríamos el poder si la participación de la gente se reducía al apoyo clandestino de los grupos de combatientes de la montaña? (...) Sí, decía yo, porque seguramente nos sucedería mejor renunciar, dejarlo. Sí, decía yo, porque seguramente nos sucedería lo que a tantos movimientos en América Latina que se dividían en mil pedazos y luego se mataban entre sí (BELLI, 2013, p. 139-140).

Neste relato, sua visão romântica da FSLN está sendo diluída com essas divisões internas. E suas preocupações permeiam o não diálogo entre seus companheiros e o provável fim desta guerrilha. É importante destacar que “ao longo do período de 1976-1977, a Guarda Nacional conseguiu manter as forças guerrilheiras em fuga e isoladas nas montanhas” (ZIMMERMANN, 2006, p.77).

Esse distanciamento da cidade da força da guerrilha a preocupava, pois as ações foram e vinham sendo reprimidas pela extrema violência da Guarda Nacional. Suas inquietações e o receio com essa violência promovida pela ditadura e com pretexto de uma viagem de férias para o México, em 20 de dezembro de 1975, Belli relata: “El 20 de diciembre de 1975 con el pretexto de un viaje de vacaciones salí sola en un vuelo hacia México. Mientras, temiendo lo peor, esperaba en el aeropuerto que me llamaran para abordar el avión, acurrucaba a mis hijas para que el calor de sus cuerpecitos se me a grabara en los flancos” (BELLI, 2013, p.143). Essa dor de deixar suas filhas e a despedida da Nicarágua foram necessárias. Uma semana depois:

(...) agentes de la Seguridad somocista se presentaron en mi oficina en la agencia de publicidad y se llevaron mis papeles. Pocos meses después mi nombre se añadió al de cientos de personas juzgadas por el Tribunal Militar Especial. Mis padres contrataron un abogado defensor que leyó algunos de mis poemas como prueba de mi amor por la Patria. Me condenaron a prisión en ausencia (BELLI, 2013, p. 143).

Mesmo em exílio ela continua ativa na Frente Sandinista atrelando sua obra a sua luta. Depois do México, Belli passa pela Costa Rica e por Cuba onde conhece Fidel Castro. Neste momento, participa de um treinamento e de um encontro para análise do processo revolucionário da Nicarágua. No capítulo XVIII, do livro autobiográfico, ela descreve a viagem para Cuba e seu encontro com Fidel Castro em 1978-1979:

- Te gustaría ir a Cuba? – me preguntó Modesto una tarde en Panamá, con una sonrisa seductora de mago a punto de conceder su deseo a Aladino. Los cubanos invitaban a un representante de la GPP a la celebración del XX Aniversario de su Revolución. Si disponía de dos semanas, yo sería la persona indicada para viajar a la isla en los últimos días de diciembre. (BELLI, 2013, p.256)

E continua:

(...)Con ceniceros y objetos de su escritorio Fidel me explicó que, según su tesis, conducir una guerra de posiciones clásica en el sur de Nicaragua, empantanaría al ejército somocista y facilitaría la toma del poder por los sandinistas. Para ello era clave que el Frente Sur dispusiera de armas para una guerra regular: antiaéreas, antitanques, cañones. Ésa era su idea(..) Era

fascinante verlo apasionarse, volver a hacer la revolución otra vez. Sólo que los sandinistas éramos tercetos. Respetábamos a los cubanos pero nuestra guerra la queríamos hacer nosotros; ganar por nuestra audacia, nuestras propias ideas. (BELLI, 2013, p. 264)

Nestes relatos, nota-se que Fidel propõe táticas e de forma apaixonada pela revolução indica possibilidades para os sandinistas conquistarem a vitória. Mas para Belli, a teimosia e o distanciamento de contextos fizeram com que os terceirista Humberto Ortega, Daniel Ortega e Victor Tirado, seguissem seus ideais e não a sugestão de Fidel:

Dois documentos produzidos pela Direção Nacional terceirista revelam uma abordagem ideológica e estratégica bastante diferente do sandinismo revolucionário de Carlos Fonseca. O primeiro foi a sua *Plataforma geral*, divulgado em 1977, que vinha para substituir o foco concentrado de Fonseca na mobilização de trabalhadores e camponeses sob a liderança da FSLN, e seria uma convocação geral de todas as classes, raças, religiões, profissões e gêneros, para, unidos, retirarem Somoza do poder (ZIMMERMANN, 2006, p.80).

Esse documento possibilita analisar que o processo revolucionário na Nicarágua foi uma conflagração de todas as classes e sexos organizados contra Somoza. Com receio, Gioconda Belli só retorna para a sua Nicarágua em 1979 com a notícia do fim da ditadura.

Nesse distanciamento ela relata em seu livro, *El país bajo mi piel*, momentos e exemplos de violência praticados contra seus companheiros de luta e contados por seus colegas que permaneceram no país. Neste período, “a indignação moral contra a violência da Guarda Nacional gerou não só novos militantes como também mais contatos para a FSLN e, ainda, um expressivo aumento nas atividades antissomozistas por parte dos partidos tradicionais da oposição e do jornal *La Prensa*” (ZIMMERMANN, 2006, p.80). Essa repressão violenta produziu milhares de mortes como nesse relato de Belli pelos olhares de Fernando Cardenal na descrição da morte de um amigo:

Dos año después, el 7 de noviembre de 1976, bajo la luz del semáforo de entrada al reparto Residencial Satélite Asososca, Marcos fue interceptado por jeeps de la Brigada Especial contra Actos Terroristas mientras era perseguido por agentes de la Oficina Nacional de Seguridad. Los soldados acibillaron a los dos compañeros que iban con él, no bien se bajaron de vehículo. Marcos se batió a balazos desde el asiento trasero del auto pero lo ametrallaron. Luego lo arrojaron al pavimento y, a pesar de que ya estaba muerto, le descargaron encima el fuego de sus ametralladoras. Su cadáver saltaba roto y sangrante bajo el impacto de los disparos. Mi amigo Fernando Cardenal, un sacerdote jesuita, lo vio todo (BELLI, 2013,p.118).

Essas ações violentas incentivaram a participação das mulheres na proteção de suas famílias e no “desejo de uma maior autonomia e pelo fim da discriminação racial(...) O sucesso da FSLN se deveu ao fato de terem reunidos todas essas lutas diferentes num só movimento unificado” (ZIMMERMANN, 2006, p.89). Finalmente, no ano de “1979 o regime ditatorial fracassa com seus diálogos e acordos. Em 16 de março se unificam as três tendências da FSLN e em dois meses é anunciado a formação da Junta de Governo de Reconstrução Nacional integrada por Violeta Chamorro, Daniel Ortega, Sergio Ramírez, Moisés Hassan y Afonso Robelo” (BELLI, 2013, p.369).

Neste momento, “o governo Sandinista inicia com um amplo programa de reformas e nacionaliza os bancos e confisca os bens de Somoza e forma o exército Popular Sandinista e a polícia Sandinista e anuncia que governará o país com base em três princípios economia mista, alinhamento e pluralismo político” (BELLI, 2013, p.370). Em suas memórias Belli descreve como a ditadura terminou depois de 45 anos:

En su oficina a prueba de bombas, conocida como el búnker, Somoza se aferraba a los restos de su poder.(..) Junio y Julio de 1979 fueron meses frenéticos. Se liberaban ciudades: León fu ela primera. Luego Diriamba, Masaya, Matagalpa, Jinotepe, Estelí. Cada día salían vuelos clandestinos desde San José hacia los frentes de guerra. Siempre que podía me acercaba a la casa donde funcionaba la radio que nos comunicaba con los frentes de guerra. Me enteraba de las órdenes, del desorden y el avance de los combates (BELLI, 2013, p.277-278).

Continua,

Los días 15 y16 de julio circuló el rumor de que os Estados Unidos se preparaba para intervenir en Nicaragua. Termíamos que de nuevo una intervención militar norteamericana diera al traste con nuestros intentos de lograr un gobierno auténticamente nicaraguense e independiente de intereses extranjeros. Se trataba de una conjetura basada en los desesperados esfuerzos que hacía Washington por conservar una cuota de poder para a Guardia Nacional (BELLI, 2013, p.281).

Nesta desordem aparente, organiza-se uma ordem e as cidades se libertam, uma a uma, do regime ditatorial. Porém, ainda teria uma batalha contra os rumores de intervenção dos EUA e a não realização dos ideais de um governo formado por pessoas da Nicarágua que lutavam contra os interesses estrangeiros. Deve-se lembrar que nos anos 1970 a Igreja Católica e alguns líderes de setores econômicos se alinharam contra o governo vigente. Esses grupos conseguem apoio no Partido Democrata, nos Estados Unidos. Mas com a morte de Pedro Joaquín Chamorro Cardenal, em 1978, um desses líderes, desencadeia a tomada e o apelo por uma insurreição da população. Esses conflitos promovem, em 1979, uma greve geral e os EUA tentam, por meio da OEA, obter apoio, mas fracassa e pede a Anastasio Somoza a renúncia da presidência. Deste modo, é bom recapitular que as greves foram uma constante durante o processo revolucionário. E no ano de 1977:

(...) representou o ponto baixo da guerrilha rural, mas, em contrapartida, assistiu ao aumento das manifestações dos estudantes e da ocupação de prédios nas cidades, assim como algumas greves operárias.
(...)A abertura aumentou após 1977, quando o presidente Somoza suspende o estado de sítio imposto no final de 1974. Brotaram novas organizações de protesto, em geral associadas a FSLN. A organização do movimento pelos direitos humanos das mulheres... (ZIMMERMANN, 2006, p.77).

Neste panorama, da realização de greves, é interessante analisar, que quando estava no exílio no México, em 1976, Belli escreve o poema Huelga prevendo e sugerindo uma possibilidade que só foi realizada três anos depois:

Quiero una huelga donde vayamos todos.
Una huelga de brazos, de piernas, de cabellos,
una huelga naciendo en cada cuerpo.

Quiero una huelga
de obreros de palomas
de choferes de flores
de técnicos de niños
de médicos de mujeres.
Quiero una huelga grande,
que hasta el amor alcance.
Una huelga donde todo se detenga,
el reloj las fábricas
el plantel los colegios
el bus los hospitales
la carretera los puertos.
Una huelga de ojos, de manos y de besos.
Una huelga donde respirar no sea permitido,
una huelga donde nazca el silencio
para oír los pasos del tirano que se marcha.(BELLI, 2020)

Neste poema a autora propõe uma grande greve, uma greve geral para a realização de uma mudança e para que o tirano se retire do posto. Uma greve onde tudo para, tudo mesmo, desde todas as ações, trabalhadores e que surja no silêncio algo novo. Esses movimentos sociais provocam essa tão desejada liberdade frente a esse tirano em 1979. No livro de memórias, Belli continua a relatar, no capítulo XXI, o término da ditadura de Somoza:

Escuchamos a varios comandantes de columna informando que la Guardia Nacional huía. El FSLN había dado la orden de iniciar la ofensiva sobre Managua. En lugar de la gran batalla que se esperaba librar para tomar la capital, los frentes de guerra que avanzaban no encontraban resistencia. La Guardia se rendía en masa. Miles de soldados se batían en retirada hacia Honduras(...) 18,19 de julio de 1979. Dos días locos. Dos días como si un encantamiento de la Historia lo transportara a uno al Génesis con ropa y todo, al sitio exacto de la creación del mundo. Los periodistas me asediaban. (...) A mí el alma se me arrancaba del cuerpo por irse a Nicaragua. Nadie me iba a detener ahora (BELLI, 2013, p.284-285).

Com o apoio da população, os guerrilheiros entraram em Manágua no dia 19 de julho em 1979. A “nova junta, com cinco membros, levada ao poder não por meio de eleições, mas por uma insurreição popular, tinha legitimidade maior do que qualquer outro governo na América Central” (ZIMMERMANN, 2006, p.93). Na prática, a Guarda Nacional foi extinta junto ao terror e à violência exercida por ela. Gioconda Belli não se deteve e retornou a seu país:

Partiríamos a la mañana siguiente, no bien estuviera impreso el periódico. Las televisoras costarricenses transmitían de corrido noticias sobre Nicaragua. Aparecían en pantalla las columnas guerrilleras entrando a Managua. Miles de muchachos y muchachas desarrapados, con pañuelos rojinegros, se apretujaban en autobuses, en camiones de volquete, de tina. Los miembros de la Dirección Nacional Sandinista hablaban a la prensa en el aeropuerto donde confluían las columnas del Norte. Aterrizaban aviones con periodistas, exiliados, curiosos. Se daba a conocer el nuevo gabinete.
En casa, yo daba volteretas abrazando a mis hijas, a Camilo. Besaba sus caritas sonrientes, atolondradas (BELLI, 2013, p. 286).

Esse orgulho da vitória e do retorno a sua família a fizeram ter momentos de esperança pelas mudanças que viriam. Agora os revolucionários estavam no poder e tinham que promover alterações sociais e políticas. O país estava destruído economicamente “Somoza deixou apenas três milhões de dólares no Tesouro Nacional” (ZIMMERMANN, 2006, p.93). A fome e o número de mor-

tos no processo da Revolução assustava e “dezenas de milhares de refugiados que haviam escapado ao terror de Somoza voltavam em grandes levadas à Nicarágua” (ZIMMERMANN, 2006, p.94). Para proteger a Nação foram nacionalizadas todas as propriedades pertencentes a Somoza e seus aliados. Entre elas, “os dois canais de televisão do país, um jornal de grande circulação e várias estações de rádio, que pertenciam a Somoza, passaram imediatamente a servir de base de operações para a rádio e a TV sandinistas e para o novo jornal da FSLN, chamado Barricada” (ZIMMERMANN, 2006, p.94).

Na terceira parte do livro *El país bajo mi piel*, Belli relata esse regresso e como ela fez parte desta tomada do poder:

al día siguiente Bayardo Arce me mandó a hacerme cargo de la estación de televisión del Estado, el canal 6. Sólo dos canales existían entonces en Nicaragua.(...) El interior de la estación: las salas de transmisión, los archivos, las oficinas, se hallaban en completo desorden, como si antes de marcharse los somocistas hubieran soltado una horda de caballos salvajes para destruirlo todo. Al salir a la calle de nuevo reparé en un grupo de gente congregada en el engramado de la entrada. Eran empleados del canal, de nivel medio y bajo, que venían para averiguar si serían despedidos. No vi ninguna razón para hacerlo cuando sólo ellos nos podrían guiar en aquel labirinto de destrozos. Sostuve una reunión con ellos donde me largue una encendida prédica revolucionaria (BELLI, 2013, p.298).

E continua descrevendo:

Esa noche, de pie en medio del desorden, en una máquina de escribir abollada, escribí la presentación del espacio informativo. Lo bauticé *Noticiero sandinista*. No pensaba en el FSLN como partido—no lo era aún—, sino como un movimiento nacional con el que todo el pueblo se sentía identificado. El texto de mi presentación decía algo así como “la Revolución avanza; la Revolución se fortalece”, y no sé cuántas cosas más. Lo que escribí en diez minutos a lo sumo, sin pensar demasiado, fue la introducción del noticiero por varios años. Como flamante directora de lo que bauticé como “Sistema Sandinista de Televisión”, aparecí esa noche en pantalla brevemente- de verde olivo con un pañuelo rojinegro al cuello- para explicar, al inicio del noticiero, que se trataba de un primer esfuerzo y pedir comprensión por previsibles imperfecciones en la transmisión” (BELLI, 2013, p.299).

Neste processo, Gioconda Belli ficou encarregada de cuidar do canal 6. Como analisado nesta descrição de seu primeiro dia no espaço da emissora, é possível ver as imagens bem representativas do caos estabelecido com o fim da ditadura. Em seu relato vemos a necessidade de um começo na organização e na exploração dos espaços que antes eram dominados exclusivamente pelo poder de Somoza. Na ação de reerguer o seu *país sob sua pele* ela batiza, o canal 6, como “Sistema de televisão sandinista” para o fortalecimento da revolução. Ainda em seu livro de memórias, agora no capítulo referente às implicações do poder, Belli reflete sobre a nova participação das mulheres no exército:

Cómo podían siquiera pensarlo cuando las mujeres habían demostrado ser tan buenas combatientes como los hombres durante la insurrección? No sé cuántos meses después, sin embargo, los mandos del ejército- con Humberto Ortega a la cabeza- decidieron que las mujeres sólo ocuparan puestos administrativos. Se justificaron argumentando que era una cuestión de costo, que mantener separados mujeres y hombres era un dolor de cabeza e implicaba grandes erogaciones. Sin embargo, en la policía sandinista, como se bautizó entonces, que se estaba organizando con asesoría suministrada por el general Torrijos, no se hizo esta distinción y las compañeras se incorporaron en gran número. Igual sucedió en el Ministerio del Interior. Me gustaba ver a las muchachas con uniformes verde olivo y botas

militares impecavelmente lustradas. Muchas de ellas se pintaban los labios y hasta llevaban las uñas pintadas de rojo. Eran el símbolo de un tiempo nuevo para las mujeres de mi país (BELLI, 2013, p.307).

A autora, critica essa ação que coloca apenas as mulheres em cargos administrativos no exército e relembra a ativa participação feminina durante a revolução. Porém, as mulheres conquistam aos poucos seu espaço, são incorporadas e finalmente usam seus uniformes. E como exemplo dessa força feminina, foi a criação de um “grupo de mulheres formado anteriormente à revolução foi transformado em uma organização popular chamada Associação de Mulheres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE), em homenagem à primeira mulher da FLSN a ser morta pela Guarda Nacional” (ZIMMERMANN, 2006, p.95). Aqui posto encontra-se uma grande reflexão referente a mulher e a luta desta sociedade pela sua liberdade e busca de igualdades. Gioconda Belli, como defensora feroz desta ideia, relembra que “había una cita del Che que circulaba en esos tiempos y que varios compañeros tenían sobre sus escritorios. Todo hombre tiene derecho a cansarse, pero el que se cansa no es hombre de vanguardia” (BELLI, 2013, p.313).

Como na citação apresentada de Che, estar em luta diária por espaços políticos e sociais é algo cansativo mas, formam pessoas a frente de seu tempo. Formam cidadãos ativos e preocupados com *O país sob sua pele* como bem define Belli em seu título do livro.

Ao longo deste artigo, foram destacadas abordagens que contribuíram de forma efetiva para a construção de uma memória política unida com a história da Nicaraguá a partir de uma obra autobiográfica e de uma produção poética. Aqui não está posto uma conclusão, pois a partir das memórias da autora, ainda ativa, nos levará a futuras e presentes provocações para o viver politicamente na América Latina. Isto posto, vemos hoje a poeta Gioconda Belli, ainda atuante e militante dos direitos femininos. Em uma entrevista no jornal Folha de São Paulo em 2002, responde sua preocupação atual com a América Latina e a política e diz que, “A esquerda vive um complexo de culpa com relação ao romantismo e à utopia”. Idealista, a escritora vê com preocupação o pragmatismo dominar o debate político e acha que a literatura deve resgatar seu papel público. Enfim, neste sentido podemos perceber, no decorrer da análise e de suas palavras memorialísticas, que a vida, a política e a escrita são para autora sua forma de lutar e de expressar para o mundo que a cerca. Para ela a literatura tem o papel de apreender a realidade e a transformar. E que a participação feminina nesse processo ganha voz através das suas palavras ditas, escritas e lidas. Suas ações dão o poder de narrar a revolução, a liberdade sobre a ótica feminina. Um bom exemplo é seu poema *Nova tese feminista* (Belli, 2019), que diz:

Como te dizer
homem
que não te necessito?
Não posso cantar a liberação feminina
se não te canto
e te convido a descobrir liberações comigo.

Não me agrada a gente que se engana
dizendo que o amor não é necessário
-”tenha medo, eu tremo”

Há tanto novo que aprender,
formosos homens da caverna a resgatar,
novas maneiras de amar que ainda não inventamos.

Em nome próprio declaro
que gosto de me saber mulher
frente a um homem que se sabe homem,
que sei de ciência certa
que o amor
é melhor que as multi-vitaminas,
que o casal humano
é o princípio inevitável da vida,
que por isso não quero jamais liberar-me do homem;
o amo
com todas suas debilidades
e gosto de compartilhar sua teimosia
todo este amplo mundo
onde ambos somos imprescindíveis.

Não quero que me acusem de mulher tradicional
mas podem me acusar
tantas como quantas vezes queiram
de mulher.

Neste poema, a provocação do cotidiano está na ideia de uma tese nova e feminista, como se refere o título do poema. Pois, a revolução não ocorre com ações individuais como vimos em seus relatos anteriores. A revolução só acontece com a união das forças de ambos os sexos. Gioconda Belli, em sua obra, aguça o olhar feminino para a não adequação ao tradicional e para a ressignificação do que é ser uma mulher atuante e com opinião. Nota-se em suas palavras, que em momentos de luta das mulheres na Nicarágua, Belli provoca o olhar e para as ações. A autora vê a sexualidade como libertação. E como ela diz em seu poema *No me arripiendo de nada* (BELLI, 2019):

No me arripiendo de nada
Desde la mujer que soy,
a veces me da por contemplar
aquellas que pude haber sido;
las mujeres primorosas,
hacendosas, buenas esposas,
dechado de virtudes,
que deseara mi madre.

No sé por qué
la vida entera he pasado
rebelándome contra ellas.
Odio sus amenazas en mi cuerpo.
La culpa que sus vidas impecables,
por extraño maleficio,
me inspiran.
Reniego de sus buenos oficios;
de los llantos a escondidas del esposo,
del pudor de su desnudez
bajo la plac

(...)
 Esta mujer de pechos en pecho
 y caderas anchas
 que, por mi madre y contra ella,
 me gusta ser.

Nestes versos, Belli apresenta a mulher que se tornou ao se comparar com a mulher que poderia ter sido. Ao olhar a imagem de sua mãe, a autora, reflete as possibilidades do contato da tradição e o novo na busca de suas próprias escolhas. Deste modo, Belli dá um sentido através da memória mas em um novo caminho de ação e liberdade.

Enfim, a autora deseja ter opinião a partir de um mundo que se renova constantemente. E a sua memória só é possível ao ser estabelecida pela retomada de temporalidades depois de momentos de crise e de autoanálise. Por esse motivo ainda hoje, Belli continua a produzir seus poemas e seus livros além de ter um blog oficial onde apresenta suas opiniões. Como no poema *Los portadores de sueños* (BELLI,2020)

En todas las profecías
 está escrita la destrucción del mundo.
 Todas las profecías cuentan
 que el hombre creará su propia destrucción.
 Pero los siglos y la vida
 que siempre se renueva
 engendraron también una generación
 de amadores y soñadores,
 hombres y mujeres que no soñaron
 con la destrucción del mundo,
 sino con la construcción del mundo
 de las mariposas y los ruiseñores.
 Desde pequeños venían marcados por el amor.
 Detrás de su apariencia cotidiana
 Guardaban la ternura y el sol de medianoche.
 Las madres los encontraban llorando
 por un pájaro muerto
 y más tarde también los encontraron a muchos
 muertos como pájaros.
 Estos seres cohabitaron con mujeres traslúcidas
 y las dejaron preñadas de miel y de hijos verdecidos
 por un invierno de caricias.
 Así fue como proliferaron en el mundo los portadores de sueños,
 atacados ferozmente por los portadores de profecías
 habladoras
 de catástrofes.
 los llamaron ilusos, románticos, pensadores de utopías
 dijeron que sus palabras eran viejas
 y, en efecto, lo eran porque la memoria del paraíso
 es antigua como el corazón del hombre.
 Los acumuladores de riquezas les temían
 lanzaban sus ejércitos contra ellos,
 pero los portadores de sueños todas las noches
 hacían el amor
 y seguía brotando su semilla del vientre de ellas
 que no sólo portaban sueños sino que los multiplicaban
 y los hacían correr y hablar.
 (...)

Por el contrario, los científicos diseñarían puentes, jardines,
 juguetes sorprendentes
 para hacer más gozosa la felicidad del hombre.
 Son peligrosos - imprimían las grandes rotativas
 Son peligrosos - decían los presidentes en sus discursos
 Son peligrosos - murmuraban los artífices de la guerra.
 Hay que destruirlos - imprimían las grandes rotativas
 Hay que destruirlos - decían los presidentes en sus discursos
 Hay que destruirlos - murmuraban los artífices de la guerra.
 Los portadores de sueños conocían su poder por eso no se
 extrañaban
 también sabían que la vida los había engendrado
 para protegerse de la muerte que anuncian las profecías
 y por eso defendían su vida aun con la muerte.
 Por eso cultivaban jardines de sueños
 y los exportaban con grandes lazos de colores.
 Los profetas de la oscuridad se pasaban noches y días enteros
 vigilando los pasajes y los caminos
 buscando estos peligrosos cargamentos
 que nunca lograban atrapar
 porque el que no tiene ojos para soñar
 no ve los sueños ni de día, ni de noche.
 Y en el mundo se ha desatado un gran tráfico de sueños
 que no pueden detener los traficantes de la muerte;
 por doquier hay paquetes con grandes lazos(...)

Neste poema, observamos que a renovação está em pessoas que sonham e agem para destruir profecias, ditaduras e ilusões. A política e a sociedade são ressignificadas pelas ciências. Aqui os sonhos tem o poder de dar um direcionamento e não podem ser interrompidos com a morte pois, produzem a liberdade e a novidade. Desta forma, analisamos com este artigo, possibilidades de renovação de um olhar histórico através das memórias de uma escritora atuante que sonha, age e carrega seu país sob sua pele tanto no amor quanto na guerra.

REFERÊNCIAS

- BELLI, Gioconda. *El País bajo mi Piel Memorias de amor y guerra*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Booket, 2013.
- _____. Sobre la grama. Manágua: Anamá ediciones, 2014a.
- _____. *Nova tese feminista*. Disponível em: <http://subvertidas.blogspot.com/2013/07/versos-e-subversas-gioconda-belli.html>. Acesso em: 18 de outubro 2019.
- _____. *No me arrepiento de nada*. Disponível em: <https://www.poeticous.com/gioconda-belli>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.
- COLOMBO, Sylvia. *Gioconda Belli quer “recosturar” ligação entre política e literatura*. *Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro de 2002. Ilustrada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0902200219.htm>. Acesso em: 25 setembro 2017.
- DELGADO, L.A.N. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. HISTÓRIA ORAL, 6, 2003.
- EL NOVO DIARIO. CUANDO la historia de Nicaragua comenzó a cambiar, A 34 años del golpe en la casa de Chema Castillo, 27 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.elnuevodiario.com.ni/politica/36048-34-anos-golpe-casa-chema-castillo/> Acesso em: dia 23 de setembro 2017.

- HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- NORA, Pierre. *Lés Lieux de Memórie*. I: La Republique. Paris: Gallimard, 1984.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007
- RODRIGUEZ, Belén Amador. Nicaragua, periodismo preinsurreccial (1977-1979). In: GODOY, Antonio Checa; ALVARADO, María del Mar Ramírez (orgs). *Visiones de América: comunicación, mujeres e interculturalidad*. Netbiblo, 2008.
- WHITE, Hyden. *Trópicos de discurso. Ensaaios sobre a cultura da cultura*. trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001.
- ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*/ tradução de Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

